

ECONOMIA POLÍTICA
E DESENVOLVIMENTO EM ANGOLA



Economia Política e Desenvolvimento em Angola

Nuno Vidal & Justino Pinto de Andrade
(Organizadores & Editores)



Associação Cultural e Recreativa
CHÁ DE CAXINDE

Media XXI

EDIÇÃO E ORGANIZAÇÃO:

Nuno Vidal & Justino Pinto de Andrade

PUBLICAÇÃO:

*Chá de Caxinde - Angola & Portugal
Media XXI*

1.ª PUBLICAÇÃO, LUANDA E LISBOA, JULHO DE 2011

*Chá de Caxinde - Angola & Portugal
Media XXI*

PROJECTO GRÁFICO, PAGINAÇÃO E CAPA:

Elsa Pereira

DEPÓSITO LEGAL:

ISBN:

978-989-96447-3-1

TIRAGEM:

1000 Exemplares

ÍNDICE

Agradecimentos	VII
Introdução	1
Nuno Vidal & Justino Pinto de Andrade	
I	
A Génese da Economia do Petróleo e dos “Esquemas” Impeditivos do Desenvolvimento	9
Nuno Vidal, <i>Centro de Estudos Sociais - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra</i>	
II	
A Crise Financeira de 2008 em África e em Angola. O Desenvolvimento Constantemente Adiado	67
Justino Pinto de Andrade, <i>Faculdade de Economia da Universidade Católica de Angola</i>	
III	
Fundamentos Económicos do Estado Patrimonial	87
Tony Hodges	
IV	
Crescimento Económico e Desenvolvimento em Angola – uma Análise para o Período 1997-2009/2010	113
Alves da Rocha, <i>Centro de Estudo e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola</i>	
V	
Sem falta de Ambição: a Política Económica de Angola	149
David Sogge, <i>Transnational Institute, Amsterdam</i>	
VI	
Algumas Soluções para o Desenvolvimento de Angola	167
Renato Aguilar, <i>University of Gothenburg, Sweden</i>	

AGRADECIMENTOS

Esta terceira obra do projecto *Processos de Democratização e Desenvolvimento em Angola e na África Austral* resulta de vários contributos pessoais e institucionais que se têm multiplicado ao longo dos anos, alimentando a dinâmica de produção de investigação, publicações, conferências e discussões públicas.

Gostaríamos de começar por agradecer a todos os co-autores que contribuíram com os seus textos, assim como às instituições a que estamos afiliados – Universidade Católica de Angola e Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra –, que têm acolhido este projecto.

Queremos igualmente agradecer o indispensável apoio dado pelos apoiantes institucionais da obra e parceiros neste projecto, que incluem a *Christian Aid - CA*, a *Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente – ADRA-Angola* e a *Open Society Foundation – Angola*.

Uma palavra final para agradecer à Associação Chá de Caxinde na pessoa do seu Presidente, Jacques dos Santos, por trazer esta obra à estampa.

Junho de 2011

Nuno Vidal & Justino Pinto de Andrade

Introdução

Nuno Vidal & Justino Pinto de Andrade



INTRODUÇÃO

Nuno Vidal

*(Centro de Estudos
Sociais da Faculdade de
Economia da Universidade
de Coimbra – CES/FEUC)*

**Justino Pinto
de Andrade**

*(Faculdade de Economia da
Universidade Católica de
Angola - UCAN)*

A obra que aqui apresentamos vem na sequência de um projecto de pesquisa-acção iniciado em 2004, de articulação e cooperação entre academias e organizações da sociedade civil na análise, reflexão, publicação e acção, sobre questões versando *Processos de Democratização e Desenvolvimento em Angola e na África Austral*.

Este projecto passou por duas grandes fases de pesquisa anteriores, cada uma delas dedicada a uma linha de investigação específica, considerada central para o período concreto em que decorreram. A primeira fase decorreu de 2004 a 2007, com uma linha de investigação centrada no processo de transição para o multipartidarismo em Angola, discutindo os diversos problemas e desafios que se colocavam após o fim da guerra civil em termos de consolidação da paz e criação de condições políticas apropriadas a uma efectiva transição para um sistema multipartidário.¹ Na sequência da discussão desenvolvida na primeira fase considerou-se importante abrir uma segunda fase e linha de investigação que, na sequência da primeira, discutisse o papel da sociedade civil na construção e consolidação da democracia, destacando o estudo das relações entre sociedade

¹ Nuno Vidal & Justino Pinto de Andrade (eds. & orgs.) (2006, 2007 & 2008), *O Processo de Transição para o Multipartidarismo em Angola* (Luanda & Lisboa: Firmamento, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Universidade Católica de Angola).

civil e poder político-partidário-governamental.² Chegados a 2010, o projecto entrou na sua terceira fase, com uma linha de investigação dedicada a questões de crescimento e desenvolvimento económico nas suas diversas dimensões, com preocupações voltadas para a equidade sócio-económica e desenvolvimento regional e sectorial equilibrados, como formas de apoiar e sustentar a estabilidade sócio-política que se quer duradoura.

Seguindo a estratégia que tem vindo a ser colocada em prática, a terceira fase do projecto estruturou-se em torno de uma conferência principal, realizada em Luanda em Julho de 2011, incluindo o lançamento da publicação que aqui se apresenta, dedicada à *Economia Política e Desenvolvimento em Angola*.

A obra que agora publicamos centra-se na análise da natureza e dinâmica da economia política angolana e do seu impacto ao nível do desenvolvimento. São abordadas questões como a relação entre crescimento e desenvolvimento, equilíbrio económico entre regiões e sectores de actividade, e políticas económicas que podem facilitar ou obstar ao desenvolvimento harmonioso da economia e da sociedade com reflexos na estabilidade sócio-política de longo prazo.

Como todos os anteriores trabalhos, este livro congrega perspectivas de vários autores especializados nas matérias em análise, estimulando a reflexão e o debate que se devem prolongar nos diversos eventos de discussão desta temática promovidos pelo projecto durante esta fase, que durará até 2012.

As análises aqui apresentadas, tal como as das anteriores publicações, chamam a atenção para vários problemas que urge enfrentar, pretendendo ser um contributo construtivo para a sua solução, na busca por uma sociedade mais justa, estável e desenvolvida em todas as suas dimensões.

Dos trabalhos aqui publicados nota-se uma certa proximidade nas perspectivas analíticas dos diversos autores no que respeita às tendências de fundo da economia política angolana e às decisões de política económica que têm vindo a ser tomadas ao longo dos anos, nas diversas fases históricas abordadas, especialmente ao nível da mais recente fase, da transição da economia planificada para a economia de mercado. O tão propalado crescimento económico de dois dígitos em vários anos ao longo da última

² Nuno Vidal & Justino Pinto de Andrade (eds. & orgs.), (2008 & 2009), *Sociedade Civil e Política em Angola* (Luanda & Lisboa: Firmamento, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Universidade Católica de Angola).

década não se traduziu em efectivo desenvolvimento equilibrado, sectorial, regional, e sobretudo humano, sendo que a pobreza continua a constituir um sério problema. Existem várias falhas a colmatar em termos de políticas económicas, mas sobretudo em termos de economia política e da lógica dominante que lhe tem estado subjacente, de raiz patrimonial moderna, impeditiva de que o crescimento seja equilibrado e se traduza em efectivo desenvolvimento.

Este livro está estruturado em seis capítulos, sendo que o primeiro capítulo constitui um enquadramento histórico, escrito por Nuno Vidal. Analisa-se a construção e consolidação do quadro de relações económicas, desenvolvido no pós-independência ao longo da administração de Agostinho Neto e de Eduardo dos Santos durante o período do partido único e da economia de planificação central até à transição para o multipartidarismo e economia de mercado nos anos 90, ajudando a perceber as suas linhas de evolução para a actualidade.

O segundo capítulo, da autoria de Justino Pinto de Andrade, começa por analisar o impacto da crise financeira de 2008 em África e em Angola. O autor defende que apesar da utilização política desta crise para justificar atrasos na luta contra a pobreza, o objectivo oficial do desenvolvimento económico tem vindo na prática a ser sucessivamente adiado desde a independência em 1975 pela falta de vontade política, quer num sistema dito Socialista, quer agora num sistema dito de economia de mercado, recorrendo-se aos mais variados argumentos que nunca focam o problema da estruturação e funcionamento do sistema económico-político interno.

O capítulo terceiro é-nos apresentado por Tony Hodges, abordando as formas de exercício do patrimonialismo que servem o objectivo de consolidação e manutenção do poder e acumulação de riqueza por parte da elite político-empresarial. Segundo o autor, a escala de meios, recursos e interesses envolvidos, dificultam grandemente uma alteração fundamental no domínio económico.

O quarto capítulo é da responsabilidade de Alves da Rocha, apresentando uma análise económica para o período de 1997-2010, argumentando que não obstante as elevadas taxas de crescimento do PIB depois de 2002, a sustentabilidade do processo de crescimento está por assegurar, sendo que a política de estabilização permanece demasiado exposta às vicissitudes do mercado internacional do crude. Para o autor, podemos estar em face de um processo de crescimento sem desenvolvimento.

O quinto capítulo, redigido por David Sogge, sustenta que a economia política actual se parece com a anterior ordem colonial, com uma elite limitada apoiada no Estado, gerindo a economia em colaboração com empresas estrangeiras para promover um modelo de desenvolvimento que redistribui a riqueza para cima e para fora. Contudo, ao contrário do período colonial, as elites governantes são africanas, legitimadas por eleições, e a vida económica nacional está muito mais dependente de consumidores e produtores em países mais ricos.

O sexto e último capítulo, de Renato Aguilar, retoma a análise de elementos críticos da história económica de Angola desde a independência para discutir possíveis estratégias e opções de desenvolvimento para o futuro. Para o autor, após mais de três décadas como país independente e de uma história económica breve mas repleta de acontecimentos, Angola está ainda a enfrentar o desafio de alcançar um nível de bem-estar compatível com a promessa implícita na sua herança extremamente rica em recursos naturais.

Como usual, as ideias e argumentos apresentados nos textos deste livro são da inteira e exclusiva responsabilidade dos seus respectivos autores, não vinculando as instituições que promovem ou apoiam a obra.

Por fim, gostaríamos de registar aqui as mais recentes evoluções do projecto geral de *Processos de Democratização e Desenvolvimento em Angola e na África Austral*, nas quais se insere o actual livro. O projecto cresceu muito além das expectativas iniciais, em 2004, progredindo em vários eventos ao longo dos anos, incluindo conferências, *workshops*, seminários, discussões públicas e publicações, procurando contribuir para enriquecer os processos de decisão política fundamentada, tanto em Angola como na África Austral em geral.

As actividades do projecto têm-se desenvolvido não só em Angola (com conferências, publicações e discussões públicas realizadas em Luanda, 2004, 2006, 2008, 2009, 2010, 2011, Benguela 2010, Lubango 2010, Huambo 2010), como fora de Angola, no Parlamento Europeu (Bruxelas, Novembro de 2009), na *School of Oriental and African Studies* (Londres, Janeiro de 2010), *Christian Aid* (Londres, Janeiro de 2010), *Wageningen University* (Setembro de 2010) e Lisboa (Fundação Cidade de Lisboa e Casa de Angola, 2004 e 2008).

Da dinâmica de crescimento do projecto, congregando um número cada vez maior de organizações parceiras, académicos e activistas cívicos da região Austral, Europa e EUA, nasceu a ideia de criar um espaço permanente de

facilitação da interacção e promoção de projectos de pesquisa-reflexão-acção na África subsaariana em áreas relacionadas com democracia, direitos humanos, sociedade civil e desenvolvimento. Este espaço pretende ser uma arena de debates e troca de informação, estando acessível *online* no site www.africanarenas.net sediado em Amsterdam. As publicações, conferências, reflexões, debates e outras actividades desenvolvidas pelo projecto e seus parceiros estarão assim acessíveis ao público em geral, permitindo várias formas de interacção.

I

**A GÉNESE DA ECONOMIA
DO PETRÓLEO E DOS “ESQUEMAS”
IMPEDITIVOS DO DESENVOLVIMENTO**

Nuno Vidal



A GÉNESE DA ECONOMIA DO PETRÓLEO E DOS “ESQUEMAS” IMPEDITIVOS DO DESENVOLVIMENTO¹

Nuno Vidal
*Centro de Estudos Sociais
da Faculdade de Economia
da Universidade
de Coimbra*

Este texto faz o enquadramento histórico do tema geral do livro *Economia Política e Desenvolvimento em Angola*, analisando o processo de estruturação do quadro de relações económicas no pós-independência, até ao início da chamada transição político-económica dos anos noventa, ajudando a perceber as suas linhas de evolução para a actualidade.

O quadro de relações económicas do pós-independência vai começar a definir-se nas suas linhas gerais durante a administração de Agostinho Neto, desenvolvendo-se exponencialmente durante a administração de Eduardo dos Santos. O domínio partidário sobre o sistema económico será assegurado ainda durante a administração de Neto, mas caberá ao seu sucessor ir além e alcançar a efectiva hegemonia pessoal/institucional da Presidência sobre todo o sistema. Num aparente paradoxo, este processo decorre num cenário de conflito militar agravado, crescente ineficácia da administração pública e progressivo colapso de todos os sectores de produção material da economia, à excepção do petróleo.

¹ Trabalho de investigação realizado com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e Ensino Superior.

A hegemonia político-económica será alcançada essencialmente por via da autonomização/ insularização do centro gestor da principal fonte de receitas, sustentáculo de todo o sistema - a empresa petrolífera estatal. Um esboço da estratégia de autonomização da empresa de petróleos pode ser encontrado na administração de Neto, mas ainda com alguma interferência partidária-governamental, enquanto que a administração subsequente consegue o controlo exclusivo a favor da Presidência e a insularização em relação ao governo e ao partido.

A análise deste processo de estruturação e desenvolvimento do quadro de relações económicas do pós-independência, fundamental para a compreensão do actual sistema económico e político efectivamente existente, será desenvolvida em dois capítulos principais, centrados nas administrações de Agostinho Neto e de Eduardo dos Santos, respectivamente. Cada uma destas administrações será por sua vez analisada numa estrutura de dois sub-capítulos, dedicados sequencialmente à “Administração Pública e Produção Material” (agricultura, pescas, indústria e sector informal) e aos “Princípios de Gestão do Poder e da Economia Política”.

1. O quadro de relações económicas emergente na administração de Agostinho Neto

Após a independência, a liderança do MPLA que assume o poder vai enfrentar uma situação económica difícil devido a dois grandes motivos.

Um primeiro motivo está relacionado com a guerra. Apesar da retirada das forças Sul-Africanas do Sul de Angola em Março de 1976, a situação militar não melhorou, tendo-se inclusive agravado com a passagem de um confronto militar convencional para uma guerra de guerrilha. Ainda que nos anos seguintes a FNLA tivesse sido praticamente desmantelada² e a FLEC militarmente controlada, a UNITA reforçou a sua aliança com a África do Sul e aumentou fortemente a sua capacidade militar e destrutiva, por via de acções de sabotagem e guerrilha que rapidamente se espalharam a um crescente número de províncias.³ O objectivo imediato da guerrilha

² Os últimos grupos de guerrilha da FNLA vão-se render às forças do MPLA em Outubro de 1984, mas a sua acção durante todo o período que medeia a sua derrota militar em 1975/1976 e Outubro de 1984 é militarmente insignificante.

³ Sobre a aliança entre a UNITA e a África do Sul e as suas actividades militares, ver por exemplo Guimarães, Fernando Andresen, *The origins of the Angolan civil war: foreign intervention and domestic political conflict* (London: MacMillan Press, 1998), especialmente o capítulo 5.

era o de prejudicar o funcionamento da economia, atacando e destruindo as infra-estruturas do país, fossem estações de fornecimento de energia eléctrica, barragens, sistemas de abastecimento de água, estradas, pontes, caminhos-de-ferro, sistemas de comunicação, etc.⁴ Na tentativa de escapar à guerra, parte da população rural migrou para as cidades e nalguns casos refugiou-se em países vizinhos como a Zâmbia e a Namíbia.⁵ Importantes estruturas agrícolas e industriais foram abandonadas.⁶ Directa e indirectamente a guerra afectou de sobremaneira a produção nestes sectores.

Um segundo motivo tem a ver com a debandada em massa dos Portugueses, facto que deixou o país sem a maioria dos seus empresários, fazendeiros, industriais, funcionários públicos dos escalões médios e superiores, engenheiros, médicos, professores e comerciantes.⁷ Em Agosto de 1976, mais de 80% das plantações agrícolas tinham sido abandonadas; apenas 40% das indústrias estavam operacionais sob controlo dos seus anteriores proprietários ou gestores, mas em condições débeis e longe da sua regular capacidade de produção; das 692 fábricas existentes, apenas 284 continuavam a laborar, em condições abaixo da sua capacidade regular; mais de 30.000 técnicos, quadros e trabalhadores qualificados haviam deixado o país; 2.500 empresas fecharam, 75% das quais foram abandonadas pelos seus proprietários; dos 135.000 veículos registados antes da independência apenas restavam 8.000 operacionais; cerca de 130 pontes em estradas principais haviam sido destruídas; o sistema de comércio e distribuição, essencialmente composto por 25.000 pequenos negócios, entrou em colapso com o abandono dos comerciantes do mato; os serviços administrativos entraram em ruptura por falta de quadros.⁸

Perante esta situação de necessidade imediata, o governo interveio na economia, regra geral limitando a sua esfera de actuação às mais importantes empresas comerciais e industriais abandonadas e às grandes indústrias estratégicas, conforme estabelecido na “Lei sobre política económica de

⁴ Ver *Africa Contemporary Record - ACR*, 9, (1978), p. B460.

⁵ Ver *ACR*, 10 (1979), p.B508.

⁶ Ver *ACR*, 9 (1978), pp.B448-B450.

⁷ Ver Bhagavan, M R, *Angola's political economy 1975-85* (Motala: Swedish International Development Authority, 1986), pp.7-8.

⁸ Ver Maximino, Mário Nelson (administrador do Banco Nacional de Angola) ‘Economic development in the People’s Republic of Angola’, comunicação proferida na conferência sobre Angola promovida pela Fundação Friedrich Ebert em Bona (Outubro 1983); cit. in Meyns, Peter “O desenvolvimento da economia Angolana a partir da independência: problemas da reconstrução nacional”, in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º 2 (1984), p.121-161; também *Telex Angop: transcrição na íntegra do discurso proferido por José Eduardo dos Santos na sessão de abertura do seminário sobre Saneamento Económico e Financeiro* (17 Agosto 1987), Part I; também *ACR*, 9, (1978), pp. B457-B458; *ACR*, 10, (1979), p.B514.

resistência".⁹ As actividades e interesses privados deveriam ser respeitados de acordo com o estabelecido na Constituição.¹⁰ Conforme expresso pelo Ministro José Eduardo dos Santos, na altura encarregue das Relações Exteriores, para além das empresas estrangeiras comerciais e industriais abandonadas pelos seus proprietários, não existia qualquer intenção manifesta de prosseguir com uma política de nacionalizações.¹¹

A nacionalização incidiu sobretudo nos sectores das pescas, açúcar, têxtil, cimento e aço,¹² para além de cerca de 386 das 482 plantações de café existentes, estabelecendo-se fazendas estatais de café, açúcar e sisal, e nomeando-se comissões de intervenção para supervisionar as empresas abandonadas.¹³

A grande mudança na orientação da política económica surge com o plenário do Comité Central – CC, de Outubro de 1976, quando o movimento adere oficialmente ao Marxismo-Leninismo e declara o seu empenho na construção do Socialismo. Nesse mesmo mês o governo nacionalizou os dois principais bancos – Banco de Angola e Banco Comercial de Angola, que se passaram a designar Banco Nacional de Angola e Banco Popular de Angola, respectivamente; outros bancos mais pequenos foram encerrados.¹⁴

Em termos gerais, o plenário decidiu que a política económica dever-se-ia centrar em formas de aumentar o controlo e supervisão governamental da economia rumo às nacionalizações, estabelecendo planos económicos anuais para 1977, 1978, 1979 e planos plurianuais daí em diante, para além de prosseguir com medidas tendentes a garantir o monopólio estatal do

⁹ Lei sobre Política Económica de Resistência: "1 - A política económica de resistência é caracterizada pela construção de uma economia planificada, na qual coexistirão três sectores: as unidades económicas estatais, as cooperativas e as empresas privadas. (...) A criação da base material desta economia exige o alargamento da cooperativização, bem como o desenvolvimento de um sector estatal que efective o controlo das grandes e médias indústrias estratégicas. É por outro lado fundamental que se maximize o aproveitamento dos recursos existentes, muitos dos quais foram abandonados pelos colonos e são neste momento improdutivos. O sector privado deverá, na economia de resistência, ser encorajado e apoiado pelo Estado, desde que respeite as linhas gerais da política económica e laboral definida pelo MPLA. 2 - Foi exactamente a situação caótica, herdada do colonialismo e agravada pela guerra imperialista, que cria a necessidade de regular imediatamente as condições de nacionalização de algumas empresas e dos bens abandonados ou pertencentes a traidores"; in Lei 3/76, de 3 de Março de 1976, *Diário da República – DR*, I, 52.

¹⁰ "A RPA reconhece, protege e garante as actividades e a propriedade privadas, mesmo de estrangeiros, desde que úteis à economia do país e aos interesses do Povo Angolano" (art.10.º); Lei Constitucional da República Popular de Angola, *DR*, I, 1, de 11 de Novembro de 1975.

¹¹ Declarações do Ministro das Relações Exteriores, Eduardo dos Santos, a 14 de Fevereiro de 1976, *cit. in ACR*, vol.9, (1977), p.B457.

¹² Artigo de Jane Bergerol 'MPLA confiscation' in *Financial Times* (6 Maio 1976).

¹³ In *ACR*, 9 (1978), p.B475.

¹⁴ Mais tarde, em Fevereiro de 1978, o sector bancário ficou um monopólio do Estado, in Hodges, Tony *Angola to the 1990's, the potential for recovery* (London: EIU, 1987), special report n.º 1079, p.32.

comércio externo.¹⁵ A efectivação desta alteração à prática da política económica realizar-se-á sobretudo durante 1977, e em meados desse ano o Estado já confiscara e nacionalizara cerca de 85% do tecido empresarial.¹⁶ Mais tarde, logo após o I congresso do MPLA em Dezembro de 1977, a Constituição será revista para incluir a nova orientação macroeconómica que, no seu artigo 9.º, assume pela primeira vez a forma de propriedade Socialista como a base do desenvolvimento económico e social e a tomada de medidas pelo Estado no sentido de alargar e consolidar as relações de produção socialistas.¹⁷

1.1. Administração pública e produção material: crescimento ineficiente da administração; diminuição da produção; florescimento do sector informal; crescente dependência do petróleo

Administração Pública

No que concerne à administração pública, em conformidade com a orientação e a prática político-económica Socialista, o sector público começou a crescer de forma acentuada. Este crescimento do aparelho deveu-se não só às exigências de uma complexa coordenação dos vários sectores de actividade estatal alargada, mas também à necessidade de oferecer empregos públicos para satisfazer expectativas de uma população habituada a ver no sector público uma benesse/privilégio sócio-profissional do anterior Estado colonial. O sector público crescerá de forma significativa e abrangente, passando a absorver cerca de 40% da força de trabalho.¹⁸

Regra geral, a distribuição dos cargos nos diversos níveis da administração do aparelho do Estado foi efectuada de acordo com critérios não oficiais de privilégio/primazia dos membros da grande aliança Crioulo/M'Bundu no

¹⁵ In ACR, 10 (1978), p.B514.

¹⁶ Roque, Fátima *et al.* *Economia de Angola* (Lisboa: Bertrand, 1991), p.221.

¹⁷ A primeira versão da Constituição não incluía o objectivo de construção do Socialismo. Só depois do I congresso “ratificar” as decisões do plenário do Comité Central de Outubro de 1976, é que o objectivo de construção do Socialismo será constitucionalmente consagrado através da revisão de Fevereiro de 1978, passando o art. 9.º a referir que “a base do desenvolvimento económico e social é a propriedade socialista, consubstanciada na propriedade estatal e na propriedade cooperativa. O Estado deverá adoptar as medidas que permitam o constante alargamento e consolidação das relações de produção socialistas”; Lei Constitucional, *Diário da República - DR*, I, 31 (7 Fevereiro 1978)

¹⁸ Os números em relação à força de trabalho são escassos e imprecisos dada a confusão que se começa a estabelecer entre Partido/Estado/Forças de Defesa e Segurança, calculando-se que as empresas públicas absorviam cerca de 45% e a administração pública cerca de 40%; in Roque, Fátima *et al.* *Economia ...op. cit.*, 1991, p. 176-178.

coração do MPLA (os vencedores da luta pelo poder), com algum destaque para os elementos herdeiros das “velhas aristocracias”, incluindo “novos e velhos assimilados”.¹⁹ A sua experiência no sistema administrativo português e os níveis relativamente elevados de formação, representaram uma enorme vantagem, permitindo-lhes o acesso a cargos de chefia no aparelho administrativo do Estado, ao mesmo tempo que a generalidade dos escalões, sobretudo médios e inferiores, eram massivamente ocupados por funcionários sem qualquer qualificação para os cargos, traduzindo-se na ineficácia técnica da administração pública.

Os não Crioulos/M'Bundus, principalmente os Bakongo que não pertenciam ao MPLA, conotados por exclusão de partes com a FNLA e com a “cultura” anti Crioulos/M'Bundus (muito disseminada pela UPA/FNLA durante a luta de libertação)²⁰, viraram-se para a então alternativa emergente dos mercados informais. Regressados em grande número do Zaire em 1977 (cerca de 200.000)²¹, tendo conhecimento e experiência de actividades de pequeno comércio marginal que alastrava nas cidades daquele país, darão desde logo um enorme impulso aos mercados informais nos mais variados micro-negócios de produção de bens e prestação de serviços.²² Desde o seu retorno serão sujeitos a várias formas de discriminação social, apontados como Zairenses e não Angolanos.²³

Tal tipo de discriminação em empregos do sector público, a par do elevado estatuto sócio-profissional dos funcionários da administração do Estado no período colonial, favoreceu uma postura de altivez e desdém da nova administração pública em relação à restante população (estratos sociais mais baixos). Em geral, os funcionários públicos comportavam-se como se a sua função não fosse a de servir o público em geral, mas a de assumir e exercer um estatuto profissional, económico e social privilegiado, e que supostamente constituía uma promessa implícita da luta de libertação. Num tal tipo de lógica, o salário não tem relação com a produtividade, aproximando-se de uma prebenda ou renda, uma compensação devida pelos sacrifícios su-

¹⁹ Ver Messiant, Christine, 1961, *L'Angola colonial, histoire et société. Les premises du mouvement nationaliste* (Bâle, Suisse : P. Sclottwein Publishing Switzerland, 2006).

²⁰ Ver Messiant, Christine, 'À propos des "transitions démocratiques", notes comparatives et préalables à l'analyse de cas Angolais', in *Africana Studia*, 2 (2000), p.79, footnote 38.

²¹ Ver *ACR*, vol.10 (1979), p.B508. De 1978 em diante os Bakongo 'regressaram' a Angola a uma taxa média de cerca de 50.000 por ano até 1982; in *ACR*, vol.14 (1983), p.B590.

²² Ver Birmingham, David, 'Angola revisited', in *Journal of Southern African Studies*, 15 (1988), p.3.

²³ Ver Mabeko-Tali, JM *Les Bakongo et la Transition Démocratique en Angola: Démocratie ou Représentation Ethnico-Regionale?* (Paris: Centre National de la Recherche Scientifique/CNRS, 1993), Rapport Scientifique de la Mission à Luanda; Groupe de Recherches 846 'Afrique Australe'; ver também *ACR*, vol.15 (1984), p.B597.

portados durante o colonialismo e um direito a exercer enquanto membros do movimento vencedor da captura do Estado.

Ainda que a maioria dos novos funcionários públicos tivessem sido desprivilegiados em relação aos segmentos brancos e da elite Crioulo/M'Bundu da administração do Estado colonial, a nova atitude tornar-se-ia a regra geral do topo às bases da administração pública. Depois das críticas de Nito Alves em 1976²⁴ e de Lúcio Lara em 1977²⁵, o próprio relatório do Comité Central ao I congresso extraordinário, de 1980, irá frisar a necessidade de combater este tipo de atitude dos funcionários públicos em relação à maioria da população a par do parasitismo, i.e. viver à custa de um salário do Estado sem relação deste com a produtividade.²⁶

Estas constatações feitas pelo relatório do CC ao congresso, assim como tantas outras que se encontram em vários documentos do partido que são analisados ao longo deste texto, devem ser vistas à luz de um mecanismo que permitia alguma liberdade de expressão interna por altura das discussões e preparações para os congressos, no espírito da crítica e auto-crítica característico deste tipo de sistemas. Não devem ser lidas como um compromisso efectivo em alterar estas realidades, que de facto apenas se irão agravar sem medidas efectivas e empenho político para as reverter, como veremos.

Agricultura e Pescas

O novo Estado independente considerou como essencial a reactivação do sector agrícola, que na altura ocupava cerca de 60% da população economicamente activa, sendo que 74% da população total vivia nas áreas rurais.²⁷ No início foi dada particular atenção à cultura cafeeíola (segundo produto mais exportado no período colonial), mas sem grande sucesso, uma vez que as fazendas de café dependiam fortemente de uma força de mão-de-obra de

²⁴ Esta atitude foi inicialmente criticada por Nito Alves como elitismo na função pública, a par de elitismo no Partido, ver Alves, Nito, *Discurso no comício de encerramento da campanha eleitoral para os órgãos do poder popular* (Luanda: DOP-MPLA, 1976), pp.21-26, cit. in Mabeko Tali, Jean-Michel, *Dissidences et pouvoir d'Etat: le MPLA face a lui-même (1962-1977)* (Paris: Université Paris VII), These de Doctorat, p.414.

²⁵ Na preparação para o congresso de 1977, Lúcio Lara, Secretário do Partido para a Organização, irá criticar os membros do partido e funcionários públicos que adoptavam atitudes burguesas de superioridade em relação aos menos preparados, operários e camponeses, cit. in Somerville, Keith, *Angola: Politics, Economics and Society*, (London: Frances Pinter, 1986), p.83. Ver igualmente *Boletim do Militante*, 57 (Março 1979), p.14.

²⁶ In *Relatório do Comité Central ao I Congresso Extraordinário do Partido* (Luanda: Secretariado do Comité Central, 1980), p.89.

²⁷ Ver Somerville, Keith, *Angola ... op. cit.* pp.96-97.

trabalhadores migrantes Ovimbundu, estimada entre 120.000²⁸ a 180.000²⁹, a maioria dos quais havia deixado as fazendas de café do Norte aquando do início da guerra civil em 1975-76, regressando aos seus locais de origem no planalto central.³⁰

Tentando suprir a debandada dos trabalhadores Ovimbundu, o governo lança as “Operações Café”, mobilizando (recrutando) um largo número de desempregados urbanos e estudantes para integrarem equipas sazonais de colheita de café. Este procedimento a roçar a coerção e pouco popular, inaugurado na colheita de Julho de 1976, repetiu-se na colheita do ano seguinte.³¹ Contudo, os resultados não foram os esperados, existindo muita resistência popular, ainda permitida num contexto de grande liberdade de expressão nos meios urbanos, que vai durar até à tentativa de golpe de 1977 e à repressão que se seguiu.³² Assim, a produção vai cair drasticamente, sendo nula em 1976.³³ Os mesmos procedimentos de recrutamento vão-se repetir no ano seguinte de 1977, mas desta vez com um carácter bastante mais repressivo e efectivo, decorrente do aumento generalizado do autoritarismo e da repressão do regime no pós-tentativa de golpe. Foram então recrutadas 90.000 pessoas, com uma colheita efectiva de 100.000 toneladas de café.³⁴

No entanto, a guerra, a resistência passiva dos trabalhadores e a falta de cuidado continuado e sustentado das plantações de café (com grãos por colher que causaram pestes e infestações)³⁵, foram progressivamente destruindo a maioria das plantações e reduzindo drasticamente a produção de 1979 em diante.³⁶

Após o plenário do Comité Central de Outubro de 1976 e da adesão oficial ao Marxismo-Leninismo, o cooperativismo agrícola tornou-se o principal objectivo da política agrícola, envolvendo um crescente controlo administrativo e governamental a todos os níveis: preços, quantidades, investimento,

²⁸ In Hodges, Tony *Angola to the 1990's ... op. cit.* p.91

²⁹ In ACR, vol. 10 (1979), p.B515.

³⁰ Ver Hodges, Tony *Angola to the 1990's ... op. cit.* p.91; também, Birmingham, David, *Frontline Nationalism in Angola and Mozambique* (London: James Currey, 1992), p.77; igualmente ACR, vol. 10 (1979), p.B515

³¹ In ACR, vol. 9 (1978), p.B460.

³² Birmingham, David, *Frontline Nationalism...op. cit.* p.77.

³³ Nesse ano foi apenas vendido o *stock* ainda existente dos últimos anos do regime colonial; in ACR, vol. 9 (1978), p.B460.

³⁴ Reportagens de René Lefort in *Le Monde* (8 Dezembro 1977); ver igualmente ACR, vol. 10 (1979), p.B515.

³⁵ In ACR, vol. 11 (1980), pp. B503-B504.

³⁶ Em 1979 a produção foi de 40.000 toneladas, em 1980 de 33.366t e em 1981 foi somente de 21501t (cerca de um décimo dos níveis de produção de 1973), in ACR, vol. 14 (1983), p. B597.

comercialização, distribuição, exportação e importação. A organização da actividade agrícola passou a assentar: a), nas fazendas estatais (Agrupamentos de Unidades de Produção/ AUPs), financeira e administrativamente dependentes do governo, sem autonomia nas decisões de produção e produzindo quase que exclusivamente para o Estado; b), nas Associações de Camponeses, produzindo de forma autónoma em relação aos programas do Estado; c), no campesinato, pequenos produtores e pastores com sistemas rudimentares de produção; d), nos poucos fazendeiros Portugueses que permaneceram no país.³⁷

Todos estes produtores dependiam do governo para o fornecimento de serviços de apoio, absolutamente cruciais para o processo de produção agrícola e prestados por empresas estatais: a ENAMA (Empresa Nacional de Mecanização Agrícola), que prestava apoio mecânico à agricultura; a DINAMA (Distribuidora Nacional de Materiais Agrícolas), que adquiria e distribuía as alfaias agrícolas, os fertilizantes e insecticidas; a AGRO-Sementes, responsável pela compra e distribuição de sementes; a ENCODIPA (Empresa Nacional de Comercialização e Distribuição de Produtos Agrícolas), tutelada primeiro pelo Ministério da Agricultura e mais tarde pelo Ministério do Comércio Interno, responsável pela comercialização e distribuição de bens de consumo às áreas rurais em troca de produtos agrícolas.³⁸

Na prática, o planeamento central do sector agrícola foi um fracasso, seja em termos administrativos ou económicos. Como podemos hoje facilmente imaginar, a complexidade burocrático-administrativa instalada foi auto-bloqueante da totalidade da estrutura em duas áreas essenciais: por um lado, ao nível da incapacidade de coordenação central de todos estes organismos numa mega-estrutura que abarcava a totalidade do território e vários ministérios;³⁹ por outro lado, ao nível das debilidades e insuficiências dos sistemas de comunicação e transportes entre a cidade capital (onde as principais decisões eram tomadas) e as províncias e suas áreas rurais (onde a produção agrícola decorria).⁴⁰

³⁷ In Roque, Fátima *et al.* *Economia ... op. cit.* pp.213–214.

³⁸ *Ibid.*; também Hodges, Tony *Angola to the 1990's ... op. cit.* pp.85-86.

³⁹ Ver *Relatório do Comité Central ao I Congresso Extraordinário do Partido* (Luanda: Secretariado do Comité Central, 1980), p.88; ver igualmente no mesmo sentido, 'Principais resultados do desenvolvimento económico-social da RPA no triénio 1978-1980' in *Orientações Fundamentais para o Desenvolvimento Económico e Social para o período 1981-1985* (Luanda: Secretariado do Comité Central, 1980), pp. 10-11.

⁴⁰ In *Zenha Relá, José Manuel Angola entre o presente e o futuro* (Lisboa: Escher, 1992) pp.53-56; também no mesmo sentido, 'Principais resultados do desenvolvimento económico-social da RPA no triénio 1978-1980' ... *op. cit.* pp. 10-11.

Em termos económicos, a ineficiência administrativa representou o fracasso de serviços cruciais para os produtores. Tal ineficiência em conjugação com outras políticas e realidades (rejeição de incentivos de mercado, termos de troca desfavoráveis entre produtos agrícolas e industriais⁴¹; as deslocações massivas de populações devido à guerra; a hostilidade dos camponeses à colectivização⁴²), resultaram no afundamento da produção agrícola para níveis de auto-consumo dos agricultores ou desvio dos poucos excedentes para a troca directa e/ou para os mercados informais, onde os preços eram substancialmente mais elevados.⁴³ No final, tal como sublinhado por Birmingham, a totalidade da rede de distribuição de alimentos fracassou a três níveis - produção, transporte e retalho.⁴⁴ Este fracasso representou um tremendo revés para o processo de colectivização.⁴⁵

Em paralelo à queda da produção agrícola, a indústria pesqueira também viu os seus níveis de produção diminuírem. Tal como a agricultura e outros sectores, a pesca sofreu das convulsões de 1975-76, com infra-estruturas em terra a serem abandonadas pelos seus anteriores proprietários, gestores e técnicos. Desde então, ainda que este sector não tenha sido directamente afectado pela guerra, os problemas de falta de recursos humanos qualificados, atrasos ou inexistência de abastecimentos e de *inputs* necessários, falta de peças e reposição de equipamentos, contribuíram em conjunto para a queda da produção piscícola.⁴⁶

Na tentativa de resolver o problema, o governo licenciou frotas estrangeiras e a indústria pesqueira foi essencialmente assumida pela União Soviética e Cuba, cujos pesqueiros com câmaras frigoríficas estavam autorizados a levar para o estrangeiro todo o pescado capturado em águas angolanas à excepção de 15%.⁴⁷ No entanto, tal medida governamental também não resolveu o problema e a captura deixada em Angola por estes navios pesqueiros (98.500

⁴¹ Ver Wolfers, Michael and Bergerol, Jane, *Angola in the Frontline* (London: Zed Press, 1983), p.143.

⁴² Ver *Financial Times* (26 January 1978).

⁴³ 'A produção de milho caiu de 333,800 toneadas em 1973 para 36,800t em 1977 e para 23,700t em 1981; tomando os mesmos anos de referência, a mandioca seca caiu de 61,800t para 1,200t tendo posteriormente subido para 19,000t [caindo novamente para 1,000t em 1985]; feijão caiu de 33,500t para 6,700t e novamente para 1,070t [...]; algodão caiu de 79,300t para 1,400t e para 1,050t; a tendência foi a mesma para todas as principais culturas alimentares, culturas de rendimento, criação de gado e lacticínios'; in Bhagavan, M R, *Angola's ... op. cit.* p.19. Ver também 'Principais resultados do desenvolvimento económico-social da RPA no triénio 1978-1980' ... *op. cit.* p.16; igualmente Wolfers, Michael and Bergerol, Jane, *Angola ... op. cit.* p.143.

⁴⁴ Birmingham, David, *Frontline Nationalism...op. cit.* p.77.

⁴⁵ Ver 'Principais resultados do desenvolvimento económico-social da RPA no triénio 1978-1980' ... *op. cit.* pp.15-16, 22-23.

⁴⁶ Ver Hodges, Tony *Angola to the 1990's ... op. cit.* p.97.

⁴⁷ In *Financial Times* (26 Janeiro 1978).

toneladas em 1981⁴⁸) ficava bastante abaixo das 467.000 toneladas disponibilizadas para o mercado em 1973 (ano económico de referência).⁴⁹

Como consequência óbvia desta quebra de produção agrícola e piscícola, o país rapidamente passou de exportador para importador massivo de todo o tipo de bens alimentares. Tão cedo como 1979, a produção agrícola nos circuitos comerciais controlados pelo Estado satisfazia somente 12% das necessidades dos consumidores e cerca de 15% das matérias-primas necessárias para a indústria⁵⁰, com reflexos óbvios na inflação que emergia nos mercados paralelos.

Perante evidências crescentes, no discurso do 1.º de Maio, Agostinho Neto admitia que o país tinha falta de alimentos e que o custo de vida era extremamente elevado⁵¹, algo que já havia sido previamente reportado por vários observadores estrangeiros em Dezembro de 1978.⁵²

Por fim, o próprio relatório do CC ao I congresso extraordinário, de Dezembro de 1980, confirmou na totalidade estas realidades do sector agrícola durante a administração de Agostinho Neto, em termos de ineficiência e ineficácia produtiva, “absentismo acentuado dos operários agrícolas”, produção para auto-consumo, deterioração das condições de vida, em especial dos camponeses, com crescentes assimetrias entre a cidade e o campo.⁵³

Indústria

Ainda que o objectivo económico do governo durante os primeiros anos da independência tivesse sido o de restaurar a produção para os níveis anteriores a 1974 (1973 era tido como o ano de referência), a produção efectiva da

⁴⁸ In Hodges, Tony *Angola to the 1990's ... op. cit.* p.98.

⁴⁹ Estimativas de toneladas anuais capturadas e descarregues em Luanda em 1977-1980 variam entre 30.000t e 90.000t por ano, muito abaixo das 467.000t descarregues em 1973, das quais 162.000 foram exportadas; in ACR, vol. 14 (1983), p.B597.

⁵⁰ In ‘Principais resultados do desenvolvimento económico-social da RPA no triénio 1978-1980’ ... *op. cit.* p.16; também no mesmo sentido ver Meyns, Peter “O desenvolvimento da economia Angolana a partir da independência: problemas da reconstrução nacional”, in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º 2 (1984), pp.121-122.

⁵¹ Cit. in *Associated Press* (2 Maio 1979).

⁵² Ler relatos a partir de Luanda por Flora Lewis para o *The New York Times* (13 Dezembro 1978); ou de David Lamb em *Los Angeles Times* (3 Dezembro 1978); ou *The Sun* (US) (13 Dezembro 1978); ou ainda *The Sunday Telegraph* (25 Junho 1978).

⁵³ *Relatório do Comité Central ao I Congresso Extraordinário ...op. cit...*1980, p.53; também no mesmo sentido ver ‘Principais resultados do desenvolvimento económico-social da RPA no triénio 1978-1980’ ... *op. cit.* pp.22-23.

indústria transformadora entre 1975 e 1977 foi em média na ordem dos 20% a 30% dos níveis de 1973.⁵⁴ A produção de diamantes, terceira produção mais importante ao nível da exportação, a seguir ao café, caiu para 400.000 carats em 1977, comparada com os 2 milhões de antes da independência.⁵⁵

Para além da falta de recursos humanos especializados, escassez de matérias-primas, destruição de infra-estruturas e dificuldades de abastecimento de água e electricidade causadas pela guerra, a produção da indústria transformadora foi fortemente afectada por uma onda de greves que se seguiu à independência, no referido contexto de contestação e liberdade de expressão permitido até 1977, clamando por uma imediata e acentuada melhoria dos níveis de vida.

Incapaz de actuar de imediato sobre os outros constrangimentos, a liderança somente podia actuar sobre o movimento grevista, que foi sendo gradualmente combatido depois do plenário do CC de Outubro de 1976, quando todas as comissões de trabalhadores e sindicatos independentes foram forçados a juntar-se à UNTA e os salários congelados.⁵⁶ A repressão a estes movimentos intensificou-se após a tentativa de golpe, quando as greves não autorizadas e as manifestações de rua foram abertamente suprimidas; a violência da purga foi mais do que suficiente para dissuadir tais práticas⁵⁷.

Tal atitude repressiva foi reforçada com a aplicação efectiva de legislação austera, que até então não havia sido aplicada: por um lado, a “Lei da Disciplina do Processo Produtivo” (Lei 11/75), que define vários “crimes contra a produção”, incluindo, “resistência passiva no trabalho” e “paralisação do trabalho ou greves que não sejam conduzidas pelos sindicatos ou pelas comissões sindicais”, para os quais estabeleceu penas de prisão efectiva que poderiam ir até dois anos, cumpridas em campos de trabalho⁵⁸; por outro lado, a Lei 57/76, que constatando a pouca eficácia da Lei anterior, “atribui maior eficácia aos delitos económicos”, definindo de forma abrangente e arbitrária, “crime de sabotagem económica, a prática de actos lesivos da regular evolução do processo revolucionário no domínio da economia nacional” (art.2.º). As penas para os crimes de sabotagem económica foram

⁵⁴ Ver Ferreira, Manuel Ennes, *A Indústria em tempo de Guerra* (Angola, 1975–91) (Lisboa: Edições Cosmos/IDN, 1999) p.468.

⁵⁵ *In ACR*, 10 (1978), p.B495.

⁵⁶ Todas as negociações salariais que se vinham arrastando desde o período do governo de transição foram suspensas a 5 de Julho de 1976; *in Africa Research Bulletin - ARB*, I (Agosto 1976); e os salários foram congelados a partir da implementação das decisões plenárias de Outubro de 1976; *in ACR*, 10 (1979), p.B514.

⁵⁷ Ver Vidal, Nuno “Multipartidarismo em Angola” *in* Vidal, Nuno & Pinto de Andrade, Justino (eds.), *O processo de transição para o multipartidarismo em Angola* (Luanda e Lisboa: Firmamento, 2006), pp. 11-57.

⁵⁸ Lei n.º 11/75 DR, I, 29 (15 Dezembro 1975), Lei da Disciplina do Processo Produtivo.

fortemente agravadas, variando entre dois e oito anos de prisão efectiva, cumprida em campos de produção (arts.1.º e 3.º)⁵⁹.

A aplicação efectiva desta legislação no período mais repressivo que se seguiu à tentativa de golpe de Maio de 1977, contribuiu para uma ligeira recuperação dos níveis de produção da indústria transformadora, atingindo o seu pico em 1981, com 40% dos níveis de 1973, mas a partir dessa altura irá regressar rapidamente à tendência de queda, rumo aos níveis de 1976 e, posteriormente, para níveis ainda mais baixos.⁶⁰

Suspensos os aumentos salariais, aumentando a austeridade e repressão das políticas laborais, agravando-se as condições de vida com escassez de vários produtos e perda do poder de compra, a pressão dos trabalhadores voltou-se no sentido da exigência de parte da produção das indústrias em que trabalhavam, uma prática que ficou conhecida por auto-consumo. Ainda que não permitido legalmente, o auto-consumo rapidamente se desenvolveu quase que como um direito adquirido e espalhou pelas unidades de produção do Estado, industriais, agrícolas ou comerciais; facto que levou mais tarde o I congresso a frisar a necessidade de acabar com tais práticas.⁶¹

Confirmando a tendência em crescendo desde 1976-1977, só a indústria petrolífera funcionava normalmente, primeiro através da Gulf Oil e posteriormente através de outras companhias estrangeiras a operar em Angola. A produção petrolífera em 1976 foi de 130.000 barris diários, comparada com os 150.000 barris diários do pré-independência e alcançando os níveis do pré-independência logo em 1977⁶², que rapidamente foram ultrapassados com uma crescente produção derivada da exploração de novos poços.⁶³ A produção petrolífera beneficiou igualmente do aumento dos preços internacionais do petróleo, representando uma receita de cerca de \$US800 milhões a \$US1.2 biliões por ano, entre 1976 e 1980.⁶⁴

A exploração petrolífera comercial, já com fortes laços a empresas americanas no período colonial, seguiu no mesmo rumo de aliança a empresas

⁵⁹ Lei n.º 57/76 DR, I, 157 (5 Julho 1976).

⁶⁰ Ver Ferreira, Manuel Ennes, *A Indústria ... op. cit.* p.468.

⁶¹ *Resoluções e Mensagens do I Congresso Extraordinário do MPLA-PT de 17 a 23 de Dezembro* (Luanda: Secretariado do Comité Central, 1980), p.39

⁶² Ver artigos de René Lefort in *Le Monde* (8 Dezembro 1977); *Financial Times* (26 Janeiro 1978); também *ACR* vol. 13 (1982), p.B655.

⁶³ *In Relatório do Comité Central ao I Congresso Extraordinário... op. cit...*1980, p.74.

⁶⁴ Ver Hodges, Tony, *Angola from Afro-Stalinism to Petro-Diamond Capitalism* (London: James Currey, 2001), p.2; também artigo de René Lefort in *Le Monde* (8 Dezembro 1977); *Financial Times* (26 Janeiro 1978).

Ocidentais depois da independência, embora com alterações de fundo no que toca ao enquadramento legal, sendo que o novo Estado proclamou direitos exclusivos sobre todos os depósitos de petróleo no país. A Lei nº13/78 de Agosto de 1978 estabeleceu a SONANGOL, empresa petrolífera estatal, como o concessionário exclusivo dos recursos de hidrocarbonetos do Estado. Não obstante, dado o elevado nível tecnológico das empresas Americanas nesta indústria e a sua capacidade para novos investimentos, a SONANGOL baseou a sua estratégia nas parcerias com empresas estrangeiras Ocidentais, recorrendo essencialmente a dois tipos de acordos: por um lado, *joint ventures*, nas quais a SONANGOL e os seus parceiros privados partilhavam investimentos e recebiam petróleo produzido na mesma proporção (51% SONANGOL, 49% parceiros); por outro lado, acordos de partilha de produção, nos quais as empresas estrangeiras faziam os investimentos necessários e como compensação recebiam uma parte do petróleo produzido. Esta segunda vertente foi sendo muito desenvolvida ao longo dos anos setenta e oitenta, permitindo uma relação de renda paga ao Estado, dispensando-o do grosso dos investimentos de que a indústria necessitava para o seu desenvolvimento e aumento da produção.⁶⁵

À medida que a produção diminuía, tanto na indústria transformadora como na agricultura, ou na actividade mineira, o petróleo tornou-se cada vez mais a grande fonte de receita do orçamento de Estado, financiando não só o inevitável crescimento das importações de todo o tipo de bens, vendidos a preços subsidiados nas lojas do Estado, mas também os salários dos ineficientes sectores industrial e agrícola, para além da administração pública. O relatório do CC ao I congresso extraordinário, de 1980, acabou por reconhecer que os salários pagos a todos aqueles sectores não tinham relação com a produção ou ainda menos com a produtividade.⁶⁶ Um outro documento do congresso criticava a postura de vários trabalhadores, gestores e directores ministeriais, cuja ambição era a de extraírem do Estado o mais que podiam.⁶⁷

Em suma, a vários níveis da economia, foi criada uma relação de tipo *rentière*, seja entre o Partido/Estado (o principal empregador) e a maioria dos empregados (trabalhadores na indústria, agricultura estatal e administração pública), seja entre o Partido/Estado e as empresas estrangeiras no

⁶⁵ Ver Collelo, Thomas, *Angola, a Country Study* (Washington: Federal Research Division, 1991).

⁶⁶ In *Relatório do Comité Central ao I Congresso Extraordinário... op. cit...*1980, p.74.

⁶⁷ In 'Principais resultados do desenvolvimento económico-social da RPA no triénio 1978-1980' ... *op. cit.* p.28.

sector petrolífero. No entanto, em ambas as relações (internas e externas), o Partido/Estado detinha a posição dominante na desequilibrada balança de poder, quer em relação às massas assalariadas (que perderam qualquer tipo de poder por via do voto, movimentos laborais ou da produção), quer em relação às companhias petrolíferas (que em face da concorrência num país onde este sector é altamente atractivo, foram cada vez mais assumindo uma posição de subserviência para com o regime).

A relação *rentière* de dependência desenvolvida com os diversos estratos da população foi financeiramente apoiada pelos rendimentos do petróleo, geridos pelos órgãos de topo do Partido/Estado, representando assim um tipo de relação distributiva entre os estratos mais elevados, intermédios e mais baixos da sociedade. No entanto, a receita do petróleo não chegava para satisfazer as necessidades e expectativas de todos, sendo obviamente os estratos mais baixos os primeiros a enfrentar as maiores dificuldades.

Sector Informal

A escassez económica aliada à gestão centralizada e administrativa da economia e ao partido único, induziu um triplo fenómeno inter-relacionado. Primeiro, conduziu aos habituais sistemas de racionamento, comuns a outros sistemas socialistas marcados pela escassez, com hierarquização sócio-político-económica no acesso aos canais oficiais de abastecimento e a outros benefícios determinados pela posição ocupada dentro da hierarquia do Partido/Estado. Segundo, levou ao desenvolvimento de mercados informais paralelos, com preços bastante mais elevados que o oficial. Terceiro, levou à igualmente comum arbitragem entre mercados oficiais e paralelos, com forte estímulo ao desvio de bens e recursos dos canais oficiais para os informais.

Ainda que as variações salariais não fossem alargadas (de 1 a 3 em média)⁶⁸, emergiram três mecanismos principais de diferenciação sócio-económica entre o topo e as bases da hierarquia Partidária/Estatal/Militar e também entre aqueles que eram membros destas estruturas e aqueles que não o eram. Esta diferenciação será reforçada pela relação que terão com os mercados informais.

⁶⁸ Oficialmente, os níveis salariais variavam numa escala de 1 a 19, a mais baixa sendo a escala 1 com 5.000 Kwanzas/mês, a mais alta sendo a 19 com 35.000 Kw/mês, contudo, a maioria dos assalariados encontrava-se em duas grandes categorias: 10.000-15.000 Kw/mês e 15.000-25.000 Kw/mês. O topo da escala salarial (35.000/mês) e a base (5.000/mês) continham um número reduzido de assalariados. Assim, o diferencial de rendimento era essencialmente de 1 para 3; In Bhagavan, M R, *Angola's ... op. cit.* p.63.

Um primeiro e mais óbvio mecanismo de diferenciação sócio-económica, consistia no sistema de lojas estatais, que forneciam bens alimentares e industriais a preços baixos, controlados (oficiais). Este sistema estava dividido em diferentes categorias para diferentes estratos sócio-políticos, entre lojas do povo, dos responsáveis, dirigentes e topo da hierarquia Partidária/Estatal/Militar, com óbvias diferenças no tipo, quantidade e qualidade dos produtos existentes e diferentes limites de abastecimento.⁶⁹

O racionamento de bens e serviços a preços oficiais será assim, acompanhado de uma “selecção” administrativo-política de grupos e indivíduos com acesso privilegiado aos canais de distribuição, tendo subjacente a “nova” estratificação social e a hierarquia dos interesses estabelecidos, de acordo com uma lógica distributiva comandada pelo aparelho partidário.

A existência de grandes diferenças entre preços do mercado paralelo e oficial, que no final dos anos setenta e início dos anos oitenta eram cerca de 30 a 100 vezes superiores nos mercados paralelos,⁷⁰ abriu várias oportunidades de lucro. A generalidade das pessoas comprava tanto quanto pudesse a preços oficiais e revendia depois no mercado paralelo. Tais lucros eram obviamente proporcionais à posição ocupada por cada um na hierarquia Partidária/Estatal/Militar e, conseqüentemente, ao tipo de lojas a que cada um podia aceder.

Um segundo grande mecanismo de diferenciação económico-social residia no sistema de requisições e credenciais, que permitiam o acesso a bens escassos, desde os muitíssimo valorizados automóveis, aos geradores, fogões, motos, frigoríficos, bombas de água, mobílias etc. Teoricamente qualquer cidadão poderia conseguir uma requisição ou credencial, mas na prática a concessão destes documentos era igualmente gerida de acordo com os usuais critérios selectivos e discriminatórios, seguindo a hierarquia Partidária/Estatal/Militar. Também a exemplo do que acontecia com o sistema de lojas, uma significativa parte dos bens adquiridos através desta forma, acabavam revendidos nos mercados paralelos.⁷¹

⁶⁹ Ver Bhagavan, M R, *Angola's ... op. cit.* p.21; Existiam ainda “lojas especiais” bem fornecidas de produtos, mas para acesso por parte de estrangeiros que pagavam em divisas e “lojas para cooperantes” (estrangeiros a trabalhar para o governo), com salários em Kwanzas, também abastecidas pelo Estado e regra geral sofrendo do mesmo tipo de escassez que as lojas do povo, *Ibid.* p.21.

⁷⁰ In Bhagavan, M R, *Angola's ... op. cit.* p.22.

⁷¹ Ver Messiant, Christine, ‘À propos des...’, *op. cit.* p.78

Um terceiro grande mecanismo de diferenciação consistia no acesso privilegiado ao mercado de divisas ao câmbio oficial (com uma taxa sobrevalorizada do Kwanza), quer fosse para viagens de serviço (arranjadas pelos mais diversos motivos) ou de turismo, ou ainda para acesso ao crédito bancário a juros irrisórios e sem mecanismos efectivos de recuperação do principal ou dos empréstimos em caso de incumprimento. As viagens de serviço tornaram-se muito comuns, sendo em grande medida encaradas como uma espécie de compensação, para quadros médios e superiores, pelos baixos salários oficiais. Tais viagens eram subsidiadas com dólares americanos de acordo com a posição ocupada nas referidas hierarquias e o tempo previsto no exterior; permitindo cobrir não só as despesas no estrangeiro, em condições bastante confortáveis, mas também gastar em compras. Bens adquiridos no estrangeiro, seja por via das viagens de serviço ou de turismo (em boa medida também ou só comerciais), acabavam por abastecer os mercados paralelos em Angola.

Rapidamente, começam a desenvolver-se todo o tipo de “esquemas” prejudiciais ao bem público, marcados pelas mais diversas práticas “predatórias” de apropriação de recursos e bens públicos para benefício pessoal privado, seja por vias claramente ilegais, de roubos e desvios dos canais oficiais para os informais, seja por vias mais ou menos legais, através da ocupação de cargos públicos permitindo actividades privilegiadas de arbitragem entre mercados oficiais e paralelos.

Apesar da tentativa do pós-27 de Maio em tornar mais efectiva a aplicação da legislação disciplinadora do processo produtivo, as práticas predatórias não só se espalharam, mas rapidamente atingiram uma nova dimensão, com a organização de redes para a sua melhor articulação e desenvolvimento em todos os sectores de actividade, de forma a satisfazer a sempre crescente demanda dos mercados informais, envolvendo não só trabalhadores, mas também dirigentes e agentes da defesa e segurança, tal como reconhecido pelo congresso de 1980,

Considerando que estas situações se agravam dia após dia pela corrupção, pelo proteccionismo e liberalismo de dirigentes e responsáveis, pela inoperância dos mecanismos de prevenção e repressão e pela falta de controlo generalizado sobre os bens do povo;

Considerando que a situação acima mencionada, que mostra tendência para a generalização, afecta necessariamente a situação de classe das massas trabalhadoras, em particular dos operários e camponeses e leva à degradação ideológica pela sua transformação progressiva em pequenos negociantes; (...)

O congresso chama especial atenção para a necessidade de punir em especial os dirigentes, responsáveis, técnicos, agentes da Defesa e Segurança e todos os trabalhadores do sector estatal em geral, que pratiquem, encubram ou sejam cúmplices, ou por qualquer outra forma estejam ligados às práticas contra-revolucionárias objecto da presente resolução.⁷²

O mesmo congresso notou ainda que todas aquelas práticas aqui chamadas de predatórias, representando distorções nos circuitos de comercialização e distribuição, agravavam consideravelmente o já de si insuficiente poder de compra das massas trabalhadoras.⁷³

De facto, quanto mais crescia a economia paralela através de práticas predatórias, mais fraca ficava a economia oficial e mais corroído era o poder de compra dos salários em resultado da inflação “oculta” do mercado paralelo, levando a uma renovada necessidade de envolvimento na economia paralela em busca de rendimentos extra. Este círculo vicioso não fornecia uma verdadeira alternativa para as camadas sociais mais baixas, cujo poder de compra continuava a decrescer, mas beneficiava essencialmente os principais especuladores, os privilegiados pelas posições ocupadas na hierarquia Partidária/Estatal/Militar.⁷⁴

Apesar das denúncias destas realidades por parte de vários documentos partidários, não foram tomadas quaisquer medidas efectivas contra tais práticas no seu conjunto. Pelo contrário, a liderança aprendeu a manipulá-las e a controlá-las, tornando-as estruturais ao sistema político-económico.⁷⁵ Na medida em que o partido dominava o aparelho discriminatório, que dava acesso aos principais canais de abastecimento, também controlava o grosso do sector informal. Deste modo, o sector informal tornou-se uma parte integral do sistema centralizado de controlo e domínio partidário sobre a totalidade do emergente quadro de relações económicas.

É importante notar que a grande maioria dos produtos que alimentavam o mercado informal (bens legal ou ilegalmente importados, legal ou ilegalmente apropriados) eram todos eles pagos com dólares americanos provenientes

⁷² *Resoluções e Mensagens do I Congresso Extraordinário...op. cit.*, 1980, pp.39-41; ver no mesmo sentido, ‘Principais resultados do desenvolvimento económico-social da RPA no triénio 1978-1980’ ... *op. cit.*

⁷³ *Resoluções e mensagens do I Congresso Extraordinário ...op. cit.*...1980, p.39

⁷⁴ Ver *Relatório do Comité Central ao I Congresso Extraordinário ...op. cit.*...1980, p.74; no mesmo sentido ‘Principais resultados do desenvolvimento económico-social da RPA no triénio 1978-1980’ ... *op. cit.* p.13.

⁷⁵ Christine Messiant chama este fenómeno de « necessidade estrutural »; *in* Messiant, Christine, ‘À propos des...’, *op. cit.* p.78 footnote 37.

exactamente da mesma fonte – a renda petrolífera –, distribuída de acordo com critérios partidários de gestão, equilíbrio e manutenção do poder.

Assim, a renda petrolífera acabou por ser o principal sustentáculo de todo o sistema económico: directamente suportando a economia oficial/formal, através do financiamento dos preços subsidiados dos bens e equipamentos, assim como dos salários do improdutivo e ineficiente sector estatal, e indirectamente suportando a economia informal/não oficial, através do financiamento de todas as distorções económicas administrativas, privilégios e benefícios.

Para além de todas as outras implicações económicas que este facto possa representar, a usual afirmação generalista de que a economia se torna cada vez mais dependente em relação às receitas petrolíferas, esconde realidades mais complexas para a estruturação do sistema sócio-económico e político. Contribuirá para o fenómeno de dependência das massas em relação à distribuição das elites; para o fenómeno de autonomização económica das elites em relação ao esforço produtivo das massas; para a possibilidade de centralizar, concentrar e restringir o acesso à principal fonte de rendimentos – a renda petrolífera, depositada em contas bancárias de acesso muito restrito, controlado e vinda do exterior. Constituiu-se assim como um factor de relativa segurança em relação a potenciais facções internas ou elites/sub-elites concorrentes do poder que, conseqüentemente, se tornaram dependentes e leais ao grupo dirigente, permitindo uma relativa estabilidade do sistema patrimonial Angolano, a consolidação do poder e a persecução da hegemonia até aos dias de hoje.

1.2. Princípios de gestão do poder e da economia política: os confrontos entre alas Esquerda e Direita do partido e o carrossel de equilíbrio patrimonial.

A Esquerda e a Direita do Partido

No que concerne ao topo do sistema, a clarificação e consagração “oficial” do quadro de princípios normativos do modelo de gestão da nova organização económica e política, far-se-á em finais de 1978 e durante o último ano da presidência de Neto (1979), após uma luta directa entre duas posições sócio-políticas de princípios organizativos contrários, que se vinham cristalizando desde a independência no interior do Bureau Político – BP, e do Comité Central - CC, reflectindo em parte, de forma já alterada, as clássicas

ou históricas clivagens de elite no seio da aliança M'Bundu/Crioula, entre, por um lado, um segmento relativamente menos assimilado, de tez mais escura e do interior e, por outro lado, um segmento relativamente mais assimilado, de tez mais clara e da costa.⁷⁶

Depois da independência, estas clivagens vão-se expressar e cristalizar no que podemos considerar como alas Esquerda e Direita no topo da direcção do partido, no interior da clique de apoiantes indefectíveis de Agostinho Neto. As aqui referidas alas Esquerda e Direita devem ser entendidas como quaisquer outras classificações sócio-políticas utilizadas em Angola; úteis neste caso para explicar um período específico (1975-1983), mas alteráveis ao longo do tempo e decrescendo em importância até ao seu desaparecimento progressivo de 1982/83 em diante, como veremos.

Da independência até à purga do pós-27 de Maio, as divergências no topo do partido ainda não se haviam cristalizado e definido claramente em termos de princípios e posições contrárias devido à necessidade de união do topo contra a ameaça *Nitista*, entendida como ameaça comum por motivos que não poderemos aqui desenvolver. No entanto, logo que a ameaça *Nitista* desapareceu (com um processo de purga partidária e posterior “movimento de rectificação”)⁷⁷, as divergências entre aquelas duas alas tornar-se-ão progressivamente mais agudas em finais de 1977, durante as preparações para o I congresso.

Seguindo os critérios de Wallerstein para definir Esquerda e Direita em África, aquelas categorias sócio-políticas, começam a divergir em termos de ideologia/gestão política, política económica e política externa.⁷⁸

A ala Esquerda (cujos membros mais proeminentes incluíam nomes como Lúcio Lara, Carlos Dilolwa, Iko Carreira e António Jacinto), defendia uma progressão firme rumo ao Socialismo. Em termos de economia política, advogavam uma luta cerrada contra as chamadas práticas contra-revolucionárias, como o mercado negro, o absentismo, o desvio da produção e o não cumprimento das metas de produção, assim como uma maior cooperação económica com países do Bloco de Leste, especialmente Cuba. Esta posição era liderada por Carlos Dilolwa (ministro do plano e segundo vice-

⁷⁶ A este respeito ver Ver Messiant, Christine, 1961, *L'Angola colonial...* op. cit.

⁷⁷ Ver Vidal, Nuno “Multipartidarismo em Angola” ...op. cit., 2006, pp. 11-57.

⁷⁸ Ver Wallerstein, Immanuel, ‘Left and Right in Africa’, in *The Journal of Modern African Studies*, 9, I (1971), pp.5-10.

primeiro ministro). Em termos de gestão política, defendiam um sistema determinado por critérios ideológico-revolucionários, onde as posições estratégicas de topo do Partido/Estado deveriam ser ocupadas por uma vanguarda versada na teoria Marxista-Leninista, empenhada na construção do Socialismo.⁷⁹ Rejeitavam qualquer critério de peso demográfico na aliança Crioulo/M'Bundu no seio do MPLA, rechaçando as pressões da ala Direita por uma base negra M'Bundu do poder (essencialmente da região de Catete, de onde eram originários Mendes de Carvalho, figura de referência da Direita, e o próprio Agostinho Neto).⁸⁰

Ainda que possamos respeitar a possibilidade de honestidade ideológica desta posição, não podemos ignorar o facto de que servia igualmente os interesses pessoais dos seus proponentes no seio do partido, i.e. apesar do menor peso demográfico deste segmento de elite, relativamente mais assimilado e mestiço, o seu relativamente mais elevado nível educacional e preparação ideológica asseguraria a sua primazia política num partido de vanguarda.

Em termos de política externa, a Esquerda sustentava um alinhamento intransigente e radical ao lado de outros países Socialistas, reforçando a presença Cubana a todos os níveis da cooperação (militar e civil), rejeitando quaisquer concessões em relação às exigências dos EUA / África do Sul para uma retirada das tropas Cubanas e qualquer relação entre a presença das tropas Cubanas em Angola e a implementação da resolução 435 das Nações Unidas (independência da Namíbia).

Por outro lado, incrédulos em relação ao Marxismo ou qualquer outra ideologia e defendendo essencialmente cultura e tradição, a Direita (cujos membros proeminentes incluíam pessoas como Agostinho Mendes de Carvalho, Domingos Paiva da Silva, Manuel Pedro Pacavira ou Imperial Santana), sustentava em termos de política económica uma posição mais flexível e pragmática, aceitando a organização económico-política tal como vinha evoluindo, i.e. um oficialmente proclamado modelo Socialista, mas aceitando e indirectamente suportando os esquemas de generalizada arbi-

⁷⁹ A partir de entrevistas com Carlos Dilolwa (Agosto-Setembro 1994); J.M Mabéko Tali (27 Abril 1998); Lúcio Lara (1 Maio 1998); Paulo Jorge (26 Junho 1998); Costa Andrade N'Dunduma (30 Março 1998); Raúl Araújo (2 Abril 1998); Pepetela (7 Julho 1998); António Cardoso (10 Julho 1998); Mendes de Carvalho (17 Julho 1998).

⁸⁰ Como diria Jean-Michel Tali, a influência de alguns originários de Catete sobre Neto era “um factor não negligenciável na maneira como o Chefe de Estado geria o poder”, sendo por vezes apelidada de Catetização do poder; *in* Mabeko Tali, Jean-Michel, *Dissidences ...op.cit.* p.411.

tragem entre mercados oficiais e paralelos (negócios privados), mantidos pelo sistema hierárquico de privilégios gerido pelo topo da liderança do Partido/Estado.

Esta ala nutria um profundo descrédito pelas políticas comunistas de colectivização da terra e criticava a postura radical da Esquerda em relação à iniciativa privada. Em termos de gestão política do poder, a Direita apoiava um sistema de liderança que respeitasse o peso demográfico de cada segmento da elite Crioulo/MBundu no interior do MPLA, mediante o qual, ainda que menos assimilados, do interior e genericamente menos preparados em termos de teoria Marxista-Leninista, poderiam finalmente atingir a primazia política, destronando a Esquerda intelectual/ideóloga, incluindo a sua base sociológica, que desde o tempo colonial foi relativamente privilegiada.

Para os grupos fora do MPLA, a Direita sustentava uma solução pragmática, i.e. a cooptação ou integração dos seus membros na hierarquia intermédia do partido (e consequentemente dentro da hierarquia distributiva), alargando assim as bases de suporte sócio-político do MPLA. Em termos de política externa, colocavam o nacionalismo acima do internacionalismo, tendo sérias reservas acerca da presença Cubana, sustentando uma abordagem mais flexível e pragmática a questões diplomáticas no que concerne ao Ocidente, aceitando a possibilidade de negociações com os EUA / África do Sul como forma de facilitarem a implementação da resolução 435 da ONU e o reconhecimento Norte Americano do governo Angolano.

Por altura do congresso (Dezembro de 1977), a ala Direita tentou colocar tantos elementos seus quanto possível no CC e conseguir pelo menos um assento no BP; uma jogada que foi tão óbvia que acabou criticada por alguns no próprio congresso⁸¹ e reportada para o exterior como acção de um "lobby regional conhecido por Grupo de Catete".⁸² Ainda que a ala Direita fracassasse em conseguir o tão desejado assento no BP, no entanto conseguiu vários lugares no CC.⁸³

A luta pelo poder e por princípios organizacionais entre Esquerda e Direita atingiu o seu apogeu no plenário do CC em Dezembro de 1978. Nessa altura, as duas alas tiveram um embate frontal, pressionando Neto a tomar posições.

⁸¹ Ver Wolfers, Michael and Bergerol, Jane, *Angola ... op. cit.* p.167.

⁸² In Somerville, Keith, *Angola ... op. cit.* p.86; também Wolfers, Michael and Bergerol, Jane, *Angola ... op. cit.* p.167.

⁸³ Dos membros proeminentes da Direita, apenas Imperial Santana não teve assento no CC.

Por esta altura, o já forte controlo de Neto sobre todo o sistema político, depois da purga e do movimento de rectificação partidária, permitiu-lhe tomar opções muito próximas das sustentadas pela Direita.

Internamente, a reunião do CC abriu a possibilidade aos negociantes privados angolanos de poderem criar firmas de construção e camionagem (transporte de mercadorias para as províncias). No dia seguinte ao plenário do CC, num comício em Luanda a 10 de Dezembro, Neto enfatizou que os angolanos do sector privado teriam um papel a jogar na economia do país⁸⁴ e uma semana depois, a 17 de Dezembro, afirmou a necessidade de oferecer mais possibilidades à iniciativa privada, actividades que, segundo ele, não deveriam ser consideradas contra-revolucionárias como à primeira vista poderiam parecer.⁸⁵ Reconhecendo a incapacidade do Estado no sector da habitação, foi levantada a proibição à construção informal e sugerida uma atitude mais flexível em relação ao pequeno comércio como forma de ajudar à recuperação dos mercados rurais, reconhecendo que homens e mulheres que viviam no campo sofriam muito, porque dificilmente conseguiam vender, comprar ou produzir.⁸⁶ Mesmo observadores estrangeiros, simpáticos em relação às posições da esquerda, como David Ottaway, admitiam e justificavam a necessidade de Neto pelo pragmatismo,

*A necessidade de pragmatismo é evidente para o visitante. Todas as mercearias de Luanda parecem ter uma longa fila e existe muita falta de frutas, vegetais e carne. Num país outrora entre os principais exportadores mundiais de café, existe muito pouco café disponível na capital.*⁸⁷

Evidente ou não, tal pragmatismo era visto como um forte revés para as posições da Esquerda, especialmente para Carlos Dilolwa, que expressou a sua discordância com tais concessões⁸⁸, tendo pedido a demissão do seu cargo no governo, como segundo vice-primeiro ministro, para a economia, e do seu cargo no BP. O primeiro-ministro Lopo do Nascimento, na altura assumindo uma posição próxima da Esquerda, ainda que seja muito discutível se de facto assumia a posição da Esquerda em todas as matérias, perdeu

⁸⁴ Cit. in ACR, 11 (1980), p.B487.

⁸⁵ Discurso de Agostinho Neto em Luanda a 17 Dezembro de 1978, entitulado ‘Nada pode parar a nossa revolução.’ Cit. in Meyns, Peter, ‘O desenvolvimento ... op. cit. p.144.

⁸⁶ Reportado por Augusta Conchiglia para *Afrique-Asie*, 177 (25 Dezembro 1978), pp.23-25; no mesmo sentido, *Le Monde* (12 Dezembro 1978).

⁸⁷ Artigo de David Ottaway ‘Angola tries new pragmatism; Neto asks for help to repair economy’ in *Herald Tribune* (27 Dezembro 1978).

⁸⁸ Entrevistas com Carlos Dilolwa (Agosto-Setembro 1994); também in Mabeko Tali, Jean-Michel, *Dissidences ...op.cit.* p.410.

o seu lugar no BP, assim como o cargo de primeiro-ministro, um cargo que foi simplesmente abolido.⁸⁹ Outros membros da Esquerda, como António Jacinto, acabaram progressivamente por aceitar o pragmatismo de Neto.⁹⁰

Alguns meses mais tarde, durante o discurso do 1.º de Maio, Neto anunciou novas áreas abertas à iniciativa privada, englobando algumas actividades comerciais privadas de alimentação e bens de consumo, como forma de compensar a escassez causada pela ineficiente produção e distribuição.⁹¹ Enquanto Neto anunciava publicamente várias concessões ao sector privado, a única “vitória” que a ala Esquerda conseguia era uma declaração do BP no 1.º de Maio, vaga e inócua, denunciando alguns sectores da “pequena burguesia” que queriam assumir as posições da burguesia colonial e os valores morais e ideológicos do capitalismo, como o desdém pela classe trabalhadora, a recusa em resolver os problemas concretos das massas, o amor pelo luxo e vida fácil, o espírito de ostentação, a negligência, a corrupção política e económica e o oportunismo.⁹²

Mesmo antes daquele plenário do CC, Neto havia mostrado alguns sinais de pragmatismo e liberalismo. Numa tentativa de normalizar as relações económicas com o Ocidente, o Presidente encetou uma aproximação aos países da Comunidade Económica Europeia – CEE,⁹³ em particular à Bélgica, cujo primeiro-ministro foi informado por Neto de que Angola estava ansiosa por estabelecer laços de cooperação económica com os países da Europa Ocidental como forma de diversificar os seus parceiros internacionais e reduzir a sua dependência em relação a Cuba e ao bloco Soviético.⁹⁴ Para além dos acordos inter-governamentais, Neto mostrou interesse pelo investimento privado Ocidental em larga escala, especialmente dirigido para o petróleo, aberto a outras companhias para além da Gulf Oil e da Petrofina,⁹⁵ mas também incluindo projectos de desenvolvimento noutras

⁸⁹ Contrariamente a Dilolwa que se demitiu de todos os postos no partido e no governo, Lopo do Nascimento manteve a sua posição no CC e foi depois nomeado para representar Angola na OUA (obviamente uma demissão) e posteriormente nomeado como comissário provincial.

⁹⁰ In Mabeko Tali, Jean-Michel, *Dissidences ...op.cit.* p.410.

⁹¹ *Cit. in Associated Press* (2 Maio 1979).

⁹² *Cit. in The Guardian* (US) (9 Maio 1979).

⁹³ Em Julho de 1978, o Comissário da CEE para o Desenvolvimento, Claude Cheysson, visitou Angola e de acordo com as suas palavras, ‘Angola quer incrementar o comércio com o Ocidente e está muito receptiva ao investimento Ocidental [...] fiquei impressionado pelo desejo de Neto e dos seus ministros para imediatamente discutirem certos problemas de desenvolvimento. Os seus parceiros tradicionais não lhes podem oferecer muito neste campo’; *cit. in ACR*, 11 (1980), p.B497.

⁹⁴ Tal declaração foi feita durante uma visita de Henri Simonet (Ministro belga das Relações Exteriores) a Luanda em Setembro de 1978; *in New York Times* (18 Setembro 1978); também *ACR*, 11 (1980), p.B497.

⁹⁵ Ver *The New York Times* (18 Setembro 1978).

áreas, como as pescas, minas de urânio e ferro, para além da recuperação do porto do Lobito e do caminho de ferro de Benguela.⁹⁶ No entanto, a CEE concedeu a Angola o estatuto de observador nas renegociações da Convenção de Lomé.⁹⁷

Ainda a nível da política económica externa, alguns dias antes do plenário, já os jornalistas Ocidentais falavam de uma “mudança da ideologia para o pragmatismo” à medida que a “economia se afunda”⁹⁸ e por altura do plenário do CC (6 a 9 de Dezembro de 1978), a maior abertura económica ao Ocidente era reafirmada e tornada concreta. Neste sentido, Neto anunciou a preparação de uma nova e mais atractiva lei do investimento privado, que foi efectivamente aprovada em Julho de 1979, abarcando todas as áreas da actividade económica, permitindo vários benefícios, como o repatriamento de lucros, garantias de compensação em caso de nacionalização, isenção de impostos e direitos alfandegários.⁹⁹ No caso específico do sector petrolífero a nova lei era ainda mais “liberal” que a anterior, aprovada em 1978.¹⁰⁰

Carrossel Patrimonial de Equilíbrio e Cooptação

Depois do plenário, Neto vai definitivamente colocar em funcionamento um sistema de gestão de equilíbrios do poder baseado na rotação de nomeações para as posições de topo no Partido e Estado, incluindo governo central, governos provinciais, empresas públicas e embaixadas; criando uma espécie de *carrossel patrimonial* de posições, nas quais os elementos chave do Partido rodavam de acordo com as necessidades políticas do sistema, incluindo o equilíbrio micro-identitário (etno-linguístico, regional, racial e familiar), com óbvia predominância para o coração Crioulo/MBundu do MPLA, a quem ficava assegurada a supremacia política e económica no seio da gran-

⁹⁶ *In West Africa* (23 Outubro 1978).

⁹⁷ *In ACR*, 11 (1980), p.B497.

⁹⁸ *In* artigo de David Lamb ‘Angola moving to end isolation from the West and dependency on Cubans’ *in Los Angeles Times* (3 Dezembro 1978); igualmente artigo de David Lamb ‘Cuban advisers downgraded; Angola turns pragmatic as economy founders’ *in Herald Tribune* (6 Dezembro 1978); também artigo de David Ottaway ‘Angola tries new pragmatism; Neto asks for help to repair economy’ *in Herald Tribune* (27 Dezembro 1978).

⁹⁹ *In* artigo ‘Angola states terms for investors’ por Quentin Peel *in Financial Times* (11 Julho 1979).

¹⁰⁰ Conforme enfatizado por Bhagavan, tal como a anterior “Lei do Petróleo” (13/78 de 1978), esta nova Lei aparece com um cariz liberal quando comparada com outros países africanos com sistemas económicos semelhantes, fornecendo benefícios como garantias de não nacionalização por períodos de 10 a 15 anos; garantia de pagamento de indemnizações adequadas e juros em caso de posterior nacionalização, permitindo a transferência de lucros até 25% do capital investido; acesso ao mercado de crédito angolano; isenção de impostos e direitos de importação e exportação durante os primeiros anos de produção; autorização de meios de transferência para pagamento de dívidas no exterior. *In* Bhagavan, M.R., *Angola...op. cit.*, 1980, p.21.

de aliança representada pelo partido e, conseqüentemente, a supremacia sobre o aparelho de Estado e benefícios económicos a que dava acesso. De entre os maiores e mais relevantes grupos etno-linguísticos, os Ovimbundu eram o único que não estava representado no BP, devido ao ressentimento provocado pelas renovadas e crescentes ofensivas da UNITA/África do Sul e aos crescentes laços de identificação entre Ovimbundu e UNITA. No entanto, abaixo do BP, alguns Ovimbundu, já com um percurso dentro do MPLA, alcançaram posições de topo; tal foi, por exemplo, o caso de Faustino Muteka, nomeado Ministro dos Transportes em Janeiro de 1979.¹⁰¹

Para além dos órgãos de topo, a nível intermédio da hierarquia do Estado, alguns meses antes do plenário, Neto já havia mostrado sinais de querer gerir o sistema político baseado na cooptação, integração selectiva e estratégica de membros de outros movimentos e mesmo de grupos dissidentes no interior do MPLA. Deste modo, em Setembro de 1978, anunciou em Cabinda a sua política de clemência e amnistia parcial, seguida de integração no MPLA, para os membros da FNLA, FLEC, Revolta Activa, Revolta do Leste e simpatizantes de Nito Alves, sem no entanto mencionar a UNITA.¹⁰² A seguir ao referido plenário do CC, Neto vai afirmar que todos aqueles que pertenceram a tais organizações deveriam ter as mesmas oportunidades e direitos sem qualquer discriminação.¹⁰³ Como resultado da política de clemência, vários membros da FNLA desertaram e renderam-se ao MPLA durante o ano de 1979, sendo depois reintegrados nas estruturas do Estado a par de membros de grupos dissidentes do MPLA.¹⁰⁴

Ainda que em termos gerais a ala Direita tenha prevalecido no que concerne aos princípios de gestão económico-política, tal facto não representou no imediato uma derrocada decisiva para os membros da Esquerda. À excepção de Carlos Dilolwa, que resignou às suas funções governamentais e no BP,

¹⁰¹ *In* Rádio Nacional de Angola (17 Janeiro 1979), *cit. in* *Survey of World Broadcast - SWB* (19 Janeiro 1979).

¹⁰² Discurso de Agostinho Neto em Cabinda a 16 de Setembro de 1979, *in* *Seleção de discursos do Camarada Presidente Agostinho Neto* (Luanda: DIP, 1978), pp.43-54.

¹⁰³ *In* Rádio Nacional de Angola (17 Dezembro 1978), *cit. in* *SWB* (19 Dezembro 1978).

¹⁰⁴ Cinco líderes da FNLA, todos eles antigos membros da facção de Chipenda da Revolta do Leste, regressaram a Luanda em Janeiro de 1979: Victor Kambuta e Luís Azevedo Jnr, membros do BP da FNLA; Manuel António, Silva Neto e Dinis de Moura, membros do CC da FNLA. Devido a negociações prévias com o Zaire em finais de 1978, Neto conseguiu que Mobutu anunciasse a expulsão da FNLA e da FLEC do Zaire; mais tarde, a 27 de Outubro de 1979, até Holden Roberto teve de abandonar o Zaire, refugiando-se em Paris com vários outros líderes do movimento, num acto que representou um golpe fatal nas ambições da FNLA e do seu líder; *In* *ACR*, 12 (1981), p.B674.

(contra a vontade de Neto)¹⁰⁵, os membros da ala Esquerda mantiveram em geral as suas posições no CC e BP¹⁰⁶, tal como os membros da ala Direita mantiveram as suas no CC.¹⁰⁷

Legitimidade Pragmática Popular

Para a maioria da população, a posição económica pragmática da Direita assumida por Neto no topo do sistema foi obviamente vista como uma primeira concessão à propagação dos procedimentos privados/informais/ilegais, baseados na arbitragem. Mais do que isso, foi implicitamente assumido como uma primeira cedência/condescendência oficiosa aos princípios legitimadores dessas práticas. Tais procedimentos tornavam-se legítimos face a dois processos simultâneos: por um lado, o contínuo e progressivo incumprimento das “obrigações distributivas” do Estado em relação à maioria da população (decrecente poder de compra dos salários, escassez de alimentos e bens a preços oficiais, deterioração dos serviços de apoio social¹⁰⁸); por outro lado, o cada vez mais discriminatório e selectivo carácter assumido pelas nomeações do partido e do Estado e conseqüentemente o cada vez mais discriminatório e restrito acesso aos benefícios e privilégios inerentes a tais nomeações.¹⁰⁹

A partir daí, um processo cumulativo auto-reforçador foi despoletado, através do qual a crescente fraqueza da economia oficial em fornecer bens e serviços a par do sistema discriminatório do Partido-Estado, legitimava a economia informal e pressionava para o seu desenvolvimento, enfraquecendo ainda mais a economia oficial e reforçando o processo de legitimação do informal/ilegal.

¹⁰⁵ De acordo com Dilolwa, Neto ficou furioso com a sua demissão e procurou que mudasse de opinião. Contudo, para Dilolwa, as concessões económicas feitas naquele plenário constituíram um revés fatal para a construção de um projecto Socialista; a partir de entrevistas com Carlos Dilolwa em Luanda (Agosto-Setembro de 1994).

¹⁰⁶ Lopo do Nascimento (ainda que seja discutível se alinhava completamente com a Esquerda em todas as matérias) perdeu o seu lugar no BP, mas não no CC.

¹⁰⁷ Membros proeminentes da Direita como Mendes de Carvalho, Domingos Paiva da Silva, Bernardo de Souza e Manuel Pedro Pacavira permaneceram no CC e membros proeminentes da Esquerda como Lúcio Lara e Iko Carreira permaneceram no BP.

¹⁰⁸ Vidal, Nuno, “Sectores Sociais, Sociedade Civil, Política e Direitos Humanos em Angola” in Vidal, Nuno & Pinto de Andrade, Justino (eds.), *Sociedade Civil e Política em Angola* (Luanda e Lisboa: Firmamento, 2008), pp. 11-40.

¹⁰⁹ A respeito do processo de “elitismo” no seio do partido a partir do movimento de rectificação ver Vidal, Nuno “Multipartidarismo em Angola”...*op.cit.*, 2006, pp. 11-57; também neste sentido ver Messiant, Christine, ‘À propos des...’, *op. cit.* pp.78-79.

Assim, ao contrário do anunciado carácter provisório das cedências feitas à iniciativa privada¹¹⁰, tornava-se óbvio que tais concessões seriam apenas as primeiras de uma longa lista que se seguiria. De acordo com Zenha Relá,

A verdade é que “o desprezo por quem era privado” tão característico dos anos “heróicos” começa a transformar-se de forma progressiva, em “desejo de também ser privado”, ou seja, em também conseguir a “posse” dos meios de produção sem, no entanto, abandonar os cargos exercidos no partido e no Estado. (...) Muitos dos que em 76 clamavam contra todos os que pretendiam “sabotar a economia” começam o seu percurso para empresário (...).¹¹¹

Na medida em que estas práticas eram obviamente ilegais, emergiu uma distância cada vez maior entre a legitimidade pragmática e a legitimidade legal; i.e. as práticas informais que eram ilegítimas do ponto de vista legal, eram de facto legítimas de acordo com o pragmatismo da necessidade económica. O resultado líquido deste distanciamento foi o cada vez mais generalizado desrespeito e desprezo pela ordem jurídica¹¹², descrito pelo CC em 1980 como “não cumprimento da Lei”¹¹³ e por outros documentos do congresso em termos mais dramáticos, como a decrescente autoridade do Estado, a falta de disciplina, o “deixa andar”¹¹⁴, o não exercício de autoridade pela polícia, e o incumprimento generalizado da Lei.¹¹⁵

Solidariedades primárias estavam cada vez mais na base das práticas económicas predatórias em expansão. O congresso de 1980, que como vimos havia denunciado todas as actividades informais (roubo generalizado, desvios de produção, corrupção, redes organizadas, envolvimento de gestores, quadros e forças de segurança, etc.), atacou também as solidariedades prevaletentes que as tornavam possíveis, nomeadamente o “regionalismo, racismo e sectarismo (...) que contribui para a desorganização e falta de

¹¹⁰ Logo a seguir ao plenário, quando Neto anunciou que seriam autorizadas pequenas empresas privadas, enfatizou que tal medida não significava que o objectivo de estabelecer um Estado comunista havia sido abandonado, acrescentando que ansiava pelo dia em que todos os angolanos pudessem erguer-se e dizer orgulhosamente “Eu sou comunista”. Dizia Neto que a situação seria diferente em 10, 20, ou 30 anos, mas a necessidade urgente e imediata era conseguir ter a sociedade a funcionar e resolver os problemas do povo; reportado por Flora Lewis para *The New York Times* (13 Dezembro 1978).

¹¹¹ Zenha Relá, José Manuel *Angola ... op. cit.* pp.57-58.

¹¹² Estamos obviamente a referir-nos a questões civis; a respeito de questões de defesa e segurança a ordem jurídica era temida e respeitada; ver Vidal, Nuno “Multipartidarismo em Angola” ...*op. cit.*, 2006, pp. 11-57.

¹¹³ *In Relatório do Comité Central ao I Congresso Extraordinário... op. cit.*...1980, p.95.

¹¹⁴ *In ‘Principais resultados do desenvolvimento económico-social da RPA no triénio 1978-1980’ ... op. cit.* p.11.

¹¹⁵ *Ibid.* p. 27.

disciplina na produção e distribuição, impedindo o progresso (...) rumo ao Socialismo”.¹¹⁶ O relatório do CC apontava no mesmo sentido,¹¹⁷ e um terceiro documento do congresso, fazendo um balanço social e económico do período de 1978-1980, acrescentou àquelas solidariedades o “nepotismo”¹¹⁸ e o “apadrinhamento”, “promovendo a incompetência”.¹¹⁹

O que tornava este tipo de solidariedades preferenciais, sectárias e discriminatórias, “um problema”, em Angola como noutros países Africanos, era o tipo de distorções sócio-económicas que gerava¹²⁰, permitindo entre outros fenómenos o acentuar do recurso às mesmas solidariedades e o reforço da mesma dinâmica e distorções num processo cumulativo que se tornava estrutural.

2. O quadro de relações económicas desenvolvido durante a administração de Eduardo dos Santos

Num contexto de agravamento das condições e dinâmicas analisadas na presidência de Neto no que respeita à situação militar, à ineficiência e ineficácia de uma vasta máquina administrativa, ao colapso generalizado da produção (excepção feita ao petróleo) e a renovados conflitos entre as alas Esquerda e Direita, o novo Presidente vai encetar uma estratégia que o levará à hegemonia pessoal e institucional sobre o sistema económico-político.

Em primeiro lugar, o novo Presidente acabará com a proximidade e influência que os “velhos barões” (de ambas as alas) tinham sobre a Presidência durante a administração de Neto. Estas alas irão progressivamente desaparecer ao longo dos anos oitenta, dando lugar a outro tipo de clivagens e tendências, mais relacionadas com disputas e competição pela ocupação de cargos dentro do aparelho existente e respectivas possibilidades de apropriação de recursos e acumulação de riqueza, do que com quaisquer divergências de orientação ideológico-político-económica.

Em segundo lugar, a nova administração vai autonomizar a área das relações externas nas matérias importantes para a lógica do sistema - negócios com

¹¹⁶ *In Resoluções e mensagens do I Congresso Extraordinário ...op. cit...1980, p.36.*

¹¹⁷ *In Relatório do Comité Central ao I Congresso Extraordinário... op. cit...1980, p.37.*

¹¹⁸ ‘Principais resultados do desenvolvimento económico-social da RPA no triénio 1978-1980’ ... *op. cit.* p.11.

¹¹⁹ *Ibid.* p.27.

¹²⁰ Ver Bayart, Jean-François, *The State in Africa, the politics of the belly* (London: Longman, 1989), chapter 1.

entidades públicas e privadas externas, nomeadamente ao nível do sector do petróleo. Irá insularizar a empresa petrolífera estatal de quaisquer influências governamentais ou partidárias, transformando-a no centro operacional de construção e gestão da hegemonia do poder presidencial sobre todo o sistema económico-político.

2.1. Administração pública e produção material: acentuar da ineficiência e ineficácia

Administração Pública

Ao longo dos anos oitenta, agravaram-se os problemas constatados durante a administração de Neto ao nível da administração pública, levando o novo Presidente a admiti-los no seu discurso de abertura da I conferência nacional do partido em 1985, realçando que uma grande parte do orçamento de Estado era absorvido por salários pagos a trabalhadores da administração pública sem retorno ao nível da eficácia do seu trabalho, sendo que o aumento do número de funcionários públicos não trouxe nem o aumento da eficiência nem a qualidade dos serviços.¹²¹

Na medida em que todo o sistema económico Socialista dependia do funcionamento da administração pública, uma burocracia cada vez mais ineficiente tinha um crescente “efeito terminal na maioria das actividades”¹²², com um “custo incalculável” durante a administração de Eduardo dos Santos.¹²³

Ainda que os salários estivessem a perder poder de compra, permaneciam uma renda, dado que a produtividade tinha decaído, conforme assinalado pelo II congresso (Dezembro de 1985).¹²⁴ A mentalidade *rentière* permaneceu forte em todos os sectores do Estado e, conforme observado por Bhagavan em 1983, prevaleciam expectativas irrealistas segundo as quais o Estado era

¹²¹ ‘Discurso de abertura do Presidente à I Conferência Nacional, in *Documentos da I Conferência Nacional do MPLA-PT, de 14 a 19 de Janeiro* (Luanda: Edição do Secretariado do Comité Central, 1985), p.22.

¹²² “A burocracia governamental, operada como é por uma mera mão cheia de funcionários públicos dedicados e competentes, apoiados por um exército de trabalhadores braçais quase-analfabetos, tem um efeito devastador na maioria das actividades”; relatado a partir de Luanda por Quentin Peel, in *Financial Times* (14 Setembro 1981).

¹²³ Conforme observado por Birmingham nos anos oitenta, ‘Muitos dos lugares na administração não servem qualquer função residual, mas aboli-los seria politicamente inconcebível. (...) No entanto, o custo em termos de tempo perdido (...) [com todo o tipo de burocracias] é incalculável.’; in Birmingham, David, ‘Angola revisited’ ... *op. cit.* p.8.

¹²⁴ *Relatório do Comité Central ao II Congresso do Partido, realizado em Luanda de 2 a 10 de Dezembro de 1985* (Luanda: Edição do Secretariado do Comité Central, 1985), p.106.

suposto desempenhar o papel do “grande pai”, fornecendo bens e serviços gratuitamente.¹²⁵

Agricultura e Pescas

A situação do sector agrícola na primeira metade dos anos oitenta foi de colapso generalizado, tanto ao nível das cooperativas como do sector privado camponês.

Nesta fase, as cooperativas agrícolas estatais sobreviveram quase que inteiramente de subsídios estatais. Mesmo os analistas simpatizantes da causa Socialista reconheciam que “do ponto de vista económico estas cooperativas falharam em todos os sentidos. O valor da sua produção é inferior aos custos de produção”.¹²⁶

A ruptura causada pela Guerra não poderia por si só explicar tal colapso generalizado em todo o país. Muitas províncias no Sudoeste, com acesso directo a portos e relativamente pouco afectadas pela guerra (como por exemplo uma boa parte da província de Benguela, Namíbe e Huíla) estavam na mesma situação. Para além da guerra, um dos principais problemas residia na crescente incapacidade do enorme e cada vez mais ineficiente aparelho administrativo em coordenar vários sectores e em apoiar um sistema agrícola de planeamento central, conforme reconhecido pelo relatório do CC ao II congresso, de Dezembro de 1985.¹²⁷ No início da década de oitenta era já claro o fracasso da política de nacionalizações. Os Agrupamentos de Unidades de Produção não tinham pessoal competente em número suficiente, não recebiam sementes e alfaias agrícolas atempadamente ou sequer reposição de peças para as máquinas agrícolas, entrando em ruptura completa, com roubo de gado por parte dos camponeses e vivendo quase que exclusivamente de subsídios estatais.¹²⁸

Ao nível do sector camponês privado, a tendência que já se verificava no final da presidência de Neto agravou-se de sobremaneira; a esmagadora maioria dos camponeses parou de negociar nos sistemas comerciais estatais, produzindo para auto-consumo e trocando os poucos excedentes com comerciantes privados que se dirigiam às áreas rurais. Preços em crescendo

¹²⁵ In Bhagavan, M R, *Angola's ... op. cit.* pp. 43-44.

¹²⁶ In Bhagavan, M R, *Angola's ... op. cit.* p.39.

¹²⁷ *Relatório do Comité Central ao II Congresso ...op. cit...*1985, p.109. Uma obra de ficção que descreve este tipo de situações de forma brilhante, Pepetela, *Geração da Utopia* (Lisboa: Dom Quixote, 1992) p.234.

¹²⁸ In Hodges, Tony *Angola to the 1990's ... op. cit.* pp. 85-86.

contínuo para os produtos agrícolas nos mercados paralelos, na ordem dos 30% a 100% mais elevados do que no mercado oficial, constituíam um incentivo para este tipo de comércio.¹²⁹

No entanto, contrariamente ao expectável, tal comércio era incapaz de desenvolver a produção agrícola devido, por um lado, à limitada variedade e quantidade de bens que podiam ser oferecidos pelos camponeses aos comerciantes privados (dada a impossibilidade de expandir a produção face ao recrudescer da guerra e a falta de apoio à agricultura) e, por outro lado, devido à também limitada variedade e quantidade de bens que podiam ser oferecidos pelo comércio privado aos camponeses (dado o número restrito de fontes de abastecimento de bens que poderiam ser legal ou ilegalmente obtidos pelos comerciantes).

Conforme observado por Bhagavan em 1983, o comerciante privado tinha três fontes principais para aquisição de produtos: a primeira, eram as pessoas que entravam nas filas de espera das lojas oficiais para depois revenderem os bens aos comerciantes com algum lucro; a segunda consistia nos trabalhadores que vendiam parte dos bens a que tinham acesso nas suas fábricas a preços reduzidos ou por via dos chamados pagamentos em espécie (auto-consumo); a terceira consistia nos trabalhadores, supervisores e pequenos quadros de empresas, que simplesmente desviavam bens nos seus locais de trabalho (portos, aeroportos, fábricas, lojas, armazéns) para os venderem.¹³⁰

A estas três fontes devemos juntar a anteriormente referida importação ilegal/informal proveniente das viagens “turísticas” ou de “serviço” ao exterior, mas também com limites em termos de produtos e quantidades que podiam ser injectadas no sistema por esta via.

Todas estas fontes eram obviamente incapazes de gerar um regular e substancial fluxo de produtos para alimentar um comércio rural em larga escala em todo o país, que compensasse o ineficiente sector estatal.

Perante o total fracasso do sistema de abastecimento de bens agrícolas e na tentativa de atrair alguma produção para os canais oficiais, em 1981 o

¹²⁹ Em 1983, o preço para os mesmos produtos agrícolas era cerca de 30 a 100% mais elevado nos mercados paralelos; in Bhagavan, M R, *Angola's ... op. cit.* p.22; esta tendência continuou nos anos seguintes conforme reportado em 1986 por Tony Hodges in *Financial Times* (4 Agosto 1986)

¹³⁰ In Bhagavan, M R, *Angola's ... op. cit.* p.23.

governo lançou uma campanha de comércio, organizando mercados de troca directa, que deveriam coincidir com a época de colheitas específicas em áreas de agricultura intensiva.¹³¹ Camiões carregados de produtos industriais dirigiam-se aos campos, onde esses produtos deveriam ser trocados directamente com os camponeses por produtos agrícolas. No entanto, o carácter excepcional de tais medidas, limitadas no tempo e no espaço¹³², não resolvia o problema¹³³, incapazes portanto de parar a contínua trajetória descendente da produção agrícola, seja ao nível do café¹³⁴, mandioca, cereais, algodão ou sisal.¹³⁵

Apesar de não ser directamente afectada pela guerra, a indústria pesqueira continuou o seu acentuado declínio.¹³⁶ Problemas como a paralisação de parte da frota de pesca, deficiente apoio técnico e material à indústria pesqueira e faltas regulares de alimentação para as tripulações, estão relatados em documentos do partido.¹³⁷

Se durante a presidência de Neto os relatórios falavam de crónica escassez de alimentos nas lojas do povo, durante a primeira metade dos anos oitenta a situação era ainda mais alarmante. Fruta e vegetais frescos haviam simplesmente desaparecido do mercado retalhista oficial de Luanda e até mesmo o peixe era escasso, sendo que a situação ainda era pior nas províncias.¹³⁸ A procura diária por locais onde adquirir bens alimentares ocupava uma boa

¹³¹ Ver Wolfers, Michael and Bergerol, Jane, *Angola ... op. cit.* p.143.

¹³² Somente quatro de um total de 18 províncias eram parte destas campanhas devido a problemas de transporte e às emboscadas da UNITA; in Rádio Nacional de Angola (2 Novembro 1981), *cit. in SWB* (4 Novembro 1981).

¹³³ Tais medidas eram incapazes de evitar que a produção comercializada caísse 26% em 1981, criando escassez generalizada nas cidades; relatado por Michael Holman in *Financial Times* (21 Junho 1982).

¹³⁴ Em 1981/82, a produção de café havia caído para 20.040t (334.000 sacas de 60Kg) comparada com 21.501t em 1981; houve nova queda em 1982/83 para 17.400t (290.000 sacas) e para 10.589 t. em 1984 (176.483 sacas), recuperando ligeiramente para 13.686t em 1985 (228.100 sacas); in *ACR*, vol. 16, (1985), p.B612; também *ACR*, vol.18 (1987), p.B631.

¹³⁵ A produção de mandioca seca caiu de 19.000t em 1981 para apenas 1000t em 1985; a produção de cereais em 1984 foi estimada em cerca de 7% menos do que a média estimada da produção em 1979-1983 e no primeiro trimestre de 1986 Angola necessitou de 330.000t. em importações de cereais e o Programa Alimentar das Nações Unidas anunciou necessidades de ajuda alimentar de 120.000t. Uma outra cultura a enfrentar dificuldades foi o açúcar; as três únicas fazendas ainda em produção ficaram aquém dos objectivos de produção para 1984/85 devido a faltas de *inputs* e nos anos setenta produziam menos de um terço do seu nível habitual. A produção de sisal e algodão caiu em proporções semelhantes ao açúcar, in *ACR*, vol. 16, (1985), p.B612; *ACR*, vol.17 (1986), p.B621; *ACR*, vol.18 (1987), p.B631.

¹³⁶ A frota nacional de pesca teve de reduzir o seu já de si reduzido plano de 1984 em cerca de 38% para 65.000t (ainda menos do que as 75.890t pescadas por navios Angolanos em 1983), e ainda assim não conseguiu sequer atingir este objectivo reduzido porque muitos barcos de pesca necessitavam de reparações e peças de substituição que não existiam ou não eram suficientes; in *ACR*, vol.17 (1986), p.B621. De acordo com Hodges, em 1985 o pescado capturado caiu para 62.500t; in Hodges, Tony *Angola to the 1990's ... op. cit.* p.98.

¹³⁷ Ver *Documentos da I Conferência Nacional ...op. cit...*1985, p. 37; também *Relatório do Comité Central ao II Congresso ...op. cit...*1985, p.110.

¹³⁸ In *Foreign Report* (11 Novembro 1981), publicado pelo *The Economist*, p.5.

parte do dia da maioria das pessoas¹³⁹; greves no porto de Luanda exigiam alimentos e não aumentos salariais.¹⁴⁰

Independentemente da escassez alimentar, e em paralelo à discriminação dos camponeses no interior do partido¹⁴¹, a actividade agrícola no seu conjunto começava a ser progressivamente negligenciada pelo governo central, que lhe começou a dedicar cada vez menos atenção em termos de investimentos e despesas que seriam cruciais para a sua recuperação, tal como confirmado pelo relatório do CC ao II congresso, sumariando os primeiros cinco anos da década,

Os valores alcançados no quinquénio, além de estarem quase sempre muito abaixo do planificado, registaram de ano para ano quedas de produção, tendo-se acentuado em 1983. (...) uma análise atenta das despesas cambiais permite-nos constatar a pouca atenção que este sector mereceu no conjunto dos sectores da nossa economia pois os dados não confirmam na prática a definição de que a agricultura é a base do nosso desenvolvimento.¹⁴²

Este tipo de negligência económica poderá ser vista como o corolário de uma “política de longo-prazo, de alimentar a cidade mas negligenciar os camponeses”, para usar uma frase de Birmingham¹⁴³, mas sabendo nós que nesta altura até as cidades estavam a enfrentar problemas de escassez alimentar.

Reflectindo em termos muito simplistas o declínio do sector agrícola, o relatório do CC ao congresso de 1985 concluía que “o país tem de importar a maioria dos alimentos que consome”.¹⁴⁴ A esta declaração devemos acrescentar que o país estava já a receber quantidades substanciais de ajuda alimentar¹⁴⁵ para enfrentar a fome e a má nutrição agudas em várias províncias ao longo de 1985.¹⁴⁶

¹³⁹ Relatório por Michael Holman in *Financial Times* (21 Junho 1982).

¹⁴⁰ Artigo de Jean-Claude Pomonti com o título ‘Les stigmates d’un effondrement’, in *Le Monde* (28 Janeiro 1981).

¹⁴¹ Ver Vidal, Nuno, “The Angolan regime and the Move to Multiparty Politics” in Chabal, Patrick & Vidal, Nuno, *Angola, the weight of history* (London & New York: Hurst & Columbia, 2007), pp. 124-174.

¹⁴² In *Relatório do Comité Central ao II Congresso ...op. cit...*1985, p. 109.

¹⁴³ In Birmingham, David, *Frontline Nationalism...op. cit.* p.78.

¹⁴⁴ *Relatório do Comité Central ao II Congresso ...op. cit...*1985, p.101.

¹⁴⁵ Em Junho de 1982, a FAO anunciou que concedeu ajuda a Angola no valor de US\$21 milhões; in Rádio Nacional de Angola (6 Junho 1982), *cit. in SWB* (8 Junho 1982). A 15 de Janeiro de 1985 a mesma organização anunciou que Angola iria ter de importar comercialmente cerca de dois terços do seu défice de alimentos de 1984-1985 e que havia conseguido assegurar a maioria dos seus pedidos de ajuda alimentar (71.000t das 83.000t necessárias); *cit. in ACR*, vol.17 (1986), p.B621.

¹⁴⁶ ‘Mais de 500.000 pessoas estão em situação de necessidade crítica de ajuda, especialmente nas províncias do Norte, Centro e Sul. [...] Medidas de Ajuda: cerca de US\$96.1 milhões são urgentemente necessários para fazer face a carências inesperadas’; in *Africa Emergency - UN Office for Emergency Operations in Africa* (June 1985). Sobre o declínio da produção alimentar e fome aguda ver igualmente *ACR*, vol.18 (1987), p.B631, também Hodges, Tony *Angola to the 1990's ... op. cit.* p.89.

Indústria

Ao nível da indústria, a aplicação mais austera da repressiva legislação laboral a seguir à tentativa de golpe (*cf. supra*) tornou-se absolutamente inócua do início dos anos 80 em diante. Práticas que emergiram durante a presidência de Neto, como o absentismo ao trabalho e os desvios de produção para alimentar o mercado informal, a falta de disciplina, eficiência e eficácia nos locais de trabalho, tornou-se a regra geral para trabalhadores e gestores. Em 1983, Bhagavan observava que o absentismo reinava na indústria a todos os níveis da hierarquia e em todos os estratos,

*Os trabalhadores evitam o trabalho, assim como os gestores. Trabalhadores e gestores aparecem nos locais de trabalho de manhã, registam a sua presença para manterem os empregos e salários e desaparecem passado um bocado. O que fazem no resto das “horas de trabalho”? (...) fornecem serviços e bens no chamado “sector informal” (apelidado de esquema em linguagem popular). (...) persiste um individualismo anárquico entre trabalhadores de todos os estratos.*¹⁴⁷

Reconhecendo a ineficácia da anterior legislação repressiva e a rendição geral a tais práticas, o relatório do CC ao II congresso limitou-se a referir “a necessidade premente da elaboração de uma nova lei que puna de forma mais severa e exemplar todos aqueles que pratiquem crimes contra a economia nacional”.¹⁴⁸ No entanto, o assunto não teve desenvolvimentos e mesmo os observadores estrangeiros reconheceram a impossibilidade ou falta de vontade, ou ambas, de impor uma disciplina industrial a partir de cima, recorrendo a ameaças ou acções punitivas.¹⁴⁹

Na sequência de tais práticas, e também devido aos efeitos nefastos da guerra nas infra-estruturas e no fornecimento de matérias-primas, a produção da indústria transformadora caiu dramaticamente durante os primeiros cinco anos da presidência de Eduardo dos Santos. Logo em 1981, Roberto de Almeida, então secretário do partido para a política económica e social, avisava que várias fábricas não estavam a produzir nem sequer para fazer face aos salários dos seus trabalhadores.¹⁵⁰ A fraca recuperação entre 1977-1981 (alcançando um pico de produção em 1981, representando 40%

¹⁴⁷ In Bhagavan, M R, *Angola's ... op. cit.* pp.39-40, ver igualmente p.23. Quentin Peel relata igualmente o problema da “falta de manutenção de todas as formas de equipamento, causando rupturas frequentes e muito regularmente a completa destruição de maquinaria”; in *Financial Times* (14 Setembro 1981).

¹⁴⁸ *Relatório do Comité Central ao II Congresso ...op. cit.*...1985, p.23.

¹⁴⁹ In Bhagavan, M R, *Angola's ... op. cit.* p.27.

¹⁵⁰ In Rádio Nacional de Angola (2 Novembro 1981), *cit. in SWB* (4 Novembro 1981).

dos níveis de 1973), regrediu em 1982 para os níveis de 1976 (ou seja, cerca de 35% dos níveis de 1973), caindo novamente em 1983 para 32% dos níveis de produção de 1973, depois para 30%, e seguidamente para 20% em 1987 (um nível de produção que seria mantido nos anos seguintes).¹⁵¹ Em 1983, já se tinha tornado claro que a indústria transformadora havia simplesmente entrado em colapso, conforme referido por autores como Peter Meyns¹⁵² ou Bhagavan.¹⁵³

Perante as evidências, o relatório do CC ao II congresso reconhecia a situação caótica no sector,

(...) o valor bruto da produção estimada tem vindo a diminuir e a contribuição do sector para o total do produto interno é de cerca de 8%, incluindo as indústrias alimentar, ligeira e pesada.¹⁵⁴

O quadro não era melhor para a indústria diamantífera, com uma forte queda no volume da produção, numa tendência que se manterá decrescente ao longo da década de oitenta¹⁵⁵, devido entre outros factores, ao comércio ilícito e à situação militar, ambas contribuindo para o deficit da companhia nacional de diamantes.¹⁵⁶ Devemos notar que o comércio ilícito incluía não só as actividades da UNITA, traficando diamantes desde 1977¹⁵⁷, mas também práticas de crime organizado geridas a partir de Luanda, conforme comprovado no decorrer do chamado processo 105, ou caso *Kamanga* –, esquema de tráfico de diamantes que no início da década de 1980 envolveu as mais variadas áreas de actividade e sectores, tendo chegado a ser judicialmente veiculado o envolvimento da própria Presidência da República (*cf. infra*).

Após vários anos de uma suposta ditadura do proletariado, na “fase Socialista” de Eduardo dos Santos, o proletariado industrial representava apenas 1% de toda a força de trabalho nacional e o número de empregados nos sectores organizados/oficiais da economia (o trabalho assalariado empre-

¹⁵¹ In Ferreira, Manuel Ennes, *A Indústria ... op. cit.* p.468.

¹⁵² Conforme observado por Meyns, ‘Devido a uma grande queda na produção industrial e agrícola, aliada a uma contínua e severa falta de abastecimento, torna-se óbvio que a estrutura económica do país está em vias de colapso’; in Meyns, Peter, ‘O desenvolvimento ... op. cit.’ pp. 121–122.

¹⁵³ “Não é um exagero afirmar que a indústria transformadora colapsou”; in Bhagavan, M R, *Angola’s ... op. cit.* p.25.

¹⁵⁴ *Relatório do Comité Central ao II Congresso ...op. cit...*1985, p.111.

¹⁵⁵ James, W. Martin, *A Political History of the Civil War in Angola* (New Jersey: Transaction Publishers, 1992), p.21.

¹⁵⁶ In *Documentos da I Conferência Nacional ...op. cit...*1985, pp.38–39.

¹⁵⁷ Declarações de Georges Sangumba, secretário da UNITA para assuntos externos, no *The Times* (4 Novembro 1977); igualmente em *Agence France Press* (3 Novembro 1977).

gado na agricultura, sector mineiro, construção e indústria transformadora) representava menos de 2% de toda a força de trabalho nacional.¹⁵⁸

Nessa altura, o PIB *per capita* caiu 10% em relação a 1981¹⁵⁹ e a economia estava mais dependente do sector petrolífero que nunca. O aumento na exploração dos poços existentes, a entrada em exploração de novos poços e o crescente número de companhias a operar em Angola¹⁶⁰, resultado das políticas de Neto de abertura a Ocidente no final da sua administração, significaram que o sector petrolífero era o único a crescer, com 47.5 milhões de barris em 1981, perto de 75 milhões em 1984 e 80 milhões em 1985, representando perto de 90% de todas as exportações.¹⁶¹

O relatório do CC ao segundo congresso assinalou a preocupação em relação a tal dependência, mas como usual neste tipo de criticismo permitido no seio dos órgãos e eventos partidários em torno dos congressos, não teve quaisquer efeitos práticos. Como vimos, o sector agrícola vinha sendo crescentemente negligenciado em termos de investimento do Estado.

*A desagregação sectorial da evolução do PIB é preocupante pois durante o quinquénio, verifica-se que o único sector que tem mantido uma elevada taxa de crescimento (19% ao ano) é o sector petrolífero, tornando a economia nacional mais dependente da sua produção e exportação na medida em que se verifica um decréscimo na produção e exportação de quase todos os outros sectores. Este sector deve corresponder actualmente a mais de um terço do PIB e as suas exportações atingem mais de 85% do total das exportações do país. Apesar das insuficiências estatísticas, os indicadores disponíveis revelam crescimentos consideráveis nalguns sectores, nomeadamente petróleo, (...) enquanto que outros, de importância fundamental para o bem estar do Povo, produção agrícola, indústria extractiva, indústria transformadora e transportes e comunicações - registaram quedas sucessivas de produção.*¹⁶²

¹⁵⁸ In Bhagavan, M R, *Angola's ... op. cit.*, p.44.

¹⁵⁹ Relatório do Comité Central ao II Congresso ...op. cit...1985, p.89.

¹⁶⁰ Documentos da I Conferência Nacional ...op. cit...1985, pp.40-41.

¹⁶¹ Relatório do Comité Central ao II Congresso ...op. cit...1985, pp.112-113. Logo em 1982, observadores estrangeiros relatavam que « à excepção da pesquisa e extracção do petróleo, no essencial *off shore*, a economia foi-se pouco a pouco paralisando.»; artigo de Jean-Claude Pomonti in *Le Monde* (11 Dezembro 1982). A realidade de companhias petrolíferas a operarem em Angola levaram Bhagavan a chamar-lhes ‘ilhas de tecnologia e empresariado Ocidental’, onde ‘a gestão, organização, *marketing*, tecnologia e pessoal altamente especializado pertencem todos às multinacionais, “só” o trabalho é Angolano.’; in Bhagavan, M R, *Angola's ... op. cit.* p.28.

¹⁶² Relatório do Comité Central ao II Congresso ...op. cit...1985, p.90.

Nem mesmo a drástica queda nos preços do barril em Dezembro de 1985, durante o congresso, alterou tal situação, meramente representando um duplo deficit nas contas correntes (de US\$236 milhões em 1985 para US\$447 milhões em 1986) e um aumento na dívida externa (de US\$2.7 biliões em 1985 para US\$3 biliões em 1986).¹⁶³ Na medida em que o colapso ao nível do sector agrícola e da indústria transformadora não foi invertido, a dependência em relação ao rendimento do petróleo continuou nos anos seguintes, representando cerca de 95% das receitas de exportação¹⁶⁴ e beneficiando de um novo aumento nos preços do petróleo logo em 1987¹⁶⁵, que levou Hodges a caracterizar Angola como um país mono exportador.¹⁶⁶

Sector Informal

Durante a fase Marxista da administração de Eduardo dos Santos, o crescimento da economia paralela atingiu níveis extremos. Nos primeiros anos da nova presidência, o mercado informal já havia crescido ao ponto de ofuscar o mercado oficial, conforme relatado por Quentin Peel, indicando que “o único mercado em ascensão é o mercado negro, onde existem mais bens disponíveis do que nas lojas”.¹⁶⁷

Os preços no mercado paralelo entraram num “ascendente assustador”¹⁶⁸, como se tivessem “abandonado por completo a realidade: [em 1981] um peixe custava Kwanzas/Kw 4.000, quase um mês de salário médio”¹⁶⁹; [em 1983] uma saia custava Kw2000 e uma camisa Kw1500.¹⁷⁰

Dado que as roupas, os vegetais e frutas, haviam simplesmente desaparecido das lojas do governo (em particular das lojas do povo)¹⁷¹; sabendo que os salários mensais em 1983 se situavam entre os Kw5.000 e os 7.000 (para trabalho manual não qualificado), Kw10.000-15.000 (para um operário fabril qualificado), Kw16.000-18.000 (para um funcionário público médio e quadro médio de gestão) e Kw32.000-35.000 (para o topo do funcionalismo público

¹⁶³ Artigo de Tony Hodges in *Financial Times* (7 Julho 1987).

¹⁶⁴ Ver artigo de Tony Hodges in *Financial Times* (4 Agosto 1986); igualmente artigo de Ned Temko in *The Christian Science Monitor* (7 Julho 1987).

¹⁶⁵ Rendimentos do petróleo decresceram de cerca de \$US1.9 biliões em 1985 para \$US1.1 biliões em 1986, mas subiram novamente para \$US2 biliões em 1987; in Hodges, Tony, *Angola from Afro-Stalinism... op. cit.* p.2.

¹⁶⁶ Artigo de Tony Hodges in *Financial Times* (7 Julho 1987).

¹⁶⁷ Relatado por Quentin Peel in *Financial Times* (14 Setembro 1981).

¹⁶⁸ In *Documentos da I Conferência Nacional ...op. cit...*1985, p.43.

¹⁶⁹ Relatado por Quentin Peel in *Financial Times* (14 Setembro 1981).

¹⁷⁰ In Bhagavan, M R, *Angola's ... op. cit.* p.62.

¹⁷¹ *Ibid.* p.62.

e quadro técnico do topo)¹⁷²; torna-se claro que os salários eram uma cada vez menos importante parte dos rendimentos das pessoas, a maioria vinha de actividades paralelas. De acordo com Peter Meyns, tão cedo como 1984, a sobrevivência de pelo menos metade da população (obviamente os mais discriminados no acesso aos recursos do Estado conforme anteriormente explicado) dependia do sector informal.¹⁷³

Quanto mais crescia a economia informal, mais o Banco Nacional tinha de imprimir dinheiro que era absorvido pelos circuitos informais sem nunca regressar aos bancos, deste modo alimentando a inflação. Quanto mais se depreciava a moeda nacional no sector informal, maior era a distorção entre a taxa oficial (US\$1 para Kw30; inalterada desde 1977) e a taxa do mercado paralelo (atingindo o pico de US\$1 para Kw1000 em 1983).¹⁷⁴ Quanto mais crescia a inflação, maior era a diferença entre os preços dos bens nos mercados oficial e paralelo.

O crescimento contínuo do sector informal implicou necessariamente o crescimento contínuo das práticas predatórias. Assim, após assumir a presidência e ainda sob pressão dos membros da esquerda no BP (1981-1982, *cf. infra*), o novo presidente sentiu a necessidade de oficialmente agir contra a expansão de tais práticas, anunciando uma ofensiva contra a corrupção em Abril de 1981, reconhecendo que o individualismo, o mercado negro, a indiferença para com as dificuldades do povo e a burocracia, haviam produzido perigosas manifestações de corrupção, especulação, confusão ideológica e oportunismo, criando a necessidade para uma grande ofensiva contra o desleixo e a ineficiência.¹⁷⁵ As pessoas eram incentivadas a denunciar as irregularidades praticadas por *responsáveis*, i.e. os quadros médios e superiores do partido e da função pública. A corrupção nas lojas do Estado era um dos mais importantes focos de acção.¹⁷⁶

A ofensiva não teve resultados práticos, conforme mais tarde reconhecido pelo relatório do CC de 1985¹⁷⁷, e as razões para este fracasso eram duas: primeiro, a ofensiva era lançada sob pressão da Esquerda numa altura em que ainda tinham alguma influência (antes de 1982), mas não contou com

¹⁷² *Ibid.* p.63

¹⁷³ In Meyns, Peter, ‘O desenvolvimento ... *op. cit.* pp. 121–122.

¹⁷⁴ In Bhagavan, M R, Angola’s ... *op. cit.* p.62.

¹⁷⁵ Anúncio do Presidente in Rádio Nacional de Angola (22 Abril 1981), *cit. in* ACR, vol.14 (1983), p.B587.

¹⁷⁶ Anúncio do Presidente *cit. in* *Afrique-Asie* (25 Maio 1981), p.31.

¹⁷⁷ Tal fracasso é admitido oficialmente in *Relatório do Comité Central ao II Congresso ...op. cit...*1985, pp.11-12.

o apoio efectivo do Presidente, que aceitou as práticas predatórias tão logo conseguiu afirmar o seu poder (*cf. infra*); segundo, para além dos mais empenhados membros da Esquerda (um pequeno segmento da elite), não restava mais ninguém para “atirar a primeira pedra” depois de o Presidente afirmar o seu poder sobre eles (a partir de 1982); não existia mais ninguém para travar essa batalha e a campanha não passou de cosmética.

Conforme observado por Bhagavan em 1983, as chamadas práticas predatórias estavam por todo o lado, desde os trabalhadores menos qualificados ou não qualificados até aos gestores e ministros.¹⁷⁸

Os documentos do congresso de 1985 confirmaram o alastramento destas práticas por todo o espectro social durante o período de 1980-1985, referindo-se à prática das “comissões” em negócios públicos¹⁷⁹; à existência de “várias acções sincronizadas de sabotagem económica” lideradas por “quadros com certas responsabilidades na tomada de decisões”¹⁸⁰; ao roubo de mercadoria em grande escala;¹⁸¹ ao roubo e comercialização de recursos naturais e de objectos de arte.¹⁸²

O aumento massivo das práticas predatórias constituiu igualmente um salto qualitativo neste fenómeno durante a administração de Eduardo dos Santos. Quanto mais se desenvolviam as práticas predatórias e o mercado informal, mais fraca se tornava a economia oficial e piorava a situação económica dos estratos sociais mais baixos. A sua posição tornava-se cada vez mais frágil e dependente. A razão era simples, as fontes de rendimento sobre as quais podiam exercer práticas predatórias diminuía: a produção interna havia entrado em colapso, os seus salários perderam poder de compra; as lojas do povo estavam praticamente vazias; os bens públicos, incluindo equipamentos, uma vez roubados não eram repostos. A importância económica destes estratos sociais para o topo do sistema era limitada, não representando uma força produtiva de riqueza. Ser intermediário no mercado informal constituía uma forma miserável de sobrevivência.

Conforme reconhecido por David Birmingham, os mercados paralelos espalhavam-se por todo o lado, permitindo condições de vida precárias para

¹⁷⁸ In Bhagavan, M R, *Angola's ... op. cit.* p.41.

¹⁷⁹ *Documentos da I Conferência Nacional ...op. cit...*1985, p.78.

¹⁸⁰ *Relatório do Comité Central ao II Congresso ...op. cit...*1985, p.69.

¹⁸¹ In *Documentos da I Conferência Nacional ...op. cit...*1985, p.43; também in *Relatório do Comité Central ao II Congresso ...op. cit...*1985, p.94.

¹⁸² In *Relatório do Comité Central ao II Congresso ...op. cit...*1985, p.68.

alguns e uma vida confortável para outros, ou seja, aqueles que operavam nos mercados informais com “protecção política e burocrática”.¹⁸³

2.2. Princípios de gestão do poder e da economia política: renovados confrontos entre Esquerda e Direita; hegemonia económico-política da Presidência

Um pouco a exemplo do que aconteceu com Neto, a administração de Eduardo dos Santos vai-se confrontar com renovadas quezílias entre as alas Esquerda e Direita no topo do partido, sendo que os princípios normativos e de gestão económico-política na administração do novo Presidente vão-se igualmente afirmar no contexto dessas lutas.

Depois da morte de Agostinho Neto a 9 de Setembro de 1979, a escolha de Eduardo dos Santos pelo BP e pelo CC foi relativamente tranquila¹⁸⁴, visto como uma espécie de mínimo denominador comum entre as duas alas do topo do partido, articulando características de ambos os grupos e sendo bastante novo (37 anos), sem uma posição clara e assumida a favor de nenhuma das alas e, como tal, na perspectiva de cada um dos campos, ainda passível de ser arregimentado/aliciado/manipulado. A sua administração começou efectivamente por comprovar a sua natureza híbrida e a sua capacidade de articular posições antagónicas, mas para grande desilusão e frustração da Esquerda e da Direita, o novo Presidente, ainda que adoptando uma postura muito próxima daquela que Neto havia assumido no plenário de Dezembro de 1978 (na linha do pragmatismo da Direita), depressa afirmou o seu poder pessoal por via do rebaixamento dos membros das duas alas, incluindo as suas mais proeminentes figuras – Lúcio Lara pela Esquerda e Mendes de Carvalho pela Direita.

Em termos da capacidade de afirmar e efectivar o seu poder pessoal e institucional e de moldar o regime naquilo que tem de estrutural até aos dias de hoje, a presidência de Eduardo dos Santos poderá ser analisada em três grandes períodos.

¹⁸³ In Birmingham, David, *Frontline Nationalism...op. cit.* pp.97-98.

¹⁸⁴ Depois da morte de Agostinho Neto em Moscovo em Setembro de 1979, o CC decidiu por unanimidade nomear Eduardo dos Santos como Presidente do Partido a 20 de Setembro de 1979. No I congresso extraordinário do MPLA-PT ocorrido em Dezembro de 1980, dos Santos foi confirmado por unanimidade como Presidente do MPLA. De acordo com a Constituição do Partido era automaticamente Chefe de Estado e Comandante-em-Chefe das Forças Armadas. Ver *ARB* (Setembro 1979), p.5400 a-b; também *ARB*, (Dezembro 1980), p.5902.

O primeiro período (1979-1982) será de afirmação interna/partidária do novo Presidente, num contexto de renovados e intensos conflitos entre a Direita e a Esquerda.

O segundo período (1982-1985), será de efectivação do domínio absoluto do Presidente sobre todo o aparelho patrimonial, caracterizado por um processo de reforço acentuado (extremo) dos poderes institucionais da Presidência, chamando a si novos “poderes de emergência” (praticamente ilimitados), a coberto dos quais desenvolveu um estilo de progressivo hiper presidencialismo na governação, ultrapassando não só os órgãos do governo, como também do próprio partido, autonomizando as relações económicas com o exterior, especialmente no que concerne ao sector petrolífero.¹⁸⁵

Um terceiro período será de 1986 em diante, quando se começam a processar as mudanças formais no sistema de planificação central da economia de orientação Socialista, que conduzirão à adopção oficial de um sistema liberal de economia de mercado no congresso de 1990. Este período será caracterizado pelo aprofundamento, aperfeiçoamento e complexificação das relações económico-financeiras do regime com o exterior, aproveitando as diversas oportunidades abertas pela globalização económico-financeira, numa época de degelo ideológico e de grande liberdade de movimentação de capitais, com uma dinâmica que se vai prolongar até à actualidade.

Iremos aqui abordar estes três períodos, embora o presente texto se centre essencialmente até ao início dos anos noventa dado que se trata aqui de um texto de introdução e enquadramento histórico, sendo o período posterior abordado nos textos de todos os co-autores deste livro.

A Afirmação do Novo Presidente, 1979-1982

O primeiro período decorre num contexto de renovados conflitos entre a Esquerda “ideológico-internacionalista” (defensora do aprofundamento dos princípios Marxistas-Leninistas e do combate à corrupção generalizada), e a Direita “pragmático-nacionalista” (defensora do quadro de relações económicas tal como vinham evoluindo, articulando as práticas patrimonialistas ao abrigo de um modelo formal Socialista). Estes renovados conflitos serão materializados em quatro célebres “casos” ou combates político-económicos

¹⁸⁵ Tema mais detalhadamente tratado em Vidal, Nuno “Multipartidarismo em Angola”...*op. cit.*, pp. 11-57.

resultantes de uma grande ofensiva da Esquerda: “caso Monty”; “caso AN-GONAVE”, “caso Kamanga”; “caso da peça e do quadro”.

Será no âmbito destes conflitos e da sua “resolução” que o novo Presidente conseguirá afirmar o seu poder pessoal e institucional, acima de todos e quaisquer grupos e indivíduos, moldando em boa parte o sistema de gestão de poder que daí por diante se virá a consolidar e desenvolver nos seus principais fundamentos.

A primeira grande ofensiva da Esquerda contra a Direita, surgirá logo em Setembro de 1981, com o “caso Monty”, envolvendo o Ministro dos Petróleos, nomeado por Neto em Novembro de 1978 (Jorge Augusto de Moraes “Monty”, claramente conotado com a Esquerda), que se assumiu como a voz crítica e denunciadora da crescente autonomia e opacidade no sector dos petróleos ao nível da empresa petrolífera estatal, SONANGOL, acusando publicamente o director da empresa, Hermínio Escórcio, de actos de corrupção. Monty sentiu que a empresa começava a escapar à tutela do ministério e suspeitou daquela autonomia e opacidade. Numa altura em que a Esquerda ainda detinha algum poder de influência, a presidência viu-se pressionada a nomear uma comissão de investigação ao caso. Provavelmente já desconfiado da idoneidade desta comissão e da seriedade da investigação a ser levada a cabo, Monty pretendeu acompanhar o processo para se assegurar de que as suas acusações encontravam fundamento, mas foi prontamente impedido pela Presidência. O Presidente tomou o assunto pessoalmente em mãos e demitiu Monty do cargo de Ministro dos Petróleos. A comissão de investigação operou então sem qualquer supervisão de Monty ou de elementos da Esquerda, tendo mais tarde concluído que as acusações não tinham fundamento.

O problema de fundo estava obviamente no facto de estar já em marcha a estratégia de insularizar a SONANGOL em relação ao governo e ao partido, mantendo-a sob controlo exclusivo da Presidência como veremos adiante.

Após o “fracasso” da primeira ofensiva da Esquerda, seguiram-se duas outras. Alguns meses depois do “caso Monty”, em 1982, foram colocados a circular uma série de rumores e denúncias relativamente anónimas, mas certamente provenientes de elementos ligados à ala Esquerda, que dominavam os sectores da organização, propaganda e informação do partido. Estes rumores desmascaravam várias fraudes, desvios de verbas e esquemas de corrupção na empresa nacional de navegação, ANGONAVE. De forma quase sequencial e utilizando a mesma estratégia, são colocadas a circular denúncias e informações comprovativas de um outro escândalo, desta vez

referente a uma rede de tráfico de diamantes (Kamanga), que alastrava no topo do aparelho a um ritmo vertiginoso, atingindo proporções tão extensas, envolvendo tanta gente e tantos cargos, que ameaçava tornar-se “institucional”, sendo que os rumores e o subsequente processo judicial chegaram mesmo a implicar judicialmente a própria presidência.

Mais tarde, numa das sessões da comissão de trabalho da I conferência nacional, “sobre o papel dirigente do partido” (Janeiro de 1985), o Presidente pronunciou-se de forma extremamente elucidativa sobre todos estes casos e sobre o seu alegado envolvimento no caso da *Kamanga*, argumentando com a existência de uma luta entre partidários de diferentes interesses, mas invertendo a situação e atribuindo a culpa da inocuidade dos processos judiciais aos partidários do Sr. Monty, ou aos supostos “grandes Marxistas-Leninistas”,

Tratando-se do caso do Ministro dos Petróleos antigo, Senhor Monty, ele (...), teve uma intervenção insultuosa no Congresso Extraordinário [Dezembro de 1980]. (...) muitos camaradas consideraram-no um grande Marxista-Leninista. Agora talvez digam que já não é, mas naquela altura parece-me que consideraram-no um grande Marxista Leninista. (...)

(...) os partidários do senhor Monty nessa altura fizeram com que o processo não produzisse os efeitos desejados, o mesmo talvez se pudesse dizer para a ANGONAVE, o mesmo talvez se pudesse dizer para outras situações, pois de outro modo não seria lógico que mesmo contra mim me fossem desferidos golpes directos, como presidente do partido, como chefe de Estado, de tal maneira que utilizando os serviços do meu gabinete tivemos de fazer intervenções públicas no processo 105 [Kamanga] para repor a verdade. (...)

Mas foi um rude golpe porque se inventaram coisas: desvios de viaturas, tentou-se insinuar implicação em tráfico de diamantes e por aí em diante. Há um processo escrito sem que um dia sequer, qualquer dos funcionários do meu gabinete ou eu próprio fossem consultados ou ouvidos. Portanto, foi o Procurador Popular, que preocupado com o processo no tribunal, informou o Presidente do Partido, porque aquele tribunal no fundo depende do Presidente da República. Não são comportamentos normais mesmo nas sociedades capitalistas, quanto mais na nossa.¹⁸⁶

¹⁸⁶ In Documentos da I Conferência Nacional ...op. cit...1985, p.76-77.

A última grande ofensiva da Esquerda dar-se-á no final de 1982, por altura do aniversário do Presidente Eduardo dos Santos (28 de Agosto), consistindo num quadro satírico do próprio, que lhe foi oferecido na cerimónia oficial do seu aniversário¹⁸⁷ e numa peça teatral também satírica, ridicularizando e caracterizando de incompetentes, incapazes e corruptos, alguns ministros da Direita, entre eles o Ministro da Saúde, Mendes de Carvalho. A nova ofensiva provocou a imediata reacção de vários elementos da Direita, especialmente os mais visados na peça, alertando as estruturas do poder, não só para as ofensas de que tinham sido alvo na peça, mas também para as ofensas pessoais ao Presidente, contidas no quadro, e para as possíveis consequências políticas de tais actos, passíveis de serem interpretados como uma falta de autoridade e força do Presidente, incapaz de se fazer respeitar.

O alerta e agitação política da Direita tocaram numa questão crucial e muito sensível, pois que em vários quadrantes do partido há muito cresciam as críticas em relação à incapacidade do Presidente de se impor internamente face às pressões da Direita e às provocações da Esquerda, sendo que esta última começava a ultrapassar todos os limites, não só com a peça e o quadro, mas também com o caso Kamanga. Dentro de uma racionalidade patrimonial, ao contrário de uma racionalidade burocrática moderna, acusações de corrupção, de desvios, roubos, etc. não têm grande impacto, nem para os visados nem para a opinião pública em geral, contudo, ofensas pessoais (dramaticamente apelidadas em Angola de “faltas de respeito”), têm um efeito devastador na imagem pública, sobretudo se o visado ocupa posições de chefia e liderança e não responde com dureza e firmeza. Se o visado é o Chefe de Estado, então a situação passa a ser verdadeiramente grave, na medida em que perde toda a credibilidade enquanto “Chefe”, incapaz de mostrar autoridade/força - o principal atributo do Chefe.

Neste contexto, não restava alternativa ao novo Presidente senão afirmar com firmeza e dureza a sua autoridade e o seu poder político e pessoal, desencadeando uma forte purga em toda a linha, começando com a prisão do autor da peça teatral, Costa Andrade Ndunduma (totalmente conotado com a Esquerda, secretário do sindicato dos jornalistas e ex-biógrafo oficial de Agostinho Neto), preso a 22 de Dezembro sob a acusação de “faccionalismo e falta de respeito pelo Presidente”.¹⁸⁸ Seguiram-se as prisões de dois

¹⁸⁷ No quadro o Presidente aparecia equipado de futebolista com uma bola nos pés, um poço de petróleo a jorrar dólares, com uma mulher sensual ao lado, uma cesta de lixo de onde saíam umas pernas sexys de mulher, numa referência à namorada que havia deixado há pouco tempo e à sua nova namorada, dando a entender que o Presidente era um *bon vivant*, interessado em futebol, mulheres e dinheiro.

¹⁸⁸ ARB (Janeiro 1983) p.6704-6705.

proeminentes membros do Departamento de Propaganda e Informação – DEPI, Raúl Araújo, que entregou em mão o quadro ao Presidente, e Vantagem Lara¹⁸⁹, filho adoptivo de Lúcio Lara, o grande ideólogo do Partido e figura de referência da Esquerda, tendo a própria mulher de Lúcio Lara, Ruth Lara, sido destituída do seu cargo no DEPI.¹⁹⁰

A purga prosseguiu ao nível do partido com o afastamento de Ambrósio Lukoki (Bakongo), membro do Bureau Político e chefe do DEPI, por ter autorizado a representação da peça sem ter verificado o seu conteúdo, sendo substituído no BP por um militar, o Tenente Coronel Francisco Magalhães Paiva “Nvunda” (chefe da Direcção Política das FAPLA e Vice-Ministro da Defesa), numa clara demonstração de força. A 23 de Dezembro, a purga chegou ao governo com o afastamento de três membros do executivo, o governador do Banco Nacional, José Vítor de Carvalho (substituído pelo Ministro das Finanças Augusto Teixeira de Matos) e mais dois Vice-Ministros, Luís Fonseca dos Santos (Construção), e um histórico do Partido, Artur Pestana “Pepetela” (Educação).¹⁹¹

No final do mês de Dezembro de 1982 a campanha de purga saldava-se pela suspensão de 32 membros dos departamentos de organização e informação do Partido – os departamentos de forte implantação da Esquerda.

A demonstrar que a Direita também não escapava ao poder do Presidente, em Julho de 1982, Manuel Pedro Pacavira foi destituído do cargo de Secretário do Partido para a Produção, por alegados erros na sua anterior função enquanto Ministro da Agricultura (que ele já havia deixado há dois anos atrás – obviamente um pretexto¹⁹²). Outro proeminente membro da Direita, Paiva Domingos da Silva, foi destituído do seu cargo enquanto líder da Or

¹⁸⁹ Um quarto elemento, Simão Paulo, quadro do departamento de organização, foi detido a 8 de Janeiro de 1983, sendo mais tarde libertado juntamente com Vantagem Lara e Raul Araujo. Costa Andrade NDunduma, contudo, permaneceu preso até 25 de Janeiro de 1984; ver *Reuters*, 8, 28 e 31 de Dezembro de 1982; *cit. in ACR*, vol.15 (1983), p.B598.

¹⁹⁰ *ARB*, (Janeiro 1983), p.6704-6705.

¹⁹¹ Segundo as palavras do próprio Pepetela (entrevista que concedeu ao autor em Luanda a 14 Julho 1998), não foi demitido, mas demitiu-se, numa atitude que já estava planeada há muito tempo e que não teve relação directa com o caso da peça e do quadro, contudo, tendo a demissão ocorrido no momento em que ocorreu e sendo o escritor claramente conotado com a ala Esquerda, em termos de política interna de bastidores representou mais uma baixa para a Esquerda, ideia esta reforçada alguns dias mais tarde (29 de Dezembro), quando Pepetela criticou publicamente a prisão de Costa Andrade, numa confrontação aberta entre escritores conotados com as duas alas político-sociológicas (Esquerda e Direita) na União dos Escritores Angolanos, tendo na altura estado em minoria a posição da Esquerda. Iguamente a nível externo, o afastamento de Pepetela foi interpretado exactamente nos mesmos termos; ver *ACR*, vol.15, (1983), p.B598.

¹⁹² Ver *ARB* (July 1982),p.6538; também *The Guardian* (25 Julho 1982).

ganização de Defesa Popular¹⁹³ e o próprio Agostinho Mendes de Carvalho foi destituído de Ministro da Saúde a 3 de Junho de 1983.¹⁹⁴

Estando ainda bem viva na memória de todos a brutalidade da purga do pós-27 de Maio de 1977, bastou a onda de prisões, interrogatórios e destituições para acalmar as hostes partidárias e afirmar definitivamente o poder do novo Presidente. Para além do mais, as novas ofensivas da UNITA, apoiada pela África do Sul, pressionavam para a imperativa união do partido.

Algumas explicações oficiais do caso “da peça e do quadro”, serão mais tarde apresentadas pelo próprio Presidente, no relatório do CC ao II congresso, inserindo-o no contexto dos casos ANGONAVE e Kamanga e identificando-o com a corrente partidária que se manifestara já no I congresso extraordinário (os supostos “grandes Marxistas-Leninistas do Sr. Monty”).¹⁹⁵

Depois de afirmado o seu poder e acalmadas as hostes partidárias, o Presidente efectuou em Fevereiro de 1983 uma pequena remodelação ministerial e readmitiu 18 dos 32 membros suspensos, mas só aqueles que haviam tido um envolvimento indirecto no caso. Ruth Lara continuou suspensa, num rude golpe que afectou directamente Lúcio Lara, que desde então foi progressivamente decaindo de importância efectiva no seio do aparelho, sendo afastado do Comité Central logo na primeira oportunidade – o II congresso, de 1985.

Início da Hegemonia Económico-Política da Presidência, 1982-1985

Com a afirmação do seu poder pessoal, o novo Presidente vai de igual modo afirmar os princípios de gestão da economia política a nível interno e externo, consistindo em boa medida no desenvolvimento das linhas estratégicas que vinham da administração de Neto: pragmatismo ou tolerância para com as prevaletentes práticas predatórias; relaxamento de normas Socialistas e abertura económica e política ao Ocidente; circulação de membros no carrossel patrimonial para equilíbrio de poderes e acesso à distribuição de recursos e benesses, que permitisse manter o status quo e alcançar a hegemonia económico-política do novo Presidente.

¹⁹³ Ver ARB (July 1982), p.6538; também *The Guardian* (25 Julho 1982).

¹⁹⁴ Ver ACR, vol.16 (1985), p.B598.

¹⁹⁵ *In Relatório do Comité Central ao II Congresso ...op. cit...*1985, p. 69.

O resultado dos três casos – Monty, ANGONAVE e Kamanga –, será elucidativo dos princípios de gestão adoptados pela nova administração.

No caso Monty, o presidente protegeu de forma pessoal e explícita Hermínio Escórcio, não permitindo um processo judicial isento e demitindo Monty, enfrentando-o directa e pessoalmente, revelando desde logo a importância que dava à nova estratégia de insularização da SONANGOL sob ordens directas e exclusivas da presidência, não mais do Bureau Político como no tempo de Neto.

Aproveitando o agravamento do conflito militar e o momento conturbado com as renovadas lutas internas entre Esquerda e Direita, o Presidente vai “exigir” do CC a concessão de novos “poderes de emergência” (concessão deliberada por unanimidade na XX sessão ordinária do CC, de 30 de Novembro a 8 de Dezembro de 1982), constituindo a base sobre a qual vai apoiar todo o processo de construção de mecanismos e implementação de medidas que lhe permitirão exercer o domínio hegemónico sobre todo o aparelho de poder patrimonial. Vai esvaziar de poder económico-político efectivo o aparelho governamental e mesmo o aparelho partidário, autonomizando a favor da Presidência e dos seus órgãos subsidiários a área das relações externas nas matérias importantes para a lógica do sistema - negócios com entidades públicas e privadas externas, nomeadamente ao nível do petróleo¹⁹⁶, constituindo a SONANGOL como pilar central desta estratégia.

Ao contrário do que por vezes se sugere, esta estratégia foi delineada na altura pela Presidência, percebendo a crescente e crucial importância da renda petrolífera para a estruturação e controlo de todo o sistema de manutenção do poder político. Não foi de todo uma estratégia de quaisquer directores anteriores (sendo Freudenthal o primeiro director) ou seguintes, ou do maior ou menor brilhantismo técnico-político de qualquer um deles.¹⁹⁷ Independentemente da competência técnica cada vez mais apurada e exigida a cada director que se seguiu e a todos os quadros superiores da empresa, estes passaram essencialmente a desempenhar a função de cumprimento de orientações da presidência em matéria de maximização de lucros, opacidade e secretismo das contas do petróleo.

¹⁹⁶ Ver Vidal, Nuno “Multipartidarismo em Angola” ...*op. cit.*, pp. 11-57.

¹⁹⁷ Ver Oliveira, Ricardo Soares de, “Business success, Angola-style: postcolonial politics and the rise and rise of Sonangol”, in *Journal of Modern African Studies*, 45, 4, 2007, pp. 595-619.

A empresa foi insularizada de qualquer influência partidária e governamental, passando a desempenhar as funções de processador de todo o *software* e *hardware* de gestão do sistema político patrimonial moderno efectivamente existente, permitindo a grande apropriação privada de recursos públicos e a alimentação das redes de distribuição/cooptação necessárias à manutenção do *status quo* e à hegemonia do poder presidencial sobre todo o sistema económico-político.

A actuação da empresa processar-se-á em termos cada vez mais opacos, camuflados e recorrendo a esquemas de internacionalização financeira cada vez mais complexos, assumindo-se progressivamente (anos 90 em diante) como principal agente de investimentos externos, que permitem a internacionalização de vários tipos de capitais apropriados a nível interno.¹⁹⁸

Nos casos da ANGONAVE e Kamanga, embora os processos judiciais tivessem efectivamente sido instaurados ao longo de 1982, num período em que a Esquerda ainda tinha alguma influência, os julgamentos só tiveram lugar em 1984, depois de o Presidente ter afirmado o seu poder sobre as alas Esquerda e Direita, não resultando em nenhum efeito prático para os acusados e sentenciados.¹⁹⁹

Com tal resultado, uma mensagem clara e simples foi passada: o Presidente assumia a posição pragmática e flexível da ala Direita no que respeitava à aceitação do alastramento impune das práticas económicas predatórias que atravessavam todo o espectro social. No entanto, tal posição não significou

¹⁹⁸ Ver Vidal, Nuno “The international institutionalization of patrimonialism in Africa. The case of Angola” in Nuno Vidal & Patrick Chabal (eds), *Southern Africa: civil society, politics and donor strategies* (Luanda & Lisbon: University of Coimbra, Angolan Catholic University & Media XXI), especialmente p. 19-44.

¹⁹⁹ No caso ANGONAVE (julgado a 17 de Março de 1984), o director da empresa, Carlos Osvaldo dos Santos Rúbio, avisado a tempo, viajou para o estrangeiro, tendo sido julgado pelo Tribunal Popular Revolucionário e condenado *in absentia* por desvio de fundos. Os poucos membros da direcção condenados, apelaram e foram libertos algum tempo depois, logo que o caso deixou de ser falado. No caso Kamanga (ou processo 105/83), julgado dois meses depois do caso ANGONAVE (Maio de 1984), no meio de um grande aparato mediático, foram levados à barra do tribunal 124 réus (um número ínfimo em relação à dimensão da rede implicada), acusados de tráfico de diamantes e troca ilegal de moeda (movimento de dólares americanos). Dos 124 acusados, 28 estavam a ser julgados *in absentia*, e sessenta eram estrangeiros (56 Portugueses). Vários membros do topo do aparelho de Estado e das Forças Armadas foram igualmente envolvidos. Cinco membros das FAPLA (Forças Armadas), dois dos quais de alta patente foram acusados. Dois membros do CC, Tenente-Coronel Antonio Moises (Ndozi) e Celestino Bernardo (Tchizainga) foram suspensos depois de referenciados por um relatório da Segurança de Estado que sugeria a sua implicação. O julgamento terminou a 30 de Outubro com a pena de morte para um arguido angolano (de origem portuguesa), Francisco Fragata, e 73 sentenças de cadeia entre 5 a 16 anos. Não obstante, todos os acusados recorreram das sentenças e conseguiram a sua alteração, sendo que nenhum dos condenados cumpriu mais de ano e meio de prisão efectiva, incluindo o próprio Francisco Fragata. In *Jornal Expresso*, Lisboa, 7 Julho 1984; cit. in *ACR*, vol.17 (1985), p.B611.

a vitória da ala Direita na liderança do aparelho de gestão patrimonial, mas antes a transformação do patrimonialismo partidário, que se havia desenvolvido até aí, em patrimonialismo presidencialista, que se vai afirmar daí em diante até à actualidade.²⁰⁰

O novo Presidente levará ao extremo o modelo de gestão inaugurado por Neto, procedendo a infindáveis e permanentes rondas de remodelações na administração central e local, sempre dentro da referida lógica de rotação no carrossel patrimonial, de acordo com as necessidades e princípios de gestão de equilíbrios políticos vários, assegurando a manutenção do poder por via da distribuição selectiva de benesses e cooptação. A grande diferença em relação à administração de Neto será a utilização das remodelações para efeitos de “expição de culpa alheia”, ou seja, a necessidade da Presidência de fazer “rolar cabeças” em alturas de acentuada crise, encontrando bodes expiatórios para assumirem as responsabilidades por fracassos governativos, que dada a concentração de poderes na presidência e seus serviços subsidiários raramente cabiam aos ministérios. Os destituídos, depois de uma fase mais ou menos breve de expiação de culpas, voltavam (de acordo com a lógica interna) a ser nomeados para outros cargos no seio do carrossel patrimonial.

Dada a lógica patrimonial do modelo de gestão, raramente o Presidente afastava definitivamente algum membro do carrossel patrimonial, mesmo em situações de manifesta e gritante incompetência, sendo extremamente acesas e difíceis de gerir as disputas internas pelas nomeações, tal como se pode claramente perceber das palavras do próprio Presidente,

Finalmente eu quero dizer aos camaradas que a constituição me dá competências, como chefe do governo, como chefe do Estado, para substituir membros do Governo, embaixadores e nomear. Mas tenho a impressão que nós nem sempre aceitamos bem a aplicação dessas competências. (...) Se alguém foi substituído dum lugar, há sempre uma corrente de opinião que se forma contra, outra corrente a favor, essa é na minha experiência, um aspecto. Outro aspecto é que enquanto não lhe for dada outra função, há sempre elementos preocupados e que avançam propostas, ‘agora já pode ir para aqui’, ‘acho que já pode ir para ali, porque está desocupado’, etc. (...) esta é a situação e até há alguns que resistem.

²⁰⁰ Ver Vidal, Nuno “Multipartidarismo em Angola” ...*op. cit.*, pp. 11-57.

Portanto, não é assim tão fácil como os Cdas. estão a dizer e (...) naqueles casos em que se optou primeiro pela responsabilidade dos erros cometidos aqui ou ali antes da substituição, também não foi fácil. Portanto, os Cdas. não pensem que essas questões são simples de tratamento, na prática não são assim tão simples (...).

(...) na prática, e estou a falar da minha experiência, os Cdas. não podem imaginar quanta ginástica às vezes tenho de fazer para resolver situações destas. Mas esse é o nosso Partido, assim somos nós.”²⁰¹

Também a exemplo de Neto, embora com uma importância relativa decrescente, eram tidos em conta critérios de equilíbrio etno-regional, com primazia para o grupo Crioulo/MBundu no seio do MPLA. Os Ovimbundus do partido mantiveram-se em posições de segundo plano, continuando a ser Faustino Muteka o único Ovimbundu nos órgãos de topo do partido. Esta situação vai alterar-se ligeiramente a partir de 1986, com a ascensão de Marcelino Moco, Ovimbundu, nomeado para governador provincial do Bié — planalto central.²⁰²

A respeito da aproximação a grupos rebeldes exteriores ao MPLA, Eduardo dos Santos prosseguirá com a estratégia delineada por Agostinho Neto, baseada na clemência e integração (subordinada) no aparelho Partidário/Estadual e consequente integração na estrutura de acesso aos recursos — cooptação. Neste sentido, voltará a ser desencadeada uma forte campanha de clemência apelando à rendição dos membros de grupos rebeldes, admitindo-se oficialmente que existiram razões históricas profundas que levaram muitas pessoas a juntarem-se àqueles grupos, mas para todos aqueles que se mostrassem verdadeiramente arrependidos seria dada uma oportunidade de “trabalho honesto na frente de produção”.²⁰³ Em resultado directo da campanha, em Outubro de 1984, entregaram-se milhares de guerrilheiros e apoiantes da FNLA, entre eles um histórico do movimento, Johnny Edouard Pinnock, primeiro ministro do governo de transição de 1974, e Tonto Afonso de Castro, Chefe das Forças Armadas.²⁰⁴ A julgar pelo

²⁰¹ *In Documentos da I Conferência Nacional ...op. cit...1985, p. 75-79.*

²⁰² Mais tarde, por questões essencialmente cosméticas, vários outros Ovimbundu irão ascender no seio do aparelho, especialmente com a transição para o multipartidarismo e a preparação das eleições de 1992, tendo Marcelino Moco chegado inclusive a Primeiro Ministro no governo formado pelo MPLA após as eleições de 1992.

²⁰³ *In ARB* (Outubro 1984), p.7407 C.

²⁰⁴ A rendição sucedeu após a publicação do editorial do Jornal de Angola que repetiu o apelo do governo à rendição de todos os rebeldes no interesse da reconstrução e unidade nacional; *in ARB* (Outubro 1984), p.7407 C.

discurso do Presidente à I conferência nacional do partido, a política foi pela primeira vez estendida a elementos da UNITA.²⁰⁵

Com o topo de regime essencialmente preocupado com a insularização da grande fonte de receitas, disseminaram-se massivamente pela população em geral as práticas predatórias conforme anteriormente referido, baseadas na legitimidade da necessidade económica, cada vez mais distante da Lei, levando a I conferência nacional do partido, de Janeiro de 1985, a realçar a necessidade de recuperar o respeito pela lei.²⁰⁶

Mudança Oficial na Orientação Político-Ideológica da Economia, Início da Transição, 1985/86-1991/92

Afirmado o seu poder internamente, o Presidente sentiu-se com força suficiente para introduzir as primeiras e significativas alterações na orientação oficial/ideológica da economia. Isto aconteceu logo na primeira oportunidade, em 1985, no âmbito do II congresso, cujos principais documentos questionaram pela primeira vez: os métodos de gestão e a direcção da economia²⁰⁷; a anacrónica e onnipotente direcção planificada da economia com distorcidas políticas de investimento²⁰⁸; o sistema de preços fixados administrativamente sem reflectir os custos reais de produção;²⁰⁹ os extensos e anti-productivos aparelhos burocráticos²¹⁰; a necessidade de tirar maiores vantagens da iniciativa privada, externa e interna²¹¹; os profundos desequilíbrios financeiros e macroeconómicos que não se poderiam explicar exclusivamente com a guerra.²¹²

²⁰⁵ *In Documentos da I Conferência Nacional ...op. cit...*1985, p.29.

²⁰⁶ *In Documentos da I Conferência Nacional ...op. cit...*1985, pp.23–24.

²⁰⁷ Na I conferência nacional, Eduardo dos Santos afirmou que nos próximos cinco anos teriam de ser seguidas medidas económicas gerais de maior alcance político, que conduzissem à estabilização e subsequente desenvolvimento da economia nacional'. Referiu, sem especificar, a necessidade de uma profunda mudança nos métodos de gestão e administração da economia e empresas'; *cit. in ACR*, vol. 18, 1987, p.618. Tal mudança é igualmente referida em *Documentos da I Conferência Nacional ...op. cit...*1985, p.95; também in *Relatório do Comité Central ao II Congresso ...op. cit...*1985, pp.99, 105, 111-112.

²⁰⁸ *Documentos da I Conferência Nacional ...op. cit...*1985, pp.33–35; também in *Relatório do Comité Central ao II Congresso ...op. cit...*1985, pp. 90-92.

²⁰⁹ *Documentos da I Conferência Nacional ...op. cit...*1985, p.34. Ver também *Relatório do Comité Central ao II Congresso ...op. cit...*1985, pp.93-94 and pp.106-108.

²¹⁰ *In Documentos da I Conferência Nacional ...op. cit...*1985, p.22; também in *Relatório do Comité Central ao II Congresso ...op. cit...*1985, p.95, p.106.

²¹¹ *In Documentos da I Conferência Nacional ...op. cit...*1985, pp.110-111 e 143; também *Relatório do Comité Central ao II Congresso ...op. cit...*1985, pp. 107, 145.

²¹² A conferência nacional referiu expressamente que tais desequilíbrios não poderiam ser desculpados ou justificados pela situação de guerra ainda que o impacto da guerra tivesse que ser reconhecido, in *Documentos da I Conferência Nacional ...op. cit...*1985, pp.29-32.

Assumia-se que a deterioração do saldo da balança de transacções correntes apresentava deficits acentuados desde 1981, que as cotações do petróleo se deterioravam, que as taxas de juro se agravavam no mercado internacional dificultando as condições de reembolso e o acesso ao crédito, que o deficit do Orçamento Geral do Estado era igualmente preocupante, provocando o aumento da dívida interna e a inflação nos mercados paralelos.²¹³ Estes desequilíbrios clamavam por um programa de “Saneamento Económico e Financeiro”, a ser implementado no quinquénio seguinte.²¹⁴ Na realidade, tal Programa de Saneamento Económico e Financeiro - SEF, veio a ser introduzido dois anos mais tarde, em Agosto de 1987, de forma a corrigir os desequilíbrios financeiros internos e externos e reestruturar e reabilitar o sistema económico.²¹⁵

O programa incluía a privatização de empresas não estratégicas, a redução do sector estatal, a legalização do sector privado (i.e. pequeno comércio, transporte público e comercial e construção), o fim dos subsídios orçamentais às empresas estatais, a devolução das fazendas estatais aos camponeses, o aumento dos preços para reflectirem os custos de produção, a autorização da livre circulação de produtos entre províncias, o livre curso da procura e da oferta nestes mercados e a desvalorização do Kwanza.²¹⁶

Das medidas propostas, tornava-se claro que o novo programa significava muito mais do que o reforço das tendências iniciadas durante a Presidência de Neto (relaxamento de orientações Socialistas e tolerância em relação ao pequeno comércio), representando um ponto de viragem no sistema económico formal – uma nova fase conforme referido pelo Presidente²¹⁷ ou o “fim de uma época”, conforme enfatizado por observadores estrangeiros²¹⁸; transformando gradualmente a anterior economia Socialista numa economia de mercado, que veio a ser oficialmente anunciada no III congresso, de 1990.

Em termos de abordagem económica ao Ocidente, uma vez apresentados os principais objectivos do SEF, tornou-se claro que seguiam as recomendações do Banco Mundial e do FMI em termos de política económica

²¹³ *In Relatório do Comité Central ao II Congresso ...op. cit...*1985, p.85-89.

²¹⁴ *In Relatório do Comité Central ao II Congresso ...op. cit...*1985, p.89.

²¹⁵ Na apresentação do SEF, o presidente explicou que o programa vinha no cumprimento das orientações do II congresso e justificou o atraso com a necessidade de prestar mais atenção a medidas de emergência que entretanto surgiram; *In Telex Angop: transcrição integral do discurso ... op. cit.* 1987, Part 2, 3, 4.

²¹⁶ *In Telex Angop: transcrição integral do discurso ... op. cit.*, 1987 Part 5, 9, 10, 11, 12.

²¹⁷ *In Telex Angop: transcrição integral do discurso ... op. cit.*, 1987, Part 5.

²¹⁸ *In artigo de Pierre Haski in Libération* (20 Agosto 1987).

para países Africanos. À medida que se agravavam as finanças estatais angolanas²¹⁹, o SEF pretendia de facto facilitar a candidatura de Angola a membro daquelas organizações como forma de aceder a empréstimos e facilitar processos de reescalonamento da dívida externa.²²⁰ Depois de um longo e complicado processo e apesar da objecção dos EUA, Angola foi finalmente admitida como membro do FMI em Julho de 1989,²²¹ tendo conseguido resolver os seus problemas de dívida por via de reembolsos de curto prazo. Tão logo estes objectivos foram alcançados, o SEF caiu do estado de graça, especialmente no que toca às suas mais criticadas políticas a nível interno, como a desvalorização da moeda nacional e a redução do ineficiente sector público.²²² O problema estava obviamente no facto de que as distorções que o SEF se propunha terminar se haviam tornado estruturais ao sistema patrimonial moderno e encontravam enormes resistências para a sua implementação.

Com o fim da Guerra Fria e a “falência” do bloco de Leste e do seu modelo económico e político, os anos noventa trouxeram uma vaga de liberalização sobre os países africanos para procederem a programas de reajustamento estrutural, equilibrando as contas internas e externas e reduzindo o sector público.²²³ Contudo, também esta nova onda de pressões internacionais não obteve muitos resultados em Angola.

²¹⁹ O agravamento das contas do Estado é igualmente admitido pelo discurso presidencial que introduz o SEF, especificando: 50% de decréscimo nas importações de bens de consumo para alimentar a população no período de 1985 a 1986; 33% de decréscimo em importações de matérias primas que levaram várias empresas a uma absoluta paralização da sua produção; um aumento do défice do orçamento do Estado; um aumento do défice externo; um decréscimo do poder de compra dos salários; baixa produtividade do trabalho; ineficiência das empresas estatais e do sistema bancário; *In Telex Angop: transcrição integral do discurso ... op. cit.*, 1987, Part 3 e 5.

²²⁰ *In Telex Angop: transcrição integral do discurso ... op. cit.*, 1987, Part 7 e 8. De acordo com o Presidente, a dívida externa ascendia a US\$6 biliões em Dezembro de 1986, tendo aumentado para US\$7 biliões em 1987; o problema não era o montante da dívida em si, mas a concentração de curto-prazo dos reembolsos nos anos seguintes; *ibid.* part 7. Sobre a intenção de Angola em aderir ao FMI ver artigo de Pierre Haski *in Libération* (20 Agosto 1987); igualmente artigos de Paul Betts *in Financial Times* (14 e 21 de Setembro 1987). Sobre o problema da dívida ver artigo de Tony Hodges, ‘Angola pins hopes on unique debt strategy’ *in Financial Times* (7 Julho 1987).

²²¹ Ver ARB, (Outubro 1987), p.8648, a,b,c, and p.8649-a.; também artigos de Paul Betts *in Financial Times* (14 e 21 Setembro 1987).

²²² Sobre a resistência interna à aplicação de algumas medidas e ao subsequente fracasso do SEF ver ACR, 21 (1990), pp. B558-B559.

²²³ Angola foi igualmente sujeita a estas pressões conforme referido pelo próprio Presidente Eduardo dos Santos no seu discurso de abertura do III congresso do MPLA que introduz a transição para o sistema multipartidário e a economia de mercado em 1990; *in Discurso pronunciado pelo Presidente do MPLA—Partido do Trabalho Camarada José Eduardo dos Santos na Sessão de Abertura do III Congresso do Partido; pela Paz, Unidade Nacional e Recuperação Económica* (Luanda: Secretariado do Comité Central, 1990), pp.8-9.

A suposta redução do sector público e o estímulo da iniciativa privada ignoraram a reestruturação da administração do Estado e a redução do número de funcionários de um mega aparelho ineficiente que servia essencialmente como distribuidor de rendas/salários, centrando-se essencialmente na concessão (suposta privatização) de infra-estruturas comerciais, industriais e agrícolas, aos membros escolhidos da elite governativa a preços simbólicos. No fim, a privatização mais não representou que o reforço da apropriação privada de bens públicos – predação –, agora num contexto que oficialmente privilegiava a propriedade privada, e também a permissão para que estes membros da elite dominassem o novo sector empresarial privado²²⁴ da futura “economia de mercado” (ainda que sempre debaixo da dependência das estruturas de topo do Partido/Estado para acesso a linhas de crédito, licenças de importação, acesso a divisas à taxa de câmbio oficial, etc.).

Beneficiando de um contexto interno e internacional muito favorável na primeira década do século XXI, o regime e a sua lógica patrimonial de funcionamento vão-se desenvolver e tornar mais complexos até aos dias de hoje.²²⁵

Convém aqui apenas realçar a capacidade do regime em constantemente inovar nos mecanismos de apropriação privada dos recursos e bens públicos, cada vez mais articulados a nível internacional, mantendo-se inúmeras distorções políticas da suposta economia de mercado, seja ao nível dos licenciamentos de actividades empresariais, seja de importações de produtos e serviços de rendimento significativo, seja nas ofertas directas de bens – apartamentos, casas em condomínios e viaturas – que o regime faz regularmente aos membros dos vários segmentos da elite, seja no acesso a linhas de crédito bancário, seja no renovado racionamento de divisas disponíveis nos bancos para o público em geral e no acesso selectivo a essas divisas ou na possibilidade da sua transferência para o exterior (que voltou com a crise financeira de 2008), seja ainda, e mais importante que tudo o resto, na insularização da SONANGOL e na manutenção do secretismo na gestão das contas do petróleo, numa promiscuidade entre empresa petrolífera estatal e Presidência, continuando aqui a residir o essencial do

²²⁴ Logo em 15 de Julho de 1989, várias peças legislativas foram aprovadas no sentido de reestruturar o sector económico estatal e alterar a actividade comercial; ver decreto 31/89, *DR*, I, 27 (15 Julho 1989); decreto 34/89, *DR*, I, 27 (15 Julho 1989); igualmente decreto executivo do Ministério do Comércio Interno 24/89, *DR*, I, 27 (15 Julho 1989), que aprova a concessão de estabelecimentos comerciais pertencentes ao Estado a outros agentes económicos. Enfatizando a ineficácia do SEF, especialmente no que toca às mais “controversas” medidas, ver *ACR*, vol.21 (1990), pp. B558-B559.

²²⁵ Ver Vidal, Nuno “The international institutionalization of ...*op. cit.*”, especialmente p. 27-29.

processador de todo o sistema de apropriação privada de recursos e bens públicos, num processo que começou desde cedo, constituindo hoje o pilar do regime hiper-presidencialista de patrimonialismo moderno existente em Angola.²²⁶

²²⁶ Ver por exemplo Global Witness “media briefing”, *Angola: private oil firm has shareholders with same names as top government officials*, (4 Agosto 2009); denunciando uma empresa petrolífera privada autorizada pela SONANGOL a licitar direitos de exploração potencialmente lucrativos, mas incluindo acionistas como o presidente da SONANGOL, conselheiros presidenciais de topo e um antigo ministro das finanças. Ver igualmente a nota de imprensa da Global Witness, *Ligação entre o genro do presidente angolano e empresa petrolífera estatal levanta questões sobre transparência*, (15 de Março 2010), denunciando a nomeação pela SONANGOL do genro do presidente angolano José Eduardo dos Santos para o Conselho de Administração de uma empresa *holding* que controla um terço da firma petrolífera portuguesa cotada na Bolsa de Valores, Galp Energia; igualmente Relatório da Global Witness & OSISA-Angola, *Oil Revenues in Angola, much more information, but not enough transparency* (Fevereiro 2011), revelando discrepâncias na ordem dos biliões de dólares entre a informação publicada pelo governo angolano nas suas receitas provenientes do petróleo, disponível em www.globalwitness.org/ De grande importância em termos de jornalismo de investigação, temos os vários artigos produzidos pelo jornalista angolano Rafael Marques de Morais, incluindo a denúncia daquilo que se tornou numa “prática generalizada em Angola”, mediante a qual membros de topo do governo, do sistema judicial (incluindo o Procurador Geral da República e o Juiz Presidente do Supremo Tribunal Militar), as Forças Armadas Angolanas, a Polícia Nacional, a Assembleia Nacional e a Presidência da República, combinam o exercício das suas funções públicas com interesses privados, in Marques, Rafael, “The Business Activities of the Attorney-General of the Republic”, in *Semanário Angolense*, n.º 329 (15-21 August 2009). Artigos de Rafael Marques de Morais disponíveis em <http://makaangola.com/>

II

**A CRISE FINANCEIRA DE 2008
EM ÁFRICA E EM ANGOLA.
O DESENVOLVIMENTO
CONSTANTEMENTE ADIADO**

Justino Pinto de Andrade



A CRISE FINANCEIRA DE 2008 EM ÁFRICA E EM ANGOLA. O DESENVOLVIMENTO CONSTANTEMENTE ADIADO

1. A crise financeira de 2008 em África

**Justino Pinto
de Andrade**

*Faculdade de Economia
da Universidade
Católica de Angola*

É opinião corrente de que a crise financeira de 2008 terá vindo na pior altura, quando os países africanos estavam a conhecer ritmos de crescimento económico assinaláveis que constituíam um estímulo à persecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Em Abril de 2008, o Banco Mundial avisou para a eventualidade de a crise se repercutir de um modo muito severo sobre África, não obstante ser o continente menos integrado na economia mundial e nos sistemas financeiros globais. A crise far-se-ia sentir por intermédio de quatro vectores principais: a redução do investimento privado directo; a redução das remessas dos emigrantes; a contracção da ajuda externa; a descida dos preços nos mercados internacionais da maioria das matérias-primas de exportação.

Em finais do ano de 2008 (Novembro), o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), a União Africana e a Comissão Económica das Nações Unidas para África, reuniram em Tunes os Ministros das Finanças, do Plano e Governadores dos Bancos Centrais de vários países africanos, para analisarem o impacto da crise financeira sobre as economias africanas. O Presidente do BAD,

Donald Karebuka, enfatizou que pelo facto de a economia mundial estar perfeitamente articulada, seria difícil a crise não se repercutir nos países africanos, apelando à tomada de acções globais, concertadas e inclusivas.

Também a Comissão Económica das Nações Unidas para África (CEA), reunida no Cairo nos dias 6 e 7 de Junho de 2009, analisou os impactos da crise financeira em África, concluindo, entre outros aspectos, que aqueles impactos se traduziram objectivamente na diminuição do volume dos fluxos financeiros provenientes do estrangeiro sob a forma de ajuda ao desenvolvimento, transferência de fundos e investimentos directos.

Os efeitos da crise internacional sobre os países africanos podem ser vistos no curto, no médio ou no longo prazo, dependendo quer da profundidade da crise, quer da sua duração. A reorientação dos fluxos de financiamento de alguns países africanos, que passaram a encontrar apoios substanciais na China, Índia e outras economias emergentes, terá supostamente atenuado o impacto da crise sobre alguns países africanos e este terá sido um efeito positivo da diversificação das relações comerciais externas em África. No entanto, dado que a crise teve um impacto efectivamente global e dado que a maioria dos países africanos depende sobretudo dos mercados da Europa Ocidental e dos Estados Unidos da América, para onde canalizam as suas principais matérias-primas de exportação e de onde provém o grosso dos investimentos externos, a crise não podia deixar de se fazer sentir. As economias africanas – muito dependentes das suas exportações – continuam a ter muita dificuldade em financiar os seus programas de desenvolvimento sempre que se reduz a taxa de crescimento do comércio mundial.

Ao repercutir-se sobre os preços dos produtos de exportação dos países africanos e com a redução dos investimentos externos, a crise pode ter anulado muitos dos resultados que estariam a ser alcançados nos últimos anos com taxas de crescimento acentuado. Entre 1997 e 2000, a taxa média anual de crescimento económico em África rondou os 3,7%. Entre 2003 e 2007 já havia subido para uns prometedores 6,3% ao ano e entre 2002 e 2007 o rendimento nacional por habitante em África aumentou mais de 14%.

Com a crise reduziu-se em mais de 30% o nível das receitas provenientes das exportações de algumas matérias-primas, tais como o petróleo, os produtos agrícolas, minerais, madeira, etc. O nível do investimento externo diminuiu e consequentemente reduziram-se os níveis de reservas externas. Regra geral, a crise acabou também em África por se reflectir no aumento dos níveis de desemprego apesar do forte peso da economia informal.

Segundo dados apresentados na 26.^a Conferência Regional da FAO (Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação), realizada em Luanda a 07 de Maio de 2010, a “factura” alimentar africana subiu acentuadamente a partir de 2008, como um efeito das crises financeira e energética, com reflexos importantes nas condições de fome e de pobreza do continente. Em 2006 os países africanos importaram 12 mil milhões de USD em alimentos, em 2007 esta quantia aumentou para 14 mil milhões de USD, em 2008 cifrou-se em 27 mil milhões de USD e em 2009 o continente africano importou 33 mil milhões de USD em alimentos, tendo exportado apenas 12 mil milhões de USD.

Neste cenário, os elevados índices de pobreza do continente não reverteram como desejável. Muitos países africanos afastaram-se ainda mais dos grandes “Objectivos de Desenvolvimento do Milénio - ODM”, que apontavam para a redução para metade, até 2015, dos níveis de pobreza. Ainda antes da crise já era óbvio que a maioria dos países da África subsariana ficaria longe de alcançar aqueles objectivos, mas a crise tornou-os perfeitamente utópicos e quixotescos em muitos casos.

Para que os ODM fossem alcançáveis, a taxa de crescimento médio do PIB deveria ser de 7,5% ao ano. De 2002 a 2007 o crescimento do PIB africano situou-se em média acima dos 5,5%. No ano de 2007 o PIB africano cresceu 6,1% e em 2008 caiu para os 5,7% e em 2009 a taxa de crescimento do PIB dos países africanos subsarianos esteve muito próxima dos 1,5%. A juntar-se a este arrefecimento económico mundial e do continente africano em particular, veio ainda o aumento dos preços dos alimentos e dos combustíveis que afectaram de sobremaneira os países mais pobres e, dentro destes, as populações pobres, ou seja a maioria.

Naturalmente que os impactos da crise variam de país para país segundo vários factores, a começar desde logo pela existência ou não de recursos naturais e matérias-primas com procura internacional e a evolução da procura específica por determinadas matérias-primas. Os impactos da crise dependem igualmente da maior ou menor exposição ao crédito internacional, da maior ou menor dependência em relação a importações de bens de consumo e outros, à existência ou não de reservas de divisas, assim como aos maiores ou menores níveis de inflação.

Teoricamente, os países mais dotados de matérias-primas com forte procura internacional (e.g. petróleo) teriam uma maior capacidade de resistência à crise, porque têm uma fonte de divisas que lhes permite menor dependência

em relação ao crédito internacional, maiores investimentos autónomos em políticas e estratégias de desenvolvimento de médio e longo prazo, com maior diversificação da economia e uma relativamente menor dependência em relação às importações, assim como um maior controlo da inflação.

Aproveitando os períodos de crescimento acentuado da economia mundial nos anos anteriores à crise de 2008, países com matérias-primas de forte procura internacional teriam, caso adoptassem políticas económicas adequadas e cautelosas nos tempos de bonança, suportado de forma mais resistente os impactos da crise. Infelizmente todos sabemos que não é assim devido aos problemas de governação por demais conhecidos e analisados, que afectam as economias destes países, por vezes denominados de “dutch disease” ou “maldição dos recursos”, mas que não são mais do que a maldição de maus governantes e da sua má governação.

De todas as análises acerca dos efeitos da crise internacional sobre as economias africanas, sobressai em meu entender uma constatação óbvia, simples e inequívoca: hoje como há cinquenta anos atrás, a estrutura económica dos países africanos permanece débil em função da sua extroversão e dependência em relação às matérias-primas de exportação. Estes problemas estruturais, de que se acusava o capitalismo colonial, não foram resolvidos e continuam em boa medida na base de sistemas económicos frágeis, dependentes e, sobretudo, pobres. As elites que assumiram o poder nos Estados africanos independentes herdaram um sistema que não transformaram e do qual aprenderam a beneficiar, fazendo alianças de variado tipo com os parceiros externos (antigas potências coloniais ou novos aliados político-económicos consoante o alinhamento em termos de “guerra-fria”), sem grandes diferenças quanto ao resultado final e objectivo que podemos hoje constatar – a gestão e manutenção de uma estrutura económica extrovertida e dependente da exportação de matérias-primas com fraco ou nenhum valor acrescentado. A prometida mudança económica não surgiu nem aquando das independências, nem aquando das chamadas transições dos anos noventa. Temos sistemas económicos não desenvolvidos sob qualquer critério ou aspecto, temos populações pobres ou extremamente pobres, temos elites políticas que se reproduzem e beneficiam da actual situação de dependência externa e subdesenvolvimento, aliando-se ao capital externo num estilo de vida ostentatório e ofensivo para os níveis de vida da maioria da população.

Angola é um claro exemplo desta situação, sendo o eterno país potencialmente rico, mas com uma maioria da população efectivamente pobre e uma elite governativa escandalosamente rica.

2. Angola e a crise financeira de 2008

A paz finalmente atingida em 2002 com a morte de Savimbi e o memorando de paz do Luena vai-se juntar a um contexto económico mundial favorável a Angola. Como vimos, a economia mundial esteve a crescer até 2007/2008 acompanhada de um aumento do preço do barril de petróleo, principal fonte de receita em Angola. Tivemos cerca de seis anos de conjuntura muito favorável que se traduziu nas propaladas taxas recorde de crescimento da economia angolana, numa média de 13% ao ano para aquele período, com 20,9% em 2007. Dizia-se que a economia se estava a diversificar e que o crescimento era em boa medida resultado dessa diversificação por via de investimentos vários, internos e externos. De notar que o preço do barril foi sempre em crescendo até 2009, passando de uma média de cerca de \$US25 em 2002 para uma média em torno de \$US55 em 2005, até à casa dos \$100 em 2008, caindo posteriormente para a casa dos \$US60 em 2009.¹

Taxas reais anuais médias de crescimento (%)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Agricultura e pescas	18,0	13,4	11,7	14,1	17,0	9,8	27,4	1,9
Petróleo e refinados	-1,0	20,6	-2,2	13,1	26,0	13,1	20,4	12,3
Diamantes e outros	19,5	-2,1	19,8	0,8	16,2	30,9	5,1	-8,6
Manufatura	9,8	10,3	11,9	13,5	24,9	44,7	32,6	11,0
Energia e água	10,0	21,3	0,2	11,5	17,4	13,2	8,6	26,1
Obras e construção	8,5	10,0	12,6	14	16,9	30,0	37,1	25,6
Serviços	6,0	11,6	9,9	10,4	8,5	38,1	21,8	26,9
Outros	1,0	2,5	1,9	2,5	2,6	8,2	4,6	1,9
PIB	5,2	13,2	5,2	11,3	20,6	18,6	20,9	13,8
PIB não mineral	8,7	10,1	9,5	4,4	14,9	25,4	22,4	16,6
PIB não petrolífero	10,0	8,5	10,7	9,1	14,7	25,7	21,5	15,2

Fonte: Ministério do Planeamento.

¹ BP Statistical review of World energy.

Neste contexto tudo parecia correr de feição ao governo angolano e a política económica parecia estar no caminho do desenvolvimento conforme nos diziam os vários ministros da área da economia. A recuperação ou construção de infra-estruturas corria a ritmo intenso. Em Janeiro de 2008, o ministro das finanças José Pedro de Moraes foi eleito ministro das finanças do ano de 2007 em África pela revista *The Banker*, pertencente ao grupo do Financial Times, considerando o ministro como um dos responsáveis pelo “renascimento económico” do país.² Angola era vista internacionalmente como uma potência emergente em África, a caminho da modernização e a imagem era cultivada pelas diversas campanhas publicitárias do governo em meios de comunicação internacional (e.g. CNN). A julgar pelas declarações e postura sobranceira que até 2008 nos transmitiam os nossos governantes na área da economia e finanças, teríamos reservas em divisas acumuladas durante os anos anteriores que nos permitiam gizar políticas de desenvolvimento e crescimento sustentado para o futuro e que nos permitiam encarar com relativa tranquilidade possíveis variações no preço do barril nos mercados internacionais.

Quando chega a crise financeira de 2008 todo o quadro de milagre económico desaba como um castelo de cartas, bastou para tanto a queda do preço do barril de petróleo em 2009, que de imediato provocou uma situação financeira aflitiva e a necessidade de recurso à ajuda do FMI em 2009 no montante de 1.37 mil milhões de dólares. Do mesmo modo, verificaram-se vários tipos de restrições no acesso ao mercado de divisas e transferências para o exterior (incluindo montantes reduzidos para empresas e particulares sujeitos a vários procedimentos burocráticos) e o avolumar de dívidas às empresas fornecedoras do Estado, com especial destaque para as empresas de construção civil.³

Com a queda acentuada do preço do crude, imediatamente se verificou a quebra abrupta do PIB em 2009 para valores negativos (na ordem de -0,4% segundo o FMI; o governo apresentou valores de tendência contrária, apontando para um crescimento na ordem dos 2%, no entanto, como tantos outros dados de fontes ministeriais, esses 2% são altamente duvidosos). No final das contas verificou-se que o tão propalado *boom* económico de Angola dos anos anteriores, não passava de uma ilusão de curto prazo, alimentada uma vez mais (como sempre na história económica de Angola desde a independência), pela alta do preço do petróleo naqueles anos.

² www.thebanker.com

³ Ninguém neste momento sabe ao certo quanto é que se deve às empresas de construção, cujos empresários reclamam 9 mil milhões e o governo diz que só deve 6.8 mil milhões.

Produto Interno Bruto – (Milhões de Dólares Correntes)

SECTORES	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Agricultura e pescas	726,8	913,7	1.136,5	1.838,4	2.602,7	3.719,2	4.765,7	6.974,8
Petróleo e refinados	4.562,4	6.151,1	6.673,4	9.855,6	17.038,9	26.736,1	33.173,3	48.341,3
Diamantes e outros	548,8	539,6	627,8	583,7	884,7	1.152,4	1.055,3	941,7
Manufatura	345,1	422,1	526,1	909,7	1.240,8	2.274,0	3.155,2	5.654,4
Energia e água	3,6	4,8	5,4	37,9	30,3	44,5	49,3	64,0
Obras e construção	322,1	392,7	492,6	890,8	1.240,8	2.067,8	2.931,5	3.740,8
Serviços	1.376,3	1.609,0	1.965,2	2.615,5	4.509,4	7.927,6	10.054,4	13.015,5
Outros	831,2	1.207,0	2.086,1	2.274,4	2.723,8	4.015,6	4.263,5	5.169,9
PIB	8.716,4	11.239,8	13.513,2	19.006,1	30.271,5	47.937,3	59.448,2	83.902,4
PIB não mineral	3.605,1	4.549,2	6.211,9	8.566,8	12.347,9	20.048,7	25.219,6	34.619,4
PIB não petrolífero	4.154,0	5.088,8	6.839,8	9.150,5	13.232,6	21.201,2	26.274,9	35.561,1
PIB/hab.(usd)	595,2	745,8	871,4	1.191,1	1.843,6	2.837,2	3.419,4	4.689,9

Fontes: Ministério do Planeamento, Comportamento da Economia em 2004 (Luanda: MINPLAN, Abril de 2005); Governo de Angola, Balanço do Programa do Governo de 2005, 2006, 2007 e 2008 (Luanda: Governo de Angola, 2009).

Na realidade, como podemos ver pelos quadros abaixo apresentados, torna-se claro que a economia angolana continua extremamente dependente do petróleo e muito pouco diversificada.

Estrutura da economia angolana a preços correntes (%)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Agricultura e pescas	8,3	8,1	8,4	9,7	8,6	7,8	8,0	8,3
Petróleo e refinados	52,3	54,7	49,4	51,9	56,3	55,8	55,8	57,6
Diamantes e outros	6,3	4,8	4,6	3,1	2,9	2,4	1,8	1,1
Manufatura	4,0	3,8	3,9	4,8	4,1	4,7	5,3	6,7
Energia e água	0,0	0,0	0,0	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
Obras e construção	3,7	3,5	3,6	4,7	4,1	4,3	4,9	4,5
Serviços	15,8	14,3	14,5	13,8	14,9	16,5	16,9	15,5
Outros	9,5	10,7	15,4	12,0	9,0	8,4	7,2	6,2
PIB	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
PIB não mineral	41,4	40,5	46,0	45,1	40,8	41,8	42,4	41,3
PIB não petrolífero	47,7	45,3	50,6	48,1	43,7	44,2	44,2	42,4

Fontes: Ministério do Planeamento – Comportamento da Economia em 2004, Abril de 2005. Governo de Angola – Balanço do Programa do Governo de 2005, 2006, 2007 e 2008. Estimativas do CEIC.

Contribuições para o crescimento económico (%)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Agricultura e pescas	1,50	1,09	0,98	1,36	1,46	0,76	2,20	0,16
Petróleo e refinados	-0,55	11,27	-1,08	6,79	14,63	7,31	11,36	7,08
Diamantes e outros	1,23	-0,10	0,92	0,02	0,47	0,74	0,09	-0,09
Manufatura	0,39	0,39	0,46	0,65	1,02	2,12	1,73	0,74
Energia e água	0,00	0,01	0,00	0,02	0,02	0,01	0,01	0,02
Obras e construção	0,31	0,35	0,46	0,66	0,69	1,29	1,83	1,17
Serviços	0,95	1,66	1,43	1,43	1,27	6,30	3,69	4,17
Outros	0,10	0,27	0,30	0,30	0,23	0,68	0,33	0,12
PIB	3,93	14,94	3,48	11,24	19,80	19,22	21,23	13,76
PIB não mineral	3,25	3,77	3,64	4,42	4,69	11,17	9,77	6,38
PIB não petrolífero	4,48	3,67	4,56	4,44	5,17	11,92	9,86	6,28

Fonte: CEIC, Núcleo de Macroeconomia.

Indicadores de diversificação da economia angolana

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
IDIEC	0,528	0,529	0,528	0,523	0,527	0,522	0,520	0,512
ITEI	0,54	0,600	0,363	0,313	0,938	1,615	1,510	1,996
ITEE	0,910	0,897	1,374	1,457	1,392	0,714	0,419	0,870
ICAE	0,489	0,513	0,456	0,481	0,529	0,522	0,523	0,542

Fontes: Cálculos do Núcleo de Macroeconomia do CEIC.

Notas: IDIEC – Índice de diversificação da economia; ITEI – Índice de transformação da estrutura industrial; ITEE – Índice de transformação da estrutura económica; ICAE – Índice de concentração da actividade económica.

A má governação tem sido sempre desculpabilizada ou menosprezada pelo mau desempenho económico do país desde a independência. Nos primeiros anos da independência, a estrutura económica extrovertida da economia herdada do colonialismo, assim como todas as estruturas sociais e políticas de opressão colonial, eram os responsáveis pela dificuldade do arranque do desenvolvimento, a este argumento juntou-se o da “guerra da agressão imperialista e do regime da África do Sul e seus lacaios”, depois ficou o argumento da ambição de poder pessoal e o espírito belicista de Savimbi e mais recentemente a questão da crise internacional de 2008, que refreou o crescimento acentuado que se começava a verificar desde 2002.

No entanto, a crise de 2008 torna óbvio, a nível interno e externo, que os velhos esquemas e redes de descaminho das receitas públicas não só não desapareceram como inclusive cresceram e reforçaram-se durante os anos de *boom*, sendo os principais beneficiários da alta do preço do petróleo. Como forma de apaziguar as novas pressões do FMI em termos de boa governação e transparência para a concessão do empréstimo de 2009 e também a crescente crítica interna que se começa a espalhar pela população face à ostentação “obscena” da riqueza da elite dirigente, ensaiou-se então mais uma operação cosmética de combate à corrupção, para encontrar uns quantos culpados internos que têm de expiar as culpas do regime e sacrificarem-se em nome dos principais beneficiários dos esquemas de esbulho dos recursos públicos. A “nova” campanha é anunciada com pompa e circunstância pelo Presidente da República em Novembro de 2009, denominada de “tolerância zero”.

Aquando da tomada de posse do novo executivo a 8 de Fevereiro de 2010, o Presidente da República reafirmou o seu empenho na chamada “tolerância zero” em relação aos actos ilícitos na administração pública. Esta postura foi anunciada como estando na linha da frente do combate à corrupção, que de há longos anos a esta parte vem sendo assinalada em vários documentos de organizações internacionais (e.g. *Global Witness*) e em vários sectores da sociedade angolana, como um dos piores males que afecta a governação e a situação de pobreza em que permanece a maioria da população de um país potencialmente rico, mas efectivamente pobre segundo os vários e consecutivos relatórios de desenvolvimento humano do PNUD.

Acto contínuo, temos a denuncia e investigação do caso do Banco Nacional de Angola no início de 2010, consistindo num alegado esquema de envio de verbas do Estado para o exterior do país de forma fraudulenta, sob o pretexto de pagamento de dívidas, tendo supostamente lesado o Estado em cerca de 137 milhões de dólares. Com grande cobertura mediática e ênfase dos órgãos de comunicação afectos ao regime (a esmagadora maioria), foram feitas prisões em várias províncias revelando-se nomes e fotografias dos acusados, numa espécie de pré-julgamento em praça pública.

No mesmo contexto, a Lei da Proibição Administrativa foi aprovada por unanimidade na Assembleia Nacional a 5 de Março de 2010, com o suposto objectivo de conferir à gestão pública uma maior transparência, respeito dos valores da democracia, da moralidade e dos valores éticos universais. Seria uma medida no sentido de moralizar a actuação dos agentes públicos angolanos e o respeito pelo bem público. Também esta Lei teve honras de destaque de tipo propagandístico nos órgãos de comunicação social afectos ao regime e por breves momentos a Assembleia Nacional voltou à ribalta, saindo do marasmo e irrelevância legislativa a que tem sido votada desde as eleições de 2008 e da subsequente concentração de poderes na Presidência da República.

Volvido mais de um ano sobre o caso BNA e a aprovação da Lei da Proibição Pública, verificamos que se trataram uma vez mais de acções sem qualquer efectividade prática minimamente significativa. Um ano volvido sobre a conclusão do inquérito da Procuradoria-Geral da República acerca do caso BNA, o julgamento continua sem data e escusado será dizer que dos cerca de quarenta acusados não existe nenhum nome de topo da elite político-económica do país. Resumindo e concluindo, tivemos um caso inócuo anunciado como exemplo – o caso BNA – que independentemente da empolamento mediático representa quantias relativamente irrisórias face

à dimensão do problema da corrupção em Angola e deixa a salvo todas e quaisquer figuras de relevo da elite político-económica do país.

Perante tamanha retórica anti-corrupção qualquer cidadão minimamente atento questionar-se-ia, antes de tudo o mais, se alguma investigação recairia sobre os maiores negócios que envolvem as figuras próximas à Presidência da República, a começar pela riqueza e investimentos no estrangeiro de alguns nomes publicamente conhecidos da família presidencial, com compras de participações significativas em instituições financeiras e outras.⁴ Também se gostaria de saber se alguma investigação recairia sobre os principais conselheiros e assessores da Presidência, cujas fortunas e negócios menos claros são referidos em relatórios internacionais.⁵ Contudo, nenhuma investigação foi desencadeada a esses níveis e ao que parece não o será, permanecendo a promiscuidade entre negócios públicos e privados de algumas personalidades privilegiadas e a já habitual confusão de negócios entre empresas públicas e interesses privados.⁶ Ficamos todos por esclarecer acerca da proveniência de tamanhas fortunas de quem não se conhece nenhum historial de herança significativa ou de acumulação empresarial de raiz, que não seja a do favorecimento político.

De igual modo continua a opacidade nas contas do petróleo, apesar de ciclicamente (de há dez anos a esta parte) os sucessivos ministros das finanças nos dizerem que foram tomadas medidas para tornar claras as receitas provenientes do petróleo. Sabemos agora pelo relatório conjunto da *Global Witness* e da *Open Society Angola*, que tal não é efectivamente o caso, existindo enormes discrepâncias nas contas apresentadas por três das mais importantes fontes de informação sobre o petróleo, nomeadamente o Ministério das Finanças, o Ministério dos Petróleos e a Sonangol. Temos desde logo uma discrepância de 8.5 mil milhões de dólares nos números apresentados pelos dois ministérios referentes aos volumes de petróleo vendido pela Sonangol em 2008. Em relação às receitas de imposto sobre rendimento aplicado à produção das companhias petrolíferas a discrepância é da ordem de 1.2 mil milhões. Ao nível do número de barris exportados em 2008 a discrepância entre ministérios é de 87 milhões de barris. Em 2006 os meios de comunicação a nível internacional referiam que as companhias petrolíferas pagaram a Angola 3.2 mil milhões de dólares em bónus de assinatura de contratos, mas

⁴ Ver artigo "Isabela a poderosa" publicado na revista *FOCUS*, n.º 480, 2008; ou o artigo "Isabel dos Santos, esta mulher não pára", publicado na revista *FOCUS* de 3 de Junho de 2009.

⁵ Relatório *Oil revenues in Angola, much more information but not enough transparency*, OSISA/Global Witness (Fevereiro, 2011); ou o relatório *All the Presidents' men*, *Global Witness* (Março, 2002).

⁶ Ver a nota de imprensa da *Global Witness Link between Angolan president's son-in-law and state oil company raises questions about transparency*, de 15 de Março de 2010, disponível em www.globalwitness.org

as contas do governo apenas registam receitas da ordem dos 998 milhões e não parecem dar conta dos enormes dividendos da Sonangol.⁷

Aliada à opacidade das contas do petróleo estão as relações com a China. Todos especulávamos acerca do exacto montante dos empréstimos chineses, tendo-se desenvolvido uma imensa literatura cinzenta sobre esta matéria. Os empréstimos começaram por ser de 4 mil milhões de dólares, mas era sabido que tinham aumentado para muito mais, sem se saber exactamente quanto. Veio então o embaixador chinês Zhang Bolun declarar em Março de 2011, que os três bancos estatais chineses – Banco de Exportações-Importações da China, Banco Comercial e Industrial da China e o Banco de Desenvolvimento da China – concederam desde o final da guerra civil um montante de empréstimos estimado em 14,5 mil milhões de dólares.⁸ Como estes acordos não passaram nunca pela aprovação da Assembleia Nacional e o governo não torna públicos os seus detalhes, ficamos todos a especular sobre contas que deveriam ser públicas e sobre informações acerca de negócios com profundo impacto para a vida dos Angolanos (presente e futura) fornecidas por um embaixador estrangeiro.

Estes empréstimos que se fazem ao abrigo das linhas de crédito abertas pela China e suportadas pelos fornecimentos de petróleo, resultam na prática num “negócio da china” para os chineses, na medida em que ficam com o petróleo e com o dinheiro, deixando aqui as obras com a qualidade que conhecemos e pouco ou nenhum *know how* ou sequer emprego para os Angolanos na reconstrução do seu próprio país. Na verdade, estes empréstimos dão essencialmente trabalho às empresas chinesas e aos seus trabalhadores. Ainda segundo as declarações do embaixador chinês, as cerca de 50 firmas estatais e 400 privadas da China que trabalham actualmente em Angola, dispõem de uma força de trabalho de cerca de 60 a 70 mil cidadãos chineses e apesar de os acordos bilaterais exigirem que pelo menos 30% da mão-de-obra seja angolana, tal quota não é cumprida. Segundo Zhang Bolun, não é possível as empresas chinesas empregarem 30% de angolanos por não existir mão-de-obra angolana em quantidade e com capacidade para trabalhar em obras com curtos prazos de execução e que exigem grande qualidade.⁹

⁷ Relatório, *Oil revenues in Angola, much more information but not enough transparency*, OSISA/Global Witness (Fevereiro, 2011).

⁸ Artigo “China emprestou a Angola desde 2002 quase 15 mil milhões de dólares”, publicada no site *macauhub*, disponível em www.macauhub.com.mo/pt/2011/03/07/china-emprestou-a-angola-desde-2002-quase-15-mil-milhoes-de-dolares/

⁹ Artigo “China emprestou a Angola desde 2002 quase 15 mil milhões de dólares”, publicada a 7 de Março de 2011 no site *macauhub*, disponível em www.macauhub.com.mo/pt/2011/03/07/china-emprestou-a-angola-desde-2002-quase-15-mil-milhoes-de-dolares/

Quando vemos recorrentemente trabalhadores chineses a cavar valas com picaretas nas ruas de Luanda ou a empurrar carros-de-mão nas obras, perguntamo-nos se os angolanos não são capazes de fazer tais trabalhos básicos? Perguntamo-nos ainda se a qualidade a que se referem as empresas chinesas é a das várias obras públicas que apresentam todo o tipo de deficiências logo após a sua inauguração, como tem sido o caso de várias estadas inter-provinciais que têm construído ou o escandaloso caso do hospital geral de Luanda que construíram de raiz com um custo de 8 milhões de dólares e que teve de ser evacuado em Julho de 2010 sob iminência de ruir.

O problema de fundo continua ao nível da opacidade das contas públicas e ao não funcionamento efectivo e politicamente independente de várias instituições do Estado e do seu papel regulador, como o Tribunal de Contas, o Instituto Nacional de Estatística e, sobretudo, a Assembleia Nacional, que tem cada vez mais um papel meramente decorativo e protocolar no cenário de democracia e Estado de Direito de “fachada”, que se montou depois das últimas eleições, com a aprovação da nova Constituição e da sempre reforçada concentração do poder na presidência. Esta concentração crescente do poder permite que o país seja governado por um cada vez menor número de pessoas que ocupam cargos em toda a espécie de órgãos de apoio à Presidência da República, numa estrutura e num processo que vem desde a independência.¹⁰

A aprovação formal da nova Constituição de teor presidencialista emerge como fruto do quadro parlamentar saído das eleições de 2008, onde o MPLA venceu as restantes forças políticas com cerca de 82% dos votos apurados. Ganhou, assim, espaço político para impor a Constituição que lhe convinha para a preservação da manutenção do poder. O Presidente da República passa a ser *de jure* (já o era *de facto*) o Chefe do Executivo. O próprio Conselho de Ministros passou a ser considerado como um Órgão Auxiliar do Chefe de Estado, destituído de função fiscalizadora da governação. O Presidente da República deixou de ser eleito directamente, em sufrágio separado, passando a sê-lo na lista que os partidos políticos apresentam às eleições legislativas.

Com uma esmagadora maioria de 82% do MPLA, a Assembleia Nacional ficou reduzida a um papel decorativo de validação de todas as decisões emanadas da Presidência da República. A oposição está enfraquecida, sem

¹⁰ Nuno Vidal, “Multiparidarismo em Angola”, in Nuno Vidal & Justino Pinto de Andrade, *O Processo de transição para o multipartidarismo em Angola* (Lisboa & Luanda: Firmamento, Universidade Católica de Angola e Universidade de Coimbra, 2006).

expressão parlamentar e sem capacidade de intervenção política. A imprensa privada tem sido igualmente sujeita a um processo de progressivo controlo político-económico. Os jornais alternativos não estão a ser eliminados por força de qualquer Lei, mas por via da sua aquisição por parte de grupos económicos satélites do MPLA, depois de devidamente emagrecidos financeiramente (retirando-se-lhes progressivamente os apoios publicitários). No fim, trata-se de um resultado da enorme promiscuidade entre Governo, Estado e o Partido que os dirige, o MPLA, na essência não muito diferente do tempo do partido único.

3. Angola e o prometido desenvolvimento económico desde 1975

Independentemente do modelo político-económico oficialmente assumido após a independência – Socialismo – ou do modelo para o qual supostamente transitámos depois de 1991 – multipartidarismo e economia de mercado –, o objectivo governamental oficial tem sido sempre o do desenvolvimento económico, e que de forma muito simples se traduziria na erradicação da pobreza e na melhoria das condições de vida das populações. Contudo, desde a independência em 1975 que temos vindo a constatar que o suposto objectivo central do desenvolvimento económico é sucessivamente adiado, quer num sistema dito Socialista, quer agora num sistema dito de economia de mercado. Estamos a caminho de quatro décadas de independência (2015) e a verdade nua e crua é a de que as estruturas de sub-desenvolvimento e extroversão económica herdadas do colonialismo não se alteraram na sua essência, sendo hoje a actividade económica muito menos diversificada e extremamente dependente do petróleo.

A enorme esperança por uma Angola desenvolvida, com uma distribuição justa e equitativa das riquezas e dos frutos do crescimento económico que alimentou a luta de independência, depressa se esfumou, não tanto pela guerra, mas essencialmente pelo sufoco das liberdades civis e políticas de um regime que depressa se revelou repressivo e autoritário, coarctando o contributo de todos os que não alinhavam pela estratégia superiormente determinada pela suposta vanguarda esclarecida – o centralismo democrático e a economia planificada e estatizada – que a par da guerra e do êxodo de quadros coloniais, destruiu o tecido económico e empresarial produtivo.

Durante o chamado período socialista a guerra foi, por vezes de forma efectiva, por vezes de forma infundada, a justificação oficial para o não desenvolvimento e para as situações de pobreza agravada no final da década de setenta e sobretudo ao longo da década de oitenta do século passado. Com a transição no início dos anos noventa, a esperança pelo desenvolvimento em paz e em democracia desabrochou, mas depressa murchou com o reacender do conflito após as eleições de 1992 e com uma nova onda de repressão de liberdades civis e políticas. Oficialmente, a guerra voltou a constituir o justificativo de mais uma década de não desenvolvimento e de pobreza acentuada. Com a paz alcançada em 2002 reacendeu-se novamente a esperança, mas uma vez mais parece não conseguir concretizar-se.

Passada quase uma década do fim do conflito militar a nossa realidade continua a ser a de pobreza acentuada para a esmagadora maioria dos nossos cidadãos. Angola inclui-se no grupo dos países menos desenvolvidos, com um Índice de Desenvolvimento Humano¹¹ que coloca o país na 143.^a posição de um total de 177 países. Num contexto de preços absurdamente elevados (alimentos, habitação, saúde, educação, etc.), a maioria da população vive com menos de 2 dólares por dia¹², e as desigualdades sociais continuam a ser gritantes.

De igual modo, mantêm-se graves assimetrias regionais que não permitem inverter as tendências migratórias para as cidades e sobretudo para a cidade capital, onde as condições de vida nas zonas suburbanas são deploráveis a nível de saneamento básico, acesso a água potável e electricidade, como todos os que se deslocam a esses bairros conhecem e sabem. O Centro de Estudo e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica tem vindo a desenvolver pesquisas sócio-económicas (que obviamente não se podem substituir a um trabalho mais profundo a nível nacional a ser desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estatística), apontando para enormes assimetrias em termos de desenvolvimento regional.

¹¹ Classificação do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2009.

¹² De acordo com o Inquérito aos Agregados Familiares sobre Despesas e Receitas de 2000-2001, a taxa de incidência da pobreza nos agregados familiares angolanos é de 68% da população. De acordo com dados altamente duvidosos do Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População (IBEP) referente ao período de 2008-2009, apenas 37% da população vive abaixo da linha da pobreza.

Assimetrias Regionais em Angola em 2006

	Luanda	L. Norte	L. Sul	Malanje	Bié	Huambo	Nacional
PIB por habitante (USD)	3476,3	1324,9	1842,2	243,6	201,1	489,5	2422,7
Taxa de pobreza (%)	49,1	68,2	68,0	77,7	87,6	60,5	68,2
Taxa de desemprego (%)	20,9	18,9	18,7	19,7	22,4	37,5	27,4
Volume de negócios (%)	71,2	0,6	1,6	1,3	0,3	4,2	100,0

Fontes: CEIC, Núcleo da Macroeconomia, Estudo sobre a Regionalização da Actividade Económica em Angola, 2007.

Conforme podemos constatar no quadro anterior, as regiões planálticas são as que se encontram em pior situação económica. O PIB *per capita* do Huambo é 8 vezes inferior ao de Luanda, e o do Bié será cerca de 15 vezes inferior. A região planáltica de Malanje apresentava em 2006 o mesmo panorama. As regiões mineiras da Lunda Norte e Sul não se distanciavam muito das regiões planálticas, mesmo que exibam um PIB *per capita* superior (espelho de uma riqueza mineral que, depois, é expatriada para a capital, ou para o estrangeiro e que pouco ou nada se reflecte na qualidade de vida das populações locais).

Uma referência importante deve ser aqui deixada a respeito dos dados estatísticos existentes/inexistentes com que a maioria dos analistas tem de trabalhar. Uma década depois do fim do conflito continuamos sem dados estatísticos seguros e fiáveis sobre a situação sócio-económica do país, não existindo sequer um censo para sabermos quantos somos, como estamos distribuídos sócio-economicamente e geograficamente, elementos básicos para se poder gizar qualquer estratégia de desenvolvimento minimamente séria. O Inquérito Integrado sobre o Bem Estar da População referente ao período de 2008-2009, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística, mais uma vez levanta enormes dúvidas acerca da fiabilidade de documentos estatísticos produzidos por instituições nacionais, enquanto documentos resultantes de trabalho científico de pesquisa e não politicamente influenciados. Quem vive em Angola e conhece minimamente a realidade não

pode senão duvidar de um estudo que afirma, por exemplo, que 40,2% da população tem acesso à electricidade, que 42% dos agregados familiares têm acesso a água apropriada para beber, que 59% da população tem saneamento adequado e que 87% dos cidadãos tem saneamento adequado. No entanto, segundo declarações da Ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço a 15 de Março de 2011, o referido estudo passará a ser tido em conta nos próximos Relatórios de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas.¹³ Naturalmente que a ser assim, o desempenho do país naqueles relatórios irá melhorar, ainda que a realidade óbvia da vida da maioria dos angolanos possa não se coadunar com a realidade dos relatórios.

O ano de 2015 marcará não só os trinta anos de independência, mas igualmente o marco determinado para o alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio assumidos em 2000 na Cimeira Do Milénio, que de forma geral pretendiam reduzir a pobreza para metade em vários índices. O último relatório de progresso data de 2005, afirmando nessa altura que, à excepção do objectivo 2, de alcançar o ensino primário universal, o país estaria longe de alcançar as metas estabelecidas em quase todos os domínios.¹⁴ No entanto, ao que se sabe, o próximo relatório terá por base o referido IBEP e os dados recolhidos pelo INE, sendo que o próprio relatório está a ser essencialmente realizado por uma equipa interministerial sob coordenação do Ministério do Plano com apoio do PNUD Angola e de consultoria externa, em estreita colaboração com o INE. Tendo por base os dados do IBEP que iam sendo tratados pelo INE, o cenário em relação aos ODM mudou radicalmente. As declarações do coordenador residente das Nações Unidas em Outubro de 2010 passaram desde logo a apontar para um cenário segundo o qual o país estaria no caminho seguro e certo para alcançar as metas estabelecidas para os ODM em 2015.¹⁵

Independentemente de qualquer maior ou menor embelezamento de números estatísticos, o importante a referir é que a situação de pobreza deriva da conjugação de várias causas: político-legais, como a corrupção, ausência de liberdade e democracia, dependência política do aparelho judicial, desigualdade de oportunidades e iniquidades de várias ordens; económicas, como sistemas fiscais inadequados, debilidade de investimentos em sectores não

¹³ Declarações reproduzidas pela Angop a 16 de Março de 2011.

¹⁴ *Angola, Objectivos de Desenvolvimento do Milénio 2005* (Luanda: Governo de Angola e PNUD, Setembro 2005).

¹⁵ Declarações de Koen Vanormelingen em Luanda a 20 de Outubro de 2010, www.ao.undp.org/news149.htm

extractivos e falta de uma estratégia integrada de desenvolvimento de longo-prazo com projectos e metas de investimento na indústria e na agricultura, incluindo infra-estruturas adequadas aos objectivos de desenvolvimento equilibrado das diversas regiões do país; sócio-económicas, como as debilidades ao nível da educação, saúde, habitação, acesso a energia eléctrica, água e sistemas de saneamento básico, para além de desigualdades do género.

Em Angola o combate à pobreza exige, antes de mais, a melhoria da qualidade da governação que passa pela necessidade de uma reforma de fundo do sistema político em que temos vivido. A abrangência do clientelismo e a corrupção que lhe está inerente começa por minar o funcionamento eficiente das instituições e consequentemente o funcionamento de toda a economia, impedindo qualquer hipótese de desenvolvimento sustentável de médio e longo prazo e a erradicação da pobreza.

A política e a má governação estão no cerne no nosso mau desempenho económico. No entanto, ano após ano (melhor dizendo, década após década) o regime (por vezes com a ajuda tácita ou implícita de alguns parceiros da chamada comunidade internacional) vai constantemente tirando novos “coelhos da cartola” em passes de ilusionismo político-económico, encontrando novos “bodes expiatórios”, reciclando os antigos expiadores de culpas, rodando nomes nas chamadas remodelações governamentais, que sucessivamente desculpabilizam a Presidência de qualquer erro governativo, anunciando pomposamente medidas e políticas que finalmente vão acabar com a pobreza e trazer o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida (como a irrealizável promessa eleitoral de 2008 de 1 milhão de casas). Alguns “carneiros” são ciclicamente sacrificados – acusações e julgamentos em praça pública de uns supostos culpados de vários males (consoante a época) que têm de fazer uma travessia no deserto das mordomias públicas. Oferecem-se umas “maratonas” quando é preciso refrear os ânimos das massas (festas partidário-populares com cerveja oferecida ou subsidiada com dinheiro do Partido-Estado), distribuindo mais umas benesses quando é necessário cooptar uns incómodos críticos. No entanto, o aparelho propagandístico e de controlo do regime é constantemente afinado no intuito da manutenção do poder, preparando-se cuidadosamente as eleições e, sobretudo, prosseguindo imparável na apropriação e desbaratamento de recursos públicos a que vimos assistindo há anos, com gravosas consequências ao nível da pobreza da maioria e do efectivo subdesenvolvimento do país, para benefício de poucos.

III

FUNDAMENTOS ECONÓMICOS DO ESTADO PATRIMONIAL

Tony Hodges



FUNDAMENTOS ECONÓMICOS DO ESTADO PATRIMONIAL¹

Tony Hodges Este capítulo discute como a riqueza mineral, em particular a receita procedente do rápido desenvolvimento da indústria petrolífera, proporciona à presidência angolana amplos recursos para lubrificar um sistema de patrimonialismo que permite com sucesso a compra ou cooptação de potenciais rivais e opositores. A escala destes recursos, que ascendeu a novos patamares quando Angola duplicou a produção de petróleo entre 2004 e 2007, alcançando um nível próximo do da Nigéria, proporciona ao exercício do patrimonialismo uma ordem de magnitude que encontra poucas semelhanças com outros países da África subsariana.

São várias as formas pelas quais o patrimonialismo tem sido exercido. Algumas das mais importantes estão relacionadas directa ou indirectamente com o petróleo ou com os diamantes, outras não. Contudo, em conjunto serviram para consolidar e manter o poder presidencial, alimentando também a acumulação de riqueza pela elite político-empresarial. Tanto a escala de interesses envolvidos como a capacidade de resistir à mudança são imensas, facto que torna muito improvável no futuro próximo uma alteração significativa ou fundamental na política económica do país.

¹ Este texto resulta da actualização de uma anterior publicação, Hodges, Tony "The Economic Foundations of the Patrimonial State" in Patrick Chabal & Nuno Vidal, Angola. *The Weight of History* (London: Hurst, 2007), pp. 175-199.

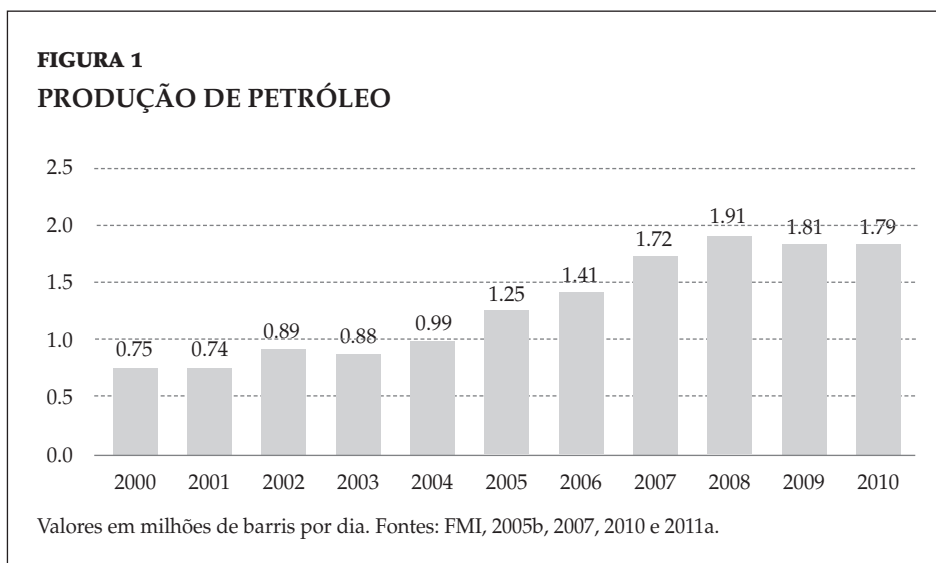
Recursos Económicos e Desempenho

Poucos países em África são tão favorecidos com recursos naturais como Angola. Para além de ser o segundo maior produtor de petróleo a sul do Sahara (depois da Nigéria) e o quinto maior produtor de diamantes no Mundo, Angola tem numerosos outros minerais. O minério de ferro, por exemplo, foi uma importante exportação até à guerra que eclodiu durante a transição para a independência em 1975. Com uma série de diferentes zonas climáticas e diversos tipos de solo, numerosas culturas podem ser cultivadas, incluindo o café nas encostas húmidas na escarpa do noroeste, algodão nas planícies mais secas para o interior e cana-de-açúcar nas zonas costeiras mais baixas. De notar que Angola foi auto-suficiente no que respeita a cereais e outras culturas agrícolas básicas até à independência. O sudoeste árido é particularmente adequado à criação de gado e as águas do Atlântico ao largo da costa sul estão entre as melhores para a pesca em África, embora tenham sido sujeitas a excessos de pesca durante as últimas décadas devido ao fraco controlo sobre as frotas estrangeiras.

O crescimento da indústria petrolífera tem sido o mais notável desenvolvimento. Descoberto primeiro em terra (na bacia do rio Kwanza) em 1955, o petróleo tornou-se uma indústria principal depois do início da produção em águas pouco profundas ao largo da costa de Cabinda em finais dos anos sessenta. Em 1973 o petróleo havia já ultrapassado o café para se tornar a principal exportação de Angola. Embora tivesse existido um breve declínio na produção durante e depois da transição para a independência, o licenciamento de novos blocos costeiros em águas pouco profundas conduziu a um aumento firme da produção desde o início dos anos oitenta. A fase seguinte de desenvolvimento chegou nos anos noventa, quando companhias petrolíferas internacionais começaram a aplicar a nova tecnologia de águas profundas desenvolvidas originalmente no Mar do Norte. Uma rápida sucessão de grandes descobertas em lençóis de petróleo em águas profundas provocou uma intensa concorrência entre companhias petrolíferas internacionais, levando-as a oferecer bónus de assinatura cada vez mais altos nas suas licitações por novas participações. Por volta de 1999, os primeiros negócios estavam a ser fechados pelos chamados blocos em águas ultra-profundas, com profundidades de mais de 1500 metros.

O grande investimento aplicado no desenvolvimento de novos blocos ao largo da costa angolana, primeiro em águas pouco profundas e depois em águas profundas, resultou num incremento de sete vezes na produção, no quarto de século que vai de 1980 a 2004: de 136 000 barris por dia (b/d) a 989 000 b/d.

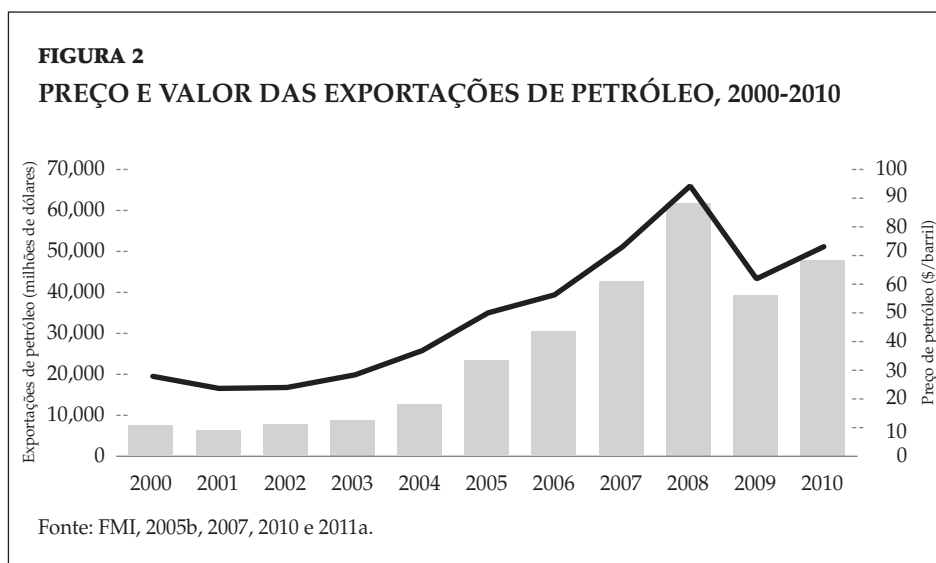
A produção quase duplicou entre 2004 e 2008, rondando os 1,9 milhões b/d (ver figura 1), e deveria atingir os 2 milhões b/d a partir de 2012. Em 2008, Angola ultrapassou pela primeira vez o nível de produção da Nigéria, tornando-se o primeiro produtor petrolífero de África, com enormes implicações potenciais num país com apenas um décimo da população da Nigéria.



Além disso, um período prolongado de crescimento da procura petrolífera mundial fortaleceu os preços do petróleo, com apenas um enfraquecimento temporário por altura da crise económica mundial em 2008/09. Como consequência, as receitas da exportação do petróleo de Angola subiram cerca de 1000% entre 2001 e 2008, aumentando de \$US6 biliões para \$US62 biliões. Embora houvesse uma redução de mais de um terço em 2009, para \$US39 biliões, devido à queda dos preços mundiais e à ligeira redução da produção angolana nesse ano, a nova subida dos preços desde finais de 2009 aumentou mais uma vez as receitas de exportação de petróleo, que atingiram US\$48 biliões em 2010, segundo os dados do Fundo Monetário Internacional (ver Figura 2).

Com uma contínua forte procura mundial e uma limitada capacidade de fornecimento a médio prazo, espera-se que os preços do petróleo permaneçam altos durante vários anos, aumentando os lucros da exportação de Angola e as receitas do governo para níveis sem precedentes. Segundo projecções

do FMI, as receitas das exportações brutas de petróleo deverão continuar a aumentar nos próximos anos, embora se deva ter em consideração que as exportações líquidas de petróleo sejam ligeiramente menores do que a metade das receitas brutas, devido ao alto nível das importações de bens e serviços (incluindo a repatriação de lucros) por parte da indústria petrolífera, especialmente durante períodos de forte investimento.



A indústria dos diamantes, que tem agora quase 90 anos e está concentrada principalmente nas províncias do nordeste, Lunda Norte e Lunda Sul, também teve um período de recuperação e expansão depois de muitos anos de ruptura causada pela guerra. A certa altura, do início até meados da década de noventa, o governo praticamente perdeu o controlo de toda a indústria dos diamantes para a UNITA e para o sector informal dos garimpeiros, que chegaram de toda a Angola e de outros países Africanos para explorar os depósitos aluviais espalhados à superfície. Em 1994 – 97, estimava-se que a UNITA estivesse a comercializar uma média anual de cerca de \$US600 milhões em diamantes para financiar o seu exército, compensando a perda de apoio prestado pelos Estados Unidos e África do Sul até ao fim da Guerra Fria e do regime do *Apartheid*. Mesmo antes de a guerra terminar, o governo tinha começado a restabelecer o seu controlo de áreas chave da exploração mineira (este foi um dos principais factores que levaram a UNITA a uma derrota definitiva) e a reactivar a produção e comercialização oficial de diamantes.

O regresso da segurança após o fim do conflito permitiu o reinício da pesquisa e grandes investimentos no desenvolvimento de minas, o que conduziu sobretudo ao alargamento da actividade mineira dos depósitos aluviais para depósitos subterrâneos (kimberlite), explorados pela primeira vez desde 1997 em Catoca, na Lunda Sul. Estes investimentos resultaram no aumento das exportações de diamantes, que subiram de \$US638 milhões em 2002 para cerca de \$US1,5 biliões em 2010 e devendo atingir cerca de \$US2,6 biliões em 2011, segundo as previsões do FMI (2011a).

O rápido desenvolvimento do sector mineiro, em especial da indústria do petróleo, aumentou o PIB Angolano para quase \$US75,5 biliões em 2009 e o rendimento bruto nacional *per capita* aumentou mais de 700% durante a primeira década do novo milénio, subindo de US\$450 biliões em 2001 para \$US3,750 em 2009. Neste período, a taxa de crescimento do PIB atingiu os níveis mais altos de África: 17,8% ao ano em média entre 2004 e 2008 (FMI, 2011b). Segundo os dados do Banco Mundial², apenas cinco países africanos têm níveis de rendimento per capita maiores: África do Sul, Botswana, Maurícias, Seychelles e Guiné Equatorial, outro país que beneficiou da expansão rápida da sua indústria petrolífera nos últimos anos.

Contudo, a economia tornou-se cada vez mais dependente do sector petrolífero. O petróleo representa mais de metade do PIB de Angola (57,6% em 2008). Angola já não possui a altamente diversificada economia que tinha no período colonial, quando foi o quarto maior produtor de café do Mundo, produzindo igualmente uma grande variedade de culturas agrícolas e possuindo um sector industrial equivalente ao do Quénia, orientado principalmente para o processamento de matérias-primas agrícolas.

A maioria dos sectores da economia sofreram um acentuado declínio durante e imediatamente após a independência, como consequência da eclosão da guerra e do êxodo de mais de 95% dos 340.000 colonos Portugueses, que detinham e geriam a maioria das empresas e fazendas comerciais. O governo procurou reavivar a produção, nacionalizando ou confiscando informalmente as empresas e fazendas abandonadas e tentando estabelecer um sistema de planeamento central de acordo com a ideologia Marxista-Leninista, oficialmente adoptada em 1976. Contudo, a continuação da guerra, que se tinha estendido pela maior parte do país até meados dos anos oitenta, minou os esforços de reconstrução da economia. Os efeitos foram

² Dados dos *World Development Indicators*, <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GNP.PCAP.CD>.

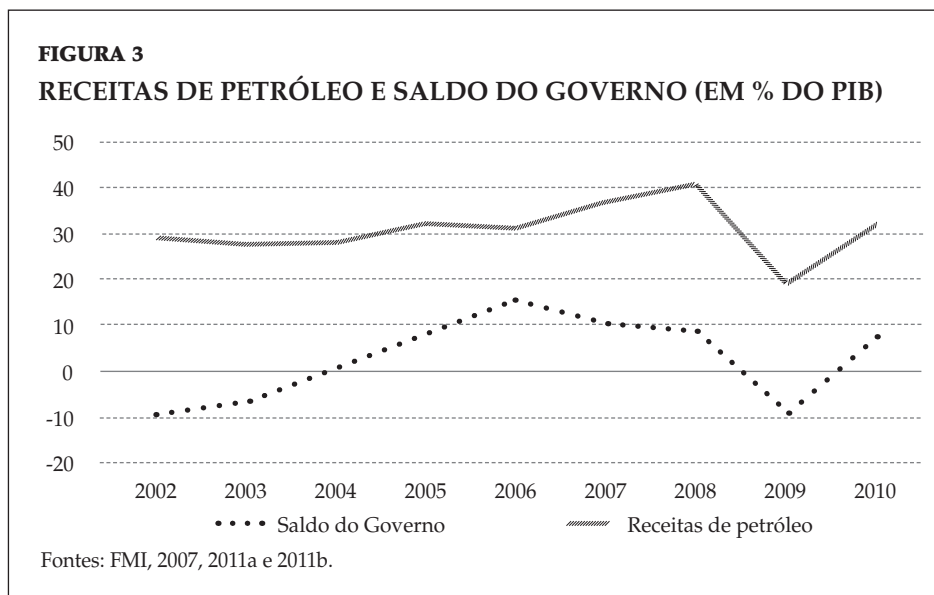
particularmente devastadores nas zonas rurais, onde milhões de pessoas foram deslocadas e a produção agrícola decaiu acentuadamente. As experiências de planeamento central também falharam, devido em parte à falta de gestores especializados para administrar os milhares de companhias e fazendas estatais e planificar a produção e o comércio. Emergiram distorções de preços e escassez em grande escala, encorajando o aparecimento de um enorme mercado paralelo.

Em 1985, no segundo congresso do MPLA, os líderes do país começaram a reflectir sobre estes fracassos e iniciou-se um período de reformas graduais em 1987, acelerando após a renúncia oficial do MPLA ao Marxismo-Leninismo em 1990 e o começo de reformas destinadas a estabelecer uma economia capitalista baseada no mercado. Contudo, numerosos factores retardaram a recuperação: a continuação da guerra até 2002, com apenas breves intervalos de cessações instáveis das hostilidades; a destruição e deterioração da infra-estrutura física, desde estradas e caminhos-de-ferro até instalações de electricidade e sistemas de fornecimento de água; o baixo nível de capital humano (em particular o baixo nível de escolaridade); um sector financeiro subdesenvolvido; a ausência de um sistema judicial independente; uma extrema instabilidade macroeconómica; uma taxa de câmbio sobrevalorizada; a manutenção de numerosas regras e procedimentos administrativos que sobrecarregaram a economia com burocracia e proporcionaram aos altos funcionários a possibilidade de atribuírem oportunidades de negócio na base de favorecimento, tais como contratos e licenças, negando o acesso a outros e criando estruturas de mercado oligopolistas.

O fim da guerra e o aumento das receitas do petróleo ajudaram a ultrapassar ou reduzir alguns destes constrangimentos. O restabelecimento da segurança permitiu o regresso das populações deslocadas para as áreas rurais, a retoma do comércio interno e a recuperação parcial da produção alimentar. O aumento das receitas do petróleo e a diminuição das despesas militares possibilitaram ao governo expandir o investimento público nas infra-estruturas físicas e aumentar o que antes tinham sido lastimavelmente baixos níveis de despesa na educação e na saúde.³

³ De acordo com o FMI (2005b), a despesa do governo na educação e na saúde subiu de apenas 3,5% da despesa total do governo em 1999 para 11,9% em 2003, enquanto que a despesa na defesa e na educação desceu de 31,4% para 6,4%, embora os últimos números possam estar subavaliados na medida em que tem havido habitualmente gastos extra-orçamentais na área militar. Os sectores sociais contaram com 12,9% da despesa do governo segundo o relatório de execução orçamental do exercício 2009 do Ministério das Finanças.

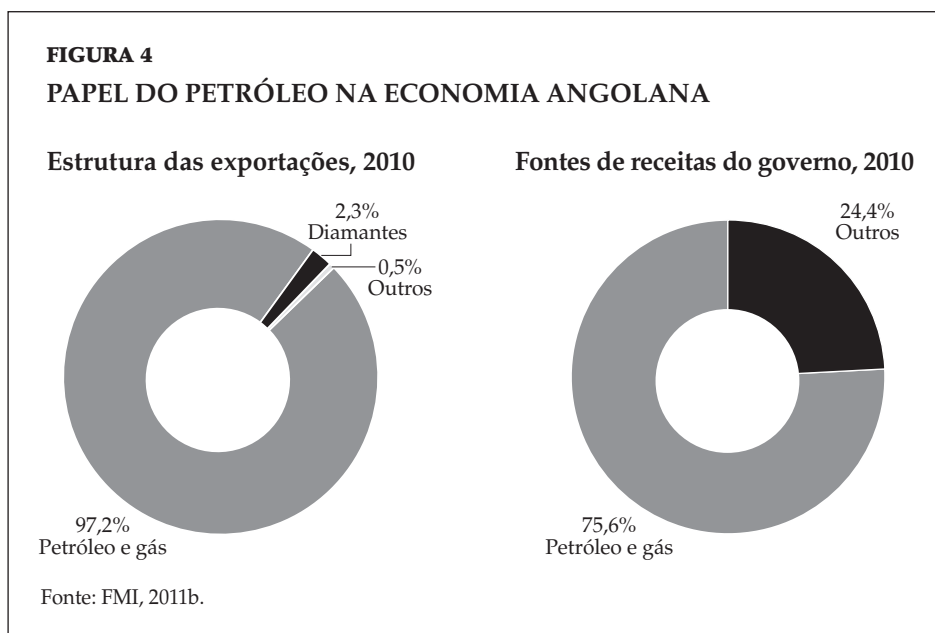
Os mesmos factores possibilitaram reduzir o défice fiscal, que durante anos tinha sido a principal causa da instabilidade macroeconómica, e estabilizar a moeda nacional, o Kwanza, como forma de controlar a inflação numa economia Angolana altamente dependente das importações. O défice do governo, expresso em percentagem do PIB, decresceu de 35% em 1999 (um ano de preços excepcionalmente baixos do petróleo mundial) para 4% em 2004, antes de se converter em saldo positivo a partir de 2005, devido ao enorme aumento das receitas petrolíferas do governo (ver Figura 3). O excedente atingiu em média 9,3% do PIB de 2004 a 2008, antes do choque da crise financeira mundial, que resultou, em 2009, numa redução de 45% nas receitas petrolíferas do governo e no retorno a uma situação de défice nas contas governamentais: -8.6% do PIB, segundo os dados do FMI. No entanto, a recuperação do mercado petrolífero mundial em 2010 permitiu inverter o declínio das receitas petrolíferas do governo, que quase subiram ao seu nível de 2008, e restabelecer um forte excedente nas contas públicas (7,5% do PIB) em 2010 (FMI, 2011a).



Contudo, o *boom* económico dos últimos anos está principalmente ligado ao crescimento do sector petrolífero, aos seus efeitos indirectos e à despesa do governo financiada pelas receitas petrolíferas, em vez de um crescimento mais amplo e diversificado.

Efeitos Económicos do Domínio do Sector Petrolífero

A economia de Angola é pois extremamente desequilibrada, com o petróleo a contribuir não só para mais de metade do PIB, mas também para 97% das exportações (essencialmente com os diamantes a contribuírem para o restante) e 76% das receitas do governo em 2010 (ver Figura 4). Isto tem importantes implicações económicas e institucionais. A um nível puramente económico, deveremos realçar primeiramente que, sendo uma indústria de elevado capital intensivo, o sector petrolífero fornece um número relativamente diminuto de empregos.



Em segundo lugar, a indústria petrolífera tem ligações muito fracas a montante e a jusante em relação ao resto da economia. Para além dos 50 000 b/d de petróleo entregues à única refinaria em Luanda, todo o petróleo exportado é não refinado, embora uma segunda refinaria, de capacidade muito maior, esteja em vias de construção no Lobito. Do mesmo modo, embora tenham surgido em anos recentes algumas empresas locais de serviços na área do petróleo, a grande maioria de bens e serviços necessários para esta indústria são importados, razão pela qual as exportações líquidas de petróleo são ligeiramente inferiores a metade do valor das exportações brutas de petróleo.

Assim, os potenciais benefícios da indústria petrolífera para o desenvolvimento económico mais alargado e para a redução da pobreza residem primeiramente nos recursos disponíveis para o Estado, provenientes dos impostos sobre o petróleo. Taxas fiscais elevadas são uma característica da indústria petrolífera em todo o mundo e Angola não é excepção, embora a proporção do valor da produção petrolífera acrescida para o Estado tenha vindo a diminuir, devido à amortização dos grandes investimentos feitos no desenvolvimento dos novos campos petrolíferos de águas profundas e aos mais elevados custos de operação destes campos, assim como à pior qualidade do seu petróleo (IMF, 2005b).

Uma vez que o petróleo contribui com uma tão grande parte para o PIB, o rácio das receitas do governo no PIB é também especialmente elevado (40,1% em 2010), que é mais uma característica de economias altamente dependentes do petróleo. Em contraste, os países Africanos importadores de petróleo têm geralmente rácios rendimentos/PIB a variar entre os 10 e os 25%, com um rácio médio de 22,6% em 2010 (FMI, 2011b).

A questão chave aqui é saber se os rendimentos provenientes dos impostos do petróleo são bem geridos e utilizados para diversificar a economia através de investimentos em infra-estrutura e capital humano, contribuindo para gerar emprego e reduzir a pobreza. Ainda que possamos referir o aumento da despesa afecto às infra-estruturas e serviços sociais como desenvolvimento positivo recente, um dos principais problemas em Angola tem sido a tendência para estes recursos serem gastos em despesas militares e/ou transferidos para a elite e gastos no consumo ou no investimento fora do país.

A sustentabilidade destas melhorias dependerá, em parte, da evolução dos preços internacionais do petróleo. Ainda que o cenário acima referido, fortemente positivo para as receitas do governo, seja baseado em situações de contínuo fortalecimento no mercado mundial de petróleo, não devemos esquecer que este mercado é notoriamente volátil e um súbito declínio nos preços poderá ter sérias consequências para um país tão dependente do petróleo como Angola. Isto aconteceu já por três vezes no passado – primeiro em 1986, quando um colapso nos preços do petróleo afundou Angola numa crise da dívida pela primeira vez, depois em 1998/99 quando os preços baixaram para níveis inferiores a \$US10 o barril, tornando difícil a Angola

cumprir com o serviço da dívida⁴, e novamente em 2009 por altura da crise financeira mundial.

Acrescendo ao risco de um choque súbito nos preços do petróleo, é de realçar que o papel dominante do sector petrolífero resulta igualmente em condições propícias à chamada “Doença Holandesa”, querendo dizer uma apreciação efectiva da taxa de câmbio real, a menos que isto seja combatido com políticas macroeconómicas adequadas. A apreciação da moeda nacional tende a tornar o país pouco competitivo na maioria das indústrias fora dos sectores do petróleo e mineral e assim bloquear a diversificação económica. No período antes de 1999, quando Angola tinha uma taxa de câmbio oficial fixa, a moeda tendia a valorizar-se em termos efectivos reais devido à elevada taxa de inflação, que por seu lado era uma consequência da monetização de grandes défices nas finanças governamentais, ainda que esta tendência fosse temporariamente combatida com desvalorizações periódicas. Em 1999, o governo introduziu uma taxa de câmbio flexível, que daí para a frente passou a ser estabelecida pela oferta e procura no mercado interbancário. Contudo, à medida que as reservas internacionais cresceram, especialmente depois de 2000, como resultado dos crescentes rendimentos do petróleo e do melhor acesso a linhas de crédito e empréstimos avalizados pelo petróleo, o governo começou a intervir fortemente no mercado, vendendo dólares como forma de estabilizar a taxa de câmbio nominal e assim controlar a inflação. Como resultado, o kwanza apreciou-se consideravelmente em termos reais ao longo da década de 2000, ou pelo menos até 2008. Em suma, a política governamental de um “kwanza forte”, conforme ficou conhecida, reforçou, ao invés de mitigar, os efeitos da “Doença Holandesa” de elevados ganhos de exportação do petróleo, reduzindo a competitividade da agricultura comercial e da maioria da indústria privada fora dos sectores do petróleo e diamantes.

Efeitos Institucionais

Ainda mais importante, têm sido os efeitos políticos do crescimento da renda petrolífera para o Estado. Excepção feita à Nigéria e África do Sul, não só estes recursos são em termos absolutos muito mais elevados do que em todos os países da África Subariana, como foi acima indicado, mas também são incrivelmente altos quando comparados com o tamanho da economia como

⁴ O total da dívida externa totalizou \$US9.5 biliões, equivalente a 130% do PIB em termos de valores actuais líquidos no final de 2004. Esta dívida incluiu \$US2.4 biliões em atrasados (IMF, 2005a and 2005b). Desde então, o peso da dívida diminuiu (para 20,7% do PIB em 2010), devido ao forte crescimento da economia apesar do aumento do valor da dívida (\$US17,5 biliões em 2010), segundo os dados do FMI (2011b).

um todo. Em suma, o domínio da indústria do petróleo na economia Angolana e o crescimento espectacular da receita do petróleo durante a década de 2000 a 2010 (não obstante a quebra momentânea em 2009) concentraram grandes recursos, pouco habituais, nas mãos do Estado.

Ainda que o Ministério das Finanças seja a agência governamental responsável pela gestão destes recursos, é do conhecimento geral que na prática cabe à Presidência exercer um elevado grau de controlo sobre estes recursos através da empresa estatal de petróleos, Sonangol. Esta empresa desempenha múltiplas funções, actuando não só como concessionário exclusivo para toda a exploração e produção de petróleo, mas também como parceira em alguns contratos de blocos petrolíferos e *joint ventures*, servindo igualmente como uma conduta para canalizar os impostos das empresas petrolíferas para o Estado e investidor em várias empresas de serviços no sector dos petróleos e em negócios completamente fora do sector do petróleo (como o Banco Africano de Investimentos e a companhia aérea Sonair), para além de ser uma instituição utilizada pela Presidência para aceder a financiamentos externos através de empréstimos colateralizados pelo petróleo. O aspecto aqui mais importante é que uma grande parte dos impostos e outros rendimentos (como bónus de assinatura de contratos) das companhias petrolíferas, não são pagos directamente ao Ministério das Finanças, mas passam pelas contas detidas pela Sonangol, que raramente têm auditorias externas. Em 2005, o FMI (2005a) indicou que cerca de metade dos rendimentos governamentais do petróleo são tratados pela Sonangol. Tornando a situação ainda mais complexa, um manto de secretismo envolve alguns dos empréstimos com garantias pelo petróleo contraídos pela Sonangol em nome do Estado.

Para além do mais, a Presidência foi capaz de se envolver em operações extra-orçamentais de larga escala, ultrapassando as regras formalmente instituídas para a gestão das finanças do Estado, ao explorar o seu acesso directo aos recursos financeiros disponíveis, tanto dos impostos petrolíferos como dos empréstimos avalizados pelo petróleo. Uma significativa porção das finanças governamentais foi gerida fora do orçamento: os pagamentos foram feitos sem obedecerem aos procedimentos legalmente estabelecidos e as despesas não foram correctamente registadas e classificadas nas contas do Estado. De acordo com estimativas do FMI, entre 1998 e 2002, em média, 36% das despesas governamentais foram feitas por vias extra-orçamentais e 11% das despesas não puderam de todo ser confirmadas nos registos oficiais (FMI, 2003).⁵

⁵ Esta foi a discrepância (calculada pelo FMI) entre a despesa conhecida do governo (registada e não registada) e o rendimento e financiamentos conhecidos.

Algumas destas características da economia política de Angola não são únicas, mas exceptuando-se a Nigéria, a escala dos recursos sob controlo da presidência não tem paralelo em nenhum outro país da África Subsariana. Durante a guerra, a enorme dimensão da riqueza petrolífera e diamantífera não só aumentou a parada para o regime incumbente e para os rebeldes da UNITA, como também forneceu imensos recursos (riqueza petrolífera para o governo e riqueza diamantífera para a UNITA) que alimentaram o conflito depois da perda do apoio externo no final da Guerra Fria. Foi a combinação de crescentes recursos petrolíferos e a perda de controlo das principais minas de diamantes detidas pela UNITA no nordeste, que finalmente deu ao governo a vantagem decisiva, levando à resoluta vitória militar em 2002. O forte aumento do rendimento petrolífero deu ao Presidente vastos recursos com os quais “lubrificou” as eleições legislativas, adiadas até 2008. Estes recursos poderiam jogar um papel semelhante na sua própria eleição, que entretanto ficou adiada e contra todas as expectativas deixou de se fazer de forma directa, passando a ser por via indirecta através das eleições legislativas que supostamente terão lugar em 2012, coroando a vitória militar com uma vitória também política.

Os Mecanismos Económicos do Patrimonialismo e da Acumulação

Os métodos utilizados nas eleições de 2008 exemplificaram de forma clara os mecanismos patrimoniais ou clientelistas que se tornaram a imagem de marca do estilo de governação do Presidente Eduardo dos Santos, em particular desde a mudança para um sistema político mais formalmente “pluralista” e para a economia de mercado no início dos anos 90. O patrimonialismo financiado pelo petróleo tem sido uma parte fundamental da estratégia seguida pelo Presidente para a conservação do poder político, recorrendo à violência ou repressão só em casos em que os oponentes se mostrem menos maleáveis, como Jonas Savimbi, que queria assumir o poder supremo e não apenas partilhar os seus espólios.

O patrimonialismo que comprou a lealdade e aquiescência (desde o topo das forças armadas aos antigos rebeldes e políticos, indiferentemente) depende largamente, embora não inteiramente, do acesso do Presidente ao grande e crescente fluxo da receita petrolífera e tem contribuído para a formação de uma classe rendeira, através de um processo próximo da acumulação privada de capital — ainda que esteja longe de ser certo que isto irá efectivamente engendrar o desenvolvimento sustentável de um capitalismo endógeno, dado que a riqueza adquirida está a ser largamente dissipada pelo

consumo de luxo ou investido no exterior. Têm sido vários os mecanismos através dos quais o patrimonialismo tem sido dispensado e a acumulação se tem processado. Muitos destes mecanismos estão relacionados com os sectores dos diamantes e petróleo, seja directamente ou através de recursos financeiros gerados por estes sectores, enquanto outros estão relacionados com a terra ou oportunidades de negócio de vários tipos.

Um dos mais importantes mecanismos na década de 1990 residiu no sistema de afectação de divisas, a maioria das quais vinha dos rendimentos do petróleo ou dos empréstimos garantidos pelo petróleo. A concessão de acesso privilegiado a divisas subsidiadas à taxa de câmbio oficial permitia oportunidades de arbitragem ou “viagens de ida e volta” entre os mercados oficiais e paralelos. Em média, durante o período de 1991 a 1998, existiu um rácio de 2.9 para 1 entre as taxas de câmbio do mercado paralelo e do oficial, permitindo-se aos escolhidos do regime ter acesso a divisas ao câmbio oficial, aquilo que Munslow (1999: 563) descreveu como “licença para ganhar dinheiro”. Os contactos políticos eram o principal critério para o racionamento da distribuição destes ovos de ouro, que significavam uma transferência massiva de recursos gerados pelo petróleo do Estado para os escolhidos que daí beneficiariam. Foi apenas a crise económica aguda despoletada pelo colapso dos preços do petróleo em 1998-99 que forçou o governo a abolir a taxa de câmbio oficial fixa em Maio de 1999 e introduzir uma taxa flexível controlada, encerrando esta avenida do patrimonialismo, que foi provavelmente a mais importante fonte de enriquecimento privado para as principais famílias do regime durante a década de restauro do capitalismo.

Um segundo mecanismo consistia na afectação de crédito bancário, tendo desempenhado na década de 1990 uma função suplementar muito similar ao do acesso à taxa de câmbio oficial, servindo para o enriquecimento de um pequeno número de indivíduos administrativamente seleccionados, que em boa medida eram as mesmas pessoas que gozavam de acesso às divisas ao câmbio oficial. Uma vez que este crédito era fornecido a taxas de juro reais negativas, os métodos administrativos de selecção eram utilizados para afectar empréstimos a estes indivíduos através de bancos estatais dominantes. Este crédito subsidiado, que tal como as divisas subsidiadas constituíam uma forma quase-fiscal de transferência de recursos para os beneficiários, jogou um papel complementar, sendo que todo o crédito servia para financiamento de curto prazo das operações de importação. Para além do mais, dada a fraqueza do sistema legal e a falta de vontade política para perseguir os incumpridores, muitos dos juros e dos empréstimos nunca eram pagos de volta ao banco. Uma vez mais, a crise de 1998-99 forçou o governo a intro-

duzir reformas que aumentaram as taxas de juro para níveis reais positivos, começando a introduzir uma maior competitividade no sector bancário. Um banco estatal, a Caixa de Crédito Agropecuária e Pescas (CAP), que estava verdadeiramente asfixiada por crédito mal parado, foi encerrada em 2001, mas os devedores nunca foram obrigados a pagar as dívidas.

Enquanto estes dois mecanismos para a transferência de recursos para a elite político-negocial decresceram em importância depois de 1999, outros mecanismos permaneceram e tornaram-se ainda mais importantes à medida que as receitas do petróleo atingiram níveis recorde. A fraqueza dos concursos públicos forneceu oportunidades para vários esquemas relacionados com contratos governamentais, enquanto a opacidade das finanças públicas, resultante do elevado nível de operações extra-orçamentais e do secretismo que rodeia os empréstimos garantidos pelo petróleo, facilita a camuflagem dos desvios de recursos do Estado para indivíduos e empresas no sector privado. Pela própria natureza de tal situação, torna-se impossível estar completamente seguro acerca do valor total das receitas do governo e dos fluxos financeiros, ou saber exactamente como todos os recursos disponíveis para o Estado são utilizados. Na verdade, o estudo independente de diagnóstico do petróleo levado a cabo pela empresa de auditoria KPMG durante o breve período de existência do programa de monitoria do FMI em 2000-2001 (ver abaixo) fracassou em alcançar uma reconciliação completa entre o registo dos pagamentos de rendimentos petrolíferos em 2000. Para além do mais, nenhuma análise foi feita para os anos subsequentes, enquanto que ao nível da despesa uma proporção significativa de gastos governamentais não é registada ou classificada, conforme referimos acima.

Dada esta falta de transparência, existem suspeições alargadas de que substanciais recursos do Estado tenham sido desviados para contas bancárias privadas. Uma vaga noção acerca do que se terá passado é-nos fornecida pelas alegações feitas pela primeira vez em 2002 acerca das transferências realizadas por via do sistema bancário Suíço, relacionadas com a dívida de Angola à Rússia. Em 1996, esta dívida, que havia sido herdada dos tempos Soviéticos e totalizava cerca de \$US5 biliões, foi reestruturada: uma grande parte foi perdoada e a restante convertida num empréstimo de \$US1.9 biliões, que por sua vez foi vendida, por um preço não revelado, a uma empresa privada, Abalone Investment Ltd., envolvendo Pierre Falcone e Arkadi Gaydamak, dois financeiros internacionais de origem Franco-Brasileira e Israelo-Russa respectivamente, que haviam anteriormente sido os principais actores no escândalo

'Angolagate', de troca de armas por petróleo.⁶ Ainda que o empréstimo Russo original tivesse uma maturidade de 15 anos e um período de graça de 5 anos, o governo Angolano procurou a juros elevados pedir empréstimos de curto prazo avalizados por petróleo para pré-pagar à Abalone Investment. No início de 2002, \$US1.5 biliões haviam sido efectivamente pagos a esta empresa (FMI, 2002). Subsequentes investigações pelas autoridades judiciais levaram a acusações formais contra Falcone, nomeadamente no que respeita a lavagem de dinheiro, "apoio a organização criminoso", "corrupção de funcionários de Estado estrangeiros" e envolvimento em "organização secreta entre Genebra, Moscovo e Luanda e obtenção de dinheiro ilícito por meios criminosos". As autoridades judiciais Suíças alegaram que a Abalone Investment havia sido criada para "extorsão de recursos financeiros", com prejuízo para a República de Angola e Federação Russa, havendo passado para o Ministério das Finanças Russo apenas \$US161 milhões dos \$US774 milhões recebidos dos pagamentos angolanos respeitantes ao serviço da dívida entre 1996 e 2000. Parte dos fundos desaparecidos foram alegadamente encontrados em contas bancárias pertencentes a Falcone, Gaydamak e vários membros do governo Angolano. Estes fundos totalizavam \$US40 milhões em contas cujos beneficiários últimos eram, "muito provavelmente", segundo o jornal *Le Monde*, o Presidente Eduardo dos Santos e o seu embaixador pessoal, Elísio de Figueiredo.⁷

O então Ministro do Interior, Fernando da Piedade 'Nandó', admitiu no parlamento Angolano a 5 de Junho de 2002 que os fundos do governo haviam sido colocados em contas privadas individuais, alegando que isto era uma prática comum em países enfrentando condições excepcionais, como era o caso de Angola, um país em guerra. No anterior mês de Março, um relatório de uma missão do FMI a Angola revelou que as autoridades angolanas haviam recusado fornecer ao FMI detalhes dos empréstimos avalizados com petróleo, contraídos para pagar à Abalone, "porque isto iria atentar contra a sua soberania nacional" (IMF, 2002). O caso acabou eventualmente por ser abandonado e os fundos, congelados em contas na Suíça, foram desbloqueados em Dezembro de 2004, quando o Procurador Geral Suíço aceitou a posição das autoridades angolanas segundo as quais estes fundos poderiam ser classificados como "fundos estratégicos secretos", devido à situação de guerra civil (EIU, 2005a).

⁶ O escândalo *Angolagate* diz respeito ao financiamento de vendas de armas a Angola em 1993 com empréstimos avalizados pelo petróleo e que em 2000 resultou na prisão em França de Falcone e Jean-Christophe Mitterrand, o filho do antigo Presidente Francês. As acusações foram posteriormente retiradas com base em procedimentos técnico-jurídicos.

⁷ *Le Monde*, 23 de Maio de 2002. De acordo com o *Economist Intelligence Unit*, \$US34 milhões foram pagos numa conta do Panamá controlada pelo Presidente Eduardo dos Santos (EIU, 2005a).

Com o capital adquirido nas primeiras fases do processo de acumulação, alguns Angolanos ricos encontraram-se em melhores condições para avançarem para uma nova forma de actividade rendeira, envolvendo a sua participação directa na indústria petrolífera. Isto começou com o estabelecimento de companhias de serviços que os operadores petrolíferos foram obrigados a contratar por pressão da Sonangol. O processo de Angolanização estendeu-se ao licenciamento de consórcios de exploração e produção, seguindo um padrão observado por algum tempo na indústria petrolífera Nigeriana. Alterações legislativas em 2004 tornaram mais atractiva a participação de pequenas companhias petrolíferas angolanas, tais como a Somoil Sociedade Petrolífera Angolana SARL e a Prodoil Exploração e Produção de Hidrocarbonetos SARL. A Somoil, que é 100% Angolana e tem sido descrita como a Câmara de Comércio EUA-Angola, enquanto iniciativa da “nomenklatura Angolana”, recebeu em Outubro de 2005 uma participação em três blocos petrolíferos (3/05, 3/05A e 4/05).⁸ Isto vem em consonância com uma política oficial de dar preferência a consórcios que incluam companhias privadas Angolanas, conforme referido numa conferência prévia dada em Londres em Junho pelo responsável pelo licenciamento e exploração no Ministério do Petróleo, Alfredo Rafael, e reiterada em Outubro pelo Vice Presidente da Sonangol, Syanga Abílio, no Congresso Mundial de Petróleo realizado na África do Sul.⁹

Este desenvolvimento, que se parece focar inicialmente nos blocos mais pequenos e marginais em terra e em águas pouco profundas, onde existem menores interesses por parte das grandes empresas, espelha o que aconteceu uma década antes na indústria diamantífera. Numa resposta tanto ao fenómeno do garimpo informal como ao domínio da indústria mineira formal por empresas multinacionais, o governo introduziu uma série de alterações legislativas no início da década de 1990 para permitir o licenciamento de empresas de pequena escala para produção e comercialização privada de diamantes. À liberalização do sistema de comercialização, que legalizou a posse e o comércio de diamantes em bruto (Lei n.º 30/91), seguiu-se uma lei mineira (Lei n.º 1/92) e uma nova lei da indústria diamantífera (Lei n.º 16/94), que abriu o caminho para o licenciamento de operações mineiras por pequenas companhias Angolanas privadas. O governo atribuiu mais de 20 concessões envolvendo 30 a 40 empresas Angolanas entre 1994 e 1999.¹⁰

⁸ *US-Angola Chamber of Commerce*, comentário a que o autor acedeu na Internet a 21 de Janeiro de 2005; *Alexander's Gas and Oil Connections*, Vol. 10, No. 20, 26 October 2005; *WINNE World Investment News*, 19 de Outubro de 2005.

⁹ *SouthScan*, London, 1 de Novembro de 2005; *Alexander's Gas and Oil Connections*, 23 de Junho de 2005.

¹⁰ Entre eles estavam Antigos Combatentes, a Companhia Nacional de Diamantes, Lumanhe, Esplendor, Anglo Sul, Consórcio Mineiro do Lucula, Mombo, Opala Negra e Transcoi. Ver Hodges, 2003: 183-96.

Em meados de 2004, existiam 264 empresas nacionais e 34 empresas internacionais com um total de 90 concessões (FMI, 2005b).

Ainda que a vasta maioria destas concessões não fossem imediatamente colocadas em operação (PAC, 2005), as oportunidades abertas aos concessionados foram consideráveis. As taxas de licenciamento foram mínimas ou inexistentes e, em contraste com a indústria petrolífera, os pagamentos de taxas ao Estado foram modestos: \$US112 milhões ou 14% do valor das vendas de diamantes em 2003 (FMI, 2005b). Regra geral, para desenvolver operações mineiras, os concessionários Angolanos entraram em acordos de parceria com empresas mineiras estrangeiras com o necessário capital e competência técnica. Enquanto os parceiros externos assumiam todos os riscos, os concessionados tiravam uma parte dos lucros, actuando efectivamente como “parceiros adormecidos” no que representa um exemplo clássico de comportamento rendeiro (*rent-seeking*).

Para aqueles capazes de explorar as suas concessões, a exploração mineira tornou-se uma das principais avenidas para a acumulação de riqueza. Generais do exército e outros membros do topo da hierarquia ocupavam cargos de relevo em várias das empresas e algumas das concessionadas pareciam servir o propósito específico de retribuir a lealdade militar. De forma mais genérica, os procedimentos não transparentes de atribuição de concessões e o envolvimento directo da presidência no processo tornaram-se num exemplo do papel de patrimonialismo presidencial na gestão dos recursos.

Deve também ser notado que, para avançar com os interesses dos concessionados, tanto Angolanos como estrangeiros, a Lei dos diamantes (16/94) permitiu o deslocamento de aldeias e uma proibição de todos os movimentos não autorizados dentro e ao redor das áreas concessionadas. Isto ocasionou graves abusos de direitos humanos, assim como o empobrecimento de boa parte das populações locais, que perderam, em vez de ganharem, com a riqueza nas suas áreas (Marques e Falcão de Campos, 2005). Complementarmente, para afastar a concorrência indesejada, o governo foi ao longo da década de 2000 lançando campanhas para deportação de garimpeiros estrangeiros que, por exemplo, de 2003 a 2005, resultaram na expulsão de 256.400 estrangeiros das regiões diamantíferas, por vezes recorrendo a métodos brutais (PAC, 2005).

Marques e Falcão de Campos documentaram como alguns dos militares, polícia e outras autoridades, continuaram a fazer exploração ilegal de diamantes, por vezes com recurso à escravização de locais para trabalharem

em minas artesanais. Muitas destas autoridades estavam igualmente envolvidas de forma profunda no comércio ilícito de diamantes, apesar de várias tentativas do governo em canalizar o comércio de diamantes para as empresas oficialmente reconhecidas. Estas tentativas incluíram a criação de um monopólio de comercialização, a Angola Selling Corporation (Ascorp), em 2000, e posteriormente a abertura do mercado à concorrência de outras empresas licenciadas em 2004. Enquanto o estabelecimento da Ascorp foi claramente motivado, pelo menos em parte, pela esperança de que esta medida iria refrear o comércio de diamantes ilegais provenientes da UNITA, outros factores parecem ter levado a alterações frequentes na política, legislação e regulação, entre eles o desejo de parte do Estado em capturar uma maior fatia dos lucros à custa dos mineiros e comerciantes. Dietrich realçou a coexistência de concorrência e dependência patrão-cliente na relação entre a Presidência e grupos de elite com interesses na comercialização de diamantes (Dietrich, 2001; Cilliers and Dietrich, 2000: 190).¹¹

Por fim, nesta revista de mecanismos pelos quais o patrimonialismo tem sido dispensado e a riqueza acumulada, devemos mencionar os vários mecanismos que não estão relacionados nem com o petróleo nem com os diamantes. Um dos mais conhecidos foi a alienação de bens do Estado, que começou no início da década de 1990, depois da decisão de mudar para uma economia de tipo capitalista. Têm existido aqui paralelos com o processo mediante o qual os bens do Estado na antiga URSS foram adquiridos pelos membros da *nomenklatura* Soviética. No início da década de 1990, o principal foco da privatização dirigiu-se para as pequenas e médias empresas estatais, que foram especificamente assinaladas para investidores Angolanos. A alienação destas empresas teve lugar sem as adequadas avaliações ou venda em leilão às melhores ofertas, sendo transferidas a preços incrivelmente baixos para indivíduos selecionados administrativamente, muitos deles membros do topo da hierarquia ou seus familiares. No final de 1996, um total de 202 empresas haviam sido privatizadas. Desde então, a privatização acalmou, em parte devido às queixas acerca dos procedimentos não transparentes da primeira fase, mas também devido a que as empresas que sobraram eram muito maiores e em muitos casos requeriam investimento externo.

¹¹ Na sequência de um período nos anos noventa, quando várias companhias competiam pela compra de diamantes, incluindo diamantes provenientes da UNITA, um monopólio de comércio de diamantes foi estabelecido em 2000 através da Ascorp, uma *joint venture* entre uma nova empresa estatal, a Sociedade Angolana de Diamantes (SODIAM) e empresas Israelitas e Belgas. O monopólio foi rescindido em 2003, depois de terem sido licenciadas três empresas de comercialização de diamantes pela SODIAM nos dois anos seguintes.

Como parte da primeira vaga de privatização, centenas de fazendas estatais, que haviam sido criadas a partir de fazendas comerciais abandonadas pelos colonos em 1975/76 foram loteadas em parcelas menores e vendidas a preços elevadas das forças armadas e seus familiares, regra geral a preços nominais e sem qualquer processo de leilão para a melhor oferta. Um processo semelhante teve lugar nas cidades, onde dezenas de milhares de casas e apartamentos detidos pelo Estado foram transferidos pela Secretaria de Estado para a Habitação para proprietários privados: muitos eram os próprios ocupantes dos imóveis que se haviam mudado para estas casas depois da partida dos colonos em 1975/76, mas as melhores propriedades, algumas delas no valor de centenas de milhares de dólares ou mesmo milhões (como resultado da falta de investimento na habitação desde a independência e dado o afluxo de empresas estrangeiras a Angola), foram entregues a famílias da elite a um preço muitíssimo abaixo do seu valor real.

No campo, a privatização de fazendas estatais teve lugar à custa dos pequenos agricultores que haviam ocupado e cuidado da terra de muitas destas fazendas, a maioria das quais esteve mais ou menos moribunda desde meados da década de 1980. Em 1999, mais de 2 milhões de hectares, o equivalente a metade da terra pertencente aos colonos antes de 1975/76, havia sido entregue a uma nova classe de fazendeiros Angolanos (Pacheco, 2002). Este processo, que reflecte uma opção política deliberada a favor de uma agricultura comercial de larga escala, em vez e à custa do desenvolvimento do pequeno sector agrícola, continuou de lá para cá, como resultado de uma nova lei adoptada em 2004, ameaçando invadir ainda mais o espaço da agricultura camponesa devido à falta de protecção legal para os pequenos agricultores, cujos direitos de utilização tradicional da terra derivam de um sistema de posse comunal/colectiva sem títulos de propriedade individual.

Por fim, mas não menos importante, a manutenção de uma teia de complexos procedimentos administrativos, regras e regulamentações, para a maioria das actividades de negócios, apesar da mudança para uma economia capitalista, criou uma situação mediante a qual o estabelecimento e desenvolvimento dos negócios depende em larga medida das conexões aos mais altos níveis do Estado. A extensão da burocracia em Angola foi revelada num inquérito a nível mundial sobre o clima para investimento, realizado pelo Banco Mundial, englobando mais de 170 países, tendo chegado à conclusão de que os procedimentos burocráticos para iniciar um novo negócio levavam em média 146 dias em Angola, exigindo 14 procedimen-

tos diferentes, comparados com uma média global mundial de 51 dias.¹² Para além de desencorajar o investimento e assim atrasar a diversificação económica e o desenvolvimento, os problemas de burocracia e favoritismo associado permitiram aos investidores escolhidos retardar a concorrência, criando mercados que eram as mais das vezes oligopolistas. A par da pobre infra-estrutura e elevados custos de transporte, esta é uma das principais razões pelas quais os preços são tão elevados em Angola. O patrimonialismo é também evidente no processo pelo qual certos indivíduos bem colocados são nomeados para os conselhos de administração de empresas estrangeiras a operar em Angola ou a quem são oferecidas participações no capital das empresas em joint ventures com empresas estrangeiras.¹³

Ainda que os mecanismos descritos sejam bastante variados e alguns tenham sido mais proeminentes em certos períodos do que noutros, todos eles têm uma característica em comum: envolvem, sem excepção, o comando da presidência sobre os recursos ou oportunidades de negócio e a afectação ou atribuição destes recursos e oportunidades através de licenças, contratos ou concessões, utilizando métodos opacos, para benefício de um pequeno nexo de famílias da elite.

Interesses e Capacidade para Resistir às Reformas

Os enormes interesses envolvidos neste processo de patrimonialismo e acumulação privada têm colorido profundamente o processo de “reforma” económica em Angola desde o início da alteração de uma economia de largo controlo estatal para uma economia baseada primariamente na propriedade privada. O resultado foi a retenção de mecanismos que permitiram ao Estado – e à Presidência em particular – manipular e distorcer o mercado.

Estes interesses são ao mesmo tempo materiais (da parte dos beneficiários dos recursos e das oportunidades fornecidas) e políticos (da parte do patrão no topo do sistema). Entre os beneficiários tem estado a família do próprio Presidente. Já acima fizemos referência às alegações de transferências substanciais de fundos públicos para contas controladas pelo Presidente.

¹² Foram igualmente calculados em média um total de 1011 dias para fazer valer um contrato nos tribunais e 335 dias para registo de propriedade, os quarto e sexto mais longos períodos de tempo no mundo respectivamente (Banco Mundial, 2004).

¹³ Num conhecido caso, desentendimentos acerca da selecção de parceiros Angolanos levaram a um atraso de quatro anos num investimento de \$US26 milhões por parte da Coca-Cola, que foi finalmente resolvido em 1998 (*Africa Confidential*, 29 de Novembro de 1996).

É igualmente conhecido que a filha do Presidente adquiriu um verdadeiro império de negócios na área da exploração e comercialização de diamantes, telecomunicações e banca, por via de procedimentos administrativos usados para obter concessões e licenças e afastar concorrentes do acesso a investidores estrangeiros.¹⁴ A escala destes interesses explica porque tem existido tanta resistência à adopção de procedimentos mais transparentes e institucionalizados, seja na gestão das finanças públicas ou na atribuição de licenças de negócio, concessões de diamantes e títulos de propriedade.

Para além do mais, a capacidade de resistir à mudança é tão significativa como os interesses na manutenção do *status quo*. Navegando numa onda de rendimentos crescentes do petróleo, apesar das ocasionais descidas provocadas por quedas súbitas nos preços do petróleo, que têm de forma breve incomodado a tendência ascendente na produção e exportações, o Estado Angolano tem em grande medida sido capaz de sustentar as pressões de reforma do FMI e dos doadores, ao contrário da maioria dos outros Estados Africanos. Os EUA, que têm sido o principal destino do petróleo Angolano (31% na primeira metade de 2009), estão muito favoráveis a cultivar relações próximas com países produtores de petróleo fora do Médio Oriente e, como tal, pouco disponíveis para pressionarem de forma significativa o governo angolano em questões de governação económica. Para muitos países industrializados, o desejo de proteger os interesses das suas companhias petrolíferas nacionais é um outro factor de encorajamento a uma relação não conflitual.

O rápido desenvolvimento económico dos países Asiáticos, em particular da China e da Índia, tem também fornecido oportunidades ao governo Angolano para diversificar as suas relações económicas internacionais. A China, que é actualmente o segundo maior importador mundial de petróleo, tem tentado assegurar o acesso a fornecimentos de petróleo em vários pontos do globo, incluindo Angola, através de acordos de exploração e fornecimento (Zweig and Jianhai, 2005). Isto resultou nos empréstimos contra fornecimento de petróleo concedidos pela China a Angola que começaram em 2004 com \$US2 biliões em termos relativamente atractivos, seguidos em 2005 pelas participações da companhia petrolífera Chinesa Sinopec em

¹⁴ Isabel dos Santos tem parte na Unitel, uma empresa de telecomunicações móveis onde a Portugal Telecom é co-proprietária, assim como interesses na exploração de diamantes em Camatue na Lunda Norte (através da Angolan Diamond Corporation) e do Banco Internacional de Crédito (BIC), um novo banco criado em 2005. Para mais detalhes, ver Hodges, 2003 (páginas 138-9), Cilliers e Dietrich, 2000 (páginas 158-59) e EIU, 2005c.

dois blocos angolanos (através de uma parceria chamada Sonangol Sinopec International) e a assinatura de um acordo bilateral para o fornecimento de petróleo Angolano à China (Malaquias, 2005, e EIU, 2005a, 2005b). A China tornou-se o segundo importador do petróleo Angolano, com 29% do mercado na primeira metade de 2009 (EIA, 2010).

Em qualquer caso, o elevado nível de receitas petrolíferas significa que o regime, regra geral, pode confiar nos seus próprios recursos e assim evitar a dependência em relação aos doadores. A Ajuda Oficial ao Desenvolvimento contribui muito pouco para a despesa do governo Angolano, realidade que contrasta radicalmente com a maioria dos governos africanos, muitos dos quais dependem da ajuda em mais de 30 ou 40% das suas despesas (quase 50% no caso de Moçambique).

Além do mais, apesar do elevado nível de endividamento baseado em fornecimentos de petróleo em termos comerciais, o peso da dívida tem-se geralmente situado em níveis controláveis, excepto em períodos limitados de crise resultantes de choques petrolíferos momentâneos. De forma não surpreendente, até muito recentemente (2009) e devido à quebra dos preços petrolíferos por altura da crise financeira mundial, Angola era dos poucos países Africanos que nunca havia pedido emprestado ao FMI, ainda que tenha entrado em dois curtos e fracassados períodos de reformas monitoradas pelo FMI em 1995 e 2000-1, nesta última ocasião igualmente como resultado directo do colapso dos preços do petróleo em 1998-9. A forte recuperação dos preços do petróleo na primeira metade da década de 2000, permitiu ao governo dispensar a intrusão do FMI e deverá permiti-lo uma vez mais no actual contexto de retorno a fortes taxas de crescimento do PIB e das receitas do Estado.

Em conclusão, interesses políticos e materiais instalados e a crescente capacidade financeira do Estado tornam extremamente improvável que o regime Angolano prossiga com reformas que possam transformar de forma decisiva a natureza da governação económica do país. Em última análise, é mais provável que as forças de mudança advenham de dentro, mas também isso a ocorrer seria no muito longo prazo, na medida em que a riqueza do petróleo fornece, a quem está no poder, os meios para continuar a comprar a oposição num futuro próximo.

Referências bibliográficas.

World Bank (2004), *The Cost of Doing Business*, Washington, DC.

Cilliers, Jackie e Christian Dietrich (2000), *Angola's War Economy: The Role of Oil and Diamonds*, Pretoria Institute for Security Studies.

Dietrich, Christian (2001), 'Have African-Based Diamond Monopolies Been Effective?', *Central Africa Minerals and Arms Research Bulletin*, No. 2, 18 Junho.

EIA (2010), *Country Analysis Briefs, Angola*, US Energy Information Agency.

EIU (2005a), *Country Report: Angola*, London: Economist Intelligence Unit, 1.º trimestre, Março.

EIU (2005b), *Country Report: Angola*, London: Economist Intelligence Unit, 2.º trimestre, Junho.

EIU (2005c), *Country Report: Angola*, London: Economist Intelligence Unit, 3.º trimestre, Setembro.

FMI (2011a), *Angola: Fourth Review Under the Stand-By Arrangement, Request for Waivers of Nonobservance of Performance Criteria, Request for Waivers of Applicability of Performance Criteria, and Request for Modification of Performance Criteria*, Relatório No. 11/51, Washington, DC: Fundo Monetário Internacional, Fevereiro.

FMI (2011b), *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*, Washington, DC: Fundo Monetário Internacional, Abril.

FMI (2010) *Angola: First Review under the Stand-By Arrangement and Request for a Modification of a Performance Criterion*, Relatório No. 10/143, Washington, DC: Fundo Monetário Internacional, Maio.

FMI (2007), *Angola: Selected Issues and Statistical Annex*, Relatório No. 07/355, Washington, DC: Fundo Monetário Internacional, Outubro.

FMI (2005a), *Angola: Staff Report for the 2004 Article IV Consultation, Relatório No. 05/228*, Washington, DC: Fundo Monetário Internacional, Julho.

FMI (2005b), *Angola: Selected Issues and Statistical Appendix, Relatório no. 05/125*, Washington, DC: Fundo Monetário Internacional, Abril.

FMI (2003), *Angola: Staff Report for the 2003 Article IV Consultation*, Washington, DC: Fundo Monetário Internacional, Julho.

FMI (2002), *Angola: Staff Report for the 2002 Article IV Consultation*, Washington, DC: Fundo Monetário Internacional, Março.

Hodges, Tony (2003), *Angola: Anatomy of an Oil State*, Oxford: James Currey and Bloomington, USA: Indiana University Press.

Hodges, Tony (2004), 'The Role of Resource Management in Building Sustainable Peace', in Guss Meijer, 'From Military Peace to Social Justice? The Angolan Peace Process', *Accord*, No. 15, London: Conciliation Resources, 2004.

Marques, Rafael, e Rui Falcão de Campos (2005), *Lundas—The Stones of Death*, Open Society Foundation.

Malaquias, Assis (2005), 'A China entra em África com Muito Dinheiro e sem Exigências', *Público*, Lisboa, 20 Novembro.

Munslow, Barry (1999), 'Angola: The Politics of Unsustainable Development', *Third World Quarterly*, 20 (3): 551-68.

PAC (2005), *Diamond Industry Annual Review: Republic of Angola 2005*, Ottawa: Partnership Africa Canada.

Pacheco, Fernando (2002), *A Questão da Terra para Fins Agrícolas em Angola*, Luanda: Food and Agriculture Organisation of the United Nations.

Zweig, David, e Bi Jianhai (2005), 'China's Global Hunt for Energy', *Foreign Affairs*, New York, 84 (5), Setembro/Outubro: 25-38.

IV

**CRESCIMENTO ECONÓMICO
E DESENVOLVIMENTO EM ANGOLA:
UMA ANÁLISE PARA O PERÍODO 1997-2009/2010**

Alves da Rocha



CRESCIMENTO ECONÓMICO E DESENVOLVIMENTO EM ANGOLA: UMA ANÁLISE PARA O PERÍODO 1997-2009/2010

Introdução

Alves da Rocha
*Centro de Estudo
e Investigação Científica
Universidade Católica
de Angola*

Uma parte ainda que minoritária da sociedade angolana está impressionada com as elevadas taxas de crescimento do PIB depois de 2002. Neste coro de elogios alinham alguns observadores estrangeiros. No entanto, uma análise mais cuidada do processo de crescimento económico angolano mostra uma realidade diferente de um caso de sucesso. A sustentabilidade do processo de crescimento está por assegurar, a política de estabilização está demasiado exposta às vicissitudes do mercado internacional do crude e podemos estar a experimentar um processo de crescimento sem desenvolvimento.

O sistema produtivo angolano continua a enfermar de várias deficiências estruturais, como sejam a excessiva dependência em relação ao petróleo, a falta de desenvolvimento da indústria e da agricultura, a fraca qualidade governativa e administrativa do Estado, a corrupção, o elevado deficit de recursos humanos qualificados, as assimetrias regionais e sócio-económicas, a forte carência em infra-estruturas de novas tecnologias da informação e comunicação, as deficientes infra-estruturas de transportes, produção e distribuição de electricidade e água, os entraves burocráticos,

as dificuldades de acesso ao crédito¹, o défice de espírito empreendedor, entre muitas outras deficiências.

O problema principal reside no facto desse crescimento, até ao momento, não se ter convertido em melhoria das condições de vida da população em geral e em oportunidades de aumento dos rendimentos da maioria das pessoas. Quando se viaja pelo território nacional percebe-se que a pobreza continua expressiva nas zonas rurais e nas periferias urbanas. As carências sociais são chocantes e as oportunidades não estão democratizadas a nenhum nível. A maioria dos angolanos não tem sido parte integrante desse propalado processo de crescimento, enquanto seu sujeito e objecto. A Nação – que somos todos nós, sem diferença de classes sociais – não está efectivamente mais rica.

A chamada de atenção essencial que se deixa sobre as desigualdades na distribuição do rendimento é a de que não é apenas do ponto de vista ético, moral e mesmo de legitimidade, que o fosso entre ricos e pobres deve ser analisado. Mesmo de um ponto de vista económico, a sustentabilidade do crescimento pode ser seriamente danificada se o modelo de acumulação não for o mais inclusivo e extensivo possível.

O texto que aqui apresentamos está estruturado em quatro capítulos, sendo que o primeiro analisa o processo de crescimento económico de 1997 a 2009-2010, dividido em três sub-períodos principais, 1997-2002, 2002-2006 e 2007-2009/2010; o segundo capítulo aborda a questão da falta de desenvolvimento patente nas diversas e graves assimetrias sócio-económicas; o terceiro e último capítulo centra-se nas deficiências estruturais da economia angolana.

1. Crescimento económico

Alcançada a paz em 2002, a taxa tendencial de crescimento começou a aumentar significativamente, situando-se em cerca de 12% no período de 2002-2010, a mais elevada da região sub-sariana do continente africano e uma das mais elevadas do mundo para o período considerado. Em 2007 a taxa de variação do PIB atingiu a impressionante cifra de 20,9%, tendo-se em 2008 situado nos 13,6%. A crise económica e financeira mundial de 2008/2009 introduziu disfuncionalidades num sistema económico altamente depen-

¹ Embora a taxa de crédito à economia tenha passado de 1% em 2002, para quase 22% do PIB em 2009, o acesso ao crédito continua a ser um grave problema, embebido em inúmeras dificuldades de toda a ordem.

dente do exterior e do preço do petróleo, de tal modo que o crescimento do PIB baixou significativamente em 2009 (2,7% segundo os dados oficiais) e 4,5% em 2010 (informação mais consensual).

LINHAS TENDENCIAIS DO CRESCIMENTO ECONÓMICO ANGOLANO (%)

	1980-2002	1980-2004	1980-2005	1980-2006	1980-2007	1980-2009	2002-2006	2002-2007	2002-2008	2002-2009	2002-2010
Taxas tendenciais	2,1	2,6	3,4	4,0	4,5	3,8	14,8	115,8	115,5	113,0	11,9

FONTES: Governo de Angola - Relatórios de Balanço de Execução do Programa Geral do Governo de 2005, 2006 e 2007; World Bank - African Development Indicators 2006, 2007, 2008; World Bank - World Bank Report, 2005; World Bank - World Economic Prospects 2008; CEIC/UCAN - Relatório Económico 2007, 2008 e 2009.

Os anos de 2005, 2006 e 2007 são, até o momento, os melhores depois da independência, sendo responsáveis pela alteração significativa do declive da recta de tendência a 30 anos (de longo prazo). Confirma-se o significado e a importância económica da paz; a tendência de crescimento de médio prazo 2002-2007 é a de maior representatividade do grande ciclo económico depois de 1980.

A grande linha tendencial 1980-2010 (30 anos) permanece baixa (3,8%) não permitindo senão um ganho líquido de 0,87% nas condições de vida da população.

Grosso modo, podemos definir três fases no processo de crescimento económico de Angola depois da transição para a economia de mercado. Uma primeira fase de crescimento lento entre 1997 e 2002, uma segunda de crescimento rápido, entre 2002 e 2006, e uma fase de arrefecimento do crescimento anterior, entre 2007 e 2010, em boa medida provocada pelo impacto da crise internacional. Estas fases serão analisadas nos sub-capítulos seguintes.

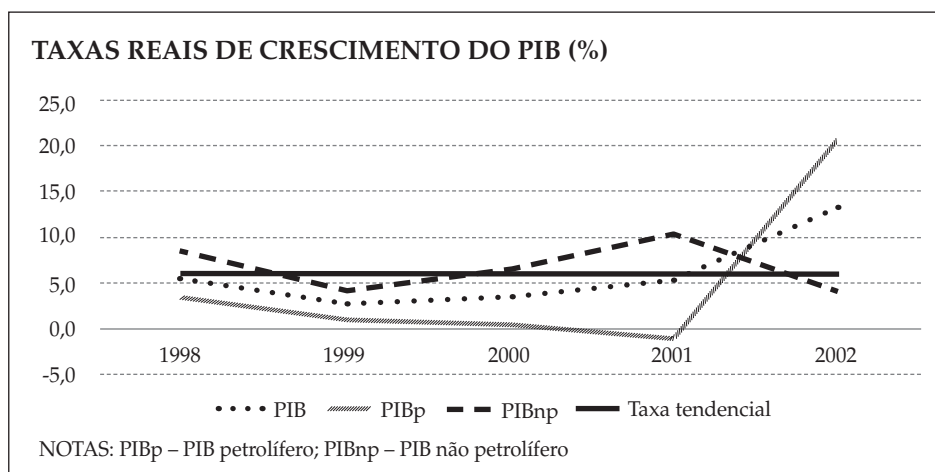
1.1. Fase de crescimento lento 1997/2002

Depois das eleições de Setembro de 1992 e devido à rejeição dos resultados eleitorais por parte da UNITA, o país assistiu ao recrudescimento sem precedentes da violência do conflito armado interno. O ano de 1995 fica marcado na História de Angola, depois da independência, como o da extensão do conflito armado a

todo o território nacional e o da intensificação da violência a ele associada. Até 1997, a actividade económica do país aumentou a sua dependência do petróleo e os sectores agrícola e industrial estavam virtualmente em falência técnica. Tal situação deveu-se à intensidade da destruição de infra-estruturas físicas, da fuga dos campos e da insuficiência de recursos humanos.

Com esta base de funcionamento é natural que até 2002 os principais estrangulamentos e as mais básicas carências (humanas, materiais, financeiras, etc.) tivessem favorecido um funcionamento da economia nacional de baixa intensidade e se tivessem mantido os sinais de crise económico-financeira vindos de trás. A transição para a economia de mercado – iniciada com a primeira desvalorização do Kwanza em Março de 1991 e num clima de expectativas políticas positivas propiciadas pela esperança de paz e de implantação do processo democrático – faz-se num contexto de grande incerteza, caracterizado pela sucessiva diminuição das receitas fiscais petrolíferas, pelo não funcionamento da economia não petrolífera, pela insegurança de pessoas e bens e pelas difíceis condições de circulação das mercadorias e dos cidadãos.

Esta fase de crescimento da economia angolana foi marcada por taxas relativamente baixas de variação da actividade produtiva e que se podem expressar numa taxa tendencial de cerca de 6%. Graças à recuperação da economia mundial, só a partir de 2001 é que a actividade de extracção petrolífera começa a apresentar sintomas de reversão da crise dos anos anteriores. Nesse ano, o PIB petrolífero ainda retrocedeu 1% face a 2000, mas as actividades não petrolíferas apresentaram uma taxa de crescimento de 10%, com destaque para os 18% dos sectores primários (agricultura, pecuária, florestas e pescas).



Ainda que a indústria transformadora apresentasse um crescimento do seu PIB, não existiam condições para que assumisse uma posição central e estratégica no processo de diversificação da economia angolana. A prestação de serviços mercantis começou a instalar-se a partir de 2000 e a apresentar razoáveis dinâmicas de crescimento.

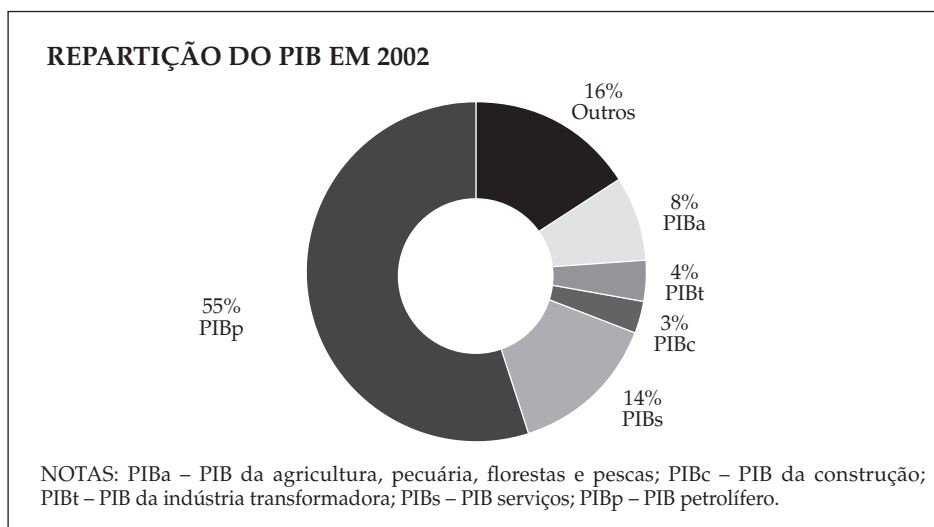
TAXAS DE CRESCIMENTO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA TRANSFORMADORA E SERVIÇOS MERCANTIS (%)

SECTORES	1998	1999	2000	2001	2002
PIBa	5,2	1,3	9,3	18,0	13,4
PIBt	4,9	7,1	8,9	9,8	10,3
PIBs	5,0	4,4	3,4	6,0	11,6

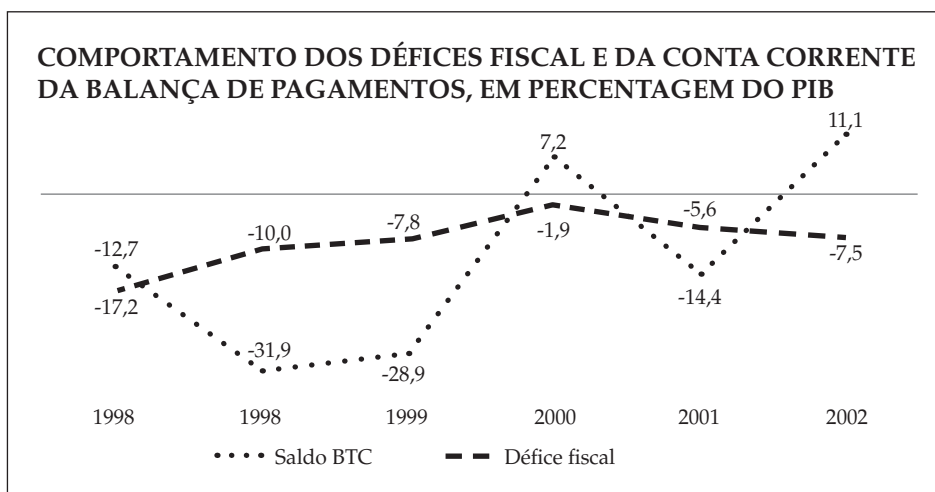
NOTAS: PIBa – PIB da agricultura, pecuária, florestas e pescas; PIBt – PIB da indústria transformadora; PIBs – PIB serviços.

FONTE: Ministério do Planeamento, Relatórios de Balanço dos Programas do Governo de 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002.

Comparando com 1998, a análise da estrutura económica do país mostra que o peso relativo da economia petrolífera se reforçou, em prejuízo das actividades mais estruturantes do mercado interno, como a agricultura e a indústria transformadora.



Do ponto de vista do equilíbrio das contas fiscais do Estado e das contas externas do país, esta fase do crescimento económico de Angola foi muito conturbada, tendo sido registados sucessivos défices nas duas contabilidades, por força do conflito armado, agravado pelas condições negativas da economia mundial e do mercado internacional do crude. Foi, igualmente, um lapso de tempo em que se colocaram enormes dificuldades na obtenção de empréstimos externos e as apreciações internacionais sobre as performances económicas e financeiras e a gestão das receitas petrolíferas eram, sistematicamente, desvalorizadoras da acção do governo angolano.

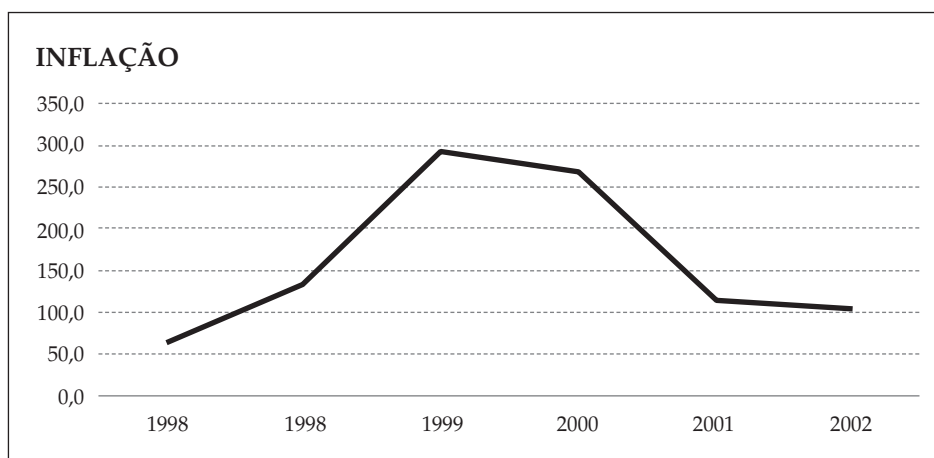


Durante esta fase de cinco anos, as preocupações centrais do governo estiveram voltadas para o controlo e gestão do conflito armado interno, no sentido de a mais breve trecho se encontrar uma solução definitiva. No entanto, o crescimento económico e o processo de estabilização macroeconómica foram igualmente propósitos que o governo considerava importantes para a preparação do país para a fase pós-conflito armado. As medidas mais consistentes a favor do controlo do défice fiscal, da redução da inflação, da convergência cambial e de recuperação da confiança no Kwanzas, começaram a ser implementadas a partir de 2000 no âmbito do Plano de Desenvolvimento e Estabilização Económica 1998-2000 e, muito particularmente, na Estratégia Geral de Saída da Crise.²

² Na medida em que persistiam condições adversas na economia mundial, traduzidas numa reduzida procura de petróleo e num preço do barril que atingiu 12,7\$US, o Governo entendeu não existirem condições propícias para a implementação do Plano 1998-2000. O Governo foi remodelado, a equipa económica integralmente substituída e elaborado um novo Plano, baseado na Estratégia para a Saída da Crise.

As condições internacionais começaram a melhorar – as taxas médias de crescimento do PIB mundial entre 2000 e 2002 foram de 2,1%, 2,4% e 3%, respectivamente³ –, culminando com um preço do barril de petróleo de 23,74\$US em 2002, praticamente o dobro do registado em 1998. Pela via do aumento das receitas fiscais e em divisas, estas alterações no contexto internacional facilitaram os objectivos do governo quanto à preparação do país para a fase seguinte à guerra.

A inflação foi uma das matérias da estabilização macroeconómica que logo depois de 2000 começou a mostrar uma tendência de diminuição sustentada. Depois deste ano não mais o índice de preços no consumidor na cidade de Luanda apresentaria valores acima dos dois dígitos.



1.2. Fase de crescimento rápido 2002/2006

Do ponto de vista político, o acontecimento marcante deste período é a paz. Este facto, igualmente social, representa um ponto de viragem na trajectória da política económica, cujas condições começaram a ser criadas depois de 2000. A finalização do conflito militar interno colocou novos e importantes desafios ao governo, deixando de constituir justificação para os insucessos das medidas governativas alicerçadas na reduzida margem de manobra da política económica e no excesso de consumo dos recursos financeiros pela

³ *International Monetary Fund – World Economic Outlook*, September, 2003.

guerra. O mercado passou a ter enquadramento conceptual na elaboração dos Programas do Governo e as medidas de fomento e incentivo deixaram de ser administrativas, para darem mais atenção aos mecanismos mercantis de afectação dos factores de produção. Durante este período, o governo conduziu a sua intervenção na economia através do Plano de 2002 e posteriormente através de dois programas bienais, intitulados Programa Geral do Governo 2003-2004 e Programa Geral do Governo 2005-2006.

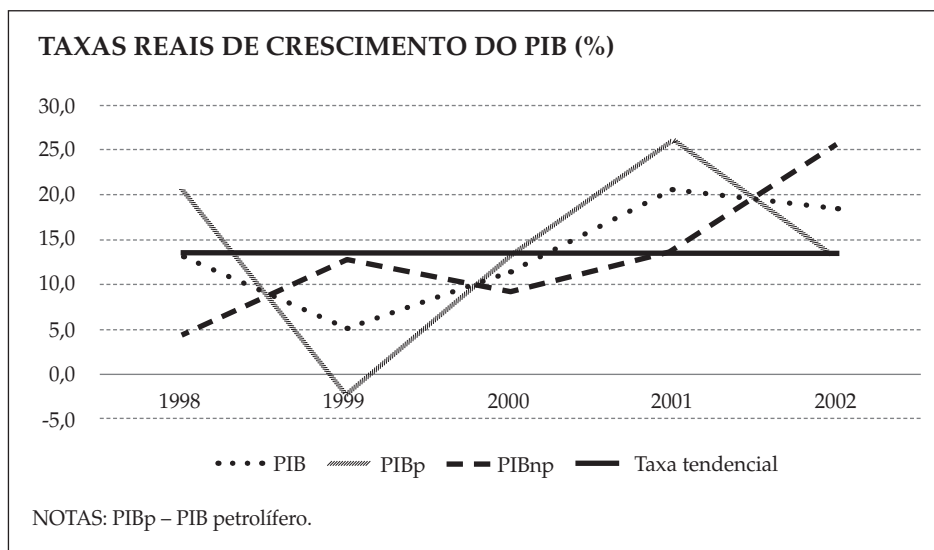
A visão adoptada pelas instituições públicas e por algumas organizações empresariais angolanas privilegiou a componente estratégica da reconstrução económica e do progresso social. A elaboração da Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo 2000-2025 é a prova de que o “urgente”, exigido pela guerra, deixou de tirar lugar ao “importante e estruturante”, exigido pelo crescimento e desenvolvimento. Consideraram-se como pilares desta estratégia a construção de uma competitividade estrutural, o desenvolvimento do sector privado, a promoção do emprego, a valorização dos recursos humanos, a edificação de uma sociedade mais justa e a garantia do uso sustentável dos recursos naturais e da preservação do ambiente.

O preço médio do barril de petróleo passou de 23,74\$US em 2002, para 61,5\$US em 2006, um incremento percentual de 159%⁴, enquanto a economia mundial se encontrava num período de crescimento de alta intensidade, com taxas de 3,2% em 2003, 4,1% em 2004, 3,5% em 2005 e 4% em 2006.⁵ Estávamos assim perante condições excelentes e propícias ao lançamento das bases materiais para a reconstrução das infra-estruturas e o crescimento económico. Ocorreu, portanto, uma feliz conjugação do ambiente interno e externo em favor do crescimento económico de Angola.

A precipitada quebra do nível de actividade do sector petrolífero em 2003 (o registo real foi de menos 2,2% de crescimento), deveu-se a factores meramente conjunturais e relacionados com atrasos na entrada em funcionamento de determinados blocos de águas profundas.

⁴ BP Statistical Review of World Energy June 2008.

⁵ International Monetary Fund – World Economic Outlook September 2005 e World Economic Outlook Update, January 2009. World Bank – Global Economic Prospects, 2009.



A taxa tendencial de crescimento deste período foi de quase 14%, mais 9 pontos percentuais do que a registada no período anterior. O destaque, porém, continuou a pertencer ao sector petrolífero, com uma taxa média de crescimento no período a rondar os 14%, mais 1,5 pontos percentuais do que o sector não petrolífero.

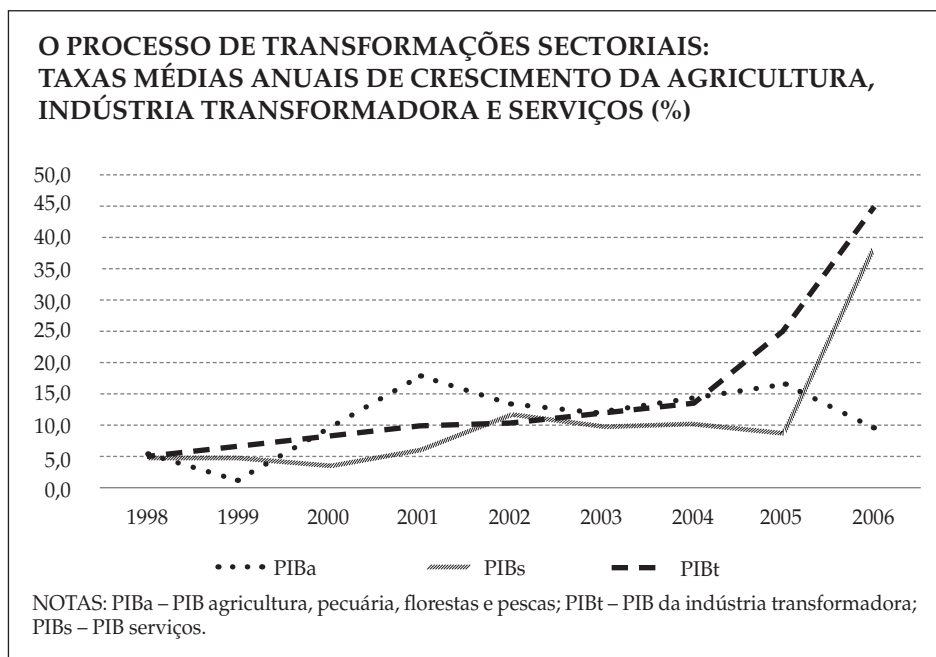
TAXAS DE CRESCIMENTO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA TRANSFORMADORA E SERVIÇOS MERCANTIS (%)

SECTORES	2002	2003	2004	2005	2006
PIBa	13,4	11,7	14,1	17,0	9,8
PIBt	10,3	11,9	13,5	24,9	44,7
PIBs	11,6	9,9	10,4	8,5	38,1

NOTAS: PIBa – PIB agricultura, pecuária, florestas e pescas; PIBt – PIB da indústria transformadora; PIBs – PIB serviços.

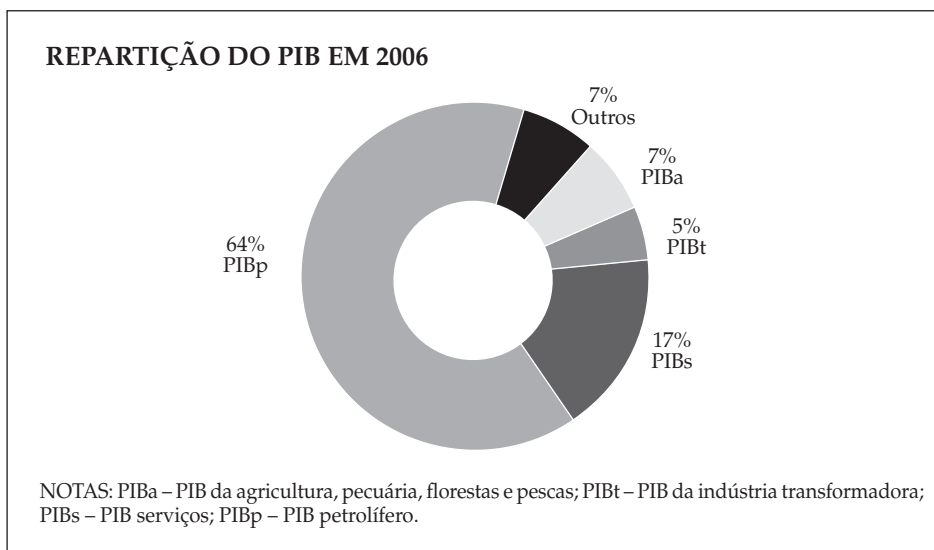
FONTE: Ministério do Planeamento, Relatórios de Balanço dos Programas do Governo de 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006.

Da análise da evolução das taxas de crescimento percebem-se alguns indícios de alterações sectoriais, nomeadamente em relação à indústria transformadora e aos serviços mercantis. Com efeito, a taxa tendencial de crescimento da indústria transformadora foi de 20,4% e a dos serviços foi de 15,3%.

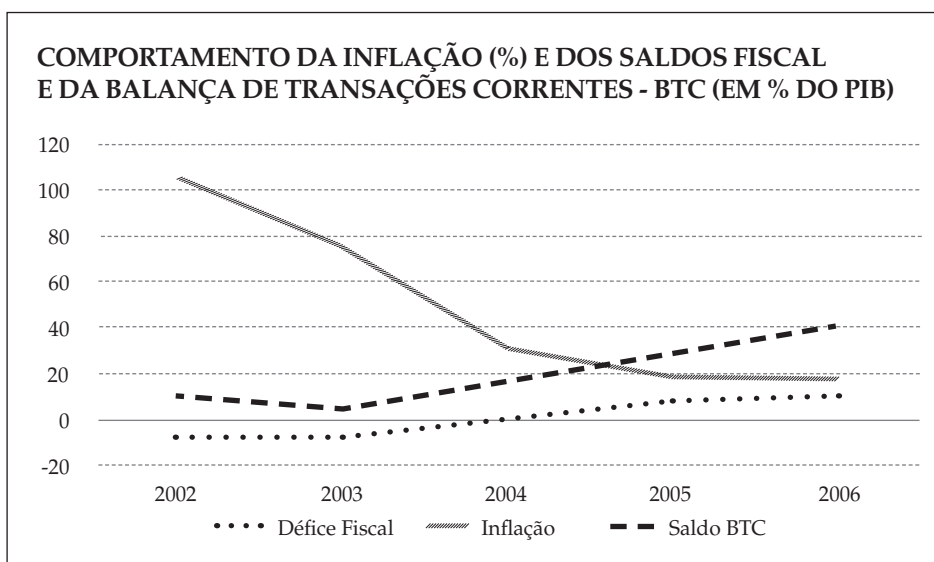


No entanto, em termos de pesos relativos, a composição do PIB permaneceu essencialmente a mesma. Embora a alteração dos pesos relativos dos sectores no PIB não seja o critério por excelência para se avaliar o processo de diversificação de uma economia, fornece todavia uma indicação de tendência. Assim sendo, o que de relevante se passou entre 1997 e 2006 foi a manutenção do peso percentual dos sectores de actividade económica não petrolíferos, em particular a agricultura e a indústria transformadora.

Deste modo, as elevadas taxas de crescimento do PIB resultaram, no essencial, da dinâmica do sector petrolífero, sendo que os sectores não petrolíferos deveram o seu excelente comportamento a uma muito reduzida base de partida para o seu crescimento, tal o grau de destruição em que o conflito militar deixou o país. Os projectos industriais e agrícolas implementados neste período não foram suficientemente estruturantes de uma nova ordem económica interna.



Do ponto de vista da estabilização macroeconómica, os sucessos foram ainda maiores em matérias como o controlo da inflação e a gestão financeira do Estado, com sucessivos excedentes fiscais e a melhoria da balança de transacções correntes. Em 2005 e 2006 foram registados os maiores excedentes com o exterior, respectivamente, 30,2% e 35,6% do PIB.



1.3. Arrefecimento do crescimento com impacto da crise internacional, 2007-2009

Durante o período de 2007 a 2009 a política económica do governo enquadrou-se tanto no Programa Geral do Governo para o Biénio 2007-2008, como no Plano Nacional 2009⁶ e as condições para a obtenção dos objectivos aí definidos⁷, com realce para a consolidação da estabilidade macroeconómica, a reorganização das redes de distribuição (electricidade, água, transportes), o lançamento de indústrias de apoio à reconstrução nacional e a expansão das cadeias produtivas. Aparentemente, as condições existiam e exprimiam-se pelo excelente ambiente económico interno, marcado por elevadas taxas de crescimento em 2005 e 2006, aumento do investimento privado, melhoria significativa da situação das finanças públicas, disponibilidade de linhas de crédito, estruturação, modernização e desenvolvimento do sistema bancário nacional, criação do Banco de Desenvolvimento de Angola e preservação da paz e do processo de reconciliação nacional. O enquadramento externo era igualmente favorável, caracterizado pelas elevadas taxas de crescimento do comércio internacional, cifrando-se em 9,8% em 2006, 7,5% em 2007 e 6,2% em 2008⁸, e de variação do PIB mundial, apresentando uma média anual de 3,4% no triénio 2006-2008.⁹

Contudo, e uma vez mais, o principal estímulo ao crescimento económico de Angola no período em referência continuou a ser dado pelo preço do petróleo no mercado internacional. Entre 2006 e 2008, o preço médio do barril de petróleo registou um incremento de perto de 60%, equivalente a uma variação média anual de 16,7%.

Os primeiros sinais de antecipação da crise económica mundial começaram a ser visualizados pela redução do ritmo de crescimento do PIB mundial (apenas 2,5% em 2008) e pela quebra no índice de preços das *commodities* não petrolíferas. A drástica redução do preço do barril de petróleo no último trimestre de 2008 confirmou que a economia mundial entrara em crise dramática e que Angola iria sofrer os seus efeitos mais nefastos, agravados pela debilidade da estrutura económica nacional e pela reduzida capacidade de defesa e reacção a choques externos.

⁶ Actualmente, a política económica do Governo rege-se pelo Plano 2010-2011, em curso de execução.

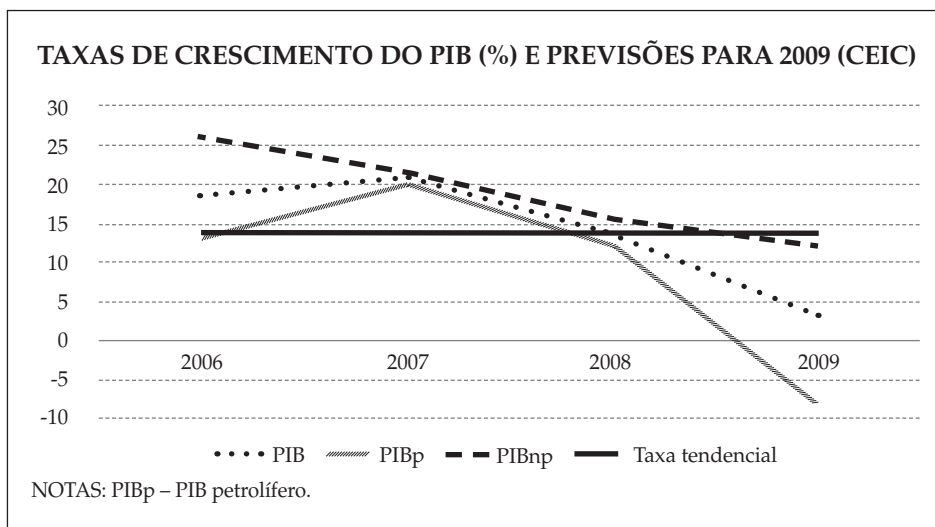
⁷ Programa Geral do Governo para o Biénio 2007-2008.

⁸ World Bank – *Global Economic Prospects*, 2009.

⁹ World Bank – *Global Economic Prospects*, 2009.

As medidas de atenuação dos efeitos desta crise mundial tomadas pelo governo foram no sentido inverso ao da maior parte das economias do sistema económico internacional, que apostaram no aumento das despesas públicas (de investimento, subsídios, transferências, redução de impostos para se estimular a recuperação da produção, etc.). O indicador mais claro dos efeitos da crise económica mundial foi o da redução do ritmo de crescimento do PIB em 2009, tendo passado de 13,6% em 2008, para 2,7% em 2009.¹⁰

Compreende-se assim, que depois de 2007 o ritmo de crescimento económico tenha diminuído, apesar de as taxas de variação do PIB ainda se terem apresentado significativas. A taxa tendencial deste período (2006-2009) foi de 13,5%, influenciada pelos 20,9% de 2007.



A agricultura e a indústria transformadora ressentiram-se dos efeitos da crise económica internacional, mas os serviços ainda conseguiram melhorar a sua performance face a 2007. De sublinhar que alguns segmentos da indústria transformadora angolana – materiais de construção, alimentação e bebidas e indústrias químicas – patentearam desempenhos interessantes entre 2007 e 2008, mas no fundamental continuaram a ser as actividades

¹⁰ Segundo outras fontes, o PIB angolano terá regredido -0,4% (FMI), -1,9% (*Economic Intelligence Unit*), ou crescido apenas 0,1% (*Business Monitor International*). Embora ainda não fechadas as contas nacionais, estimativas preliminares apontam para 4,5% o valor da taxa de crescimento do PIB em 2010.

alimentares e de bebidas a dominarem no sector industrial não extractivo nacional (perto de 80% do total).

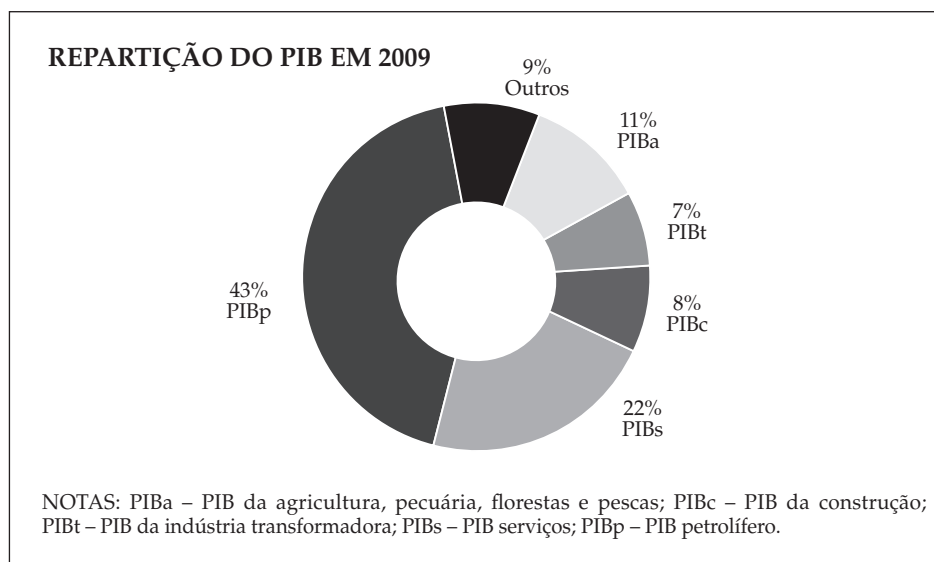
TAXAS DE CRESCIMENTO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA TRANSFORMADORA E SERVIÇOS MERCANTIS (%)

SECTORES	2004	2005	2006	2007	2008	2009
PIBa	14,1	17,0	9,8	27,4	1,9	27,0
PIBt	13,5	24,9	44,7	32,6	11,0	10,3
PIBs	10,4	8,5	38,1	21,8	26,9	4,3

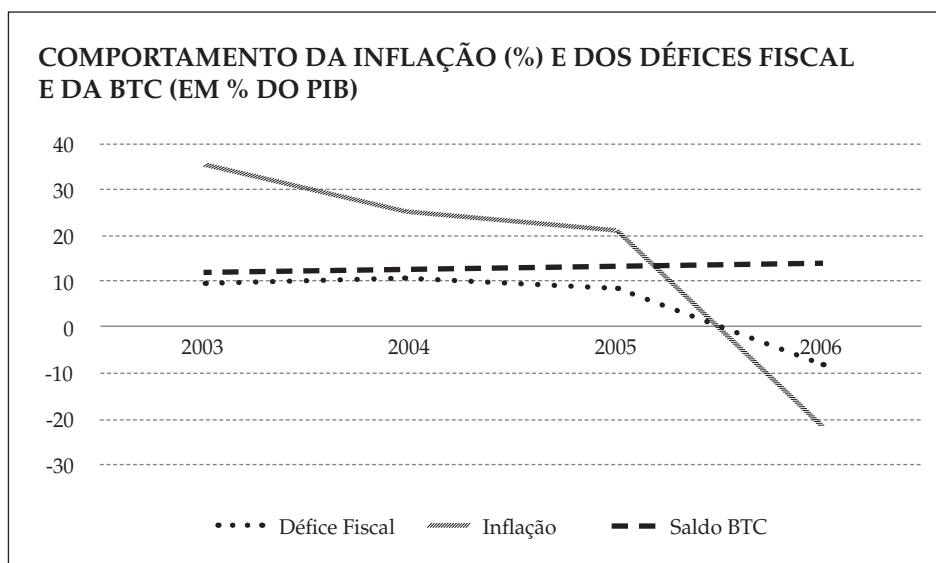
NOTAS: PIBa – PIB agricultura, pecuária, florestas e pescas; PIBt – PIB da indústria transformadora; PIBs – PIB serviços.

FONTE: Ministério do Planeamento, Relatórios de Balanço dos Programas do Governo. CEIC – Relatórios Económicos.

No entanto, as tão desejadas alterações estruturais da economia não ocorreram e algumas das variações registadas não passaram de meros episódios isolados e sem sequência no longo percurso do processo de diversificação da estrutura produtiva interna.



As condições de preservação da estabilização macroeconómica do passado degradaram-se na parte final de 2008 e em 2009, acabando por ferir significativamente o seu percurso de sucesso anterior. De resto, a resistência da inflação aos dois dígitos traduz a prevalência de diversas imponderabilidades sobre a actividade económica interna e a excessiva dependência das políticas macroeconómicas das receitas do petróleo.¹¹

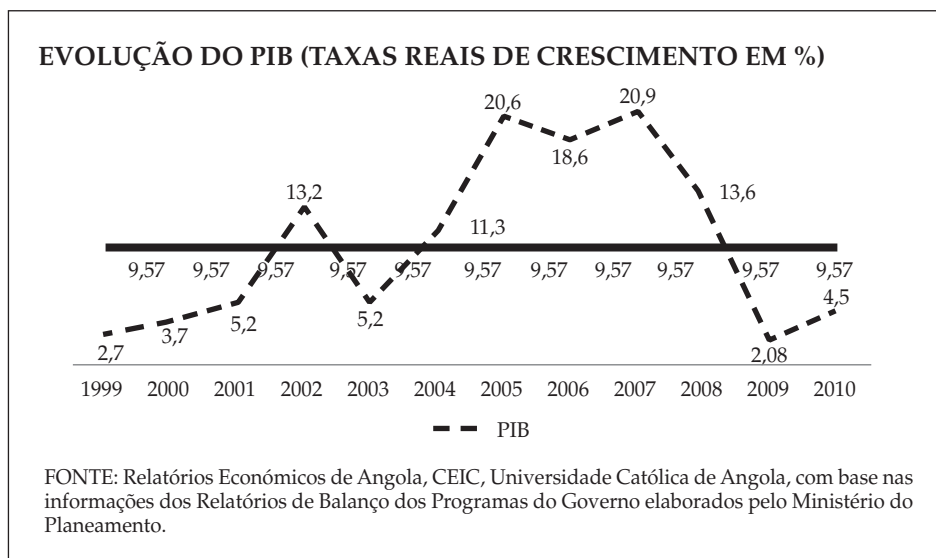


1.4. Súmula da análise do crescimento económico entre 1997 e 2009¹²

Como pudemos perceber, ao longo do período em análise o crescimento económico não foi contínuo, sendo visíveis diferentes períodos em que a variação real anual do PIB se colocou abaixo da sua linha tendencial de crescimento.

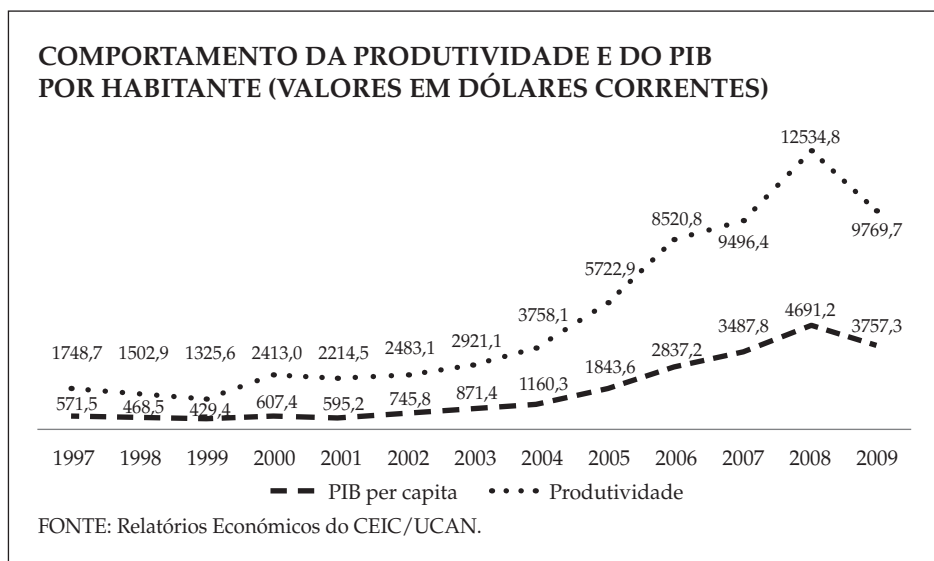
¹¹ A taxa de inflação em 2009 foi de 14% e em 2010 de 15,3%.

¹² Conforme se tem vindo a referir, o ano de 2010 ainda não se encontra fechado e as referências à taxa de variação do PIB (4,5%) correspondem a estimativas ainda preliminares.



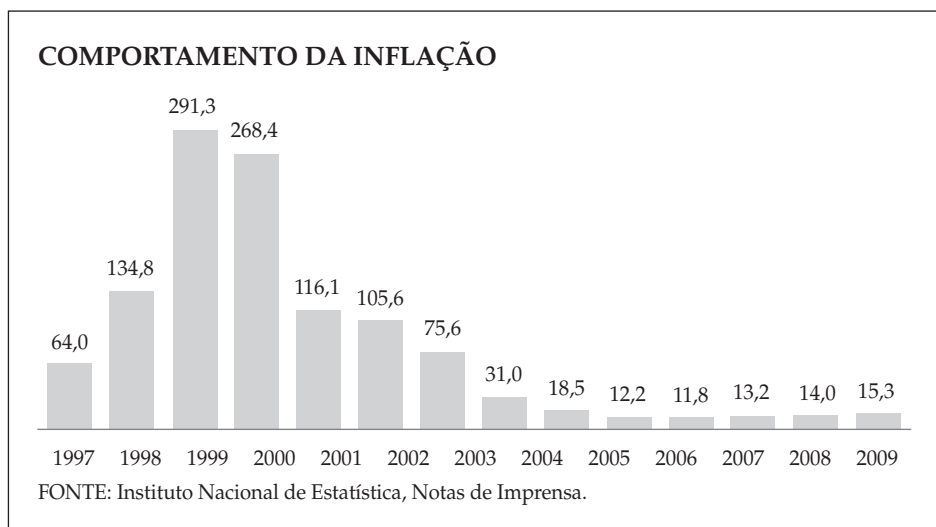
O ano de 2002 marca claramente uma linha divisória no processo de crescimento económico do país devido à finalização do conflito militar interno e à possibilidade de desviar da guerra uma parte importante dos recursos financeiros petrolíferos – ou obtidos pela facilidade de hipoteca das receitas futuras do petróleo – para aplicações na recuperação das infra-estruturas físicas e materiais, muito danificadas pela extensão e violência das operações militares.

Porém, entre 2000 e 2002, como que a antecipar-se o final do conflito militar interno e com base nas políticas levadas à prática no contexto dos Planos de 2001 e 2002, a economia angolana apresentou sinais de uma mudança significativa nos índices gerais de produtividade, ainda que puxados pela natureza capital-tecnologia intensiva das actividades de extracção mineral.

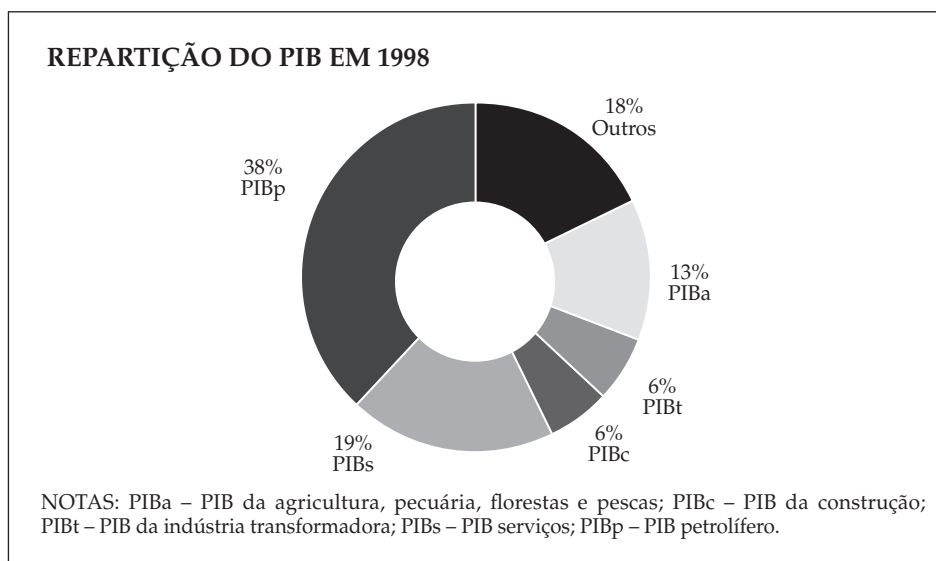


Graças também à resolução do conflito militar, foi possível ao governo concentrar as suas acções de política económica em matérias que passaram a fazer mais sentido e a ter outras condições de resolução dos problemas que as afligiram durante a guerra. O controlo da inflação começou a ser mais efectivo depois desta data e a estabilização macroeconómica passou a constituir um objectivo com possibilidades de ser atingido.

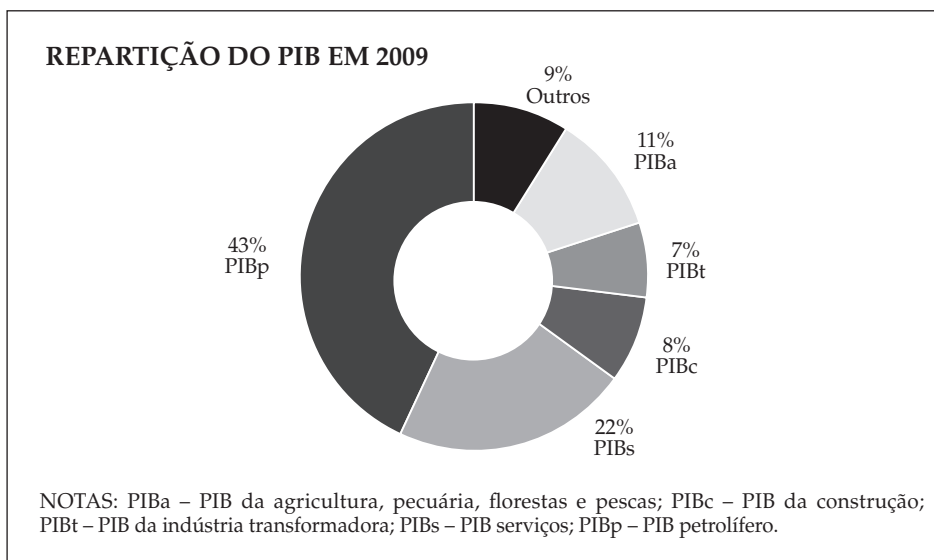
As excelentes condições do mercado internacional (taxas médias anuais de crescimento do PIB elevadas devido aos impulsos emprestados pelas performances chinesas e pelo preço tendencialmente em crescendo do barril do petróleo) ajudaram a manobra de estabilização macroeconómica do governo angolano a partir de 2002, ao mesmo tempo que a acumulação de receitas fiscais e de reservas em meios de pagamento sobre o exterior permitiu que se iniciasse o ambicioso programa de reconstruir o que tinha sido desfeito pela guerra e de construir o que ela não tinha permitido.



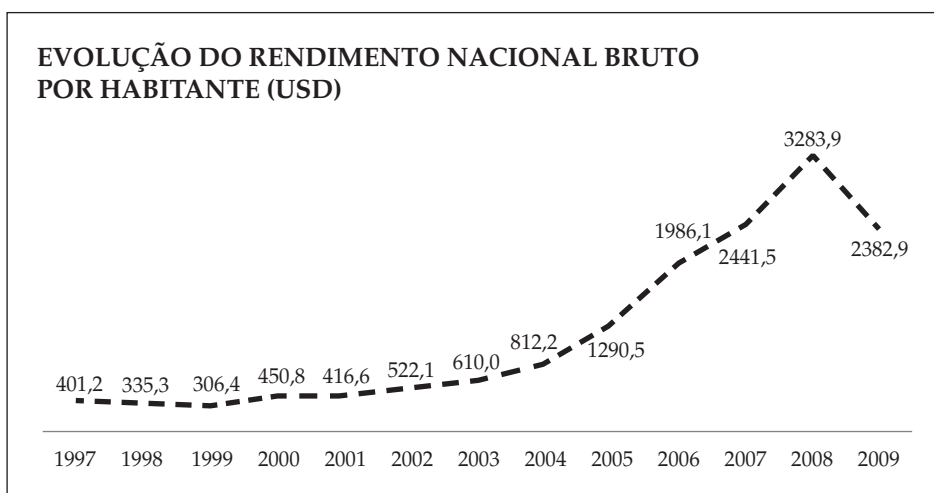
No entanto, não foram suficientes onze anos de crescimento e cerca de seis anos de relativa estabilização macroeconómica para que os fundamentos económicos do país se alterassem. Com efeito, e em termos médios para o período 1998-2009, a estrutura do Produto Interno Bruto permaneceu essencialmente a mesma, com as actividades de extracção de petróleo a responderem por cerca de 55% do valor de riqueza anualmente gerado, as receitas fiscais petrolíferas a contribuírem com 80% para as receitas totais do Orçamento Geral do Estado e a indústria transformadora sem alterar significativamente o seu peso relativo no PIB, situando-se em torno dos 4%.



O baixo valor percentual da representatividade da actividade do petróleo em 1998 deveu-se à crise económica mundial, com a procura e o preço do petróleo a evoluírem em baixa. O preço médio do *Brent* nesse ano foi de 12,7\$US o barril, a produção angolana de petróleo atingiu a cifra de 738 mil barris de petróleo por dia e as exportações diminuíram 32,6% face aos valores registados em 1997. Provavelmente poucos se lembrarão da crise de pagamentos – internos e externos – que se abateu sobre o país nesta altura e que pressionou o governo a alterar o Plano de Desenvolvimento 1998-2000, substituindo-o pela Estratégia de Saída da Crise.



No seu conjunto, as dinâmicas de crescimento registadas entre 1997 e 2009 traduziram-se num aumento sustentado no rendimento nacional bruto por habitante, colocando-se o seu valor nos 3284\$US em 2008, com uma quebra em 2009, para cerca de 2400\$US.



A grande questão – de resto, comum a qualquer economia – reside no modo como este rendimento tem vindo a ser repartido pelas funções capital e trabalho e pela população, sendo que neste caso o Estado desempenha um papel primordial na correcção da distribuição da renda feita pelos mecanismos de mercado, não só pela via da tributação, directa e indirecta, mas igualmente pelo montante e natureza das transferências que o governo entrega à sociedade. Esta questão será analisada no capítulo seguinte.

2. Crescimento sem desenvolvimento / assimetrias sócio-económicas profundas

São muitos os sinais das profundas assimetrias sócio-económicas em Angola. Não apenas as que no dia-a-dia ferem a sensibilidade dos cidadãos – automóveis de topo de gama, festas de fim-de-semana de custos elevadíssimos, lojas de acesso impossível à grande maioria da população, apartamentos de alto luxo vendidos a 3 milhões de dólares ainda na planta do imóvel, atitudes de arrogância para com os deserdados do rendimento (classificados como os mal sucedidos do actual processo de crescimento económico), etc. –, mas também na realidade dos factos estatísticos.

A intensidade do crescimento económico dos últimos cinco anos foi, por enquanto, incapaz de reverter os valores dos principais indicadores sobre a desigualdade na repartição do rendimento, provando-se que os processos de transformação do crescimento em desenvolvimento económico e progresso social são complexos, nunca imediatos e contendo uma forte vertente de vontade política.

Outros motivos levam-me igualmente a ser muito cuidadoso na apreciação do crescimento económico do país. São justamente os que concernem à repartição do Produto Interno Bruto, afinal a questão nevrálgica da passagem do crescimento ao desenvolvimento.

Mesmo que seja verdadeira a estimativa do governo de que a taxa global de pobreza se tenha reduzido para 56% em 2005¹³ – eventual consequência de um maior resguardo do poder de compra dos rendimentos da população pobre (consentido pela valorização do Kwanza e a diminuição da inflação), de um aumento da produção agrícola camponesa e de uma diminuição do desemprego

¹³ *Balanço do Programa Geral do Governo 2005-2006* (ano de 2005) - Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, Março de 2006. Entretanto, no *Relatório Económico de Angola*, o CEIC/UCAN estimou a taxa de pobreza, em 2008, em cerca de 55% (CEIC/UCAN – Relatório Económico 2008).

–, ainda assim Angola continua a ser um país de pobres. O separador económico médio entre ricos e pobres – o conhecido quintil de rendimento – continua a agravar-se, assistindo-se a uma crescente concentração da riqueza em pouco mais de 5% da população. As estimativas do índice de Gini colocam o seu valor em 0,62 em 2005 (0,54 em 1995), estimando-se que o salário médio mensal em 2009 rondava os 466\$US, tendo tido uma evolução abaixo do que seria de esperar em função das taxas de crescimento verificadas¹⁴. A taxa de desemprego manteve-se muito elevada, situando-se num intervalo entre os 27% e os 31%, já considerando os efeitos positivos da dinâmica do sector da construção.

A evolução menos que proporcional dos salários em relação à taxa de crescimento do PIB constitui desde logo um sinal negativo na luta contra a pobreza. O problema não está somente do lado do Estado e dos salários da função pública, está igualmente do lado do sector privado, cujos empresários tardam em implementar estratégias práticas de incremento da produtividade bruta do trabalho, que permita aumentar o coeficiente de partilha dos ganhos de produtividade entre trabalho e capital.

Os empresários, mormente os estrangeiros, regra geral mantêm-se essencialmente preocupados em ressarcir-se dos seus investimentos no mínimo de tempo possível e no repatriamento dos lucros, apenas considerando de forma cosmética as políticas de responsabilidade social. Caberá aqui ao Estado a imposição de um quadro legislativo mais apertado que permita controlar e condicionar esta postura voraz.

Outra forma complementar de analisar o comprometimento político com a redução da pobreza no país é através das verbas orçamentais afectas aos sectores mais directamente relacionados com este flagelo.

Não obstante a despesa pública social média ter passado de 420\$US por habitante em 2007, para 506\$US em 2008 (tendo-se mantido ao mesmo nível em 2009, devido à incidência orçamental da quebra das receitas fiscais petrolíferas), constitui uma despesa social insuficiente face à imensa procura social por bens colectivos de primeira necessidade e às incidências da crise económica mundial¹⁵, sendo que a sua variação nominal (20,5%) foi inferior ao aumento, a preços correntes de mercado, do PIB (cerca de 28,6%).

¹⁴ De acordo com estimativas do autor, o salário médio mensal em Angola apresentou a seguinte evolução: 321\$US em 2006, 382\$US em 2007 e 428\$US em 2008.

¹⁵ De acordo com o Relatório de Execução Orçamental de 2008 as prestações sociais aumentaram 50,5% em termos nominais. Porém, o seu peso no PIB manteve-se em 1,5%.

Em termos gerais, os gastos públicos com a melhoria das condições de vida da população diminuíram o seu peso no PIB, tendo passado de 12,3% em 2007, para 10,8% em 2008, representando uma redução geral das despesas de incidência social que poderiam contribuir para a criação de um ambiente propício à redução sustentável da pobreza. Em 2009 e como forma de mitigar alguns dos efeitos nefastos da crise económica, foram aumentados os gastos sociais, para 15,3% do PIB.

AFECTAÇÃO ORÇAMENTAL AOS SECTORES SOCIAIS

ANOS	Educação		Saúde		Segurança Social		Habitação Comunitária		Total	
	% PIB	% total	% PIB	% total	% PIB	% total	% PIB	% total	% PIB	% total
2004	2,8	7,3	1,8	4,8	1,0	2,7	0,9	2,3	6,5	17,1
2005	2,2	6,3	1,5	4,3	5,2	14,8	1,0	2,9	9,9	28,3
2006	2,4	6,0	2,0	4,9	5,0	12,3	2,2	5,3	11,6	28,6
2007	2,9	8,4	1,8	5,3	5,5	15,9	1,8	5,3	12,3	35,6
2008	2,7	7,0	1,8	4,7	3,6	9,3	1,1	2,9	10,8	28,0
2009	3,8	7,8	2,5	5,1	6,6	13,7	2,4	5,0	15,3	31,6

FONTE: Ministério das Finanças, Relatórios de Execução de 2006, 2007, 2008 e 2009.

As acções de impacto mais imediato sobre o alívio de determinadas condições difíceis da população pobre estão relacionadas com a saúde e a segurança social, para onde o governo afectou, em 2009, apenas 9,1% do PIB (correspondentes a 18,8% do total das despesas públicas).

As acções de efeitos mais dilatados no tempo – educação, habitação e serviços comunitários – mereceram apenas 8,8% do PIB em termos de afectação de verbas orçamentais.

O ambicioso programa habitacional governamental de um milhão de casas até final de 2012 é estrutural para a redução da pobreza, pela vertente da melhoria das condições de vida (o acesso a habitação condigna é um direito constitucional) e pelos efeitos de criação de emprego e geração de rendimento. Porém, num contexto de falta mais ou menos generalizada dos principais materiais de construção, de terrenos e infra-estruturas, um milhão de habitações em quatro anos constitui um objectivo de difícil exequibilidade, traduzindo-se numa média de 745 casas por dia. Outro problema adjacente

relaciona-se com os critérios de acesso às chamadas habitações sociais de custos controlados que despertam enorme procura e cobiça, envolvendo uma série de procedimentos e entraves burocráticos, muito propensos aos habituais esquemas de favoritismo, clientelismo e corrupção.

As transferências do Estado para as famílias, como reformas, pensões e abonos de família – que aumentam o rendimento disponível da população pobre – são ínfimas, uma vez que a constituição de um sistema geral de previdência social ainda está em fase embrionária. Os valores inscritos anualmente no Orçamento Geral do Estado dizem respeito aos servidores civis, militares e para-militares do Estado. A legislação vigente prevê a constituição de seguros de reforma para os particulares, relegando para o primado da livre escolha o esquema de descontos a vigorar. No entanto, para a população pobre é difícil subtrair qualquer valor que seja ao seu rendimento mensal, uma vez que estamos a falar de rendimentos que se situam valores abaixo dos 2\$US por dia.

Não retira substância às afirmações anteriores o facto de em 2008 ter aumentado em 30,6% o número de contribuintes para a Segurança Social e em 7,1% o quantitativo de pensionistas, uma vez que a cobertura do sistema é muito reduzida.¹⁶ Na verdade, em termos de população total, o número de contribuintes é de apenas 0,12%. Relativamente aos beneficiários de pensões, o seu quantitativo em 2008 não representava mais de 2,6% da população idosa do país. O valor médio das reformas pagas a cada um dos 74.160 pensionistas em 2008 foi de 290\$US mensais (quase 10\$US por dia).¹⁷

A vertente espacial/regional constitui outra forma de aferir a desigualdade na repartição do PIB em Angola e neste domínio as discrepâncias são igualmente chocantes. Luanda é a província mais rica de Angola, concentrando quase 71% de todo o rendimento gerado no país. A província capital contém 90% de toda a actividade financeira, 75,3% da actividade imobiliária, 81,3% da prestação de serviços privados de educação, 63,3% dos serviços privados de saúde, 68% da actividade de transportes, 55,1% do comércio a grosso e a retalho, 47,3% da actividade industrial e 70,4% da indústria extractiva.¹⁸

¹⁶ Para 2009, os documentos oficiais do governo não veicularam esta informação.

¹⁷ Em 2007 este valor médio mensal foi de 245\$US por cada pensionista e em 2006 de 214\$US. Por força da desvalorização do dólar no mercado cambial angolano, o valor real destas pensões diminuiu no decurso deste período. A análise do comportamento das pensões em moeda nacional aponta para a ocorrência de uma melhoria do respectivo poder de compra, de 2,6% em 2007 e 4,7% em 2008.

¹⁸ Esta percentagem deve-se à circunstância de as empresas deste ramo de actividade se registarem em Luanda – e não nas regiões onde a exploração mineira é feita – e aqui terem as suas sedes administrativas. A contabilidade dos resultados da sua actividade é portanto reportada à cidade capital.

Compreende-se assim a excessiva concentração populacional em Luanda, estimada entre 3,5 e 5 milhões de habitantes. Esta realidade ajuda a entender o facto de Luanda, para além de ser a região mais rica, ser igualmente a região de maior delinquência e insegurança, com um dos trânsitos urbanos mais caóticos da SADC, com a mais elevada taxa de desemprego do país (cerca de 30%) e com uma taxa de pobreza de quase 50%.¹⁹ Espelhando um modelo de crescimento sócio-económico assimétrico, é na cidade capital onde as desigualdades entre os ricos e os pobres são mais pungentes, agressivas e eticamente ofensivas.

As províncias do interior (Malanje, Kwanza-Norte, Uíge, Lundas Norte e Sul, Moxico e Kuando-Kubango) congregam apenas 11,6% de todas as unidades económicas instaladas no país, para uma população que representa 26,5% do total. Neste interior, as clivagens sociais são muito menos visíveis, fundamentalmente porque quem é rico vive em Luanda.

O Recenseamento de Empresas e Estabelecimentos (REMPE), actualizado pelo INE em 2006, permite detectar outros desequilíbrios na distribuição do Produto Interno Bruto²⁰, como seja o facto de cerca de 60% do PIB ser produzido por 0,3% das empresas existentes no país²¹, essencialmente situadas no sector mineiro, representando um Valor Adicionado Bruto unitário de 450,6 milhões de dólares em 2006. Segundo o mesmo estudo, 50,2% das empresas produzem apenas 15,2% do PIB, equivalente a um valor agregado unitário de 667.000\$US, pertencendo ao chamado sector não petrolífero, sendo que na indústria transformadora (um dos sectores mais importantes para a criação de outros fundamentos do crescimento económico), 11,1% das empresas em 2006 produziram 4,9% do PIB, qualquer coisa como 975.000\$US por cada unidade fabril.

A conclusão que se pode tirar é a de que, apesar dos indicadores de crescimento económico, o desenvolvimento permanece profundamente desequilibrado nas suas diversas facetas e o progresso social está por acontecer.

¹⁹ Alves da Rocha, Manuel José: *Desigualdades e Assimetrias Regionais em Angola – Os Factores de Competitividade Territorial*, CEIC/UCAN, 2010.

²⁰ Instituto Nacional de Estatística (2006), *Recenseamento de Empresas e Estabelecimentos*, Luanda: INE.

²¹ O universo foi calculado em 18.376 empresas.

3. Deficiências estruturais da economia angolana

A exploração (extração e exportação) das matérias-primas e dos produtos de base pelas empresas estrangeiras, com destaque para o petróleo, é bastante para originar os recursos financeiros e fiscais de que o Estado necessita para funcionar nos mesmos moldes em que tem funcionado até aqui, financiando os investimentos públicos e mantendo uma máquina administrativa avaliada em meados de 2009 em 311.000 funcionários, permitindo igualmente distribuir pela elite no poder um diferencial de renda que a enriquece e lhe confere condições económico-políticas de se aí se manter e reproduzir. Não há, portanto, pressão para que se diversifiquem as fontes fiscais e de divisas, limitando-se conseqüentemente as possibilidades de diversificação da estrutura económica e produtiva e de mudança efectiva no modelo em curso, de crescimento sem desenvolvimento.

Como vimos, a existência de abundantes recursos naturais de alto valor de exportação tem limitado o desenvolvimento da indústria nacional e a diversificação do tecido produtivo interno e das exportações. De igual modo, esta abundância tem igualmente constituído um limite ao desenvolvimento da agricultura. A nível agrícola, a legislação existente acentua e favorece em vez de reverter este efeito. Os agricultores são negligenciados, não havendo protecção dos seus rendimentos – por exemplo, através de compras prioritárias e a preços compensadores pelo Estado –, nem da produção, pela via dos subsídios, tal como acontece na Europa, nos Estados Unidos, no Japão, na China e na América Latina. As baixas taxas fiscais para a importação de produtos agrícolas permitem preços relativamente baixos nos mercados internos, com os quais a produção agrícola nacional não consegue competir numa fase de arranque, factor fortemente contributivo para a “desertificação” do meio rural e os sempre crescentes movimentos migratórios internos rumo às cidades. A confirmarem-se as novas potencialidades de exploração de petróleo *onshore*, estas tendências poderão conhecer um agravamento no futuro.

Em parte, o actual modelo de crescimento e suposto desenvolvimento reproduz, agravando, as debilidades, insuficiências e desarticulações do modelo colonial de exploração das matérias-primas e dos produtos de base. O nosso modelo é completamente extrovertido (exportando-se, em bruto, 98% da produção de recursos naturais) extremamente concentrado (55% da produção, 95% das exportações e 70% das receitas fiscais do Estado dependem da exportação de dois produtos de base) e não inclusivo (a taxa de desemprego é das mais elevadas de África, bem assim como a taxa de pobreza).

O padrão de especialização produtiva de Angola ainda é, essencialmente colonial, sujeito às influências neo-coloniais da Europa, Estados Unidos e mais recentemente, da China. A exploração dos recursos naturais é feita de acordo com as necessidades de *inputs* das economias daqueles espaços e países. Do montante de investimento estrangeiro contabilizado em 2008, 91,3% correspondeu a aplicações de capital nos sectores minerais, com evidente destaque para a extracção de petróleo.²² Nos restantes sectores, em especial o da construção e do imobiliário, os investimentos estrangeiros aumentam as importações de matérias-primas e produtos intermédios, concorrendo para o agravamento da Conta de Transacções Correntes do país. Todos estes factos concorrem como freios à muito necessária revolução industrial em Angola.

Uma outra deficiência estrutural da economia política angolana reside na falta de qualificação dos recursos humanos, tratando-se da área estruturalmente mais importante para o desenvolvimento de qualquer país.²³ Não há qualquer possibilidade de as economias registarem uma evolução económica forte e sustentável sem a existência de uma força de trabalho qualificada. Infelizmente, Angola apresenta um défice colossal nesta matéria. A quantidade de recursos humanos qualificados é reduzida, a sua qualidade geral é fraca, não sendo portanto estranho que o país apareça sistematicamente nos últimos lugares das estatísticas internacionais. A taxa de escolarização bruta combinada do ensino primário, secundário e superior – o indicador sintético das Nações Unidas que mede a qualificação geral média dos recursos humanos nacionais – era de apenas 25,6% em Angola em 2005, contra 64,1% dos países em desenvolvimento, 48% dos países menos desenvolvidos, 50,6% da África subsariana, 69,1% da China, 77% da África do Sul e 95% dos países desenvolvidos da OCDE.²⁴ O nosso vizinho mais próximo da SADC – a Namíbia – apresentava, para aquele mesmo ano, uma taxa combinada de 64,7%.

O domínio da valorização dos recursos humanos angolanos não se pode socorrer da desculpa do longo conflito militar. Israel, desde a sua fundação em 1946, tem estado em guerra permanente com os seus vizinhos e os seus recursos humanos são dos mais qualificados internacionalmente. Muito mais poderia ter sido feito no passado e muito mais deverá ser feito para além

²² Universidade Católica de Angola – Centro de Estudos e Investigação Científica (2008), *Relatório Económico de Angola*, Luanda: UCAN.

²³ A qualificação dos recursos humanos interage com a produtividade-competitividade das economias e com os processos de redistribuição do rendimento nacional, particularmente pela valorização dos rendimentos do trabalho.

²⁴ PNUD (2008), *Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008*.

do que tem sido consagrado nos Programas Gerais do Governo. Para além das medidas em curso de estender o ensino a todo o país, é fundamental uma maior exigência e rigor a alunos e professores – através da realização de provas de avaliação profunda e regular a uns e a outros –, o reforço da autoridade dos docentes, a monitorização contínua dos resultados obtidos nas várias escolas, uma maior autonomia e profissionalização da gestão dos estabelecimentos de ensino e uma maior aposta no ensino técnico.²⁵

Fortemente relacionada com a dependência em relação ao petróleo e o défice de recursos humanos qualificados, está uma terceira deficiência estrutural que aqui realçamos e que consiste na débil qualidade governativa e administrativa do aparelho do Estado. Para que se consiga dirigir o crescimento económico rumo ao desenvolvimento que se deseja, é indispensável que a capacidade técnica, a organização institucional e a competência governativa e administrativa acompanhem e estejam à altura de conduzir o forte ritmo anual de crescimento da economia. Um Estado fraco – de autoridade e competência governativa, administrativa e técnica – e deficiente na garantia de prestação de serviços, é um dos limites à gestão e sustentabilidade de elevadas taxas de crescimento económico no futuro. A estrutura de governação e administração pública, responsável pelo fornecimento de bens e serviços públicos à população, é fraca, incapaz de fornecer serviços públicos de qualidade minimamente aceitável, fortemente marcada pela corrupção e com um défice elevado de diálogo com a sociedade civil.

Em Angola, o aumento da capacidade governativa e administrativa passa por uma reforma profunda na orgânica e funcionamento da máquina governativa e administrativa do Estado, com despedimento da componente corrupta, incompetente e improdutiva do funcionalismo público. Esta reforma é indispensável para que uma boa parte do crescimento se possa transformar em desenvolvimento económico, melhoria das condições de vida da população e aumento da competitividade estrutural da economia. Não se trata de aumentar o autoritarismo dentro da administração pública para a tornar mais eficiente, mas simplesmente purgá-la dos muitos vícios e ineficiências acumuladas ao longo de vários anos de um Estado demasiado abrangente e complacente a todos os níveis.

²⁵ A enorme quantidade de expatriados, nomeadamente brasileiros, em todos os Ministérios da Administração Pública angolana, pode ser um sintoma desta reduzida capacidade técnica e científica em se lidar com os problemas económicos, sociais e tecnológicos da nossa realidade. Esta assistência técnica é muito cara, produzindo um efeito de doença holandesa sobre os salários nacionais e pressionando a inflação pelo excesso de procura – no imobiliário de arrendamento e de compra este efeito é por demais evidente – e deixa sem grandes oportunidades os jovens licenciados das diferentes Universidades angolanas.

Em condições de governação deficiente e fraca capacidade de orientação da economia, a abundância de recursos naturais, com destaque para a exploração de recursos minerais de alto valor de exportação, contribui para um processo cumulativo negativo, prejudicial ao desenvolvimento nas suas diversas vertentes.

O capitalismo oportunista e selvagem que vivemos agrava as desigualdades de oportunidades e de distribuição do rendimento, contribui para uma ainda maior e reforçada concentração da riqueza e, em muitos casos, concede a primazia aos menos aptos. Basta que estes estejam próximos do poder político para terem direito a sentarem-se à mesa e beneficiarem da partilha do bolo.

Para que o capitalismo seja mais social é necessário que se reja por regras e seja regulamentado, controlado e gerido pelo Estado. Mas para isso é fundamental que os órgãos da sua administração tenham a competência necessária e disponham de um acervo de informação adequado à compreensão dos fenómenos em causa.

A falta de diversificação económica a par da fraca qualidade governativa-administrativa-técnica do Estado, especialmente visível fora da cidade capital, reforça a dinâmica de concentração demográfica nas cidades, com particular incidência em Luanda. O défice populacional nas províncias desincentiva a deslocalização do investimento privado das regiões de mais elevada densidade demográfica. Este desequilíbrio demográfico representa assim um obstáculo ao crescimento económico sustentado, não se conhecendo políticas demográficas activas através das quais a população possa ser um factor de sustentabilidade do crescimento económico.

A falta de qualidade governativa-administrativa-técnica do Estado vai igualmente reflectir-se no domínio da política de obras públicas. A reabilitação das infra-estruturas que foram destruídas durante o conflito militar e a construção de novas infra-estruturas constitui obviamente uma opção correcta de curto/médio prazo, mas a falta de qualidade e capacidade de manutenção de muitas destas infra-estruturas tem gerado fortes e fundamentadas críticas profundamente veiculadas a nível interno e internacional. Nota-se igualmente uma ausência de visão estratégica ao nível do planeamento. Estrategicamente, dever-se-iam ter projectado desde logo auto-estradas e linhas de caminhos-de-ferro com bitola internacional, de duas vias e electrificadas; do mesmo modo, a construção de mini-hídricas por todo o país é

uma opção estratégica essencial²⁶ que teria de estar em consonância com um programa ambicioso de electrificação rural e de electrificação das linhas de caminhos-de-ferro, condições absolutamente necessárias para o crescimento da agricultura, a melhoria das condições de vida das populações do campo e a reversão do êxodo rural.

Somadas, as deficiências estruturais da economia angolana reforçam-se mutuamente, constituindo poderosos obstáculos ao desenvolvimento equilibrado e sustentável.

Conclusão

A extracção e exportação de recursos naturais não renováveis, como o petróleo e os diamantes, empobrecem a Nação, se em contrapartida não se constituir o capital intangível (o capital humano, a qualidade das instituições públicas e privadas e os acervos científicos e tecnológicos), o capital produzido (as fábricas, as infra-estruturas físicas diversas, ou seja, o chamado *stock* de capital fixo dos países) e se não se garantir a reposição, em níveis sustentáveis, do capital natural (sobretudo, o renovável). O crescimento económico em curso depois de 2002 não tem sido organizado nem gerido tendo em conta o aumento daquelas três formas de capital, as que efectivamente enriquecem as nações e os seus povos.

O petróleo tem sido o banco externo da economia angolana e o tesouro do Estado. A crise económica durante o longo conflito militar foi suportada porque as divisas obtidas com a exportação do crude permitiram satisfazer grande parte do consumo interno pelas importações. Os grandes investimentos em novas infra-estruturas e nos sectores da economia não petrolífera foram sempre adiados. O advento da paz em 2002 permitiu uma alteração das condições de gestão da economia angolana, embora tal oportunidade não tenha sido significativamente aproveitada até ao momento, permanecendo a extrema dependência em relação ao petróleo e estando por concretizar o progresso social e o desenvolvimento de forma genérica. Os actuais fundamentos do crescimento económico são muito frágeis, porque dependem em exagero da economia petrolífera e da economia de enclave em geral.

²⁶ O governo tem em estudo avançado um programa de disseminação de mini-hídricas por todo o país, visando o aproveitamento das enormes potencialidades hidroeléctricas de Angola, mas há que colocá-lo em prática de forma articulada com os restantes projectos de desenvolvimento rural.

Os grandes clientes do petróleo angolano são a China, os Estados Unidos e o Brasil, cujas expectativas de crescimento futuro são elevadas, conhecendo taxas de crescimento em torno dos 9% para o país asiático e de 4% para a maior economia da América do Sul. No contexto da actual matriz energética mundial as necessidades de energia destas economias vão ser cada vez mais elevadas, recorrendo às reservas de outros países e mantendo as suas em níveis considerados estratégicos. Para Angola, o grande equívoco do petróleo estará provavelmente na circunstância de que o nosso país fornece quantidades crescentes do produto a países cujas reservas são maiores do que as nossas e cujo desenvolvimento está muito para além do nosso, levantando-se conseqüentemente a questão de saber o que fazer depois do colapso do petróleo.

As reservas comprovadas do petróleo angolano não chegam para mais uma geração, ficando assim o anátema de termos sido nós, geração presente, os grandes responsáveis pelo esgotamento de um recurso que deveria ter sido utilizado de uma forma mais patriótica, social e abrangente. Os acordos de financiamento externo – linhas de crédito da China, de Portugal e do Brasil - têm como garantia real a contrapartida do petróleo, querendo isto significar que o petróleo angolano tem servido e vai continuar a servir de motor de crescimento de economias bem mais desenvolvidas do que a nossa. Quando se esgotar esta fonte recurso, Angola deverá continuar a ser uma economia subdesenvolvida.

O tempo que resta até ao colapso do petróleo será muito provavelmente insuficiente para criar uma base produtiva forte, diversificada, competitiva, regionalmente equilibrada e socialmente inclusiva.

Referências bibliográficas

Governo de Angola, *Plano de Estabilização e Desenvolvimento 1998-2000*, Luanda, 1998.

Governo de Angola, *Programa Geral do Governo para o Biénio 2007/2008*, Luanda, 2007

Governo de Angola, *Estratégia Global de Saída da Crise, 1999*, Luanda, 1998.

Governo de Angola, *Plano Nacional 2009, Luanda, 2008*. (versão revista)

Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, *Balanço do Programa Geral do Governo 2005-2006 (ano de 2005)*, (Luanda: Março de 2006).

International Monetary Fund, *World Economic Outlook* (Washington: September, 2003).

British Petroleum, *BP Statistical Review of World Energy* (London: June 2008).

British Petroleum, *BP Statistical Review of World Energy* (London: June 2009).

International Energy Agency, *World Energy Outlook* (2008).

International Monetary Fund, *World Economic Outlook* (Washington: September 2005).

International Monetary Fund, *World Economic Outlook Update*, (Washington: January 2009).

World Bank, *Global Economic Prospects* (Washington: 2003).

World Bank, *Global Economic Prospects* (Washington: 2009).

Universidade Católica de Angola/Centro de Estudos e Investigação Científica, *Relatório Económico Anual, 2008*, (Luanda: CEIC-UCAN, 2008)

Ministério das Finanças, *Balanço da Execução Orçamental, 2008*, Luanda: 2009.

Instituto Nacional de Estatística, *Recenseamento de Empresas e Estabelecimentos, 2006* (Luanda, 2007).

PNUD, *Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008* (PNUD: Nova Iorque, 2007)

Alves da Rocha, *As Perspectivas de Crescimento da Economia Angolana e a Incidência de Factores Perversos* (Luanda: LUCERE, Revista Académica da Universidade Católica de Angola, Ano, 4, n.º 5, Maio de 2008).

Alves da Rocha, *Desigualdades e Assimetrias Regionais em Angola: Os Factores de Competitividade Territorial*, (CEIC/UCAN, 2010).

Periódicos

Semanário Expresso, Suplemento de Economia, 5 de Julho de 2008.

V

**SEM FALTA DE AMBIÇÃO:
A POLÍTICA ECONÓMICA DE ANGOLA**

David Sogge



SEM FALTA DE AMBIÇÃO: A POLÍTICA ECONÓMICA DE ANGOLA¹

David Sogge
*Transnational Institute,
Amsterdam*

A liderança de Angola tem sido sistematicamente acusada de possuir muitas falhas, mas a falta de ambição dificilmente é uma delas. Angola sempre apostou alto na definição de objectivos para a economia do país. Durante a I República (1975-1992), os planos económicos plurianuais do MPLA estabeleceram centenas de metas para a produção. O grande objectivo inicial era atingir, senão ultrapassar, os volumes de produção alcançados em 1973. Tais ambições continuam a existir actualmente, como por exemplo, quando, em 2010, o governo decidiu arrecadar biliões através da maior emissão de obrigações promovida por um Estado africano subsaariano.

Tal tipo de grandes ambições reflecte a medida em que o capitalismo financeiro eclipsou as versões produtivistas mais antigas. Nestes casos, Angola não conseguiu atingir os seus objectivos dentro dos prazos previstos; a emissão de obrigações foi temporariamente arquivada; no entanto, em 1986, o PIB em Angola, essencialmente apoiado nos hidrocarbonetos, ultrapassou o de 1973. Hoje, o PIB de Angola é, em termos reais, quase quatro vezes mais elevado do que o registado no último ano da administração colonial.²

¹ Uma versão anterior deste artigo apareceu sob o título 'Angola: reinventing pasts and futures' *Review of African Political Economy* 38, Março 2011

² UN Statistical Division, *National Accounts Main Aggregates Database*, <http://unstats.un.org>

No que respeita à esfera política, não houve igualmente falta de ambição. Quer fosse para alcançar um Estado de Democracia Popular, segundo o modelo de Estado Socialista da I República, quer fosse para o actual petro-presidencialismo, segundo o modelo de Estado capitalista da II República, as visões da política têm sido abrangentes. De igual modo, alguma agitação e às vezes até receio têm sido manifestos em algumas atitudes ambivalentes em relação ao passado. Daí que alguns termos políticos antigos, relíquias de antigos ideais emancipatórios e democráticos, tenham sido expurgados do discurso oficial. Em Dezembro de 2009, por exemplo, o MPLA abandonou formalmente a sua designação original de 1956, Movimento Popular de Libertação de Angola. Mantiveram-se unicamente as antigas iniciais – MPLA – como designação oficial integral do partido. Evidentemente, a liderança do partido considerou que as palavras “movimento” e “libertação” já estavam ultrapassadas. Além disso, tinha já retirado, há muito tempo, a palavra “Popular” da designação original da nova nação, a República Popular de Angola.

Claro está que estes controversos termos há muito esmoreceram ou foram repintados nas paredes onde apareceram durante os breves momentos revolucionários da I República. Mas a eliminação destes símbolos dos antigos ideais acontece num momento estranho. Nunca, nos seus 53 anos de história, as reivindicações do MPLA para um mandato popular foram tão fortes. Nas eleições legislativas, em Setembro de 2008, com elevada afluência às urnas, o MPLA ganhou quatro em cada cinco votos. Seis anos antes, o seu triunfo sobre uma UNITA liderada por um senhor da guerra e o acordo de paz não punitivo que se seguiu juntou-se ao alívio dominante entre a maioria, mesmo entre os vencidos. Desde a guerra civil, as expectativas públicas aumentaram e muitos, pelo menos na camada urbana assalariada, estão optimistas em relação ao futuro. A maioria das pessoas urbanizadas e falantes da língua portuguesa³, já não se vê essencialmente como membro de grupos étnicos, mas como cidadãos de uma nação angolana (Farinha et al. 2004, IRI 2004). O MPLA, mais do que qualquer outra força política, contribuiu para esses resultados.

Em vésperas da alvorada da autodeterminação, tal cenário não parecia viável. Em princípios da década de 1970, o MPLA estava encostado às cordas, a gemer com as contra-ofensivas dos portugueses e das suas feridas auto-infligidas. Tal como os seus adversários dos partidos nacionalistas, o MPLA

³ ‘Geografia da língua portuguesa’, *Wikipédia*, <http://pt.wikipedia.org>

nunca desenvolveu meios para se envolver de maneira mais abrangente com os cidadãos angolanos, na sua generalidade. Analisando a história dos partidos, um analista político coloca a questão do seguinte modo:

Embora ambos programas [do MPLA e da FNLA] proclamem as liberdades democráticas como objectivo da luta, nenhum deles se conduziu de forma a garantir o pluralismo. ... Mesmo dentro de cada organização, as condições de tolerância e abertura ao debate político são inexistentes. (Gonçalves 2004, p. 17)

A política atrofiada da época da luta anti-colonial ofuscou assim a política autocrática do período pós-colonial. Os líderes nacionalistas não tinham muitas tradições ou normas a que pudessem recorrer para construir um vínculo não patrimonial entre os cidadãos e o Estado.

No entanto, a partir da experiência de quase-morte provocada pelo fratricídio interno e o isolamento internacional (tanto Washington como Moscovo abandonaram-no em 1973), o MPLA fez um surpreendente regresso como um novo e impulsionador poder africano. Com o apoio militar dos comunistas cubanos e com bastantes petrodólares procedentes dos capitalistas ocidentais, o MPLA ganhou tempo, espaço e experiência para recuperar e adquirir vantagem. A retórica revolucionária pode ter-se destacado nos *graffiti* urbanos e ocupado as ondas de rádio, em 1975-76, mas nas suites onde os líderes do partido celebravam os acordos com as companhias petrolíferas, havia a ânsia para a manutenção do *status quo* (Soares de Oliveira 2007, pp. 189 – 194). Nenhuma das partes queria colocar em risco, e muito menos abandonar, os acordos mutuamente lucrativos apenas por serem originários do período colonial. Assim, iniciando com o seu pós-meados do século Avatar enquanto exportador mineral, tem desde então demonstrado uma considerável continuidade, não obstante os tumultos provocados pela independência e a guerra.

No entanto, os arranjos políticos de Angola, tanto a nível interno como externo, têm demonstrado uma continuidade inferior. Os novos dirigentes agiram com astúcia para alterar o *status quo* através da construção de três instituições-chave: um exército e um aparelho de segurança disciplinados; uma empresa pública administrada de forma profissional enquanto *holding* estatal, a Sonangol; e um bem oleado sistema patrimonial. A hábil gestão destas três instituições resultou em avanços nas frentes do poder coercivo, das receitas do Estado e da política nacional. Em síntese, o MPLA construiu o que Washington, durante o período da Guerra-fria, procurou evitar: um Estado negro africano forte e com “atitude”.

Angola pagou com sangue pela sua audácia. Ao contrário do Afeganistão, onde o apoio dos americanos aos fundamentalistas islâmicos como forma de fazer “regredir” o comunismo trouxe consequências desagradáveis e contraproducentes para os próprios Estados Unidos, o apoio americano aos anticomunistas africanos trouxe morte e miséria exclusivamente para os angolanos. De 1975 a 2002, cerca de um milhão e meio de angolanos pereceram, um número impressionante para um país de apenas 6 milhões de pessoas, em 1975. Destes, cerca de 160 000 morreram como resultado da violência armada – as maiores baixas resultantes dos combates, em números absolutos, de qualquer conflito africano do século XX (Ormhaug 2009, p. 8).

A guerra transfigurou profundamente Angola. Fê-lo pela pura destruição, mas também através de processos obscuros de expropriação, acumulação privada e da consolidação do poder político em Luanda. Quando o sofisticado sistema agro-industrial do país entrou em colapso, levou consigo uma classe substancial de pequenos produtores e semi-proletários rurais – categorias sociais que nunca foram alvo de confiança por parte do MPLA, cujos militantes eram essencialmente urbanos e mais escolarizados. A violência que conduziu quase metade da população para os musseques urbanos reduziu radicalmente os apoios rurais de onde os inimigos do MPLA retiravam o seu apoio. Ao desviarem dezenas de milhares de jovens para as suas máquinas de guerra, os beligerantes deram início a anos de aprendizagem nessas escolas de violência. Muitos desses veteranos estão, actualmente, nas folhas de pagamento do exército, da polícia e das empresas de segurança privada.

Actualmente, tal como nos anos da guerra, a maioria das pessoas que foram sujeitas à “urbanização forçada”, e os seus filhos e filhas, subsistem no submundo do trabalho e comércio informais, o novo centro de gravidade da economia *onshore*. Mas tal como noutros sítios submetidos ao capitalismo global, este mercado livre é só para os falhados. Os vencedores económicos, sendo politicamente bem relacionados, conseguem grandes ganhos, tal como o controlo sobre os lucrativos monopólios de importação. Os fluxos de importação que eles controlam abastecem a maioria dos mercados onde o povo, as pessoas comuns, trabalham, assumem os riscos e pagam à Polícia Económica para os deixar em paz. O MPLA pode ter cessado a “supressão revolucionária” do sector privado, mas os vestígios dessa política persistem como meios de controlo social. Por vezes alega-se que os “comerciantes informais” sofrem porque estão excluídos dos mercados; de acordo com este raciocínio, prosperariam se ao menos pudessem ser integrados nos mercados. Mas esta explicação não é consistente com a realidade angolana.

A maioria das pessoas que trabalha no “sector informal” está inextrinca-velmente ligada aos circuitos económicos e actores da economia formal. A pobreza e a falta de liberdade das pessoas surgem não devido à sua exclusão dos processos de mercado, mas à sua incorporação adversa nesses processos. Muito estratificado, ainda que bastante integrado em eros da sua própria estrutura, arbitrário e predatório no seu funcionamento, assim é o actual “capitalismo selvagem”.

No contexto global, a economia de Angola pode parecer próspera e soberana, mas ainda persistem muitas vulnerabilidades. Ao contrário do que acontece no resto de África, o governo de Luanda nunca permitiu que o Fundo Monetário Internacional monitorizasse de forma directa as suas políticas económicas. No entanto, em 1990, aquelas elites tinham adoptado os princípios-chave do Consenso de Washington: a liberalização dos fluxos externos, a austeridade na administração pública e a privatização dos bens públicos. Ao fazê-lo, esmagaram qualquer réstia de esperança num contrato social – de “satisfação das necessidades do povo”, segundo o discurso do MPLA em 1975. Nesse período inicial, as promessas socioeconómicas do partido pareciam vagamente social-democratas, fazendo menção a compromissos para a alfabetização e escolarização básica, que se expandiram rapidamente até a década de 1980 e depois decaíram. Os cuidados de saúde primários e preventivos, desenvolvidos por doadores benevolentes, como a Suécia e a Itália, nunca ganharam ímpeto e, pelo contrário, o governo colocou a prioridade na centralização dos cuidados de saúde nos hospitais da cidade, e por fim nas clínicas privadas. Na maior parte das vezes, a realização das promessas do Comité Central para os serviços públicos ocupou o segundo lugar, dando-se prioridade às preferências da elite, aos imperativos político-militares e às aspirações de um sistema de comando e controlo de tipo soviético. Mas, em 10 anos, este projecto de Estado Socialista, construído ao acaso, foi mergulhado na desorganização burocrática, em receitas voláteis, no interesse pessoal das elites, num mercado paralelo próspero e, acima de tudo, na guerra. Em 1990, a maior parte dos fracos esforços para a redistribuição da riqueza pelos cidadãos comuns tinha chegado ao fim e as lutas pelo poder e a riqueza entre as elites intensificaram-se (Vidal, 2009).

As novas políticas “amigas do mercado” abriram caminho para a prosperidade da classe política e dos seus aliados empresariais no estrangeiro. A fuga de capitais acelerou-se em Angola. Um estudo recente indica que, em 1990, os fluxos ilícitos para fora do país situaram-se em torno dos 542 milhões de dólares em média por ano, correspondendo a cerca de 6% do PIB; no período de 2000-2008 atingiram uma média de 2,7 biliões por ano, cerca

de 14% do PIB (GFI 2010). Os “dividendos da paz” em Angola significaram, literalmente, grandes dividendos para interesses no exterior.

Activistas judiciais como a juíza francesa Eva Joly e organizações de activismo político como a Global Witness revelaram muito sobre estes sistemas sombrios. Mas para onde foi desviada a riqueza retirada de Angola e quem a detém, são em grande medida meras suposições. Todos os fluxos para fora do país são obscuros e complexos, percorrendo várias jurisdições com direito a sigilo, desde Londres e Liechtenstein ao Delaware, para terminar principalmente em Wall Street. Este é o destino mais provável identificado por um grupo de economistas da Reserva Federal dos Estados Unidos, após examinarem uma série de dados do mundo opaco dos petrodólares (Higgins et al. 2006). As políticas “amigas do mercado” tinham exactamente este significado: ser favorável aos Mercados.

Além disso, o dinheiro ganho legalmente também tem tratamento especial em Angola. As empresas estrangeiras beneficiam de impostos baixos e uma repatriação simplificada dos lucros – um facto registado com atenção nas avaliações do governo dos Estados Unidos em relação ao clima de investimento em Angola e nas análises sobre a “liberdade económica” feitas por influentes grupos de reflexão de Washington D.C (*US Department of State* 2010, *Cato Institute* 2010, *Heritage Foundation* 2010). As empresas nacionais, por outro lado, são sujeitas a regras diferentes. Não podem acumular arbitrariamente, aliás qualquer angolano que procure ter ganhos consideráveis tem de, primeiro, fazer um acordo com um político adequado para o efeito. Para o MPLA, qualquer esforço para acumular dinheiro para além da sua supervisão é uma questão de tolerância zero, uma vez que tal pode conduzir a uma base autónoma do poder. Assim, não existem angolanos que estejam a ganhar dinheiro, em montantes substanciais, fora da supervisão, permissão e participação da classe política.

A condução do Estado por parte do MPLA inclui o controlo dos meios de comunicação social e a circulação de ideias. Mas os seus principais mecanismos funcionam através da distribuição de dinheiro, estatuto e posições oficiais. O MPLA tem usado esses mecanismos, apoiados pela coerção bruta, para fazer pactos informais entre as elites, para cooptar e neutralizar os adversários e para manter do seu lado os menos disciplinados. Não obstante os rumores sobre a desconfiança mútua – histórias de VIPs que em jantares festivos se recusaram a beber de garrafas que não tivessem sido abertas diante dos seus olhos ou a comer algo que não tivesse sido provado primeiro pelos seus adjuntos – a classe política continua a manter-se bastante unida. Os pactos e o patrimonialismo têm vindo a estabilizar no caso angolano.

Na verdade, o sistema patrimonialista centralizado do partido provou até agora ser fiável para a gestão política onde as forças centrífugas são fortes e onde está em jogo o saque de muita riqueza. Este sistema permitiu o recrutamento de etnias anteriormente “marginalizadas” para o topo da hierarquia militar. Parte deste sistema funciona através da partilha das receitas, especialmente em áreas particularmente sensíveis como o petróleo e os diamantes, e através da atribuição de posições oficiais a partir das quais se podem obter rendas. Os efeitos domesticadores do patrimonialismo são agora evidentes; com a excepção das renegadas milícias em Cabinda, Angola está em paz. O argumento de que os recursos alimentam o caos político não se aplica em Angola, a mera pilhagem e opressão como forma negligente de condução do Estado nunca foi a abordagem do MPLA.

No entanto, a aceitação popular do domínio das elites e das suas preferências em termos de desenvolvimento está longe de estar garantida. Aliás, a maioria de angolanos mostra um claro desprezo pelos políticos e para com as grandes empresas, das quais estes últimos dependem. Os angolanos expressam uma muito maior confiança nas suas Igrejas (*BBC World Service Trust* 2008). As sondagens de opinião indicam uma fraca satisfação com o nível de vida, não obstante esses níveis de satisfação serem mais elevados do que em países comparáveis (UNDP 2010)⁴. Tais sentimentos públicos parecem apoiar os esforços de activistas no campo emancipatório da sociedade civil, em Angola e no estrangeiro, de modo a continuarem a provar as ligações e cumplicidades existentes, constringendo os governantes e estimulando o debate público. O activismo continua, efectivamente na blogosfera e, ocasionalmente, no terreno (como na resistência à expulsão forçada dos moradores dos musseques nas zonas peri-urbanas).

Por sua vez, o governo parece cada vez mais adepto de abordagens que combinam métodos coercivos, módicos serviços públicos e restrição da arena civil, para manter sob controlo a insatisfação popular. Tem trabalhado com astúcia para controlar as ideias independentes e a vida associativa. Nos primeiros anos pós-independência o MPLA tentou colonizar os espaços civis com organizações de estilo soviético, para as mulheres, os operários, os camponeses e jovens. Mas, com excepção das organizações das mulheres, estas nunca conseguiram alcançar uma base alargada ou atingir qualquer legitimidade real.

⁴ Os dados constam nos quadros dos relatórios do PNUD “Perceptions of individual well-being and happiness”; e “Civic and community well-being”, ambos apoiados na base de dados do *Gallup World Poll*. A expressão “Países Comparáveis” aqui utilizada refere-se à categoria do “Desenvolvimento humano baixo” do Relatório do Desenvolvimento Humano.

Com os grupos de activistas, o MPLA aplica tanto sanções como incentivos. As medidas repressivas incluem as de contenção (por exemplo, limita a comunicação social independente essencialmente a Luanda), intimidação (não são desconhecidas acções de terror através de bandidos contratados), infiltrações da polícia secreta e acções de força, como por exemplo contra os moradores de baixo rendimento dos terrenos urbanos valorizados de Luanda e do Lubango. Os incentivos positivos incluem favores de organizações não-governamentais pertencentes ao partido, nomeadamente a Fundação Eduardo dos Santos (Messiant 1999). O patrimonialismo, benesses e privilégios oferecidos através dos Comitês de Especialidade do partido mantiveram muitos profissionais urbanos afastados do activismo político. Apesar desta repressão e cooptação, iniciativas progressistas e publicações periódicas vibrantes mantêm-se vivas em Luanda, não obstante o facto de ainda terem que constituir uma massa crítica na vida política.

Os cidadãos poderiam montar contrapressões mais fortes se existissem sistemas judiciais eficientes e outros canais para reclamação pública e regulação transparente. Por vezes, alguns casos conseguem efectivamente, audiências nos tribunais com avanços pontuais na justiça. Esses episódios podem ajudar a explicar por que razão uma pequena maioria de angolanos, entrevistados em 2008, afirmou confiar no sistema legal do país (*BBC World Service Trust* 2008). Em Março de 2010, um tribunal provincial condenou sete agentes da polícia pelo assassinato de oito jovens num bairro de Luanda, não obstante o tribunal se ter esforçado para excluir as altas patentes de qualquer culpabilidade. Na verdade, parece que a maioria das pessoas em níveis superiores desfruta de imunidade efectiva perante a justiça. No mesmo mês, o governo promulgou a Lei da Probidade Pública que iria penalizar a corrupção e obrigar os altos funcionários públicos a declarar a sua fortuna pessoal no país e no exterior. Qualquer pessoa pode denunciar abusos praticados por figuras públicas, mas as penas para não provadas acusações são severas.

Será que esta e outras Leis impressionantes irão promover a transparência, a honestidade e o respeito pelos direitos humanos? De qualquer modo, a liderança não tem mostrado pressa em fortalecer a Procuradoria-Geral da República (responsável pela aplicação da nova Lei da Probidade Pública) ou na expansão de um sistema judiciário reactivo. Preferem, em lugar disso, uma aplicação precária da Lei. A Provedoria de Justiça, as Comissões Provinciais de Direitos Humanos e os Centros de Arbitragem podem proporcionar oportunidades para a apresentação de queixas. Mas nenhuma destas instituições tem mandato para aplicar Leis ou para impor decisões

judicialmente vinculativas. Estas ajudam a alertar as autoridades para os problemas, mas sem exigir que encontrem soluções. No entanto, estas instituições não podem ser simplesmente ignoradas porque reflectem, ainda que vagamente, o princípio de que os cidadãos podem expressar queixas. Elas poderão, algum dia, constituir locais para os mais fracos ganharem alguma influência sobre ou, ao menos, constranger os mais fortes.

Mas o quanto de esfera pública irá sobreviver? A privatização dos serviços públicos está a avançar e isso esvazia em grande medida a apresentação de queixas. Os prestadores de serviços privados, com ou sem fins lucrativos, enfrentam quase nenhuma obrigação pública de prestar contas do que fazem ou deixam de fazer. De qualquer forma, os serviços públicos nunca são vistos como direitos dos cidadãos, mas muitas vezes como mercadoria que é necessário pagar ou acto de beneficência pelo qual é necessário mostrar gratidão. As normas neoliberais cobrem todo o país, afastando qualquer ideia que cheire a um contrato social equitativo. Na verdade, os angolanos estão cativos de uma estranha fusão entre fórmulas neoliberais e Estado coercivo.

Sob o capitalismo, em muitos países os actores empresariais e estatais desenvolvem “condomínios” virtuais para controlar a economia, principalmente em busca de lucro privado e sobrevivência fiscal. Em Angola, hoje, esta familiaridade é muito próxima; autoridades estatais e grandes agentes económicos estão a ser efectivamente unidos à nascença. Uma vez que a acumulação tem lugar principalmente *offshore*, os acordos estão orientados para fora e conduzidos por fortes incentivos externos e lógicas de alianças negociadas com empresas, militares e diplomatas estrangeiros. Os mecanismos internos, subordinados a esses planos, cooptam, absorvem e controlam os negócios e outros actores privados através de uma coerção suave, mas especialmente através das relações neo-patrimoniais (familiares/dinásticas).

Não obstante esta consolidação política, alguns grupos da ala emancipatória da sociedade civil continuam a procura de brechas para o progresso. Estes grupos apontam alguns avanços pontuais e modestos a nível interno, como os acordos entre os prestadores de serviços públicos e os governos locais para permitir a consulta pública e inovação dos serviços governamentais, como a instrução infantil e a gestão das pastagens para o gado. Um programa experimental para a transferência de mais competências de planeamento e gestão das despesas para os governos locais aumentou as esperanças na descentralização, mas esta iniciativa tem sido diminuída no seu alcance; as decisões fundamentais e os poderes sobre o patrimonialismo público e

privado permaneceram prerrogativas da Presidência. Entretanto, a modesta expansão da educação pública e dos serviços de saúde sugere que as autoridades resistem contra as preferências das elites e dos doadores por uma abordagem de serviços públicos pagos. No entanto, em orçamentos nacionais sucessivos as dotações para a área da saúde, educação e outros serviços públicos têm diminuído de forma consistente em comparação às médias da África Austral, e grande parte dessa despesa vai para bolsas de estudo no exterior e tratamentos médicos no exterior – subsídios para as elites. Os prestadores de serviço privados, com ou sem fins lucrativos, crescem cada vez mais, à medida que a mercantilização triunfa sobre os serviços como direitos do cidadão.

As elites angolanas tomam a maior parte das decisões a nível nacional e têm verdadeira influência no exterior; fazem-no com uma crescente autoconfiança – o que alguns críticos nacionais denominam de arrogância – graças ao enorme poder de compra do Estado. Com uma produção petrolífera que actualmente supera a da Nigéria e os preços flutuantes em alta do barril de petróleo, a pressão para consumir tem sido manifestamente forte e os subsídios a regra. Relativamente à sua rede rodoviária, Luanda deve possuir a maior frota de Range Rovers e BMW X6 das cidades do planeta. Este tipo de pressão consumista deixou as suas marcas no congestionamento do tráfego, do porto e no aluguer de apartamentos que ronda os de 10 000 a 15 000 dólares, por mês.⁵ A procura estimulou a oferta através de um forte investimento: auto-estradas, centros comerciais e condomínios fechados. No entanto, mesmo os modestos montantes destinados às zonas periféricas e serviços básicos permanecem sub-utilizados, reforçando as “assimetrias” espaciais e sociais, segundo as palavras de um cauteloso observatório político angolano (OPSA 2010).

Compras no exterior, uma prática angolana de longa data, é agora comum para as empresas estatais angolanas. A *holding* estatal Sonangol, recentemente, tornou-se no maior se não no accionista dominante das empresas portuguesas de energia, bancárias e de comunicação social. O objectivo, neste caso, não é necessariamente a maximização dos retornos financeiros; alguns analistas vêem, no entanto, as elites angolanas a obter satisfação ao vangloriarem-se sobre a antiga potência colonizadora em Lisboa. Os funcionários portugueses, por sua vez, nunca deixam de mostrar a sua gratidão pelo patrimonialismo e favoritismo angolanos. Angola tornou-se (depois

⁵ ‘Eye-wateringly expensive’ *The Economist*, 8 February 2011

da Espanha, da Alemanha e da França) o quarto cliente mais importante das exportações portuguesas. Entretanto, os interesses das empresas angolanas estão a expandir-se para a República Democrática do Congo, a Guiné Equatorial, o Gabão e noutras partes do Golfo da Guiné.

Os bancos têm feito horas extraordinárias em Angola para concederem empréstimos e créditos sobre matérias-primas. Os chineses têm tido imenso sucesso nesta área. As pressões para pedir emprestado são fortes, ainda que nem sempre sejam satisfeitas, como foi o caso da iniciativa falhada, em 2009, para atrair capital suplementar através da venda oficial de títulos do tesouro na Europa. Provavelmente, por esta razão, o FMI tenha finalmente conseguido colocar o pé na porta de Angola, com um empréstimo de 1,4 biliões de dólares para apoiar as reservas nacionais e atenuar o défice fiscal. O endividamento público não se traduz automaticamente em investimentos públicos; de forma plausível, partes significativas dos empréstimos externos deixam Angola através de “portas giratórias” para países ricos, não obstante permaneçam na lista de débitos a pagar com juros no futuro. O crédito e os serviços externos estão destinados a continuar a construção de um clássico modelo de desenvolvimento modernista, orientado para o exterior.

A Estratégia de Luta contra a Pobreza do governo pode estar cheia de noções como “equidade social” e até “redistribuição”, mas, hoje, esse sério documento político, com um nascimento frágil em 2005, foi discretamente esquecido. Recentemente, vários dos principais especialistas de desenvolvimento em Angola – Fernando Pacheco, Cesaltina Abreu e Carlos Figueiredo – expressaram um grande pessimismo em relação à possibilidade de Angola atingir sequer um dos oito objectivos de desenvolvimento do milénio (ODM) até 2015. Esse fraco desempenho destaca-se ainda mais, porque, como Figueiredo explicou “ainda que todos os objectivos sejam realizáveis se tomarmos em consideração os recursos financeiros de Angola;... o panorama é mais pessimista... quando se avalia o peso das forças e das políticas que priorizam os ODM”.⁶

Em suma, a economia política actual parece-se com a anterior ordem colonial sob diversas formas. Uma elite limitada apoiada no Estado gere a economia em colaboração com empresas estrangeiras para promover um modelo de desenvolvimento que redistribui a riqueza para cima e para fora. No entanto, parece diferente em dois aspectos fundamentais:

⁶ ‘Angola fica a meio do caminho’, *Correio do Patriota*, 15 October 2009. www.correiodopatriota.com

primeiro, as elites governantes são africanas e possuem poderes territoriais legitimados por eleições; segundo, a vida económica nacional está agora muito mais dependente de consumidores e produtores em países mais ricos. Daí o paradoxo actual: os angolanos têm existência oficial como cidadãos com direito de voto, tal como direito de fazerem exigências informais aos seus líderes, mas não são relevantes como consumidores e produtores; na verdade, o modelo de desenvolvimento não tem espaço para a maioria deles. Segundo as palavras de Fernando Pacheco: “A confusão entre crescimento económico e desenvolvimento, que universalmente está há muito esclarecida, é penosa nas lideranças angolanas e extremamente penalizante para os angolanos”.⁷

Mas o que esperar do futuro? Alguns prevêem uma situação de desenvolvimento comparável ao dos Tigres asiáticos. Actualmente, a classe política angolana, e a sua subordinada classe do mundo dos negócios, têm claramente falta de visão, ímpeto e disciplina modernizadora, encontradas em tais “Estados em desenvolvimento”. No entanto, o optimismo persiste. Para o economista Paul Collier: “Angola, com o seu petróleo e a sua linha costeira atlântica, poderá bem ser uma outra Malásia” (Collier 2008, p. 206). Outros, na maioria, continuam simplesmente a expressar o seu entusiasmo sem fôlego – “saltando de força em força”, “à beira de uma verdadeira decolagem económica” – sem evocar cenários específicos.

Daí a persistência das antecipações levianas entre os diplomatas, gestores de ajuda e a imprensa de negócios, estimulada pelas subidas nos mercados do petróleo. No capitalismo contemporâneo, afinal, de facto só importa o curto prazo. No entanto, especialistas concentrados no longo prazo começaram a contar uma história diferente, uma sobre a diminuição das receitas do petróleo. Conforme escrevia recentemente um boletim de negócios londrino, “como os seus principais campos petrolíferos atingiram a maturidade, é provável que a produção atinja o seu auge em 2015, altura em que os excedentes na sua conta corrente e fiscal certamente desaparecerão.”⁸ Em poucas palavras, a carruagem cintilante de Angola poderá em breve transformar-se numa abóbora, tal como na lenda de Cinderela.

Quando a crise da dívida e a crise fiscal atingirem Angola, a crise política não tardará. Entre a camada de assalariados urbanos, especialmente entre

⁷ ‘Ligações perigosas, *Correio do Patriota*, 25 January 2009. www.correiodopatriota.com

⁸ *Business Monitor International* (2009). Esta previsão é consistente com a previsão disponibilizada pelos exportadores de petróleo, como está reflectido em Mitchell and Stevens (2008).

os que constam nas folhas de pagamento civis e militares, as expectativas em relação ao estilo de vida e à carreira têm continuado a aumentar. Do mesmo modo têm aumentado as expectativas entre os membros mais periféricos da classe política e os seus seguidores e dependentes, que se situam na extremidade de recepção dos fluxos do patrimonialismo. A redução destes fluxos poderá trazer uma desagradável diminuição das expectativas. Algumas pessoas poderão ser mais atingidas que outras. A base dos pactos de elite poderá então tornar-se bastante frágil.

Se esses pactos se desfizerem e o descontentamento se canalizar em pressão organizada, alguns políticos poderão pensar em revisitar o projecto político progressista de que em tempos o MPLA falou. O desejo da nova burguesia angolana em embelezar as suas biografias já foi satirizado, em 2004, pelo romance *O Vendedor de Passados*. Hoje, os membros da ala progressiva, moída mas resiliente de Angola, e os seus aliados no exterior, enfrentam o ambicioso desafio de reinventar esse projecto político.

Referências bibliográficas

BBC World Service Trust, 2008. *Elections study Angola 2008*. London: British Broadcasting Corporation World Service Trust.

Business Monitor International, 2009. *Angola's bond issue: prospects and problems. Newsletter, 14 December 2009*. London: Business Monitor International.

Cato Institute, 2010. *Economic freedom of the world: 2010 annual report*. Washington, DC: Cato Institute.

Collier, P., 2008. *Paths of progress in Africa*. *World Policy Journal*, 25 (3, Fall), 203–210.

Farinha, H., et al., 2004. *O futuro depende de nós: Angolanos discutem o seu futuro político – perspectivas dos quimbos a`s cidades de Angola*. Washington, DC: National Democratic Institute.

GFI, 2010. *Illicit financial flows from Africa: hidden resource for development*. Washington, DC: Global Financial Integrity. Disponível em: www.gfip.org

Gonçalves, J., 2004. 'O descontínuo processo de desenvolvimento democrático em Angola', Occasional Paper No. 10. Lisbon: Centro de Estudos Africanos. Disponível em: <http://cea.iscte.pt/>

Higgins, M., et al., 2006. 'Recycling petrodollars', *Current Issues in Economics and Finance, December*. New York: Federal Reserve Bank of New York.

Heritage Foundation, 2010. *Index of economic freedom*. Washington, DC: The Wall Street Journal and the Heritage Foundation.

IRI, 2004. *Survey Report*, Washington DC: International Republican Institute (IRI). Disponível em: <http://www.iri.org>

Messiant, C., 1999. 'La Fondation Eduardo dos Santos (FESA). Á propos de l'investissement de la société civile par le pouvoir angolais' *Politique Africaine*, 73 (Mars), 82–101.

Mitchell, J. and Stevens, P., 2008. *Ending dependence. Hard choices for oil-exporting states*. London: Royal Institute of International Affairs.

OPSA, 2010. *Análise do OPSA-Observatório Político e Social de Angola Sobre OGE 2010*. Disponível em: <http://club-k.net/>

Ormhaug, C., 2009. *Armed conflict deaths disaggregated by gender*. PRIO Paper, 23 November. Oslo: International Peace Research Institute.

Soares de Oliveira, R., 2007. *Oil and politics in the Gulf of Guinea*. New York: Columbia University Press.

Sogge, D., 2009. *Angola: "Estado fracassado" bem-sucedido*, Madrid: Fundación para las Relaciones Internacionales y el Diálogo Exterior (FRIDE)

US Department of State, 2010. *Investment climate statement 2010*, Embassy Luanda. Disponível em: <http://angola.usembassy.gov/pol-econ-section/investment-climate-statement-2010.html>

UNDP, 2010. *Human development report 2010*. New York: United Nations Development Programme.

Vidal, N., 2007, "Social Neglect and the Emergence of Civil Society in Angola", in Patrick Chabal & Nuno Vidal (eds), *Angola: the weight of history*. London & New York: Hurst & Columbia University Press.

VI

ALGUMAS SOLUÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA

Renato Aguilar



ALGUMAS SOLUÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA

Introdução

Renato Aguilar
*University of Gothenburg,
Sweden*

Após mais de três décadas como país independente e de uma história económica breve mas repleta de acontecimentos, Angola está ainda a enfrentar o desafio de alcançar um nível de bem-estar compatível com a promessa implícita na sua herança extremamente rica em recursos naturais. Existe hoje uma necessidade urgente de discutir possíveis estratégias e opções de desenvolvimento devido a dois tipos de razões. Primeiro, porque durante os primeiros anos deste século o país resolveu um problema crucial, a guerra civil, segundo porque enfrentou uma situação internacional muito favorável até 2008 e que agora regressa, com os preços do petróleo muito altos. Examinamos neste texto alguns elementos críticos que ajudam a compreender a história económica de Angola desde a Independência, bem como as principais opções que se abrem para o futuro.

Estas ideias surgem de algumas décadas de observação da economia de Angola, principalmente focadas nos seus aspectos macroeconómicos e que deram origem a várias publicações e relatórios. Visitei o país muitas vezes, algumas delas por um breve período e outras por estadias mais longas, em nome de diferentes instituições internacionais, mas principalmente em nome da *Asdi* (Agência Sueca para a Cooperação Internacional), que foi sempre a minha principal patrocinadora na tarefa de estudar Angola. Mais importante, são as cente-

nas de Angolanos que foram bastante simpáticos a solícitos em partilharem comigo os seus pontos de vista e informações sobre a economia de Angola. Esta longa lista vai desde vários ministros aos motoristas que me conduziram através das estradas caóticas de Luanda. Todos eles me ensinaram um pouco acerca do funcionamento da economia de Angola. Também pude usufruir de longas e frutuosas discussões com os meus colegas angolanos e a todos estou muito agradecido por isso.

O principal problema quando se considera a economia de Angola é a falta de estatísticas fiáveis. É difícil conseguir informação em Angola. As principais fontes são o INE (Instituto Nacional de Estatística), o Banco Nacional de Angola – Banco Central, e o Ministério das Finanças. A situação melhorou muito desde os primórdios dos anos 90, mas Angola é ainda bastante pobre em dados estatísticos. Há ainda poucas informações e estudos fiáveis e muitos outros ficam por publicar. Frequentemente, os esforços no sentido de construir melhores bases de dados ou de publicá-los, são interrompidos e abandonados. É este o motivo pelo qual evitei neste capítulo uma discussão detalhada dos dados, concentrando-me ao invés nalgumas ideias conceptuais. Os detalhes empíricos podem ser encontrados em outras publicações mencionadas ao longo do texto.

No primeiro capítulo apresento o que creio serem os fundamentos da economia de Angola. Isto é, aqueles elementos que determinaram a sua especificidade e originaram a sua idiossincrasia. O capítulo 2 trata do significado económico e consequências da Independência e da denominada Primeira República. Ou seja, a malfadada experiência socialista que começou depois da Independência e terminou formalmente em finais dos anos 80. Segue-se um capítulo que apresenta as reformas que transformariam a economia de Angola na actual economia orientada para o mercado. O capítulo 4 apresenta as principais características da economia de Angola após a morte de Jonas Savimbi e a consolidação da paz. No mesmo período o país conheceu preços de petróleo inesperadamente elevados e a economia entrou num movimento muito mais acelerado. A última secção é dedicada à situação presente e às opções que se abrem ao país. O texto termina com uma secção contendo as conclusões.

1. Os Fundamentos da Economia de Angola

São vários os factores críticos para a compreensão do fundamento e do desenvolvimento recente da economia de Angola. Esta pequena reflexão

histórica ajudar-nos-á a compreender como a economia estava organizada depois da independência e como se desenvolveu durante as últimas décadas. Assim, estas hipóteses acerca dos alicerces da economia de Angola e da sociedade, podem ajudar-nos a descobrir algumas soluções no sentido de encontrar caminhos para o desenvolvimento económico de Angola. Um alerta deve aqui ser deixado, estas ideias não são o resultado da análise sistemática de um historiador profissional, mas apenas as conclusões a que chegou um economista depois de alguns anos de observação da economia Angolana.

Em primeiro lugar, Angola tem um território bastante extenso e muito dotado em recursos naturais. Actualmente, Angola é principalmente conhecida devido à sua vasta produção de petróleo e diamantes, mas existem igualmente outros recursos economicamente interessantes de extracção de minério, a maior parte à espera de desenvolvimento e exploração. Devemos também lembrar que o planalto de Angola é bastante apropriado para a produção agrícola, especialmente devido às condições climatéricas e à abundância de água. Antes da Independência, a guerra civil e o “boom” do petróleo, Angola tinha uma importante fatia do mercado internacional de café, apresentando vários outros resultados interessantes no sector agrícola.

Em segundo lugar, devemos ter em consideração as pessoas que originariamente povoaram Angola, na maioria pertencente às culturas Bantu. Estas pessoas criaram um número de entidades políticas que foram para além das actuais fronteiras de Angola. Estas entidades interagem umas com as outras, maioritariamente através do comércio, mas também em acções de guerra e conflito. A agricultura e o comércio eram actividades bem conhecidas para a maior parte delas.

Em terceiro lugar, devemos considerar a forma como ocorreram os primeiros contactos e integração nos mercados Ocidentais. Estes contactos deram-se principalmente através de Portugal e o negócio de escravos foi uma das suas principais características. O contacto inicial entre as sociedades originais e Portugal foi fraco, basicamente focado em alguns enclaves na costa e através de comerciantes errantes. As dificuldades enfrentadas por Portugal, conduziram a um peculiar estilo de colonialismo: exploração de recursos através de várias formas de intermediação e crédito. Até o comércio de escravos tinha uma grande participação de comerciantes europeus não-portugueses. É somente na última fase do período colonial que a ocupação efectiva do território se tornou uma questão importante para Portugal.

Finalmente, devemos realçar que Angola estava sob o poder colonial mais fraco em África, tentando defender a sua colónia contra outros poderes coloniais que eram militarmente, economicamente e politicamente, muito mais fortes. Na segunda metade do Século XX Portugal sofreu de uma falta de poder institucional e de um desenvolvimento inadequado de capital humano.

2. A Independência e a I República

A Independência e as subseqüentes guerras, internacional e civil, tiveram o carácter de um grande e externo choque que deram uma nova forma à sociedade e economia Angolanas. Para compreender a natureza e as características deste choque devemos considerar a situação internacional na qual a Independência teve lugar. A independência de Angola esteve estritamente relacionada com a revolução portuguesa e o país foi rapidamente colocado no Bloco Soviético, tornando-se em mais um elemento da Guerra-Fria. Contudo, o alinhamento de Angola foi mediado pelo papel do país num conflito secundário: a luta contra o *Apartheid* na África do Sul. Este conflito foi secundário numa perspectiva global, mas crucial para os países no sul da África, que tinham o apoio activo de vários países Europeus. Assim, Angola pôde limitar o isolamento implícito à sua adesão ao Bloco Soviético.

Imediatamente após a independência, Angola começou a sua própria experiência política e económica enquanto República Popular, seguindo o modelo Soviético. Várias circunstâncias ajudam a compreender esta decisão. A maior parte da liderança dos diferentes grupos lutando pela independência tinha uma forte orientação Marxista. Muitos deles foram educados e treinados pela Esquerda portuguesa, pelo Partido Comunista Português ou nos Países do Bloco Soviético. Isto é particularmente verdadeiro no caso do MPLA. Para além disso, os líderes Angolanos desconfiavam da política frequentemente ambígua de alguns países Ocidentais em relação ao *Apartheid*, nomeadamente os Estados Unidos da América. A liderança política destes países também não confiava nos líderes Africanos com uma orientação Marxista. Assim, parece natural que Angola se tornasse aliada do Bloco Soviético depois da independência.

Uma consequência directa da independência foi uma massiva emigração de colonos portugueses e assimilados Angolanos, que abandonaram residências, fazendas e outras infra-estruturas. Esta migração facilitou a expropriação de fazendas, casas e empresas. Contudo, o custo foi elevado uma vez

que uma grande parte do capital humano disponível em Angola deixou o país, bem como uma parte significativa do capital fixo. Muitas empresas e uma grande parte das infra-estruturas ficaram simplesmente paralisadas.

Um importante elemento desta experiência socialista foi a sua dualidade básica e inconsequência. Enquanto que por um lado houve um forte compromisso ideológico para com o modelo Soviético, socialmente, politicamente e na economia nacional, por outro, a abordagem ao sector petrolífero emergente foi pragmático, dependendo de companhias do Ocidente para desenvolver o sector, numa postura bastante orientada para o mercado. Até certo ponto isto constitui a continuação da tradicional política de intermediação e créditos (*factoring*) do colonialismo português.

No final dos anos oitenta, problemas nacionais sérios e o meio internacional em mudança, conduziram a uma radical alteração de orientação, quando um congresso do partido decidiu mudar para uma economia orientada para o mercado. Contudo, a extensão e significado das reformas necessárias foram pouco compreendidas e renitentemente assumidas pela elite política. Uma grande parte do governo e do partido ainda estava comprometida com os princípios ideológicos do período anterior e resistiram activamente às reformas económicas. Assim, o ritmo da reforma foi lento, com a liderança política continuamente a retardar importantes reformas institucionais e decisões políticas. Estes bloqueios ao programa de reformas foram a maior parte das vezes justificados pelas necessidades e exigências de uma prolongada guerra civil e que muitas vezes incluiu intervenção militar estrangeira. Um argumento frequentemente usado foi que as reformas económicas ameaçavam a estabilidade governativa e o esforço da guerra.

De facto, Angola nunca teve uma verdadeira oportunidade de desenvolver uma economia de planificação central. Ao país faltava o capital humano necessário e a base institucional necessária para a tarefa. Grandes missões económicas da União Soviética, Cuba e outros países do Bloco Soviético, simplesmente não conseguiram instalar um sistema de planificação central. Os planos publicados durante este período são documentos genéricos, cheios de considerações filosóficas vagas, com pouca relação com a realidade económica. Não existiam dados estatísticos que pudessem ser usados como base para um esforço de planificação. De facto, nada foi feito para desenvolver uma base estatística que pudesse fundamentar as decisões políticas.

A economia estava a desenvolver-se numa direcção bastante preocupante. Enquanto que o sector petrolífero estava a crescer rapidamente, apesar dos

periódicos choques de preço, a economia nacional não baseada no petróleo decrescia num ritmo comparável. Isto foi em parte uma consequência da guerra, afectando severamente a actividade económica, especialmente a agricultura, mas também devido a outras razões. Houve um severo efeito *Dutch de Disease* (doença holandesa), com o sector petrolífero a drenar os recursos do resto da economia, especialmente o escasso capital humano. Políticas económicas inadequadas, com taxas de câmbio fixas e controlo dos preços, também desempenharam um papel importante neste processo. Isto afectou claramente o bem-estar das pessoas que não estavam ligadas ao sector petrolífero. As pessoas com emprego no sector público conseguiram obter alguma protecção, mas outras, especialmente no sector rural, viram o seu bem-estar declinar acentuadamente.

3. O Árduo Caminho para o Mercado

Finalmente, depois de várias falsas partidas, algumas reformas foram implementadas em 1990. Estas incluíram um processo de privatização caótico e não transparente, afectando a propriedade imobiliária e empresas públicas. O sector privado para o comércio interno foi autorizado e os preços parcialmente liberalizados, mas ainda sob um desajeitado sistema de regulação, baseado em alta de preços ao nível dos custos. A taxa de câmbio e o comércio internacional continuaram a ser rigidamente controlados. Apesar dos estreitos limites das reformas, o povo reagiu entusiasticamente e muitos pequenos negócios foram iniciados. Contudo, a implementação das reformas foi bastante deficiente e caótica. A palavra-chave durante este período foi “confusão”.

Na realidade, nada foi feito na área da política fiscal e o governo tinha um controlo bastante fraco sobre gastos públicos. A SONANGOL, a companhia petrolífera estatal, podia gastar recursos públicos ou emitir dívida pública, interna e externa, sem consideração pelo orçamento ou sequer informar o Ministério das Finanças. O Banco Central não prestava contas públicas, actuando principalmente como banco comercial com o governo como seu principal cliente. Sob estas condições a alta inflação tornou-se a principal característica da economia Angolana.

Uma importante fonte de confusão foi uma malfadada troca da moeda também implementada em 1990. Não foram dadas nenhuma explicação acerca das causas para esta medida. A quantidade de dinheiro efectivamente trocado foi limitada e uma grande parte dos depósitos bancários foram con-

fiscados, perante vagas promessas de uma futura devolução. As transacções financeiras e económicas foram perturbadas e prejudicadas devido a uma má concepção das denominações das notas bancárias. As principais consequências foram que uma moderadamente alta inflação se transformou numa inflação descontrolada, o público perdeu a confiança na banca e no sistema financeiro e as poupanças financeiras, surpreendentemente importantes até àquele momento, desapareceram.

Por fim, desenvolveu-se nesta altura uma das piores características da economia Angolana: a armadilha inflacionária do orçamento. O governo insistiu em fixar a taxa de câmbio, quando a inflação se encontrava descontrolada. Deste modo, desenvolveu-se um enorme fosso entre a taxa de câmbio oficial e do mercado. Por outro lado, a maioria das receitas públicas eram em divisas, largamente subvalorizadas pela taxa de câmbio oficial, enquanto que as despesas públicas se faziam maioritariamente em moeda nacional que sofria de uma severa inflação. Assim, surgiu um crescente défice público, na sua maioria financiado pelo Banco Central uma vez que o país não conseguia empréstimos externos na quantidade necessária e o mercado de capitais nacionais era inexistente. Isto criou ainda mais inflação, agravando uma situação já má.

Durante os anos noventa desenvolveu-se uma espécie de ciclo político. No começo de cada ano, o governo contactava as instituições financeiras internacionais, lideradas pelo FMI, solicitando ajuda e um programa de alívio financeiro. Discutiram-se programas que foram, pelo menos por duas vezes, formalizados num Programa de Apoio Monitorizado (*Staff Monitored Program*). Durante o primeiro trimestre, o governo lançou um programa político, e de facto tentou por vezes algumas reformas, incluindo tímidas e parciais desvalorizações da moeda. A maioria das vezes a Presidência revogava estas medidas e a meio do ano o programa era abandonado e a situação tornava-se crítica no último trimestre. Por volta do final do ano o Presidente demitia vários ministros e outros altos funcionários públicos, organizando novo governo. O ciclo repetia-se no ano seguinte.

Várias debilidades da economia e da sociedade Angolana ajudam a explicar esta triste história de fracassos em conceber e implementar uma adequada política económica em Angola. Primeiro, deveríamos mencionar a profunda debilidade institucional de Angola depois da independência. Isto é na sua maioria uma herança do período colonial, muito destrutiva para as instituições das sociedades originais e, no caso de Angola, possivelmente sob o institucionalmente mais fraco de todos os poderes coloniais em África.

A República Socialista pouco fez para desenvolver instituições que pudessem ser úteis no contexto de uma economia orientada para o mercado. Assim, durante os anos noventa, a maioria dos ministérios eram constituídos apenas por um ministro, respectivo vice-ministro e alguns secretários, assessores e motoristas, na maior parte das vezes fornecendo emprego público mais do que serviços públicos. De facto, a maioria dos ministros continuaram a ver o seu papel como chefes, detentores de empresas do Estado mais do que funcionários públicos encarregues de conceber uma implementação de políticas públicas. Além disso, desenvolveu-se um sistema hiper-centralizado. Todo o poder estava concentrado na Presidência e num grupo reduzido de conselheiros do Presidente, conhecidos como “os homens do Futungo”. Assim os ministros evitavam tomar decisões que pudessem ser revogadas mais tarde pela Presidência. Até questões menores e triviais eram submetidas pelos ministros à discussão no Conselho de Ministros e Presidência. A consequência foi um governo quase paralisado.

Em segundo lugar, um elemento importante foi a escassez do capital humano. Foram feitos alguns esforços para resolver este problema. O sistema educativo foi largamente expandido, contudo de uma maneira bastante ineficiente e não planeada. Muitos jovens foram enviados para estudar no estrangeiro. Muitos foram para Cuba e para países no Bloco Soviético, onde tiveram uma educação tendenciosa, limitada e por vezes pouco ou nada válida. As bolsas de estudo eram demasiado grandes e não limitadas no tempo, criando mais oportunidades para uma postura rendeira (*rentière* ou *rent-seeking*). O sector petrolífero foi uma fonte de contínua drenagem de capital humano do Estado e de outros sectores da economia.

Por fim, a guerra constituiu uma característica crucial na Angola independente. Foi uma guerra prolongada e extremamente destrutiva. A maior parte das infra-estruturas, principalmente fora de Luanda, foram destruídas ou gravemente danificadas. Uma grande parte da população foi deslocada dentro do território ou forçada a fugir para países vizinhos. A insegurança geral associada ao conflito aumentou enormemente a taxa de retorno necessária para fazer uma inversão lucrativa fora dos sectores do petróleo e dos diamantes. O elemento surpreendente aqui é que, apesar de tudo isto, houve “alguns” investimentos. A guerra também agravou o peso do fardo que recaía sobre os escassos recursos financeiros de Angola e sobre o ainda mais escasso capital humano. O mais lamentável aspecto da guerra foi o pesado envolvimento militar, financeiro e político, de poderes estrangeiros, impondo uma agenda que tinha pouca relação com os verdadeiros problemas dos angolanos.

4. Navegando nos Mercados do Petróleo

Em Fevereiro de 2002, a guerra finalmente acabou quando Jonas Savimbi foi morto durante um confronto com o exército. Isto removeu o último obstáculo para o grupo rebelde UNITA se transformar num partido político legal e abandonar a luta armada. A paz abriu uma nova era para Angola. As expectativas gerais iam no sentido de que uma grande quantidade de recursos financeiros e humanos pudesse ser liberta para utilização no desenvolvimento do país. O governo deixava de ter razões para continuar a adiar as reformas. Levantou-se a questão da legitimidade do governo e a necessidade de realizar as longamente adiadas eleições. As pessoas esperavam uma espécie de “dividendo da paz” para o período aberto pelo desaparecimento de Jonas Savimbi.

O governo encontrou-se então sob dois tipos de pressões. Por um lado a paz implicou que a solução de vários problemas básicos já não podia ser mais adiada; até mesmo o partido (MPLA) estava a exigir acção. A paz também colocou em destaque a necessidade de legitimação do governo através de verdadeiras eleições. Por outro lado, uma situação financeira mais fácil proporcionou ao governo um certo alívio e margem de manobra. A influência das instituições financeiras internacionais, em particular o Fundo Monetário Internacional, fortes defensores de reformas, decresceu largamente. Um factor que contribuiu para esta situação foi que novos parceiros para o comércio e ajuda internacional subitamente entraram em cena; nomeadamente a China e a Índia. Estes novos parceiros operavam sob regras diferentes das dos parceiros tradicionais Ocidentais, em termos de condicionalismo e diálogo político. A resposta fraca e morna dos parceiros tradicionais, quando Angola tinha grandes necessidades de ajuda para o esforço de reconstrução, abriu o caminho para estes novos parceiros. Esta lenta resposta foi devida a uma desconfiança baseada em más experiências passadas.

Um outro acontecimento crucial da primeira década do novo século foi um período de preços de petróleo extremamente elevados. Simultaneamente, Angola foi bem sucedida na expansão da produção do sector petrolífero, até ao ponto de se tornar num dos dois maiores exportadores de petróleo africanos. Em 2009 Angola ultrapassou a Nigéria e tornou-se no maior produtor de petróleo em África. Isto deveu-se em parte a desestabilizações causadas por ataques a campos petrolíferos na Nigéria e apesar dos limites de produção estabelecidos no quadro da participação de Angola na OPEC (ver EIA, 2010). Esta nova situação nos mercados petrolíferos significou uma

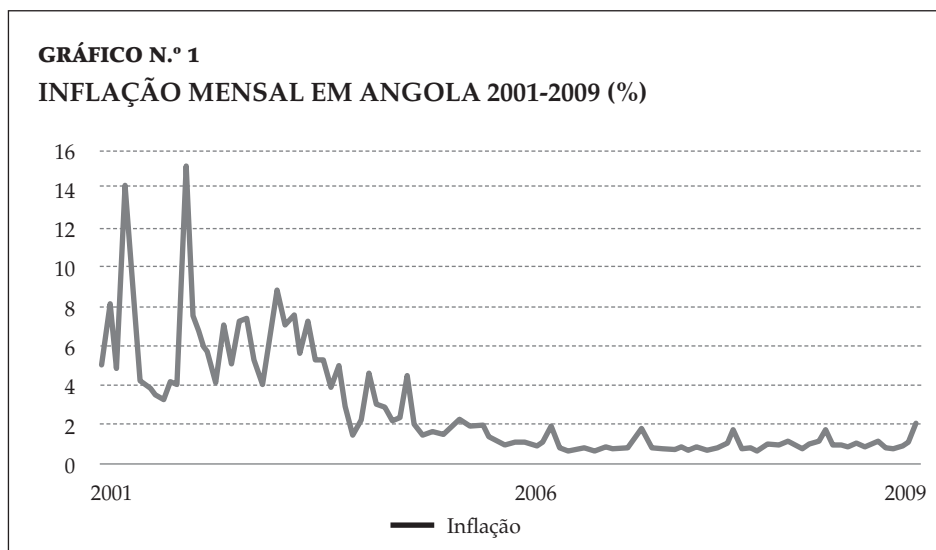
melhoria radical na situação financeira do país, alargando de sobremaneira a margem de manobra do governo.

Durante este período, importantes objectivos económicos foram alcançados. Primeiro foi alcançada alguma estabilidade monetária. Pela primeira vez em muitos anos o risco de um novo acontecimento hiper-inflacionário deixou de ser um problema para o governo. A tabela n.º 1 mostra como a inflação desceu abruptamente em 2004-2005, alcançando-se uma significativa e muito necessária estabilidade monetária. Este resultado é também mostrado no gráfico n.º 1.

TABELA N.º 1
INFLAÇÃO MENSAL EM ANGOLA 2001-2009 (%)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Janeiro	5,10	7,63	6,98	3,07	1,94	0,82	0,82	0,85	0,94
Fevereiro	8,16	6,22	7,68	2,93	2,04	0,72	0,86	0,86	1,03
Março	4,89	5,62	5,63	2,17	1,96	0,79	0,80	0,72	0,93
Abril	14,12	4,13	7,32	2,37	1,43	0,85	0,78	0,92	1,09
Maió	9,66	6,98	5,23	4,50	1,28	0,81	0,88	1,02	0,95
Junho	4,24	5,04	5,37	1,96	1,01	0,77	0,79	1,00	1,11
Julho	3,96	7,30	3,97	1,45	1,13	0,91	0,95	1,16	1,18
Agosto	3,47	7,39	5,04	1,60	1,15	0,80	0,78	1,03	0,87
Setembro	3,41	5,20	2,75	1,54	1,09	0,84	0,75	0,86	0,81
Outubro	4,18	4,00	1,50	1,57	0,97	0,87	0,81	1,08	0,92
Novembro	4,10	6,16	2,36	1,89	1,20	1,43	1,06	1,16	1,18
Dezembro	15,15	8,72	4,60	2,32	1,93	1,97	1,91	1,78	2,16
12 Meses	116,08	105,60	76,58	31,02	18,53	12,20	11,78	13,18	13,19

Fonte: INE.



Este gráfico mostra igualmente o processo de estabilização que aconteceu essencialmente durante 2004-2005, seguido de meia década de relativa estabilidade. Não obstante, o gráfico revela ainda que surgiu um novo padrão inflacionário. Um pico inflacionário ocorre no final de cada ano. As causas deste novo ciclo periódico podem ser possivelmente encontradas nas rotinas seguidas pelos políticos angolanos, que salvaguardam um número de decisões políticas com implicações para a política monetária para o último trimestre de cada ano.

Em segundo lugar, o governo conseguiu mostrar alguns avanços no esforço de reconstrução, principalmente em infra-estruturas. Muita crítica pode ser dirigida contra a eficiência e transparência deste esforço. Contudo, muito claramente, os resultados são positivos.

Em terceiro lugar, o sector privado expandiu-se, com muitos novos pequenos negócios, alguns grandes negócios e alguns investimentos estrangeiros directos na economia nacional não petrolífera. Infelizmente, este novo sector privado emergente parece estar intimamente relacionado com círculos políticos dentro do governo, através de ligações económicas e familiares. As implicações em termos de transparência e possível corrupção tiveram alguma atenção da imprensa internacional, mas foram comentadas principalmente pelas ONGs em Angola e no estrangeiro.

5. A Nova Era

Assim, no final da primeira década, Angola parece ter superado vários problemas aparentemente insuperáveis há apenas duas décadas atrás. A guerra terminou em Fevereiro de 2002 e a paz parece estar consolidada, apesar das dificuldades em Cabinda. O sistema monetário parece estar mais ou menos estabilizado, com um sistema bancário e financeiro em expansão. A economia interna encontra-se novamente em expansão, principalmente numa relação próxima com o sector do petróleo e, embora menos, dos diamantes. Contudo, também podem ser observados progressos evidentes na agricultura. Instituições cruciais têm sido desenvolvidas e revelam agora algum grau de operacionalidade e maturidade. Isto é especialmente importante no caso do Banco Central e do Ministério das Finanças. O governo pode assim enfrentar os problemas básicos de concepção e implementação de política económica.

TABELA N.º 2
ANGOLA: CRESCIMENTO DO PIB 2001-2008 (%)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
PIB Real	5.2	13.0	3.3	11.2	20.6	18.6	20.9	13.8
Sector petrolífero	-1.0	20.5	-2.2	13.1	26.0	13.1	20.4	12.3
Sector não petrolífero	10.0	8.5	10.7	9.1	14.7	25.7	21.5	14.8
PIB petrolífero	52.3	54.7	49.4	51.9	56.3	55.8	55.8	57.6
PIB não petrolífero	47.7	45.3	50.6	48.1	43.7	44.2	44.2	42.4

Fontes: INE, FMI e estimativas do autor.

A tabela n.º 2 mostra que o país tem crescido fortemente durante a última década. A maior parte deste crescimento é explicada por uma forte expansão do sector petrolífero e por um longo período com preços do petróleo bastante altos. Como esta expansão do sector petrolífero implica um crescimento rápido de pagamentos de factores de produção no estrangeiro, a taxa de crescimento do Rendimento Nacional é mais moderada. Contudo, também podemos observar que a economia interna não baseada no petróleo está igualmente a crescer de forma rápida e estes factores poderão significar boas notícias, uma vez que têm supostamente um impacto mais directo na pobreza. Muito deste

crescimento é influenciado pelo que está a acontecer no sector do petróleo, mas a recuperação da agricultura também tem desempenhado um papel importante, especialmente nos poucos anos após 2002.

Durante 2009 Angola enfrentou a sua primeira crise de crescimento sob as novas condições, com a paz e um ambiente internacional favorável. O PIB decresceu 0,4%. Uma queda mais acentuada foi estimada para o sector petrolífero (-5.8%). Conforme referido, a potencialmente boa notícia é que esta queda no sector petrolífero foi em parte compensada pela resposta da economia nacional não petrolífera. Para além disso, Angola teve a possibilidade de um empréstimo de 1.37 biliões de dólares do Fundo Monetário Internacional. Este financiamento barato que ajudaria a ultrapassar a crise, é claramente uma recompensa pela estabilização monetária, pelo desenvolvimento institucional e pela melhoria das contas fiscais.

Durante os últimos anos o país tem vindo a procurar aumentar a sua influência internacional. Vários factores têm ajudado a esta nova postura. Em primeiro lugar, no início da última década Angola começou a projectar uma influência político-militar para além das suas fronteiras, pelo menos a nível regional em África. Em segundo lugar, o novo papel como grande interveniente nos mercados do petróleo ampliou largamente a influência de Angola para além das suas fronteiras. Por fim, o país conseguiu encontrar novos parceiros internacionais para o comércio, assistência técnica e cooperação internacional.

Contudo, sérios problemas e fraquezas ainda persistem. Desde logo é de realçar que os novos parceiros internacionais têm uma postura diferente da dos parceiros Ocidentais tradicionais acerca de várias questões-chave, tais como o condicionalismo em matéria de transparência e direitos humanos na sua relação com Angola, factos que não beneficiam um processo de democratização efectiva. Continuam a persistir problemas de legitimação política devido às alterações constitucionais que permitiram que o Presidente seja eleito de forma indirecta, por via das eleições legislativas e do partido mais votado nessas eleições; persistem práticas autoritárias e repressivas; o funcionamento do sector público, especialmente na indústria petrolífera, continua a ser alvo de acusações fundamentadas de falta de transparência, conflito de interesses e corrupção endémica ou institucionalizada. Tem-se assistido a algum desenvolvimento institucional, mas subsistem inúmeras deficiências, como seja a falta de independência e eficiência do sistema judicial para obrigar ao cumprimento de regras e obrigações estabelecidas.

O futuro da indústria petrolífera continua promissor. Em Janeiro de 2010, o *Oil and Gas Journal* referiu que as reservas comprovadas se situavam em 9.5 biliões de barris, sendo que o ministro do petróleo estabeleceu este número em 13.1 biliões de barris. A capacidade de produção de petróleo está estimada em 2.1 milhões bbl/d e espera-se que a produção estabilize após 2010. Existem algumas expectativas acerca dos resultados da exploração em terra, que hoje constituem uma pequena parte da produção de Angola. Por outro lado, Angola possui as maiores reservas de gás em África, com 9.6 triliões de pés cúbicos. Actualmente a maior parte da produção de gás está relacionada com a produção de petróleo, mas uma plataforma de Gás Natural Liquidificado encontra-se em construção perto do Soyo e espera-se que esteja operacional até 2012.

Conclusões

Depois de um começo turbulento durante os anos setenta, Angola independente tem procurado superar alguns problemas sérios, tendo pela frente desafios importantes: o país conseguiu alcançar alguma estabilidade política, militar, económica e social. Ao mesmo tempo, um desenvolvimento rápido e bem sucedido do sector petrolífero proporciona um enorme fluxo de recursos financeiros. Assim, há uma necessidade imperativa de alcançar um rápido desenvolvimento conduzindo a níveis muito mais elevados de bem-estar para o povo de Angola. Nesta procura de desenvolvimento e bem-estar existem problemas a serem resolvidos e debilidades a serem corrigidas.

Uma questão central é a de saber o que fazer com as vastas receitas produzidas nos sectores do petróleo e dos diamantes (o sector dos diamantes tem sofrido um decréscimo com a crise internacional, mas provavelmente deverá iniciar a retoma em breve), e do gás no futuro. O Conselho de Ministros adoptou um fundo de reserva para colmatar a diferença entre o preço mundial e o preço orçamentado para o petróleo de Angola. Isto é um começo, mas ainda é pouco relativamente ao que é realmente necessário fazer. Em primeiro lugar, a referência é o preço orçamentado. Angola tem frequentemente adoptado um ponto de vista bastante conservador no que se refere ao preço orçamentado. Contudo, os mercados do petróleo são bastante voláteis e o preço orçamentado representa sempre uma escapatória quando se enfrentam pressões políticas para expandir as despesas públicas. Por outro lado, não existem nenhuma regras formais para a gestão do fundo. O Fundo Monetário Internacional tem vindo a apresentar argumentos para converter aquele fundo numa espécie de fundo petrolífero *standard* (*standard*

oil fund; ver IMF 2007). Parece haver, felizmente, uma consciência crescente de que existe um limite acerca da quantidade de recursos estrangeiros que o país pode absorver, sem graves consequências negativas para a inflação e para o desenvolvimento da economia interna não petrolífera.

Os dados disponíveis sugerem que grandes receitas do petróleo, gás e diamantes, estarão disponíveis pelo menos por mais uma geração. Contudo, estes recursos são limitados e dependentes de mercados voláteis. Assim, o país necessita de se preparar para uma vida depois do petróleo. Isto significa que uma economia nacional não petrolífera deve ser desenvolvida. Especialmente importante é desenvolver o potencial agrícola de Angola. Este é o sector que podia dar a maior contribuição para resolver o problema da pobreza.

Existem ainda dois importantes problemas sócio-económicos por resolver, apesar de alguns progressos significativos nos últimos anos. Um deles é a educação. Muito possivelmente, a escassez de capital humano é a mais importante restrição ao desenvolvimento a médio e a longo prazo. O país necessita de objectivos ambiciosos no campo da educação, focados no ensino primário, que se deve tornar universal logo que possível, mas também incluindo o ensino secundário, técnico e superior. Apesar do problema do HIV-SIDA ter uma dimensão mais baixa do que nos países vizinhos, existem outros problemas de saúde em Angola, nomeadamente a tão difundida Malária, que representa não só pesadas perdas económicas em assistência médica, mas também uma grande taxa de inadiplência por parte dos trabalhadores que se encontram incapazes de trabalhar durante largos períodos em cada ano. Esta situação poderia ser corrigida, resultando num investimento bastante proveitoso em termos sócio-económicos.

Angola tem revelado melhorias no campo da administração técnica das finanças públicas. Especialmente importante foi o desenvolvimento do SIGFE, o sistema informativo do governo que deverá ser alargado para incluir instituições públicas autónomas. Uma medida especialmente importante seria a inclusão no SIGFE das numerosas actividades quase-fiscais da SONANGOL. A melhoria dos serviços estatísticos e de informação são elementos-chave para assegurar o crescimento sustentável.

Uma outra importante tarefa é a de introduzir uma taxa de câmbio flexível e desenvolver os mercados de capitais e divisas. Este desenvolvimento iria melhorar e intensificar os mecanismos de transmissão para a política monetária. Isto iria melhorar e assegurar a estabilidade monetária, uma

condição importante para o crescimento sustentável. Uma outra área que podia e deveria ser melhorada é a dívida externa e a relação com o Clube de Paris. Embora não sejam esperadas tensões ao nível da dívida externa a curto prazo, é importante fortalecer a posição do país nesta área. Angola está, de facto ou potencialmente, incluída num número de situações de comércio preferencial com vários membros da OCDE, incluindo a Europa e os Estados Unidos. A maior parte destas situações não estão a ser utilizadas ou exploradas e seriam muito importantes para o desenvolvimento da economia não petrolífera. O beneficiar destas potencialidades depende crucialmente de uma posição forte na dívida externa, e de uma correcta relação com o Clube de Paris.

O futuro da economia de Angola depende de dois elementos chave intimamente relacionados. Um deles é o desenvolvimento de um correcto ambiente macroeconómico, nacional e internacional. Isto requer estabilidade macroeconómica e uma boa e transparente gestão das finanças públicas. O outro elemento é o desenvolvimento e maturidade institucional. A experiência da crise económica de 2009, provocada por uma queda abrupta nos preços do petróleo, é uma boa lição prática acerca da importância destes factores. A crise podia ser enfrentada de uma maneira bastante mais ordenada e a baixo custo, especialmente em termos sociais, caso as melhorias em termos macroeconómicos dos últimos anos e os avanços no desenvolvimento institucional tivessem sido mais efectivos. A crise revelou que ainda existem profundas debilidades a estes níveis.

Referências bibliográficas.

Aguilar, Renato and Zejan, Mario, (1992), *Angola, The Last Stand of Central Planning*, Stockholm: Department of Economics, University of Gothenburg, Sida.

Aguilar, Renato, (2003), "Angola's Incomplete Transition", in Tony Addison (ed) *From Conflict to Recovery in Africa*, Oxford: Oxford University Press.

Aguilar, Renato, (2004), "Angola's Private Sector: The Emergency of an Oligarchy" in Karl Wohlmuth, Achim Gutowski, Tobias Knedlik, Mareike Meyn and Sunita Pitamber (eds), *African Entrepreneurship and Private Sector Development*, Münster: African Development Perspectives, Yearbook 2002/2003, Germany Lit Verlag.

Aguilar, Renato, (2006), *Angola 2005: Surfing the Oil Market*, Stockholm: Department of Economics, University of Gothenburg, Sida.

EIA, Energy Information Administration, (2010), *Country Analysis Briefs*, Department of Energy, U.S. Government, January 2010 Update, <http://www.eia.doe.org>.

IMF, International Monetary Fund, (2007), *Angola. Staff Report for the 2007 Article IV. Consultation*, <http://www.imf.org>.